ISABEL MARIA RIBEIRO TAVARES DE PINHO

O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA DO PORTO, 1518/1899

UMA ARQUITECTURA NO SÉCULO XVIII

Vol. I

PORTO, 2000

Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Orientador: Prof. Doutor Fausto Sanches Martins

O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA

(fotografia – A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872/1946, Ed.Alvão, Porto, 1993)

Ao José António
refúgio das minhas aflições

Ao Cláudio
o futuro depositário da Memória

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho de investigação só será possível com o auxílio das pessoas que, pelas funções ou pelos cargos desempenhados, se dispõem a colaborar para que o produto final proporcione, na medida do possível, a satisfação das metas inicialmente propostas.

Nesta linha de pensamento, muito agradecemos:

- A todos, nas pessoas dos técnicos dos Museus Nacionais, dos Arquivos Municipais e Distritais e das Bibliotecas e aos Párocos e Religiosos que se prestaram e aprestaram em nos fornecer dados e informações, que no conjunto possibilitaram a compreensão de assuntos, alguns de suma importância para a prossecução deste nosso trabalho.
- À nossa irmã que, pelo meio do seu muito trabalho como professora de Desenho, riscou os belos desenhos que compõem a parte até à data desconhecida do mosteiro de São Bento de Avé Maria; de ora avante, teremos uma ideia mais precisa e real e a lenda passou a ter um corpo.
- Ao nosso pai que fez a revisão do texto e que, no papel de advogado de Deus e do Diabo (devido à sua formação muito diversa da nossa), nos chamou várias vezes à atenção para factos que nos pareceram por demais evidentes, mas completamente incompreensíveis para um leigo na matéria ou mesmo pouco claros para os entendidos.
- Finalmente ao nosso orientador, Prof.Doutor Fausto Sanches Martins, pela disponibilidade e paciência com que nos foi aconselhando e guiando, além da liberdade que sempre nos proporcionou no decorrer do nosso trabalho.

Não podemos deixar de lado um, também bem justificado, agradecimento: o que dirigimos às religiosas do mosteiro de Santa Escolástica de Roriz. Prometemos lá voltar e voltaremos concerteza.

SUMÁRIO

ENQUADRAMENTOS **13**

SÓCIO-POLÍTICOS 13

MORAIS E RELIGIOSOS 37

UM COMPLEXO MONÁSTICO URBANO E OS SEUS TEMPOS **72**

AVÉ MARIA GRATIA PLENA 72

AS IGREJAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA 126

CONCLUSÃO **179**

BIBLIOGRAFIA **183**

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AHMP – Arquivo Historico Municipal do Porto

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

BPB – Biblioteca Publica de Braga

BPMP – Biblioteca Publica Municipal do Porto

IPM – Instituto Português de Museus

MASASMP – Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

MNSR – Museu Nacional Soares dos Reis

Cx. – Caixa

Des. - Desenho

Dic. - Dicionário

Dir. – Direcção

Doc. – Documento

Docs. - Documentos

Ed. – Edição

Est. – Estampa

fl. - Fólio

ff. - Fólios

Fasc. - Fascículo

Fig. – Figura

Fot. – Fotografia

Ms. – Manuscrito

Mons. - Monsenhor

Nº - Número

Nºs. – Números

o . c. – Obra citada

p. – Página

pp. - Páginas

Pe. – Padre

Qd. – Quadro

Rs. Réis

[s/d] - Sem Data

[s/l] - Sem Local

Vº - Verso

Vol. – Volume

Vols. - Volumes

[?] - Palavra ou palavras ilegíveis

[.. (?)] - Substituição de palavra ou palavras riscadas ou esborratadas por outras prováveis.

[...] - Omissão de texto numa citação documental ou bibliográfica

[...] - Palavra ou fragmento de palavra acrescentado no texto

<...> - Palavra ou palavras entrelinhadas

INTRODUÇÃO

O tema em epígrafe que nos propusemos investigar e expôr na presente dissertação de Mestrado não é novo, nem tratado pela primeira vez. Apesar de pouco divulgado por entre o comum dos mortais, é no entanto sobejamente conhecido no mundo científico. A área em que nos movimentamos preferencialmente, dentro da História de Arte, localiza-se ao nível da Arquitectura Monástica e a época o século XVIII, o que justifica a escolha do edifício e o período indicado no sub-título apesar de, em título, aparecer um lapso de tempo mais dilatado. Embora o espaço geográfico não fosse fundamental, pareceu-nos por necessidades logísticas uma boa opção. Por outro lado o Mosteiro era por nós praticamente desconhecido, dado o seu desaparecimento para dar lugar à Estação Ferroviária que herdou o seu nome.

Tornou-se então numa espécie de missão fazer reviver, tanto quanto possível, o fantasma atormentado pelo ruído das locomotivas, que diariamente cruzam a antiga e tranquila cerca, onde durante séculos o negro dos túneis foi o negro das "Cogulas" beneditinas. A época referida, teria naturalmente de recair num princípio que dentro do período escolhido seria 1783 (ano do incêndio).No entanto julgamos conveniente apontar a data da fundação (1518) por uma questão de lógica porque o tema requer, a nosso vêr, um desenvolvimento a partir da primitiva construção arquitectónica, como ponto inicial das subsequentes alterações ao longo de toda a sua existência e apesar do sinistro ter apressado algumas delas, dando-lhes um cunho totalmente diferente do esperado.

Para a finalização aventavam-se duas hipóteses: ou até à extinção das instituições religiosas (1834), ficando a sequência cortada, já que as casas femininas se mantiveram, em lenta agonia, que terminou com a morte da última freira; ou até à demolição, que nos pareceu exceder o tema Mosteiro, que quanto a nós, compreende uma Comunidade viva enquanto enquadrada no ambiente próprio e formal da casa onde se acolhe e cuja construção tem em vista as várias funções que a assistem. Nesta circunstância, julgamos acertado terminar no ano em que essa Comunidade deixou de ser viva, no desaparecimento da última religiosa, por sinal a Abadessa, que foi a sua derradeira pedra angular (em outras casas monásticas sucedeu curiosamente ter sido também a abadessa o último elemento a abandonar este mundo, permanecendo como uma guardiã, entre as paredes vazias do navio que se ía afundando lenta e inexoravelmente).

Mas porque a História deste Mosteiro não se esgotou no dia 15 de Maio de 1892 com a morte de D.Maria da Glória Dias Guimarães, que era a governante deste navio encalhado por decreto já no ano de 1834 e que caminhava melancolicamente para o fundo neste final de século, propomo-nos rematar o seu triste destino, assinalando a forma como a loucura dos homens fez soçobrar aquele

formidável monumento que, erguido no coração da Invicta, arrostou com invasões, cercos, e até abalos telúricos, mas não resistiu à leve pena de pato que decretou o seu fim, impelida pela indómita e teimosa ambição que fez tremer, oscilar e por fim ruir com fragor aquele que foi o orgulho da cidade durante mais de três séculos.

Pelo facto de ter sido objecto de múltiplas abordagens por vários investigadores e curiosos, sistematicamente parcelares devido à ausência de vestígios materiais, que dificultam a intelegibilidade de interpretação do conjunto dos elementos disponíveis, muitos deles envoltos em mitos e lendas, sentimo-nos impelidos a uma tarefa, que prevêmos árdua, de confrontação de opiniões, tendo em conta épocas e mentalidades, já que o material em questão tem naturalmente muito de subjectivo. Para colmatar as inúmeras lacunas provenientes da falta de informação fidedigna, apoiada em documentação original (apesar dos inúmeros títulos do seu disperso cartório, muito omisso), lançaremos mão de instituições congéneres, abundantes no norte do país e com idêntica sorte, em diferentes mas próximos anos, que nos ajudarão a dar, a quem tiver a paciência e a condescendência de nos ler, uma panorâmica do quotidiano desta Congregação portuense.

Pela parte artística e sobretudo no tocante à arquitectura, o tema terá de ser tratado com cautela, recorrendo sempre que necessário a outros edifícios similares, mas tendo sempre em conta que o Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto e sobretudo a sua Igreja, renascida das cinzas, em 1783, após o incêndio da madrugada de 10 de Outubro, no período em que no Porto decorria já o Neo-Clássico, se apresentou como única e última representante de um Barroco Tardio (Rocaille).

Para levarmos a bom porto o trabalho projectado, iremos utilizar, para além da documentação do Cartório do Mosteiro, disponível no Arquivo Distrital do Porto e na Biblioteca Nacional de Lisboa, o material constante, relativamente à extinção desta instituição monacal (e de outras), do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Torre do Tombo), algum dele em primeira mão. Efectuámos ainda diligências no mesmo sentido nos Arquivos Distritais de Braga e de Évora, assim com nas Bibliotecas Municipais daquelas cidades. De importância decisiva foram os acervos da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto no que respeita a bibliografia impressa e profusamente publicada ao longo de quase dez décadas e a trabalhos científicos recentemente dados à estampa, todos eles focando aspectos pontuais, como já atrás referimos e com os quais tentaremos compôr este complexo "puzzle".

Com esse fim queremos assinalar alguns autores, que se constituíram na pedra de toque de toda esta nvestigação: Lino de Assumpção, Félix Ramos, Pedro Vitorino, Magalhães Basto, Flávio Gonçalves e D.Domingos de Pinho Brandão. Os trabalhos da Professora Doutora Natália Marinho

Ferreira-Alves e do Professor Doutor Joaquim Jaime Ferreira-Alves, por serem mais recentes foram fonte inesgotável de informações e conhecimentos. Também os apontamentos de D.Gabriel de Sousa (na sua qualidade de beneditino) muito contribuíram para esclarecer alguns pontos menos claros.

Como complemento, sem o qual o estudo ficaria incompleto, faremos uma abordagem mais ou menos aprofundada, consoante o caso (dado não ser esse o nosso ramo) do património móvel, depositado nos vários museus nacionais (Museu Nacional de Soares dos Reis e Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior , do Porto e Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa), auxiliados por fotografias concedidas por aquelas instituições culturais, ou colhidas directamente pela nossa própria objectiva e assinaladas em lugar adequado.

Sentimos contudo, uma profunda frustração por não podermos incluir neste trabalho uma planta pormenorizada da construção do imóvel, (apesar das diligências efectuadas junto do Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Porto e de Lisboa, Arquivo Histórico Municipal do Porto e Academia Nacional de Belas Artes, de Lisboa, organismos que pela sua natureza poderiam fornecer estes elementos) e, dado o nosso já anunciado interesse pela arquitectura, utilizaremos os registos publicados, na maioria dos quais sem quaisquer preocupações topográficas rigorosas, e alguns apontamentos relativamente a pormenores, que cremos úteis para o estudo da volumetria.

Sempre que necessário lançaremos mão de plantas de edifícios semelhantes, para o estudo do espaço funcional, idêntico nas comunidades religiosas, femininas e masculinas, tendo no entanto em mente as respectivas diferenças e alterações consoante a natureza dos seus habitantes e diagramas por nós executados, na medida do exequível, numa tentativa de lançar alguma luz sobre o enigma que subsiste e subsistirá quanto à disposição interna e interior do Mosteiro da Encarnação do Porto (a outra denominação que ostentou o Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto).

A pressa de re-ocupar aquele espaço, que levou apesar disso alguns anos, mutilando cruel e desapiedadamente o velho Mosteiro até ao último sopro, não cuidou sequer de salvaguardar a sua memória com qualquer tipo de registo topográfico, talvez na ânsia de apagar, com o esquecimento total, o remorso. Como recordação ficou uma tomada de perspectiva, tirada na hoje denominada Praça de Almeida Garrett, na confluência das ruas das Flores e de Mouzinho da Silveira (que serve de pano de abertura a este nosso trabalho), apresentando o ângulo mais favorável do conjunto, incluindo a fachada voltada ao sul, onde imperava a nobre frontaria barroca da Igreja, equilibrando harmoniosamente os dois corpos, perfeitamente simétricos, do coro e da nave, única.

Este "cliché", praticamente tudo o que resta em termos fotográficos, é o cartão de visita da sua fisionomia altaneira, que nos contempla esfíngica e melancolicamente.

Quanto à documentação do seu vastíssimo e importante cartório, pulverizada pelos vários arquivos nacionais e municipais, obrigando o investigador a calcorrear numerosos corredores e instâncias, está praticamente toda publicada, o que nos leva a optar, preferencialmente, por fazer dela uma nova leitura, procurando outra perspectiva, e agora de conjunto. No entanto, pensamos poder valorizar o trabalho com um ou outro documento ainda inédito. Suspeitamos que muita da documentação referente a este imóvel repousará talvez em bibliotecas privadas, esquecida e ignorada provavelmente em estado de degradação a caminho do desaparecimento total. Vem isto a respeito de que em bibliografia consultada e com alguma antiguidade, termos verificado o facto de esses artigos terem sido efectuados com base na observação de códices, gentilmente cedidos por amigos ou familiares dos autores, que os conservavam em casa.

Como forma de entendermos melhor a mensagem beneditina nos dias de hoje, visitámos duas comunidades religiosas femininas, uma portuguesa, Sta. Escolástica de Roriz (St.Tirso), e uma galega, Antealtares (Santiago de Compostela). Não poderiam ser mais diferentes no modo de interpretar a Palavra do Patriarca. Enquanto a lusa, herdeira do serviço missionário, se identificou claramente, desde a sua fundação (1935), com a comunidade onde se inseriu, colaborando com ela a todos os níveis assistenciais, a outra, a espanhola, testemunha actualmente a vivência medieval da clausura, chamada papal (observância rigorosa), escondida pelos espessos muros do seu vetusto mosteiro coevo da descoberta do túmulo do Apóstolo da Península (esta casa monacal foi ocupada até finais do século XV por frades beneditinos incorporados então na comunidade de San Martín Pinario, que se instalou no edifício que hoje abriga o Seminário Mayor da Arquidiocese Compostelana, uma residência universitária e o Instituto Teológico. Ambas as construções ladeiam a Catadral, mas em locais opostos à mesma) não nos permitiu a entrada, mas forneceu pormenores formais, arquitectónicos, capazes de ser extrapolados para o Mosteiro objecto do nosso estudo.

Para terminar e em jeito de remate, consideramos oportuno e pertinente debruçar-nos sobre este Edifício Monacal, não só porque fez parte integrante da cidade do Porto (enquanto existiu foi sempre nomeado nos vários guias como referência arquitectónica e religiosa, obrigatória), mas porque se cumprem precisamente 100 anos sobre o seu "passamento" e porque, à beira do novo século, parece traçar-se para a sua sucessora, a Estação Ferroviária de São Bento, destino diferente daquele para que foi projectada e assim demonstrando a inutilidade do sacrifício daquele imponente Mosteiro.

Ser-nos-á lícito pensar num anátema de D.Maria da Glória Dias Guimarães, a sua derradeira Abadessa?!

Apesar de todas as dificuldades previstas, procuraremos apresentar como trabalho uma visão de conjunto, reunindo as permissas disponíveis para que a leitura final deste complicado problema se torne um pouco mais linear. Acrescentamos que para elaborar esta nossa síntese dos elementos recolhidos e analisados tomaremos como base e ponto de partida o documento publicado em 1942 da autoria de Artur da Mota Alves com título "O Convento de Avé Maria do Porto" onde se explana a primeira construção, gótica do período Manuelino, transcrita do códice original (do século XVI). Como medida cautelar cotejamo-lo com o treslado efectuado no século XVIII, por ordem da Abadessa em exercício, D.Angélica Maria. No geral não detectamos diferenças a alterarem substancialmente o sentido do relato e as pequenas disparidades pontuais ajudam mesmo a clarificar alguns aspectos menos evidentes.

ENQUADRAMENTOS

1 – SÓCIO- POLÍTICOS

- Urbanismo e demografia

Começaremos o nosso estudo pelo enquadramento do Mosteiro da Encarnação do Porto (a outra designação porque ficou conhecido o Mosteiro de S.Bento de Avé Maria do Porto), isto é, por tentar inseri-lo na malha urbana e nas condicionantes político/religiosas do seu tempo, já que não teria qualquer cabimento um exame, subtraíndo-o à sua ambiência natural.

Remontar aos primórdios da "Calle" seria exceder o período em questão, mas sempre relembraremos que a implantação populacional, no Porto, é anterior à ocupação romana. A foz de um rio foi sempre um local aprazível e conveniente para o desenvolvimento démico. A estrada líquida atraía o comércio e permitia estabelecer relações interterritoriais. Independentemente de guerras e conflitos daí inerentes o burgo portuense enraizou-se, cresceu e extravasou, primeiro a cerca visigótica que protegia a Pena Ventosa (o primitivo núcleo onde reinava a Sé) e, mais tarde, a Fernandina.

Entre ambas nasceu o Mosteiro de S.Bento de Avé Maria, em 1518, bem junto do limite norte, interior, daquela última protecção muralhada. Cedo surgiram, por parte dos nossos primeiros reis, preocupações urbanísticas. O foral de 1123 (tempos da fundação do Condado Portucalense) e depois as directrizes emanadas por D.Dinis (1316) e Afonso IV apontam para uma funcionalidade e utilidade no traçado dos arruamentos [1]. De resto, é precisamente D.Afonso, o Bravo, a iniciar a planificação urbana com a nuclearização de polos habitacionais em torno de construções régias (Armazém de El-Rei e Alfândega) e da protecção do burgo, devido às lutas que mantinha com Afonso XI, de Castela continuadas depois nas Guerras Peninsulares, no reinado seguinte.[2] A muralha seria concluída no tempo de D.Fernando (em 1374/76 e eternizada com o seu nome), quando ainda mantinha aberto o contencioso pelo trono do país vizinho.

Embora casada com o rio, a cidade precisava do contacto com o exterior terrestre, findas as lides guerreiras. Para isso previram-se portas e postigos ao longo dos panos pétreos que, indiferentes ao alcantilado do terreno, galgaram escarpas, nos Guindais, demoraram-se a observar a toalha

---

[1] Proibiam-se obras em proveito próprio a qualquer cidadão (incluindo o bispo) OLIVEIRA, J.M.Pereira de, *O Espaço Urbano do Porto*, Coimbra, 1973, pp.222/223.

[2] Idem, *Ibidem*, pp.224/225.

a) *Portucale locus* b) *Castrum novum suevorum* c) Sentidos da expansão urbana

Fonte: OLIVEIRA, J.M.Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p.221,

a) Áreas urbanizadas b) Ruas e estradas c) Caminhos e azinhagas d) Igrejas e Capelas

Fonte: OLIVEIRA, J.M.Pereira, *O Espaço Urbanos do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p.223.

a) Áreas urbanizadas b) Ruas e estradas c) Caminhos e azinhagas d) Igrejas e Capelas

Fonte: OLIVEIRA, J.M.Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p.232.

líquida nas zonas altas do Olival ou do Cimo de Vila e precipitaram-se em descidas vertiginosas em direcção a Miragaia. Encontra-se precisamente entre aqueles dois pontos (Olival e Cimo de Vila) o local julgado azado para o Mosteiro. Ambos os planaltos se ligam por um "vale", cujo ponto mais baixo, ocupado pela Porta de Carros, aberta na muralha, se tornou a passagem nevrálgica para a vida económica da cidade. Embora a maioria das aberturas se situassem na zona ribeirinha[3], por razões mais que óbvias, a citada Porta de Carros era o seu suporte natural como saída e entrada complementar no lado oposto, permitindo que a animada vida do burgo se estendesse para as zonas a norte do país (Braga, Guimarães, etc). Neste eixo desenvolver-se-ía em anos subsequentes o principal comércio da Invicta (sua razão de existir), adensando naturalmente a malha urbana e obrigando a rasgar novos arruamentos, num intrincado emaranhado de ruas e vielas. Neste local, o coração da cidade hodierna, sobrevivem os restos da estrutura medieval dos mestéres, sobretudo na rua de Sta.Catarina das Flores, hoje designada simplesmente por rua das Flores, onde ainda agora encontramos instalada grande parte dos estabelecimentos de ourives, a que não deve ser alheia a proximidade do Largo dos Loios, que recebeu este topónimo do Mosteiro de St.Elói, padroeiro daquela classe profissional[4].

A cerca desta Congregação ficou então defronte do Mosteiro da Encarnação e ambos os edifícios se aconchegaram à ala norte da muralha. Por causa desta localização, com a ronda do muro fortificado em comum, não faltaram as acusações aos frades e às monjas de comportamentos menos próprios. Para obstar aos comentários das línguas viperinas, *"... fôra erguida junto da porta uma separação de pedra com resistente contra-forte, elevando-se muito acima do denteado da muralha suficientemente poderosa para impedir a passagem de qualquer pessoa ..."*.[5] Pela Porta de Carros nome talvez ligado com a "via Romana" (traçado para carros),fez-se durante muito tempo o trânsito das hortas para fora de muros. Em 1408 mandava-se que esta porta estivesse aberta *"à condução de pedra para as casas da Rua Chã"* que tinham ardido[6].

No reinado de D.João I dá-se uma renovação urbana. Os judeus instalam-se no interior da cerca, na zona de Belmonte, onde no século XVI[7] se ergueu a "variante" masculina da Ordem Beneditina (São Bento da Vitória). É curioso assinalar que as moradas dos e das professas de São Bento se

---

[3] Idem, *Ibidem*, pp.228/230.

[4] Em S.Bento de Avé Maria houve, no século XVIII (1715), uma Confraria de Santa.Ana, em que os irmãos eram fundamentalmente ourives, lapidários e alguns, poucos, entalhadores, vivendo nas imediações do Mosteiro. BNL *códice 8420*.

[5] VITORINO,Pedro, *Notas de Arqueologia Portuense*, III, CMP, Porto, 1937, p.152.

[6] OLIVEIRA, J.M. Pereira, *o.c.*, p.231.

[7] idem, *Ibidem*, pp. 231/232.

a) Muralhas sueva e fernandina b) Albergaria-hospital de Rocamador c) Sinagoga da judiaria do Olival d) Sé e) Conventos, Igrejas e Capelas f) Ruas g) Caminhos e azinhagas.

1 – Porta Nova ou Porta Nobre; 2 – Postigo dos Banhos; 3 – Postigo da Lingueta; 4 – Postigo do Terreirinho; 5 – Postigo do Carvão; 6 – Porta da Ribeira; 7 – Postigo do Pelourinho; 8 – Postigo da Forca; 9 – Postigo da Madeira; 10 – Postigo da Areia; 11 – Postigo dos Carvalhos do Monte ou Porta do Sol; 12 – Porta de Cimo de Vila; 13 – Porta de Carros; 14 – Postigo do Vimial ou Porta de Santo Eloi; 15 – Porta do Olival; 16 – Postigo ou Porta das Virtudes; 17 – Postigo da Esperança ou de São João Novo; 18 – Rua da Porta Nova; 19 - -Rua dos Banhos; 20 – Rua da Ourivesaria; 21 – Rua de São Nicolau; 22 – Rua da Reboleira; 23 – Rua da Alfândega; 24 – Rua da Fonte Aurina; 25 – Praça da Ribeira; 26 – Escadas das verdades; 27 – Lada; 28 – Rua das Congostas; 29 – Rua do Infante; 30 – Rua dos Mercadores; 31 – Rua da Ponte de S.Domingos (Trav.de S.Crispim); 32 – Murinho (Largo de S.Domingos); 33 – Escadas da Esnoga; 34 – Rua de São Miguel (Rua de S.Bento da Victória); 35 – Rua dos Caldeireiros; 36 Rua do Souto; 37 – Rua da Bainharia; 38 – Cruz de Souto; 39 – Viela dos Gatos (Trav.de S.Sebastião); 40 – Calçada do Corpo da Guarda; 41 – Rua Escura; 42 – Rua Chã das Eiras; 43 – Rua de Carros; 44 – Rua de Cimo de Vila.

Fonte: OLIVEIRA, J.M. Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Combra, 1973, p.240.

Na alínea e) – Conventos, Igrejas e Capelas: I – Convento de São Domingos (1238); II – Convento de São Francisco (1241); III – Mosteiro de Santa Clara (1416).

firmaram sobre as velhas Sinagogas do Porto[8] (não terá sido só coincidência, sobretudo se atentarmos no facto de que, pelo menos, D.Manuel se pautou por uma política dúbia em relação ao Povo do Livro). A abertura da Rua Nova da Alfândega gerou novo polo de fixação démica e, em 1417, João de Barros calculava em 8 500 habitantes a população do Porto, estimativa que Ricardo Jorge considerou exígua[9]. No dealbar da centúria seguinte, os Dominicanos emprazavam chãos na parte da rua que lhes pertencia (próximo do Largo de São Domingos, nome derivado do respectivo Convento), complementando a acção da Câmara que se lhes antecipara alguns anos antes[10]. Mais para leste e norte, os padres Loios tinham assentado "arraiais" (1491) numa horta e laranjais, doados para o efeito[11]. Quando a morada das Beneditinas se levantou na segunda década de quinhentos, a disposição de ambas as construções iria provocar os equívocos atrás descritos.

O reinado do Venturoso encontrou mais densa a malha do Porto, agrupada ainda numa só freguesia, a da Sé, que repartiria o seu espaço, antes do término de 500, com Vitória, São Nicolau e São João de Belmonte[12] e onde provavelmente sobressairiam do casario os volumes maciços dos Conventos de São Domingos (1238), São Francisco (1241, transferido para o interior da muralha em 1425) de Santa Clara (1416, vindas de Entre-os-Rios) e dos Loios (1491),[13] tornados centros radiantes da urbanização. Abria-se agora uma nova era económica que as rotas da Índia fomentavam, vislumbrando-se já uma renovação citadina. A urbe fervilhava de vida e de actividade comercial: nos Pelames (surradores), nas Ferrarias (de baixo e de cima, lugares de forja) nas ruas da Ourivesaria e de Sapataria e nos Caldeireiros (topónimo ainda hoje sobrevivente). As tendas de venda continuavam-se pela rua dos Mercadores para a Ribeira, onde havia boticas e marceria pendurada (artigos que não obrigavam a peso ou medida como barretes e meias).

Apesar desta evolução o burgo portuense mantinha-se aninhado no perímetro da muralha Fernandina.[14]

---

[8] LAGOA, Cherubino, *A Synagoga no Porto*, Porto, 1899, p. 33.

[9] OLIVEIRA, J.M.Pereira de, *o .c.*, p. 235.

[10] A Câmara reivindicou direitos sobre os terrenos dos dominicanos, sob o pretexto de que a abertura de portas dos edifícios a construir eram passíveis de foro ao Município, questão resolvida por alvará régio, em 1529, a favor dos Frades Pregadores, *O BURGO DO PORTO ANTES DOS ALMADAS*, in O Tripeiro,nº9, Porto,1987, pp.266/271.

[11] OLIVEIRA,J.M.Pereira, *o .c.*, pp. 237/239.

[12] PASSOS, Carlos, *Enciclopédia pela Imagem*, Porto, 1969, p.13.

[13] SANTOS,Cândido Augusto dos, *O Censual da Mitra do Porto*,Porto,1973,pp. 85/87.

[14] *O BURGO DO PORTO ANTES DOS ALMADAS*, in O Tripeiro,nº9, Porto,1987,pp.266/271.

Casualmente herdeiro de um trono para o qual não estaria destinado, D.Manuel revelou-se apesar de tudo consciente das realidades existentes. D.João II fora um monarca centralizador, governando com mão de ferro uma nobreza insubmissa, permitindo uma liberdade controlada ao povo. O Estado fortificara-se, mercê de trabalho meticuloso e de brilhante engenho. Ironicamente, as benesses resultantes desta arte de gerir tempos e homens bafejaram preferencialmente o cunhado, premiando a cautela e paciência de quem, vendo cair em seu redor amigos e familiares acusados de traição, permaneceu na sombra (digamos que seguiu a estratégia de Cláudio, imperador de Roma). A política centralizadora de D.Manuel terá sido por isso muito mais produto da sua natureza desconfiada e menos da anuência com a política do seu predecessor. A independência da acção municipal de que gozava a Invicta vinha já a perder terreno em favor do governo central desde que D.Gil Alma, bispo do Porto vendera a D.João I, em 1406, o senhorio do burgo[15]. Nesta sequência, o pensamento redutor e unificador do antigo duque de Beja não fez mais que ampliar prerrogativas em seu próprio benefício.

A febre das descobertas provocou tal cegueira e entusiasmo que facilitou ao manhoso monarca a prossecução dos seus intentos: a subjugação das liberdades municipais e populares, enquanto permitia à nobreza um aparente espaço de manobra. O Venturoso aprendera muito com a sobrevivência pessoal. O primeiro avanço deu-o com a reforma dos forais e no Porto, em 1509, derrogou o privilégio da aposentadoria dos nobres, dentro da cidade. Esta medida permitiu a médio prazo invadir o conselho municipal por gente da sua confiança. O problema iria ainda arrastar-se durante anos, mas em 1518 acabou de vez o direito do povo eleger a sua Câmara. Em compensação, D.Manuel estatuiu a Casa dos 24 Mesteres (tal como em Lisboa), assumindo ela a responsabilidade pela eleição camarária. Às sessões da Câmara assistiria, no entanto, um procurador escolhido entre os 24, mas só em ocasiões especiais[16]. Também o aspecto assistencial não foi descurado com a reunião de alguns hospitais e hospicios, entregues à Misericordia, tornando tudo mais fácil de controlar[17]. A partir de então a cidade passava ao patrocínio régio [18].

---

[15] AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no século XVI, Elementos para a História do Porto Quinhentista*, vol.I, Dissertação de Mestrado. Texto policopiado, FLUP,Porto, 1998, p. 34.

[16] GAMA, Arnaldo,*Um Motim há Cem Anos*, Porto,1950, pp. 411/412.

[17]SOUSA,Francisco Almeida, *Os Antigos Hospitais do Porto*, in O Tripeiro,Abril, Porto, 1993, p. 98/106.

[18] Com o fim do domínio episcopal terminava também o "reinado" do românico passando-se então à nova era do gótico no patrocínio régio. AFONSO, José Ferrão, *o .c.*, p. 34.

- **A centralização como forma de desenvolvimento**

Com o feudo submetido, arrancou uma nova etapa: adaptar o burgo às exigências viárias que se impunham. A passagem norte sul do espaço urbano estava ocupado por hortas e pomares cortada pelas águas correntes do Rio de Vila[19], engrossado pelo caudal do Rio Frio, vindo dos lados da Colegiada de Cedofeita (do lado poente) que a ele se juntava antes de transpôr a Porta de Carros, no extremo norte da muralha. O melhor processo de polarizar um local era, como já vimos, a existência de uma instituição monástica, atraindo gentes e contribuindo para o estabelecimento da actividade comercial. Tal fundação traria ainda vantagens nas relações com Roma, preocupada com a decadência dos comportamentos religiosos (que começaram a degradar-se pelo século XIV) e na disputa com os Católicos Isabel e Fernando pela filiação de Nação Fidelíssima. .

A nova era das Descobertas e da expansão da Fé arrastara no entanto uma outra questão que muito contribuíria para o relaxamento na observância religiosa e posterior encerramento de muitas comunidades devotas: o problema das comendas que se vinha verificando desde os meados do século XV e que D.Manuel para agradar a gregos e a troianos, agravou, distribuindo benesses das rendas monacais e conventuais a todos os que tivessem feito serviço em África durante dois anos, a expensas próprias. Não havia o mínimo critério na escolha das pessoas que se instalavam nas mesas abaciais, sucedendo-se os abusos. Em muitos mosteiros, a Regra era ignorada, não existindo qualquer Livro da mesma, vivendo os monges e as monjas sem clausura, entesourando para si próprios (em franca competição com os administradores nomeados pelo rei), sustentando querelas, rixas e mesmo extorsões aos vizinhos pela posse de terras, como qualquer senhor feudal. Em 1454/65, Frei João Alvares, visitador do mosteiro de Paço de Sousa, queixava-se de que os monges se uniram contra si, não permitindo a sua visita, e Frei Leão de São Tomás acrescentava que *"...quando veio o ano de Cristo de 1500 já todos os mosteiros de S.Bento de Portugal que não eram extintos estavam em poder dos comendatários que ordinariamente tratavam mais de si que do espiritual e temporal dos mosteiros"*[20]. Estas razões seriam mais que suficientes para que os vários Concílios com relevo para o de 1545/63 tentassem refrear a degradação total da vida religiosa.

A reacção surge com a criação de Congregações[21] que pugnavam pela restauração da disciplina. Extinguiram-se muitos cenóbios (nos meados do século XVI, a norte do Douro, existiam aproximadamente 130 destas comunidades) e, se em muitos deles o número reduzido de

---

[19] O Rio de Vila chamou-se antes Rio da Cividade, LAGOA, Cherubino, *A Synagoga do Porto*, Porto, 1899, p. 28.

[20] SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, *o .c.*,pp. 81/82.

[21] É após o Concilio de Trento(1545/1563) que se dissiminam estas Comunidades a partir das Ordens pré-existentes, como forma de corrigir os maus caminhos trilhados pelos religiosos das várias confissões.

habitantes justificaria plenamente o seu encerramento, um olhar pelos registos dos visitadores e pelas admoestações das Constituições Sinodais , sobretudo no que concerne às casas conventuais nortenhas, complementa amplamente tais decisões[22]. Não se pense contudo que as directivas Conciliares aplicadas pelos bispos resolveram todas as questões. O que se seguiu pelo século seguinte foram guerras, mais ou menos surdas, no acatamento das leis que em muitos casos se transformaram mesmo em motins[23]. Também da fundação da Comunidade que veio habitar o Mosteiro de São Bento de Avé Maria nos chegam ecos de que terá sido tudo menos pacífica, embora o relato seja contido[24].

O local escolhido para a construção do Mosteiro recaíu em terrenos, de D.Pedro da Costa bispo do Porto, irmão e sobrinho de clérigos importantes[25]. Desde o momento em que a decisão foi tomada, passou-se ao processo de desafectação dos proprietários e foreiros mediante a avaliação dos chãos e das rendas[26]. Os terrenos em questão eram já por esses tempos valiosos, criando por isso clivagens na atribuição de indemnizações, algumas bastante curiosas como mais à frente referiremos. A partir de então, a cidade contou com mais uma casa monástica que,

---

[22] OLIVEIRA,Eduardo Pires, *O Edificio do Convento do Salvador*, Braga, 1994, pp.127/131; MAIA, Fernanda Paula Sousa, *Uma Comunidade Religiosa Feminina nos alvores da Época Moderna* in Revista de Ciências Históricas, Univ.Portucalense, Porto,1998, pp. 167/177; RIBEIRO,João Pedro, *Reflexões Históricas*, Parte I,Coimbra,1835, pp.68/74.

[23] Idem, *Ibidem.*

[24] No caso vertente há pelo menos dois casos: o de Rio Tinto e o de Tuias. Estes dois Mosteiros foram reunidos ao do Porto a contra gosto das respectivas freiras. No primeiro a abadessa interpôs recurso a Roma. ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro de São Bento de Avé Maria (4674)* pp. 400v°/402. No segundo as religiosas terão queimado o cartório em sinal de protesto como nos conta CRUZ,António, *Alguns Docs.Medievais do Cartório de São Bento de Avé Maria*, CMP, Porto, 1945, pp.6/7,citando João Pedro Ribeiro e onde ele aponta também o relaxamento das Ordens Religiosas.

[25] D.Pedro da Costa era irmão de D.Diogo da Costa, seu antecessor no bispado e ambos sobrinhos de dois arcebispos, um de Lisboa, D.Martinho da Costa, e outro de Braga, D.Jorge da Costa. REIS, Sousa, *Ms.Inéditos da BPMP (Clero,1ªparte)*, II série – 5, Porto,1992, pp. 127/131.Terá sido um outro D.Jorge da Costa, também seu tio e cardeal, que, quando adido em Roma, no reinado do Principe Perfeito e fugido à justiça dele, terá constituído obstáculo à tentativa frustrada, por parte deste monarca, de legitimar seu filho, D.Jorge, duque de Aveiro. FERREIRA,Seomara da Veiga, *A Crónica esquecida d'El-rei D.João II*, Lisboa,1995,p. 274.

[26] O espaço onde se construiu o Mosteiro e posteriormente se rasgou a Rua das Flores (1521) era todo da Mitra e do Cabido que fomentaram a respectiva urbanização, deixando marcas na pedra, a Mitra na forma da roda de Santa Catarina (símbolo de D.Jorge da Costa e adoptado por seu sobrinho e bispo D.Pedro da Costa) e o báculo e o Cabido escolheu como testemunho um São Miguel Arcanjo com Dragão. MARÇAL, Horácio, *A Rua das Flores*, in O Tripeiro, n°10, Porto,1955,p.301. Este processo generalizou-se aparecendo também nas ruas do Almada e dos Caldeireiros,FERREIRA,Mons.J.Augusto,*Memórias Arqueológico Históricas da Cidade do Porto*,Tomo II,Braga,1924,p 87.

a) Muralhas sueva e fernandina b) Hospital de D.Lopo (antiga Albergaria-hospital de Rocamador) c) Sé d)Conventos, Igrejas e Capelas e) Ruas f) Caminhos e azinhagas.

1 – Rua da Esperança (Rua de Tomaz Gonzaga); 2 – Rua de São Joãp Novo; 3 – Rua da Ferraria de Baixo (Rua de "O Comércio do Porto"); 4 – Rua de Belmonte; 5 – Rua das Taipas; 6 – rua de São Miguel; 7 – Travessa do Ferraz; 8 – Rua de Trás; 9 – Largo de Santo Eloi; 10 – Rua das Flores; 11 – Rua do Ferraz; 12 – Rua dos Pelames; 13 – Rua do Loureiro; 14 – Rua de Santo António do Penedo; 15 – Travessa do cativo; 16 – Rua do cativo; 17 – Rua da Porta do Sol; 18 – Escadas dos Codeçais.

Fonte: OLIVEIRA, J.M. Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p. 254.

Na alínea d) - Conventos, Igrejas e Capelas: I – Convento de São Domingos (1238); II – Convento de São Francisco (1241); III – Mosteiro de Santa Clara (1416); IV – Convento dos Loios (1491); V – Mosteiro de São Bento da Avé Maria (1518); VI – Colégio de São Lourenço (1560); VII – Mosteiro de São Bento daVitória (1596); VIII – Convento de São João Novo (1552).

implantada no mais íntimo do seu seio, passou a intervir de forma decisiva no desenvolvimento económico, religioso e urbanístico, até ao dia em que os ventos da História o varreram como folha morta para no seu lugar colocar um hino ao Deus encarnado no Progresso e nascido do novo pensamento positivo. Durante mais de três séculos, os rearranjos planimétricos do burgo portuense contornaram aquele volume grandioso, que foi ele mesmo sendo objecto de transformações internas, tornadas necessárias às modificações na observância religiosa e tantas foram que lhe modificaram por completo a fisionomia primitiva.

O local do Mosteiro era o da "Cividade", topónimo cuja localização exacta já fez correr rios de tinta. Como não pretendemos contribuir para a polémica, limitar-nos-emos a citar alguns autores: Ricardo Jorge, com base em documentos patentes no Arquivo Distrital do Porto, datados do século XVI, e Horácio Marçal, apoiado em outros do mesmo Arquivo e da mesma centúria, indicam não haver dúvidas de que o lugar em causa estaria situado entre as ruas Chã, do Loureiro e a desaparecida rua do Corpo da Guarda[27]. Sousa Reis refere também "Cividade" para o mesmo local onde segundo ele se edificou o Mosteiro de Avé Maria[28]. Como não temos qualquer autoridade em tal assunto, limitamo-nos a concordar, por nos parecer bastante lógico, o raciocínio feito, baseado em documentos. A corroborar esta nossa posição está a ordem de D.Manuel que expressa: *"...o fazimento de um mosteiro de freiras que ora Sua Alteza manda fazer na cidade do Porto nas ortas do bispo onde chamam a cividade"*[29]. Para que fosse possível ali levantar uma construção de tal envergadura tornou-se necessária a remoção da Porta de Carros alguns metros para poente, ficando o primitivo local assinalado por uma inscrição[30] e o novo com marca régia[31]. A rua de Carros (chamada também do Faval) que ligava a rua Chã à dita Porta de Carros perdeu a sua parte inferior para dar lugar à rua do Loureiro, assim como desapareceram caminhos e vielas,

---

[27] MARÇAL, Horácio, *A Cividade do Porto*, in O Tripeiro, Março, Porto, 1967, pp. 65/67.

[28] Idem, *Ibidem*

[29] *O BURGO DO PORTO ANTES DOS ALMADAS*, in O Tripeiro,nº9, Porto, 1987, pp.266/271.

[30] *"É n'esta parte do convento (do lado norte) aonde se acha a antiga Porta de Carros (1409) no muro que desce pela calçada da Thereza aonde se vê na rua da Madeira um arco tapado a alvenaria, escondendo a dita Porta de carros. Está perfeitamente conservada, tendo no cimo da porta feita no centro da espessura do muro as armas portuguezas com a inscripção bem clara e legível d'El-Rei D.Manoel, que mandou abrir em 1521".* PINTO, J.Marcelino Peres, Apontamentos para a História da Cidade do Porto, CMP, Porto, 1869, p.64.

[31] *"Consta todo esto de Una Piedra que està sobre la mesma Puerta de Rua de Carros de la parte de adentro, en la mesma Muralla, la qual dize assi: Regnante Diuo Emmanuele,Qui primus Portugaliae Regum ad mare usque Indicum,Seythicum et Eoum cum adjacentibus terris Imperium suum propagauit:aperta fuit haec Porta simulque Via, quae in Sancti Dominici templum ducit: Industria Antonij Correa,huius civitatis Corretoris"*, NOVAES,Pe.Manuel Pereira de, Anacrisis Historial (episcopológico),vol.III, Porto,1917, p. 243/244. Sousa Reis apresenta uma legenda diferente, REIS,Sousa *Mns.Inéditos da BPMP*,série II-3, Porto,1984, p.69.

serventias das Hortas do Bispo (pertenças da Mitra e do Cabido), de forma a libertar a grande área de chão onde se iria construir o novo mosteiro.

O Padre Novaes refere-se ao local do seguinte modo: *"Para la Clausura del dicho Convento, se tapiò la Puerta que llamavam de Rua de Carros, que seguia la Calle com este nombre, y dava Passo y Camino a la Rua del Faval, que Venia derecha de la Rua Cham hasta dicha Puerta de Rua de Carros que es la que oy Vemos tapiada*[32] *de manposterior al baxar de la Calçada ò Couraza que Viene de Nuestra Señora de la Batalla y Puerta de Cima de Villa, en frente de la huerta del Hilario, que assi se llama por aver sido de Un Canonigo de Santa Iglesia de o Porto..." "... por ser assi neçessario para la Clauzura de la huerta, que agor es del mesmo Monasterio de la Encarnacion, ò Ave Maria, se abriò en la mesma Muralla outra puerta com el mesmo nombre de Rua de Carros, y Cae en frente y medio de la mesma Plaça del Faval, ò Terrero de San Bento, y dà Passo al Camino de la Calle del Buen Iardin, y Chafariz de Vilaparda, Camino de Alfena, y Tierra da Maya, Y desta Puerta nueba de Rua de Carros, hasiendose Calle de todas las huertas y Iardines que ay desde esta Entrada hasta el Monasterio de Santo Domingo, siendo superintendente de todas estas obras y de la fabrica del Monasterio, Antonio Correa, Corregedor que entonces era desta ciudad, y, como la Calle que se abriò desde esta Puerta hasta el Convento de Santo Domingo fuè fundada en aquellas hermosissimas huertas y iardins, que avia en el Intermedio, le puso nombre de la Rua de las Flores..."*[33].

Como o trânsito vindo da Ribeira e da Alfândega para a Pena Ventosa e Bainharia se fazia pelas Congostas e pela rua dos Mercadores, naturalmente muito incómodo, a nova artéria rasgada quase em simultâneo com a construção do cenóbio (Santa Catarina das Flores[34]), estendendo-se até São Domingos[35], permitiu ligações mais rápidas e uma maior fluidez no comércio norte/sul extra muros, como friza o Padre Novaes. Defronte do novo imóvel criou-se um amplo e

---

[32] Esta primitiva Porta de Carros aberta por Provisão, em 4 de Setembro de 1408, expedida pelo Bispo do Porto D.João Afonso Aranha, que exercia também o cargo de Vedor da Fazenda de D.João I, mandava logo colocar nela Sizeiros para melhor arrecadação das rendas reais, REIS, Sousa, *Ms.Inéditos da BPMi*², série II-3, Porto, 1984, p.74. Vêr nota 30 onde J.Marcelino Peres aponta a data de 1409.

[33] NOVAES, Manuel Pereira de, *o .c.*,p.243.

[34] Os terrenos da Mitra e do Cabido do Porto ocupados com o Mosteiro e rua das Flores estavam compreendidos na doação da rainha D.Teresa e as rendas dos lotes resultantes e posteriormente arrendados (casas e quintais) ficaram, os da rua das Flores para a Mesa Pontifical, e os da rua de Carros para a Sé, SANTOS, Cândido Augusto Dias, *o .c.*,1973, p.153.

[35] OLIVEIRA, J.M. Pereira de, *o .c.*, p. 244.

desafogado Rocio (o Largo de São Bento das Freiras[36]) onde em breve se estabeleceu uma feira[37], ao longo da imponente escadaria, e protegida pelas próprias freiras[38].Em 1838, apesar da insistência das Beneditinas que diziam depender deste mercado para a sua sobrevivência, a Câmara encerrou-o,[39] transferindo-o depois para o mercado do Bolhão, aberto em 18 de Setembro de 1839, atendendo as exigências dos lojistas que se sentiam lesados[40] (não nos podemos esquecer das novas tendências laicas e de que a extinção das Ordens Religiosas já se fizera sentir[41]). Por necessidades da construção, o Rio de Vila foi encanado assim como o abastecimento de águas aos Dominicanos (a partir do lugar do Mosteiro de Avé Maria). Parece no entanto que as estruturas deveriam ser deficientes porque aquele Rio visitava com frequência as canalizações do Convento dos Pregadores[42]. Esta deficiência terá sido causada talvez pela edificação do Mosteiro porque em 1530 o rei (D.João III) manda que se resolva o problema da água a São Domingos, desviando os canos que passavam no "convento novo", contribuindo para isso com 10 000 000 réis. Destes se pagaram 9 600 000 réis a João de Verdezedo com a condição de o fazer antes *"... que povoamdo-se o dito mosteiro novo..."*[43] Concerteza o nome de rua dos Canos (parte do troço da rua das Flores, provavelmente o superior) derivaria da passagem das condutas abastecedoras e do rio posteriormente tapado (em 1715 este topónimo "Canos" permanecia). A ligação a São Domingos tornou necessária a construção da Ponte Nova (sobre o Rio de Vila) a montante da já existente Ponte de São Domingos[44].

---

[36] Segundo Sousa Reis haveria na Foz outro Largo com o mesmo nome, devido a um convento masculino que lhe estava próximo, REIS, Sousa, *o .c.*, p.119.

[37] Esta feira resultou de um acordo entre a Câmara e a Casa dos 24 feito em 24 de Dezembro de 1587, PASSOS,Carlos, *Lembranças da Terra*,1ªsérie, Porto, 1919, p.120.

[38] Ali mercavam as padeiras de Valongo, padroado das Beneditinas do Porto . AZEVEDO,Mª José Coelho,*A Igreja Matriz de Valongo*, Dissertação de Mestrado, Texto policopiado, vol.I, FLUP, Porto,1999, p. 23.

[39] Por vereação de 24 de Julho desse ano, PASSOS, Carlos, *o .c.*, p.120.

[40] MARÇAL,Horácio, *Feiras e Mercados na Cidade do Porto desde o séc.XIV até aos nossos dias*, Revista de Etnografia e História, nº30 , Porto, 1972, pp. 9 e 26. Na face norte do Mosteiro de Avé Maria, mas fora da muralha, efectuou-se durante anos a feira da madeira que originou o topónimo da rua ainda ali existente, Idem, *Ibidem*, p. 20.

[41] Esta feira de São Bento das Freiras, para onde se transferira em 1590 parte da de São Domingos e em 1625 o restante, não encerrou em 1736 (como pretendia a Câmara), por petição da Madre Abadessa ao rei, num tempo em que o Mosteiro estava na sua maior opulência e influência. De feira semanal (terças-feiras)de variados produtos tornou-se mercado diário de hortaliças e leite, FERNANDES, José Alberto V. Rio, *Porto Cidade e Comércio*, CMP,Porto,1997, pp. 44/45.

[42] OLIVEIRA, J.M. Pereira de, *o .c.*, pp. 245/246.

[43] ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl.197vº.

[44] OLIVEIRA, J.M.Pereira de, *o .c.*, p. 252.

O local escolhido era pois cruzamento de caminhos serpenteantes por entre terrenos de cultivo, mas deveria ser também zona alagadiça, não só por mananciais espontâneos[45] mas também pelo leito do Rio de Vila, engrossado por vários veios de água que ía incorporando na sua descida para o Douro. Este "patamar" intermédio onde se situavam as "Hortas do Bispo", ideal para a concentração de todas as escorrências de qualquer tipo e origem, não se tornaria num lodaçal dada a inclinação abrupta que a partir daí se verificava relativamente à cota do rio Douro[46]. O seguinte apontamento ilustra bem o ambiente: "*Detras o mosteiro novo no resio estam humas estrequeiras as quaes trazia Pero Fernandez e Afonso Pyrez e pagam trynta reis e estas esterqueyras com as casas e moinhos delas se tomou para o mosteiro novo...*"[47]. A construção do Mosteiro deve ter contribuído para uma remodelação urbanística profunda, obrigando ao rasgar das novas vias que dinamizaram a economia e fomentaram a ampliação da construção extra-muros para norte. Este conjunto de alterações levaram à reestruturação da malha urbana intra-muros e a uma melhoria geral da sanidade no burgo pela canalização dos fluidos urbanos, abertura de mais amplos espaços, ou seja aquilo que hoje se chama de ordenamento territorial. Nas últimas décadas de 500, completou-se a urbanização interior, com o Colégio dos Jesuítas (1560), próximo da Sé, em zona ainda livre e que adensou mais o casario (o Mosteiro de Avé Maria deve ter sido no entanto a derradeira obra, de D.Manuel I, no Porto). Parece-nos de resto que os locais escolhidos para os dois edifícios (Colégio dos Jesuítas e Mosteiro da Encarnação) poderão ser inseridos no padrão palladiano: "*local elevado para ter bons panoramas e possam ser vistos e saudados dos lugares mais distantes, zonas nobres e mais importantes da cidade e abrindo para alguma praça ou convergência de qualquer rua principal à qual servisse de ponto de fuga*"[48]. No caso vertente ficam reunidas todas as permissas e não poderia ter ficado mais bem exemplificada a teoria.

Uma vez começada a obra de Avé Maria e sentindo-se a necessidade de desobstruir o espaço envolvente, D.Manuel lança sobre os cidadãos do Porto um imposto no sentido de custear as várias beneficiações posteriores[49]. Por um lado fundava um mosteiro coisa que segundo Damião

---

[45] "*... he Casa nobre e de muita agoa dentro...*"BARROS, João, *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Colecção de Ms. da BPMP, Porto,1919, p.36.

[46] No lugar onde hoje se inicia a subida da rua de Santo António a água era tanta (mina do Bolhão) que para ali se construirem casas foi necessário fazer estacaria. MARÇAL, Horácio, *A Rua de Santo António* in O Tripeiro, nº10, Porto,1964,p. 297.

[47] AFONSO, José Ferrão, *o.c.*, p. 104

[48] MARTINS, Fausto Sanches, *Colégio de São Lourenço – 1560/1774*, Trabalho de síntese no âmbito das provas da Carreira Docente e Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FLUP, Porto,1986, p. 224.

[49] Para pagar as obras e outras despesas com a abertura da rua das Flores, lançou D.Manuel um imposto, a finta, sobre os moradores do Porto e seu termo, SANTOS,Cândido Augusto Dias, *o.c.*, p. 153.

de Góis era do seu agrado[50], custeava-o e dotava-o, e por outro lado, a população "agradecida" contribuía voluntariamente "à força" para as obras que daí derivavam inevitavelmente[51]. Para dar início aos alicerces, manda D.Manuel a Gomes Paes, provedor das obras, que nomeie louvados jurados sobre os Santos Evangelhos para avaliar "... *a ortaliça e chãos com outras pesoas e ortellães que digo bem soubesem pera melhor enfermaçom*" e *"asi foi perguntado ao bispo que se queria louvar nos sobreditos porquanto as ditas ortas e chão eram da See e foreiras do dito bispo e Cabido."* O prelado, D.Pedro da Costa (49º a ocupar a cadeira episcopal, 1507/1535)[52] parece não ter levantado objecções contrariamente às manifestações dos rendeiros lesados, já que detinham prazos antigos de 2 e 3 vidas respeitantes a terrenos intra e extra muros. Os cálculos financeiros recaíram naturalmente sobre as áreas dentro da muralha, já que eram as afectadas para a construção e sobre elas se descontariam as quantias a pagar ao bispado (as indemnizações orçaram entre 2 152 000 réis e os 3 000 000 réis, abatido o devido ao senhorio, em média 600 000 réis, consoante tivessem ou não benfeitorias). Num caso particular, a uma viúva, Inês Afonso, que apenas explorava terreno intra-muros onde tinha casa, pombal e poço, adicionaram-lhe um pouco mais ao total considerado exíguo (1 000 000 réis sem as reduções respectivas ao bispo). Foi então decidido dar-lhe 6 000 000 réis (talvez por ser viúva)[53].

As verbas mais elevadas foram de 8 000 000 réis (pagos em cruzados[54]) por um terreno com pomar e água, de Jorge Lourenço, e 30 000 000 réis por um pomar (12 X18 braças[55])de Gonçalo Anes, de Amarante, que pegava com as terras do chanceler da correição, João de Valadares, e "batia" numa parede de João Rodrigues de Sá e noutra parede do Caminho Velho que partia com o dito chanceler. Este processo é um pouco mais curioso que os outros, já que João Lopes, mestre pedreiro do nóvel Mosteiro, serviu de testemunha. Alguns dos rendeiros exigiram ainda indemnizações sobre culturas destruídas. Coloca-se aqui uma discrepância temporal: segundo o relato incluso no Livro da Fundação, a construção do Mosteiro iniciara-se em Junho de 1518, mas

---

[50] ROCHA,Hugo, *Do Mosteiro da Ave Maria, do suave milagre do seu Quadro da Santíssima Trindade e da sua última Abadessa,* in O Tripeiro, Março,nº3, Porto,1961, p.70.

[51] Terá havido divergências com a Câmara por causa do direito de portagem. PINTO,António Ferreira, *O Cabido da Sé do Porto*, Docs.e Memórias para a História do Porto, CMP, Porto,1940, p.257.

[52] Apesar de ter sido nomeado para León, Espanha, em 1534, nos principios do ano seguinte estava ainda no Porto com dignidade Pontifical, CUNHA, D.Rodrigo da, *Catálogo dos Bispos do Porto*, Porto, 1742, pp.192/199.

[53] O pombal ainda ali estaria aquando da delimitação dos terrenos para a hospedaria, em 1547: "... *nos chaos do dito mosteiro que estam acyma da dita Casa da ospedaria pera o pombal...*", ADP,*Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl.351vº. Esta construção e o seu lugar terão sido provavelmente responsáveis também pelo topónimo do séc.XIX atribuído à viela das Pombas que por ali existiu.

[54] 1 cruzado = 40 000 réis.

[55] 1 braça = 1,98 m (aproximadamente 2 m). Dic. de História de Portugal, vol.V, Porto, 1992, p.68

as espécies cultivadas e em questão eram melões, invocando-se então maturação avançada para alguns. Tendo em conta o clima do Porto, mesmo em anos excepcionalmente quentes, seria pouco provável estarem em condições comestíveis antes de Agosto. Então, ou não eram melões ou a data está desfazada. Gomes Paes resolve a questão pela média entre maduros e verdes, atribuindo a quantia de 2 000 réis por peça, que se pagou a cada um dos três requerentes: Afonso Pires – 1 172 000 réis; Luis Afonso – 970 000 réis; João Dias (ou Alves) – 300 000 réis.

Julgamos perceber que quando se lançaram as primeiras pedras para a construção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria ou da Encarnação ainda não estava atribuído a nenhuma Ordem em particular. Como dissemos, D.Manuel I gostava de fundar Conventos,[56] acção seguida por muitos nobres, [57]e apesar dos Beneditinos serem uma força importante no país e se confundirem mesmo com os alvores da nacionalidade, não seria de estranhar ali se recolherem dominicanas, como parece ter estado na mente do soberano. De resto, os Pregadores sairíam muito beneficiados no reinado seguinte, iniciando-se esta tendência com D.Manuel[58] que, por razões desconhecidas, presenteou a componente feminina de São Bento[59] com o mosteiro recentemente edificado, no Porto.

- **A anexação como forma de centralização**

A anexação de comunidades era prática comum como forma de reduzir o número de casas monacais e conventuais que não possuíam meios de subsistência, mas nestes tempos de relaxamento religioso era também forma de encerrar focos disseminantes de escândalo. Em 1501, D.Manuel foi autorizado a fazer, de quatro[60] mosteiros do bispado do Porto, um só, da Ordem de Santa Clara, por Bula de Alexandre VI (*Injunctum est Nobis Desuper*).

---

[56] "*Fundou mais de cincoenta Templos com Real Liberalidade ...*" ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl. 5.

[57] No século XVI muitas foram as casas religiosas fundadas, não só de raiz, como resultantes da fusão de outras e exemplo disto é a que serve de base ao nosso tema. Também não era estranho que o doador as destinasse inicialmente a uma Ordem e posteriormente entregasse a outra, ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*,Liv.III, Coimbra,1912, pp.328/331.

[58] Alexandre VI determinou em 1501 que se iniciasse a reforma dos Dominicanos, reforma essa que teve pleno desenvolvimento com o Papa Júlio II e no reinado do Piedoso, Idem, *Ibidem*, p.543.

[59] Temos de ter em atenção que as monjas beneditinas não são Segunda Ordem como acontece com as franciscanas, mas apenas religiosas que seguem a Regra de São Bento, adaptando-a no que fôr necessário à sua condição feminina, SOUSA, D.Gabriel, *Beneditinas*, Dic. De História da Igreja em Portugal, 2°vol., Lisboa, s/d, p. 319.

[60] Mons.J.Augusto Ferreira nas *Memórias Arqueológico-Históricas*,indica serem seis as casas a anexar mas Sousa Reis nos *Ms. Inéditos da BPMP*, II série-6, p.170 aponta cinco, quatro dos quais juntar-se-íam primeiro ao de Rio Tinto.

Em 1517, pediu o monarca autorização para reduzir a um os mosteiros de Vairão, Vila Cova, Tuias, Rio Tinto e Tarouquela[61]. A permissão poderá ter sido simplesmente de extinguir alguns cenóbios e não especialmente aqueles[62] *"por estarem em locais ermos para habitação de mulheres e em que se faziam obras de pouco serviço de Deus. Essa concessão foi-lhe atribuída no ano seguinte por Bula de Leão X (Solicitudo Ministerii Pastoralis)"*[63]. Menos de um ano após a publicação do documento, iniciava-se o mosteiro do Porto. Existe alguma controvérsia na escolha dos Mosteiros anexados: o Livro da Fundação do Mosteiro de São Bento de Avé Maria indica Rio Tinto, Tarouquela, Tuias e Vila Cova. Para cada um deles faz um breve rascunho das respectivas fundações[64], todas a perderem-se na noite dos tempos. Quanto a Vairão (já existia em 974) e Corpus Christi (1345) do último não consta sequer em hipótese. O primeiro está icluso no auto de notificação[65], por cartas régias, mas, conta João Pedro Ribeiro, que terá escapado à "incorporação", apelando ao Sumo Pontífice, declarando as religiosas não se reverem nos desmandos, que talvez fossem apontados pelo monarca, e apenas a Abadessa e o procurador se deslocavam fora em casos urgentes[66]. Na realidade, num alvará feito em Lisboa a 18 de Março de 1522 (já reinado de D.João III) em que o monarca faz saber: *"... que tinha mandado a Gomes Paes* (Provedor das obras de Avé Maria ?), *cavalleiro de sua caza que vagando alguas Igrejas que fossem da aprezentação dos Mosteiros de Rio Tinto, Tarouquella, Villacova e Tuyas logo tanto que vaguem tomme de cada hua dellas a posse por parte e em nome do Mosteiro que El Rey seu Pay mandou fazer na cidade do Porto, por serem a este annexadas..*[67]" parece que o dito mosteiro de Vairão estaria já desanexado. Mais tarde, uma missiva deste soberano e datada de Outubro do mesmo ano, admoesta a abadessa de Rio Tinto no sentido de obedecer às directivas régias (provavelmente, seguindo o exemplo de Vairão, continuavam a tentar subtraír-se à autoridade central).

---

[61] Corpus Christi seria o sexto, FERREIRA,Mons.J.Augusto, *o .c.*, p.86.

[62] Vila Cova (Feira), Tuias (Marco Canavezes),Tarouquela (Lamego),Rio Tinto (Porto), Vairão(Vila Conde) e Corpus Christi(V.N.Gaia). FERREIRA,Mons.J. Augusto, *o .c.*

[63] Esta bula tem data de 4 de Outubro de 1517, ALMEIDA,Fortunato, *o .c.*, p.526.

[64] Rio Tinto (arredores do Porto) fundado por Truticendo Dias–1062(parece ser mais antigo, 862 e fundado por D.Gontina de Pedras Rubras); Tarouquela (Lamego) – D.Urraca Viegas (1ªabadessa)-1223 (D.Sancho I o encoutara em 1262, no entanto este soberano faleceu em 1211 e D.Sancho II em 1248. Sousa Reis nos *Ms. Inéditos da BPMP*, p. 170 lança alguma luz com a data de 1186); Tuias (Marco de Canavezes) – D.Urraca Viegas, filha de Egaz Moniz, casada com D.Vasco Sanches não apresenta data de fundação (pensamos que os nomes destas duas últimas damas serão apenas fruto de coincidência, embora os locais não sejam muito distantes entre si); Vila Cova (Feira) - não há qualquer indicação de fundador ou data, apenas assinala ser "antiquissimo" e regista os privilégios concedidos por D.Afonso IV em 1344 (parece possível, visto o referido monarca ter falecido em 1357).

[65] ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl. 406.

[66] RIBEIRO,João Pedro, *Observações Históricas e Críticas*,Parte I, Lisboa, 1798, pp.68/74.

[67] ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl.418.

Surge, entretanto, outro "candidato": Santa Maria de Valboa, no Douro, que segundo Sousa Reis teria sido anexado aos quatro inidicados no Livro da Fundação[68], mas que também ali não consta. Curiosamente este autor não indica qualquer data para a sua fundação como faz com os demais (terá existido tal hipótese?). Para reforçar a opinião de que os cenóbios a extinguir não estavam inicialmente discriminados, é o facto de nos ter aparecido outro elegível, o de Espiunca, cuja fundação se perdia também na noite dos tempos, surgindo como casa religiosa já em 1199[69] .

Da reunião das quatro comunidades resultou um só corpo na forma beneditina, ou seja passaram a reger-se pela Regra de São Bento, adoptando os hábitos da Regra e o hábito negro de Santa Escolástica. Ressalvamos este aspecto porque, embora fosse comum reunir sob a mesma Ordem frades ou freiras provenientes de outras, há uma certa discrepância de informações para o Mosteiro de Avé Maria; Mons.J.Augusto Ferreira diz na obra citada que os quatro mosteiros eram já beneditinos, enquanto Pinho Leal afirma que Rio Tinto era de Agostinhas (Regra de Santo Agostinho) e Tarouquela sabemos nós ter sido cistersiense (embora seguindo a mesma Regra havia certas diferenças de interpretação da mesma e o hábito era branco) e foi precisamente o rito de São Bernardo a iniciar a vida da comunidade: *"... e fechadas as portas, foi aquelle Santo Rebanho direito ao Coro cantar as Horas Menores pelo Breviário Cistersiense*[70]..." não podemos esquecer que D.Maria de Melo, primeira abadessa era oriunda de Arouca a prestar serviço em Tarouquela[71] .Pinho Leal fundamenta a sua afirmação do modo seguinte: o mosteiro de Rio Tinto começou por ser, em longínquos tempos, (862) dúplice e trasladado em 1060 de Gontão (Pedras Rubras) onde se fundara, para Moreira. Por razões de moral, as monjas passaram posteriormente para Rio Tinto onde permaneceram até à "incorporação" forçada por D.Manuel I, no novo Mosteiro do Porto[72]. Parece no entanto que seguiam já a Regra de São Bento, o que não obstou às quezílias e protestos perante a iminente anexação que se veio posteriormente a verificar no reinado de D.João III.[73]

---

[68] Este mosteiro terá tido mesmo um começo recambolesco: a fundadora, Sancha de Castro, envenenara seu irmão, Martim Fernandes, para "*...mais livremente poder desaforar se com D.Affonso 8º chamado o Imperador.*" REIS, Sousa, *Ms.Inéditos da BPMP*,II série – 6, Porto,1999, p. 170. Posteriormente encontramos uma possível explicação: terá sido anexado a Santa Ana de Viana do Castelo, FERREIRA,Pe.Manuel Avelino, A Igreja de Nossa Senhora.do Terço, Barcelos,1982,p.228.

[69] JUNIOR, Manuel Rodrigues Simões, *A Primeira Abadessa do Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, in O Tripeiro, nº10, Porto, 1963, pp.289/290. D.Gabriel de Sousa atribui-lhe a data de 1108 mas declara desconhecer a data da sua extinção. Não o considera como possível candidato, SOUSA,D.Gabriel de, *o .c.*, p.321.

[70] ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, ff. 7/7vº

[71] Idem, *Ibidem*, fl.5vº.

[72] LEAL,Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*,vol.V, Lisboa,1876,pp. 543/545.

[73] AZEVEDO,Maria José Coelho, *o .c.*,p.1.

Ao lêr as primeiras folhas do Livro da Fundação do Mosteiro de São Bento de Avé Maria trespassam também algumas dúvidas quanto à uniformidade antecedente: "*Em breves dias se compôs o Toucado a hum só uso.*"[74] Facilmente se vislumbra que todo o processo terá decorrido neste reinado, já que o Venturoso sai de cena em 13 de Dezembro de 1521, uns escassos dias após o óbito de Leão X (1/12/1521)com quem tratara todos os "preparos". Também é evidente que o Mosteiro do Porto continuava em obras, começadas em 1518 e terminadas em 1527/28. Só seria "povoado" em 1535[75].

Qual ou quais as razões de tão dilatado espaço? Podemos avançar pelo menos duas: a construção enfermava de vários defeitos ou houve atrasos na escolha daquela que iria governar tal rebanho. Do primeiro trataremos em lugar próprio, do segundo tiramos já algumas conclusões pelo que nos diz Fortunato de Almeida: "*Em 1517 concedeu Leão X a El-Rei D.Manuel a faculdade de nomear para todos os mosteiros do reino, de qualquer ordem que fossem. Pouco depois de subir ao throno, suplicou D.João III a Adriano VI que lhe concedesse graça egual. Adriano VI falleceu antes de deferir o pedido; attendeu-o porém, Clemente VII, em 1527.*"[76]No entanto, as cartas que dirige a D.Milicia de Melo (Abadessa de Arouca) a pedir religiosas para o Porto têm datas de 1532 (duas) e 1534. D.Manuel I solicitara já à referida prelada, em 1514, o envio de um "contingente" reformador para o mosteiro de Tarouquela, por considerar que nele havia desgoverno espiritual e temporal. Como não podia destituir a governante em exercício, exilou-a em Arouca, sem jurisdição, onde, pensamos, morreu[77]. D.Milícia de Melo enviou D.Maria de Melo, sua sobrinha, a ocupar aquele lugar como regedora, levando consigo outras freiras para guarnecerem os cargos mais importantes.

Provavelmente o trabalho desempenhado foi tão eficaz que D.João III solicita do mesmo "alfobre" sementes para plantar na instituição portuense. Personaliza mesmo os lugares a desempenhar: "*...huma para Abadessa que seja pessoa tal como para isso compre, e outra para Prioreza, outra para Porteira, outra para Samcristã, outra para Cellareira, outra para Mestra de Noviças, e outras mais se vos parecerem necessarias...*" adiante esplicita curiosamente o seguinte: "*... folgaria*

---

[74] ADP,*Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl. 8.

[75] D.Gabriel de Sousa dá o ano de 1536, não sabemos baseado em quê, mas vai dizendo que as negociações entre Portugal e Roma terão sido morosas, SOUSA,Gabriel, *o .c.*, p. 329.

[76] ALMEIDA, Fortunato, *o .c.*, pp. 527/528.

[77] *O Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl. 199 v°, dá 24 de Outubro de 1531, data muito posterior ao pedido de transferência feito por D.Manuel I que de resto tinha já falecido. Também se encontra inscrito o óbito da Abadessa de Vila Cova, em 10 de Maio de 1527, p. 198 (terá ficado vago o cargo, ocupando-o uma Regedora provisória?D.João III preparava as transferências das religiosas desde 1522, proibindo quaisquer decisões por parte delas).

muyto que as ditas Freiras principalmente a Abbadessa non fosse da cidade do Porto, nem tenha na dita parentes..."(Agosto de 1532)[78]. Não vislumbramos as razões.

Em Outubro estavam as religiosas escolhidas e prontas para partirem para o Porto com a autorização do bispo de Lamego. Em Dezembro de 1534 o assunto permanecia em aberto, já que numa nova missiva o Piedoso reiterava a confiança na Prelada de Arouca, pedindo-lhe agora as religiosas de Tarouquela para capitanearem o rebanho do Porto. Parece que a decisão de reunir os quatro conventos já citados era efectiva, mas as Bulas Pontifícias *"... as quaes ate ora nam houveram efeito."*[79] Aproveitava o rei a ocasião para "matar dois coelhos", até porque o Núncio do Papa [80]se encontrava na Corte. Como está expresso no Livro da Fundação que as freiras chegaram em princípios de Janeiro de 1535, dia 6, parece lógico ter sido dada provisão rápida ao pedido do monarca.

A carta tem ainda um pormenor a reter: "*E eu mando dar ordem como as Bullas*[81] *da dita união e anexação ajam logo inteiramente efeito e porem eu hey por serviço de Deos, e meu que o dito Mosteiro novo se comece logo a povoar das ditas Freiras de Tarouquella, e meter em boa regra e ordenança, e mandares a dita Regedora que por agora não tome mais Monjas no dito Mosteiro novo de Sam Bento que aquellas que se possão bem manter e governar com a renda de Tarouquella, e depois que se os outros Mosteiros ajuntarem e anexarem ao dito novo Mosteiro, então poderá tomar tantas Monjas quantas lhe parecer que convem para a Reformação, e aumentação da dita Caza para que Deos seja servido,e ellas bem regidas e governadas em regular e perfeita observancia.*" [82]Donde parece concluir-se que as religiosas terão chegado em tempos diferentes. Num primeiro momento, a leitura das solenidades registadas no Livro da Fundação dá a entender que a reunião das quatro comunidades terá sido simultânea, no entanto um estudo mais aprofundado das informações colhidas neste códice coloca-nos algumas dúvidas. As religiosas de Tarouquela, de Tuias e de Sandim terão chegado de barco *"...toda a Nobreza e*

---

[78] JUNIOR, Manuel Rodrigues Simões, *o .c.*, pp. 289/290.

[79] Idem, *Ibidem*

[80] Este Núncio Papal deveria ser Marcos Vigério della Rovere (1532/1539), OLIVEIRA, Pe.Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1994, p.293.

[81] Estas Bulas, porquanto não tenhamos conseguido decifrar os nomes, vêm consignadas nas pp. 15 e 21 do Livro da Fundação do Mosteiro e são respectivamente emanadas de Paulo III (1534/1549) – Bula de Confirmação da união dos quatro cenóbios e de Clemente VII (1523/1534) – Bula de União, de 17 de Outubro de 1534. Há uma inversão cronológica. No fl.31 a Madre Abadessa requer confirmação por certidão das doações dos coutos dos mosteiros anexados apresentados pelo procurador do Mosteiro, Rev.João Ferreira de Faria em "... *hum livro encadernado em pasta, no qual se achão juntas as proprias Provizoes e Doaçoes.*"ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, ff. 15,21 e 31.

[82] JUNIOR,Manuel Rodrigues Simões, *o .c.*, pp. 289/290.

Povo em Solenne Procissão as foram esperar à Praia da Ribeira...", "*No mesmo tempo estava a Prioreza do Mosteiro de Rio Tinto com todas as suas Religiozas, esperando fóra da Porta de Carros que a Processam chegasse...*" [83]. Naquele tempo qualquer das chegadas seria acontecimento para um dia ou dias. Se pensarmos o que eram a artérias da cidade e o que seria percorrer aqueles caminhos íngremes em solene procissão o que nos acode de imediato é haver uma espécie de colagem de várias ocorrências. Aquela simultaneidade parece mais dos nossos dias em que, escravos dos relógios, não podemos perder tempo e percorremos grandes espaços em tempos diminutos. Há ainda um outro pormenor interessante a reter do mesmo relato, o frisar da chegada das freiras pelas oito da manhã do dia de Reis. Numa folha mais adiante diz-se ter sido enviada pelo rei uma carta com data posterior[84] à referenciada para o evento, por intermédio do cavaleiro da sua Casa, Gomes Paes, a D.Maria de Melo, "... *de se passar ao Porto com as freiras que com ela estavam.*" Um pouco mais à frente outro documento[85] informa que teria sido Gaspar Paes (Vedor das Obras) incumbido de entregar as chaves do mosteiro à dita prelada, no que seria substituído pelo referido Gomes Paes[86]no caso de ausência do segundo e que o acto deveria ficar registado no Livro das Obras e perante testemunhas. Tal não se verificaria porque a Abadessa chegou à "noute", o que o Tabelião José d'Áraújo registou, assinalando que as testemunhas também não estavam presentes.[87]

Da anexação dos quatro Mosteiros resultou a união das quatro comunidades e a soma das respectivas legítimas e:" *...as amplas Doações que o Serenissimo Senhor Rey Dom Manoel deo a este Seu novo, e Real Mosteiro, concedendo-lhe todas as Graças, Privilegios, Liberdades, e Izençoes, que os Senhores Reys Seus Antecessores havião concedido aos mencionados quatro Mosteiros extinctos ...*"[88]. O Mosteiro novo ficou sob a Jurisdição Espiritual do Bispo "*...confirmando-lhe o seu Capellão mui authorizado, e tal, como devia ser, para esta nova Fundação*"[89]. O Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto da Ordem de São Bento herdara

---

[83] Este excerto indica-nos que em Rio Tinto não havia Abadessa; no entanto o documento indicado na nota 64, datado de Outubro de 1539, assinala Inês Borges como ocupante de tal cargo e um registo de 1518, no *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)* (ff.400/402) dá-a como a requerente da desanexação do seu Mosteiro, no processo de união. Estaria castigada como a que D.Maria de Melo substituíra em Tarouquela ? No entanto, do referido documento de 1539 se extrai que ela não só mantinha a jurisdição como o poder de negociação!

[84] Esta carta, emitida em Évora, tem data de 13 de Janeiro de 1535, ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl.160/160v°.

[85] Idem, *Ibidem.*

[86] Estes dois personagens eram primos.

[87] ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro(4674)*,fl.159v°.

[88] Idem,*Ibidem*, fl.7.

[89] Idem, *Ibidem.*

um imenso património territorial com responsabilidades acrescidas na razão directa das várias capelas dos padroados dos anexados Mosteiros que passavam a ser outros tantos encargos financeiros e a administrar. É bem verdade que no Antigo Regime a riqueza assentava na posse da terra e que a Igreja a detinha em larga escala, quer por heranças de mão morta, quer por doações régias, e embora D.Manuel tenha travado este crescer de poder por um lado (Ordenações Manuelinas), tinha por outro lado contrariado estas posturas como atrás expusemos. Mas se riqueza era poder[90], esse poder acarretava responsabilidades inerentes ao estado de senhor. Uma delas era o sustento dos párocos onde houvesse lugar à apresentação do mesmo e o custeio das obras dos templos (era da sua responsabilidade a erecção das capelas-mor e tudo o que dissesse respeito ao culto, ficando a cargo dos fregueses a nave e algumas despesas menores, por exemplo a da cera). À Abadessa de São Bento do Porto, além das obrigações descritas, assistia-lhe ainda o direito de confirmar juiz eleito pelo povo em Tarouquela, Vila Cova e Rio Tinto (nesta última tinha a prerrogativa de nomear escrivão).

Num documento de 1824, resposta a uma inquirição governamental emanada da Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça sobre o estado das Casas Religiosas, discriminam-se na alínea 9[91] os Padroados que neste início de percurso reflectiriam poder e grandeza e, no momento a que respeita o inquérito, constituíam um peso incomportável para finanças debilitadas por sucessivos encargos estatais e espelhavam a degradação material de uma opulência passada. Apesar da riqueza detida pela Comunidade do Porto, não parece terem sido pacíficos os processos administrativos de tão grande património, pelo menos no que concerne às despesas obrigatórias para a sua manutenção, (embora esta postura dependesse muito de quem se encontrasse ao leme do Abadessado), assistindo-se a alguns "braços de ferro" entre padroeiros e padroados, geralmente arbitrados pelo Rei, a quem recorriam, sobretudo os últimos, como forma de obrigar os primeiros a cumprir o estabelecido[92]. Mas não eram só de encargos que viviam as monjas. Ao

---

[90] Em 1548 na cidade do Porto *"... não avia huma pessoa a que se falasse por senhorea digo senhoria se não o bispo e abbadessa de Santo Bento..."* DIAS,Francisco (licenciado), *Memórias Quinhentistas dum Procurador Del-Rei no Porto*, Docs. e Memórias para a História da Cidade do Porto,IV, CMP, Porto,1938, p.15.

[91] De Rio Tinto: além da própria Reitoria de São Cristóvão de Rio Tinto tinha a de São Mamede de Valongo, a de São Gonçalo de Mosteiró e o Curato de São Pedro de Fins. De São Salvador de Tuias a respectiva Reitoria, e as anexas (São Miguel de Rio de Galinhas, Santa Maria de Freixo), a Reitoria de Escariz e a sua anexa de Santa Cristina de Mações e o Curato de Santo André de Gião. Em Santa Maria de Sandim a própria Reitoria juntamente com a de São Martinho de Fajões, a Abadia de São João da Madeira, a de São Mamede de Guizande e a Reitoria de Oliveira de Azemeis com sua anexa (não especifica). Para Tarouquela indica apenas o número (17) das Igrejas, bispado de Lamego, por razões óbivas.

[92] O estudo da Matriz de Valongo reflecte este estado de coisas, exemplificando as contendas legais que se estabeleciam por conta das despesas de custeio, enquanto que não discutiam os avultados rendimentos auferidos. A partir de 1802, a responsabilidade civil deste Padroado passou para a Junta de Obras Públicas do Porto, assim como a finalização das obras

observar os assentos das propriedades registados no Índice do Cartório, deparamos com um grossíssimo Códice onde sumária e meticulosamente foram arroladas as posses materiais deste Mosteiro Beneditino e que não desmente em nada a fama dos proventos de que gozaram os irmãos de São Bento, por essa Europa fora. Havia direito a foros, rendas e dizimarias em praticamente todos os distritos do norte do País e em grandes extensões. Curiosamente fomos encontrar terras que pela localização evidenciada, poderão ter sido, proximamente, pertença de familiares nossos, muito chegados e que em tempos mais remotos foram propriedades arrendadas do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto.

---

em curso (capela-mor, que era da responsabilidade do Padroeiro), na vigência de Francisco de Almada, AZEVEDO,Mª José Coelho de, *o .c.*, pp.123/128.

2 – MORAIS E RELIGIOSOS

- A acção dos Beneditinos no ocidente europeu

Antes de avançarmos já para o tema em análise, seria conveniente debruçarmo-nos sobre o sentimento subjacente à proliferação de casas monásticas em Portugal e particularmente beneditinas. Como é sabido, a Ordem de São Bento acompanha a existência de um Portugal renovado após a expulsão dos muçulmanos da Península, confundindo-se com a sua História de Reconquista material e moral. São Bento espalha a sua fama desde muito cedo numa Europa devastada por hordas de bárbaros, contribuindo de forma indelével e decisiva para a sua reorganização e reconstrução num novo modelo alicerçado nas heranças legais e civis do Império Romano do Ocidente, terminado em 476 com a deposição de Rómulo Augusto, último governante do império, por Odoacro.

Nascido em Núrsia no ano de 480, estudou durante algum tempo em Roma, tornada cabeça do caos estabelecido, sem no entanto ter perdido a sua aura dourada de cidade sonhada. Apesar de muito jovem, sentiu a vulnerabilidade própria de tão verdes anos e, com uma maturidade precoce, afasta-se do vício, abandonando também o tranquilo aconchego da casa paterna e retira-se do mundo para abraçar o hábito da vida monástica. Refugiou-se em Deus e por Ele ocupou a vida a endireitar os caminhos dos homens. Primeiro em Subiaco e depois em Monte Cassino, Bento lançou os alicerces da Obra que, após quinze séculos sobrevive, embora debilitada, esperando pacientemente uma renovação de mentalidades. Foi a única Ordem fundada antes do ano mil[93] e tão completa foi a sua estrutura, prevendo e provendo todas as necessidades humanas conducentes à sobrevivência sã do homem, que as Congregações nascidas deste alfobre, apesar das vicissitudes morais e materiais por que passaram, resistiram, fortalecendo-se apoiadas quase exclusivamente na observância da Regra, delineada nesse longínquo século VI , e precisaram apenas de alguns ajustes circunstanciais e ocasionais para melhor se adaptarem e inserirem nos vários tempos e épocas.

Teve São Bento uma irmã gémea, Santa Escolástica, que, consagrada a Deus, serviu de guia a todas as que, no desejo de o imitarem, viram na sua condição feminina um obstáculo intransponível. Assim se explica porque as monjas beneditinas não constituem, como as suas congéneres franciscanas, uma Segunda Ordem. Seguem a mesma Regra, (de resto, existem apenas duas Regras, a de São Bento e a de Santo Agostinho, bispo de Hipona, no norte de África, que morrera em 428, e não deixara estabelecidos fundamentos suficientes para orientar uma Ordem) sem alterações que não sejam as relativas à sua natureza humana. No passado esse

---

[93] GERALDO, J.Amadeu Coelho Dias, *Os Beneditinos Portugueses e a Missão*, Braga, 1984, p.6.

facto obrigou também a algumas modificações na estrutura das suas casas conventuais, já que, para além de comunidades sedentárias, estavam completamente isoladas do mundo pela clausura, coisa a que os seus irmãos religiosos não estavam obrigados em absoluto, porque embora não vocacionados para a pregação, como os Dominicanos ou Franciscanos, tinham a seu cargo as populações, não só no plano assistencial, como no plano moral e religioso. Eram ainda os frades beneditinos que, pela observância do "Ora e Labora", davam o pleno exemplo da complementaridade entre o trabalho e a oração, para uma vida mental e físicamente sã. Apesar de submetidas aos mesmos princípios, as freiras de São Bento velavam à distância por aqueles que a elas recorriam (tinham hospedarias fora da clausura, com pessoal a elas adstricto), socorriam com a ajuda de intermediários os necessitados, fossem religiosos ou seculares (as enclausuradas do Mosteiro do Porto tinham a seu cargo os frades Carmelitas Descalços e contribuíam para o Colégio dos Meninos Orfãos de Nossa Senhora.da Graça[94], entre outros) e, embora as Portarias dos seus mosteiros fossem um dos locais mais importantes dos edifícios e a que São Bento dedicara cuidadosos e precisos requisitos, no caso das monjas, a ligação ao exterior ficava por conta dos locutórios e das grades.

A aplicação do elemento "Labora" restringia-se ao trabalho de urdir as teias para tecidos, confecção de alfaias para os respectivos templos e provavelmente para os dos seus Padroados, e doçaria (hoje ocupam-se também do conserto e fabrico de alfaias para Igrejas exteriores e de bolachas e biscoitos, que apesar de saborosas e saudáveis, são somente a lembrança dos famosos doces conventuais[95]).As propriedades patrimoniais dos Mosteiros, embora geridas pela Abadessa, eram administradas directamente pelos procuradores que recebiam as ordens nas grades.

A componente "Ora" era, pois, a de maior dimensão, intercalando as horas do trabalho, embora nos seja um pouco incompreensível vislumbrar a forma como esse trabalho seria executado, já que a comunidade se compunha de um número de criadas igual ao número das professas (cada candidata à clausura levava consigo pelo menos uma criada particular, como qualquer senhora da sociedade), acrescido de outro número variável, onde se contavam as criadas da Ordem, moças e outros assalariados, o que se traduzia, nas mais das vezes, num extenso cômputo. Vocacionadas para a oração, as monjas beneditinas satisfaziam a sua devoção com as muitas horas diárias de Coro em conjunto, somadas aos momentos de recolhimento individual, nas celas e na Igreja, prescritas ou não pela Regra. As confrarias que muitas criaram constituíram complementos

---

[94] SOUSA,D.Gabriel de, *Beneditinas*, Dic.da História da Igreja em Portugal, 2°vol., Lisboa, s/d,p.330.

[95] Em Roriz fabricam-se, para venda, os Bolos de Mel e os Claustrais, que afiançamos (porque já os comemos) serem óptimos para o chá. No entanto, não incluem aquelas doses maciças de ovos e de amêndoa, que deram fama aos doces conventuais.

piedosos continuados no adornar e embelezar dos respectivos altares e de outros que proliferaram por todos os espaços monacais, sobretudo na época barroca, também no Mosteiro do Porto.

- A implementação da Rega

Ao fundar-se a monarquia, grande número de mosteiros seguiam a Regra Beneditina, recomendada em 1055 pelo Concílio de Coiança. Entre os mais notáveis por antiguidade e privilégios, contavam-se os de Lorvão, Vacariça, Tibães, Santo Tirso, Arouca, Pendorada e Paço de Sousa[96]. As regras autóctones de São Frutuoso e Santo Isidoro haviam sido ultrapassadas e alguns dos primeiros bispos do Condado Portucalense foram monges beneditinos que como missionários acompanharam os cavaleiros francos, complementando a sua missão militar[97]. Depois do século IX e a partir do Concílio de Mayence (813), a observação Regra de São Bento passa a ser exigida aos abades e Bento de Aniane, um monge franco, executa uma profunda reforma entre as comunidades beneditinas, uniformizando costumes e tradições sob o mesmo rito e sob a lei do mesmo pai[98]. No entanto estes esforços saíram gorados, pois em 909 o Concílio de Troisy verifica a total ausência da vida regular, consequência das invasões muçulmanas e normandas, que além de dispersarem os monges, arrastaram outros para a guerra e para as consequentes depravações e vícios daí decorrentes[99]. Toda a vez que alguma ameaça toldava os ares, os governantes apelavam a todos para que se juntassem em defesa de terras, gentes ou interesses e findas as lides guerreiras chegava o momento de premiar os heróis. Este costume, comum ao longo dos tempos, transformou-se muitas das vezes num cancro que foi corroendo homens e instituições e que, apesar das muitas tentativas de o extirpar por intermédio de periódicas reformas, voltou sempre e ainda hoje se verifica; o poder e a riqueza toldam as mentes humanas.

É num contexto destes que nasce Cluny: Bernom de Gigny conseguira manter afastada da cobiça a comunidade a que presidia, como Abade, e, em 910, Guilherme d'Áquitânia tomou-o como um modelo reformador, oferecendo-lhe terrenos para fundar uma abadia[100]. Ressurge o espírito de São Bento que vai derramar sobre uma Europa ferida um bâlsamo salutar e curativo (pelo menos durante o tempo da convalescença). A oração constante aproxima de Deus, aproximação complementada na multiplicação dos ofícios, nos salmos, no silêncio (os monges comunicam por

---

[96] OLIVEIRA, Pe.Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1994, p.103.

[97] GERALDO, J.Amadeu Coelho Dias, *o.c.*,p.7.

[98] VILLER,Marcel, *Benoit (Saint) et Bénédictins*, in Dic. de Spiritualité, Tomo I, Paris,1937, pp.1414/15.

[99] Idem, *Ibidem*, pp.1416/18.

[100] Idem, *Ibidem*

sinais), no trabalho manual e na penitência corporal. No Coro, o monge expressa toda a sua interioridade. É este ideal que Odão, em 931, introduz em todos os mosteiros. É um movimento reformista. Com São Hugo (1049/1109), Cluny expande-se à Península e paralelamente com ela procura-se reformar-se também o clero (Gregório VII). Nesta altura são 2000 os mosteiros cluniacenses que, formando uma poderosa Ordem, sustentarão o Papado. É desta comunidade que saírão nomes sonantes da espiritualidade, como São Pedro Damião, São Bruno, São Bernardo, Abelardo, etc., tornados referências fundamentais para todos os que abraçarem a Regra do Santo de Subiaco e que encontraremos como guardiães das casas beneditinas ao longo dos tempos.

Com a devoção ao Ofício Divino e a ocupação dos monges, introduz-se no Mosteiro o laico para o serviço comum[101]. Serão os conversos ou conversas [102] (conversão de vida), que, habitando o Mosteiro, se encarregarão dos trabalho do mesmo. Vestiam hábito, recitavam Ofício próprio e participavam da vida monástica e, embora pronunciassem votos de estabilidade, mantinham-se como irmãos laicos . Distinguiam-se dos Oblatas que desde o século XI não eram apenas crianças dadas aos Mosteiros (Regra LIX), mas adultos que se ofereciam, sem no entanto pronunciarem votos. O aumento de poder da Ordem foi tornando cada vez mais difíceis as reformas e os Visitadores foram encontrando em crescendo um relaxamento a que procuravam dar remédio. O século XIII abre uma grave crise na Ordem, que perde terreno face a outras recém criadas e cheias de vigor[103]. O Concílio de Latrão (1215) introduz a obirgatoriedade de reunir de três em três anos Capítulo Geral com abades ou priores, convidando membros de Cister, por mais experientes, pois esta Ordem fora "recentemente" fundada por beneditinos desejosos de cortar com os desvios que se faziam sentir (1115[104]). Instituiram-se os Visitadores Apostólicos que recorreriam à Cúria em caso de necessidade e imcumbia-se cada bispo de reformar os mosteiros à sua guarda. Bento XII, Papa cistersiense pela *Bula Summa Magistri* (1336), agrupa a família beneditina em 36 províncias, começando a era das Congregações. Por outro lado as novas Ordens seriam obrigadas a adoptar uma das Regras já existentes.[105]

---

[101] Idem, *Ibidem,* pp.1421/22.

[102] A Ordem de Cister foi durante muito tempo hostil à fundação de abadias femininas, o que levou ao aparecimento de pequenas comunidades, da Congregação de Prémontré, próximas às abadias de homens, em que as religiosas eram chamadas conversas, PARISSE,Michel, *As Freiras*, in *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa,1996, pp.194/95.

[103] O século XIV terá sido o mais sombrio para a Ordem Beneditina, SOUSA, D.Gabriel de, *o .c.* ,p.320.

[104] Embora a data de fundação, por São Roberto, seja 1098, consideramos 1115, ano da construção de Claraval e do governo de São Bernardo. OLIVEIRA, Pe.Miguel, *o .c.*, p.103.

[105] VILLER,Marcel, *o .c.*,pp.1423/25.

MOSTEIROS BENEDITINOS EM PORTUGAL, SÉCULOS XVI/XX

1 – Monção(N.Sra.Conceição – 1550/1701); 2 – Loivo (Sta.Marinha - .../1528); 3 – Valboa (Sta.Maria - .../1528); 4 – Bragança (Sta.Escolástica – 1587/1853); 5 – Vitorino das Donas (S.Salvador – sécs.XII/XVII); 6 Viana do Castelo (Sta.Ana – 1512/1895); 7 – Viana do Castelo (S.Bento – 1547/1891); 8 – Barcelos (S.Bento – 1713/1846); 9 – Braga (S.Salvador – sécs.XVII/XIX); 10 – Murça (S.Bento – 1587/...); 11 – Roriz (Sta.Escolástica – 1935); 12 – Vairão (S.Salvador – séc.X/1891); 13 – Tuias – (séc.XII/1535); 14 – Baltar – (1961); 15 – Rio Tinto (séc.XI/1535); Porto (S.Bento de Avé Maria – 1535/1892); 17 - Tarouquela (Sta-Maria – séc.XII/1535); 18 – Vila Cova das Donas (Sandim – 1081/1535); 19 – Moimenta da Beira (N.Sra. Purificação – 1596/1812); 20 – Ferreira das Aves (Sta.Eufémia – 1160/1891); 21 – Viseu (Bom Jesus – 1592/1896); 22 – Semide (Sta.Maria – 1150/1896); 23 – Sassoeiros, Carcavelos (Sta.Maria do Mar – 1965); 24 – Torrão (1976).

Fonte: SOUSA.D.Gabriel de, Beneditinas, in Dicionário de História da Igreja em Portugal, 2ºvol.,Lisboa,s/d, p.320.

Existem actualmente os Mosteiros com os números 11, 14, 23 e 24. Com excepção do número 14, Baltar, os três restantes pertencem à mesma Congregação com maior dimensão no de Roriz. Este o de Santa Escolástica de Roriz (Santo Tirso) foi como se indica na legenda fundado em 1935. A comunidade ali residente pertence a uma Congregação, Rainha dos Apóstolos, nascida na Bélgica, em Loppem-Bruges (1921) já com o objectivo de Missão, começaram a construir o edifício em 1937, até agora inacabado . Têm a mesma raíz dos monges de Singeverga, com fundador comum.

O número 14 (Baltar)pertence a uma Congregação alemã (Tutzig).

Nenhum deles tem qualquer ligação com os extintos. No entanto temos notícia da existência de um pequeno reduto em Vairão mas que não ocupa, ao que nos consta, as instalações do antigo Mosteiro.

NOTA – Há algumas discrepâncias, relativamente a datas de fundação de alguns Mosteiros, entre esta lista e as apresentadas no nosso trabalho. Atribuímos isso às diferentes fontes utilizadas em ambos os estudos.

No final da Idade Média, a decadência monástica era uma realidade a que não era estranha a situação confusa que se viviam no seio da Igreja com o Cisma. Os monges eram poucos e os noviços recrutados à força entre a nobreza, e a prática da pobreza havia sido trocada pela partilha, entre abades e monges, dos rendimentos dos mosteiros. As abadias eram governadas por priores, já que os abades eram na sua maior parte dignitários eclesiásticos ou laicos, nomeados por reis, ou bispos, que como comendatários absorviam a quase totalidade das rendas, em impostos . Impunha-se pôr cobro a estes descalabros e a Bula de 1418, apesar de forte oposição, determinou que a autoridade suprema passasse a ser exercida por um colégio de Visitadores, que nomeava abades e priores, e o voto de estabilidade passou a ser consagrado ao Mosteiro onde professavam e onde esses votos se conservavam como garantia. Os cargos mais importantes do Mosteiro deixariam também de ser vitalícios, incluindo o do Abade.

- As reformas do Concílio de Trento

Mas foi com o Concílio de Trento (1545/1563), que, dentre muitas coisas se ocupou da reforma das Ordens, se cimentaram as normas mais relevantes para a renovação da espiritualidade beneditina. A sessão nº25, de 3 de Dezembro de 1563, acrescentou a interdição de professarem aos menores de 16 anos e a proibição de se receberem crianças oblatas. As comendas não foram de imediato extintas, mas restringiram-se somente aos que ocupassem o cargo abacial há mais de seis meses, relativamente à data daquela prescrição. O Documento VIII decretou o agrupamento dos Mosteiros em Congregações, que ficariam isentos, e considerou excluídos de tal benefício os que expressassem a vontade de continuar independentes, passando então à sujeição do respectivo Bispo e à visita do Ordinário do lugar[106] (as freiras estavam em geral submetidas ao Bispo, mas isso não as impedia de ficarem isentas). A prazo, as medidas alcançarão o resultado previsto e a primeira foi o desaparecimento total das comendas, quando se fez sentir o efeito da supressão dos cargos vitalícios.

A Congregação tinha as suas cúpulas: um Abade Geral, um Definitório, Visitadores, Abades nos Mosteiros, eleitos em Capítulo, obedecendo ao princípio do triénio. Corroído por dentro, ameaçado e perseguido, este corpo beneditino muitas vezes dividido e mesmo despedaçado, conseguiu sempre resistir aos embates, dos tempos, das mentalidades e aos seus próprios vícios, fortalecendo-se e adaptando-se rapidamente, para dar resposta às necessidades do momento. Mesmo quando julgado morto ou permanecendo numa letargia de morte renasceu, metamorfoseando-se para enfrentar os desafios propostos. Quando a nova lei e a nova ordem da racionalização varreu a Europa e o mundo, os beneditinos acossados (tal como as outras Ordens

---

[106] SOUSA, D.Gabriel, *o .c.*, pp.340/51.

religiosas) quase se extinguiram, mas a semente do Patriarca de Subiaco era de boa qualidade e a necessidade natural e espiritual do homem funcionaram sempre como terra e adubo indispensáveis[107].

Poderemos então concluir que foi sobretudo o texto da Regra que pela sua simplicidade e adaptabilidade tornou num êxito a vivência beneditina, ao contrário da maior parte das Ordens posteriores que reflectiram essencialmente o carisma dos seus fundadores[108].

Para São Bento eram duas as vertentes fundamentais: uma vertical que unia os monges ao Abade (o Pai que "seria útil mais que senhor"[109]), e outra horizontal, baseada na caridade mútua que devia reinar entre os irmãos. Os primeiros indícios desta nova forma de vida surgiram esparsos na Península no século IX e X e a sistematização só aconteceu no século XI, quando se fez sentir a influência franca, rompendo-se o isolamento peninsular[110]e consequentemente a influência exercida pelos bispos sobre os mosteiros, que impediam a eleição dos Abades pelos monges[111].

As freiras[112] beneditinas surgiram praticamente a par da Ordem masculina[113], sofrendo as mesmas vicissitudes. Sob a mesma Regra delineada para homens, tiveram obviamente algumas dificuldades na sua aplicação, como demonstra Heloísa quando se dirige a Abelardo[114], no século XII, apontando-lhe certas particularidades menos próprias às irmãs do Patriarca; no vestir, como os calções ou capuzes, e nos comportamentos a ter, tais como a exclusividade por parte do Abade de ler o Evangelho ou a presidir à mesa dos hóspedes " *Oh, como são fáceis as quedas quando nesta reunião dos homens e das mulheres debaixo do mesmo tecto, sobretudo à mesa, sede da intemperança e da embriaguês...*"[115]. Este aspecto incluía naturalmente o acolhimento, dentro do

---

[107] A restauração do ramo feminino beneditino, no século XX deixou para trás a clausura, que lhe impusera o Concilio de Trento, vinculando-se às obras missionárias dos monges, FERREIRA,Pe.Manuel Avelino, *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora. do Terço*, Barcelos, 1982, p.229.

[108] VAUCHEZ,André,*S.Bento e a revolução dos Mosteiros*, in Monges e Religiosos na Idade Média, Lisboa, 1996,p.16.

[109] *O MOSTEIRO DE S.BENTO DA VITÓRIA – 400 ANOS*, Porto, 1997,p.35.

[110] MATOSO,José, *A Introdução da Regra de S.Bento na Península Ibérica*, Braga, 1976, pp.6/8.

[111] Idem, *Ibidem*, p.14.

[112] Ancilla Dei (serva), famula Christi (familiar), soror (a que ama o próximo), sanctimonialis (a piedosa), PARISSE,Michel, *Freiras*, in Monges e Religiosos na Idade Média, Lisboa, 1996, p. 198.

[113] A "Ordo das Religiosas" surge logo no século VIII, aquando da "Ordo Regularis",LENCART,Joana, *Costumeiro de Pombeiro*, p.69.

[114] Casal que por amores infelizes tomou o hábito de São Bento, VERGER,Jacques, *Abelardo,Escolas no Convento* in Monges e Religiosos na Idade Média, Lisboa,1996,p.57

[115] PARISSE,Michel, *o .c.*,pp.189/90.

Mosteiro, de viajantes e peregrinos de ambos os sexos, o que na clausura feminina ficava por conta das casas de hóspedes, embora fora dela, em terrenos privados dos cenóbios, mas fisicamente apartados deles (O Concílio de Trento traduzido nas Constituições Sinodais proibia mesmo o acesso intra muros por parte de mulheres ou crianças). A clausura absoluta a que se votavam as discípulas de Bento era o que mais se aproximava do ermitismo que lhes tinha sido vedado[116], um espécie de emparedamento praticado no passado.

- As monjas de São Bento do Porto

Quando começa a história do Mosteiro do Porto, a 25ª Sessão do Concílio de Trento (1545/1563) ainda vinha longe, mas fazia-se há muito sentir a sua premência. Portugal saía muito lentamente da Idade Média, embora economicamente o tempo das descobertas provocasse um terramoto financeiro igualado ao que se sentiria séculos mais tarde com as riquezas do Brasil, no século XVIII. O dinheiro não produz necessariamente mudança de mentalidades e os tempos tornaram-se decadentes com a sociedade a entrar numa espiral de corrupção e de aparências (vejam-se os Autos Vicentinos que se apresentam como verdadeiras crónicas mundanas). No entanto, D.Manuel pareceu bastante atento ou pelo menos preocupado em minorar tais efeitos, "desatando" a criar institutos religiosos, por extinção de muitos fora do seu controlo, o que muito revela da característica centralizadora do seu temperamento, colocando-os nas cidades debaixo de observação e a exercer por seu lado acção vigilante sobre as populações deslumbradas, pelos tempos de abundância. Em simultâneo, o monarca extinguia arcaicos mosteiros a que atribuía "arcaicos costumes" e "protegia" as damas (como conviria a qualquer cavaleiro bem nascido) de ataques externos e internos (porque as senhoras deviam ser resguardadas delas próprias quando não se consorciavam e ficavam desprotegidas).

Como um corolário, colocou bem no centro do Porto e em lugar de destaque um imponente cenóbio, com todas as características do patrocínio régio e a funcionar como almenara da sua omnipresença e intenções. Aproveitava ainda para deixar na História o reflexo do poder e da riqueza com que a Sorte bafejara o seu reinado, não resistindo a deixar impresso na pedra a vaidade disfarçada de piedade.

Essencialmente localizados a norte do Douro, os mosteiros de monjas beneditinas são por isso o reflexo das primeiras comunidades masculinas instaladas na Península aquando da Reconquista. Muitos foram extintos, não passando hoje de ruínas ou apenas vestígios delas, outros mudaram de mãos, que não de Regra, aquando da Reforma Cisterciense. Mais exigentes no entanto na

---

[116] LOUIS-GATIER, Pierre, *Mulheres no Deserto?*, in Monges e Religiosos na Idade Média, Lisboa, 1996, p.172.

interpretação da liturgia e da palavra do Patriarca necessitaram de algumas alterações para acolherem as monjas brancas, adaptações essas feitas ao longo dos tempos e quando possível, com excepção das incontornáveis para a condição da clausura. Estão nestas condições Lorvão e Arouca, duas das instituições escolhidas para auxiliar no dar corpo ao presente trabalho ambas mais antigas que a instituição do Porto, beneditinas masculinas de início, e depois da Ordem de Cister. As outras duas posteriores são São Bento de Barcelos, que acolheu as religiosas de Monção, e Salvador de Braga, que recebeu as de Vitorino das Donas. Temos pois dois conjuntos a ilustrar o que para trás ficou dito. Mas "o Real Mosteiro de Monjas de São Bento do Porto foi, sem dúvida, o mais importante do ramo em Portugal" mas como já não existe, precisará, julgamos, pelo menos destes quatro para melhor se entender não só no plano formal como no espiritual. Algumas das comunidades femininas de São Bento adoptaram muito antes das directivas conciliares uma reforma da Regra; no século XIV, por intermédio de Santa Gertrudes, surgiram as Gertrudinas Adoradoras, permanecendo em paralelo as Escolásticas Conservadoras (que se mantiveram na Regra introduzida por Santa Escolástica e seu irmão). Do conjunto atrás referido, Barcelos aderiu às reformadas e o Porto manteve-se fiel à norma primitiva.

O Mosteiro das Beneditinas do Porto povoou-se, então como dissemos, com religiosas provenientes de diversos cenóbios, facto normal e usual. A comunidade que ali deu entrada nos inicios de 1535 ou 36 veio ocupar uma casa acabada de construir e que por esse facto levaria algumas décadas a estabilizar os materiais empregues na construção. Prepassam nas páginas escritas pelas primeiras escrivãs os problemas que enfrentou para além das posteriores transformações de que foi alvo para se manter na "moda".

O número de freiras que ocupou as nóveis instalações não era muito elevado (46 religiosas e 31 noviças)[117] o mesmo se passando com outro pessoal para vários serviços e as criadas individuais das religiosas[118]. Podemos também acrescentar talvez algumas escravas[119] (não esquecer que o tempo era de descobertas e a escravatura uma prática perfeitamente aceitável). Teríamos então uma população que rondariam as cento e cinquenta pessoas, mais ou menos, sendo que algumas teriam estatuto de externas como os assalariados. Este núcleo terá aumentado ao longo de anos,

---

[117] SOUSA, D.Gabriel, *o .c..*,p.329

[118] O comum era cada religiosa ter a sua, mas está escrito que: "*Não havia neste mosteiro mais que cinco criadas para a cura das doentes e velhas e todo o mais trabalho fazião as freiras...*" ADP,*Livro da Fundação (4674)*, fl.8.

[119] Felix Ramos dá noticia de que teria ali vivido por 1600,uma criada negra. MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, in Bol.da Assoc.Cultural Amigos do Porto, Porto, 1997/98, p.211.

atingindo as trezentas, embora perante a área construída nos pareça um pouco exagerado[120]. Por outro lado, os conventos a extinguir não terão ficado completamente esvaziados.

Segundo o Livro da Fundação, ao deslocarem-se as habitantes dos conventos anexados neles terão ficado as respectivas Preladas (possivelmente com alguma pequena comunidade), com excepção de D.Maria de Melo, abadessa de Tarouquela, que veio no Porto, a retomar lugar idêntico. Ali permaneceram com rendas suficientes para se manterem, mas sem poderem admitir noviças,[121] coisa de que estavam já proíbidas aquando da decisão da união das casas monacais. A extinção seria concerteza efectiva à medida que fossem falecendo (parece que esta prática se tornou lei!). De resto, gerir dentro do mesmo espaço quatro ou cinco abadessas, que por esse tempo eram perpétuas, sobretudo se fossem da têmpera de Inês Borges (Rio Tinto), constituíria uma tarefa hercúlea para qualquer, e São Paulo ou Bento de Aniane, se fossem seus contemporâneos, teriam de rever profundamente a legislação que fizeram para as comunidades femininas[122]. No entanto a contrariar este raciocínio matemático está uma data de 1636, em pleno período barroco, propenso à devoção e ao acréscimo das vocações religiosas, que dá um total de cem professas, exceptuando as servidoras que seriam outras tantas[123]. Também terá sido a ocasião em que o Mosteiro se transfigurou fisicamente, aumentando provavelmente a sua capacidade. É evidente que o número oscilaria consoante os anos e baixaria drasticamente em tempos de peste.

Apesar de não termos registos, (embora fossem obrigadas a comunicar anualmente ao bispado[124] as "baixas") facilmente se pode imaginar o que seria a devastação numa área pouco ventilada e em que, apesar de isoladas, as doentes manteriam o contacto por meio das enfermeiras tornadas veículos de contágio[125]. De resto segundo as normas inscritas no "Directório", as religiosas não

---

[120] Em 1789 teria 80 professas que somadas às educandas, seculares e criadas atingiriam as 300 pessoas. COSTA,Pe Agostinho Rebelo, Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto, 1945, p.118 .

[121] BNL, *Códice 8395*, fl.13.

[122] "*Que se calem nas assembleias*" – diz SãoPaulo e Bento de Aniane coloca à cabeça dos defeitos femininos a loquacidade,PARISSE,Michel, *o .c.*, p.186.

[123] SILVA, Francisco Ribeiro, *O Porto e o seu Termo (1580/1640)*,Documentos e Memórias para a História do Porto, Porto, 1988, p.242.

[124] Em 1833 a peste terá vitimado 3 freiras, 2 seculares e 9 criadas que foram sepultadas no pomar e em 1845 trasladadas para o claustro para lugar devidamente marcado. MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.306.

[125] Uma epidemia que em 1581 assolou a cidade do Porto não terá deixado incólume a população do Mosteiro, MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.209. Por outro lado era comum a visita periódica do Cholera Morbus, no burgo, que devido à sua posição geográfica não permitia o arejamento necessário, complementado pelos dos lixos acumulados e esgotos a céu aberto.

podiam eximir-se, sob pecado de desobediência, de assistir as doentes mesmo em casos infecciosos "... *assim como todos os vassallos estão obrigados a obedecer ao seu Rey e a defender a sua sagrada pessoa, nos mesmos perigos de vida, honra e fazenda.*"[126].

Um registo oficial, de 1825, fornece os seguintes números para a população do Mosteiro: "*professas – 55 e outras tantas criadas particulares*[127], *criadas da Ordem – 32, seculares decretadas – 18 empregados assalariados e apaniguados pello mesmo Mosteiro: 3 capelães, 2 advogados, 2 médicos, 1 cirurgião, 2 feitores, 1 comprador, 1 procurador agente, 2 serventes de sacristia e 2 hortolaons*"[128]. Em 1835 tinha 54 monjas[129], em 1868 teria 18 professas[130] e em 1876 cinco[131]. Como se vê, o primeiro registo é seguro e a data é posterior à queda do Antigo Regime, numa altura em que a "sindicância" aos Mosteiros visava o seu estrangulamento.

Quando em 1887 a expropriação da parte fronteira do Mosteiro produziu a primeira machadada no edifício ficou expresso no número de professas, que era de três,[132] o trabalho sistemático e persistente levado a cabo pela política liberal no sentido de cortar cerce o cepo monacal. Foi este o cenóbio que permaneceu aberto, no Porto, até 1892 (data oficial da sua extinção por falecimento da última freira), recebendo religiosas de outras casas por simples extinção das mesmas (1801 ali se acolheram 4 vindas de Moimenta da Beira) ou extinção compulsiva durante o período da guerra civil por fuga das freiras(carmelitas, de Nossa Senhora do Carmo, franciscanas de Monchique e outras do Recolhimento do Anjo, todas do Porto)[133]. No entanto também as freiras bentas terão sido acusadas, pelo menos de forma velada de cumplicidade com o absolutismo e não temos conhecimento de que algum recolhimento religioso tenha tido, face aos seguidores de D.Pedro, comportamento diverso daquele. As freiras estavam presas à obediência aos seus superiores, os Prelados, e acima de tudo ao seu Rei que era "legitimamente" D.Miguel. Para elas, a alternativa era a excomunhão, se tivessem a possibilidade de escolha, o que não faziam por viverem na mais profunda ignorância do que se passava em seu redor. A missiva com que

---

[126] BPMP, Ms. 1232, *Directorio*, cap. Terceiro.

[127] Aqui se confirma o que afirmamos na nota 118 e se contradiz a ressalva ali inscrita proveniente do Livro da Fundação (4674).

[128] ADP,*Livro de Contas (4707)*. O Pe.F.J.Patricio na Archeologia Religioza na página 46 dá esta indicação mas não de forma correcta.

[129] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.299.

[130] PINTO,J.Marcelino Peres,*Apontamentos para a História da Cidade do Porto,* Porto,1969,p.64.

[131] LEAL, Pinho,*Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1876,p.296.

[132] AHMP, *Livro das Expropriações 5475*, fl.387v°.

[133] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p. 208. São Bento da Avé Maria permaneceu aberto talvez porque pelas dimensões e localização seria ideal para ali reunir as "ovelhas tresmalhadas".

brindaram o rei absoluto é disso exemplo[134], outras seguiram-nas ou anteciparam-se. Este e outros rebanhos de religiosas submetiam-se naturalmente, para além da Regra, àqueles que organizavam, gizavam e decidiam por e para elas toda a vida claustral.

Na folha 48 do "Directório" declara-se que a religioza não está obrigada às leis do Ordinário do Bispado do lugar onde se encontre (quando fora do seu) mas "... *deve obedecer às leys do seu Monarcha porque estas obrigão os vassalos em todo o lugar. Assim como às dos seus Prelados porque tem poder sobre os seus subditos em todo o territorio".*[135]Na sequência da sua ingénua posição colocaram-se na mira do poder liberal que as coagiu compulsivamente a contribuir para a despesa de guerra e assistência aos militares quando elas se sentiram violentadas na sua consciência de "patriotas",[136] apesar de, perante os factos consumados, se curvarem sob a nova autoridade. Mas não foi só para os combatentes que foram forçadas a contribuir, para além dos encargos acrescidos com as religiosas que ali foram internadas provenientes dos institutos encerrados; D.Pedro, que pouca simpatia nutria pelo clero, obrigou-as vai-se lá saber porquê, a sustentar durante largos meses e com gravissimo prejuízo para elas, António Xavier de Morais Carvalho, vigário de São Pedro de Vila de Oliveira do Conde. Esta "pena" terminaria com um apelo desesperado da Abadessa, em Janeiro de 1833, quando a diária a pagar era já de 400 réis[137].

Pelo contrário, os monges optaram conscientemente pela facção política e viram-se por isso implicados nos muitos incêndios que oportunamente (ou não) deflagraram nos seus mosteiros e conventos, em organização de arsenais e apoios de vária ordem aos partidários miguelistas, como nos relata Felix Ramos,[138] contribuindo inevitavelmente para a extinção das Ordens Regulares. Balas de canhão que irromperam no Mosteiro das Freiras de São Bento do Porto foram os agradecimentos de tão desvelada devoção.[139]

---

[134] Nessa comunicação de 5 de Maio de 1828, a Abadessa e demais religiosas do Mosteiro de São Bento do Porto submetem-se ao Infante D.Miguel que consideram o verdadeiro rei. AHMP, *Livro Suplemento às Próprias*, nº6, fl.145. Na folha anterior encontra-se outra carta do mesmo teor com origem em Santa Clara. Félix Ramos apresenta inúmeros destes casos. MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, pp.271/274.

[135] BPMP, Ms.1272, *Directorio,* cap.Décimo- primeiro.

[136] As freiras ter-se-ão retraído de colaborar na execução de mantas e roupas para os soldados liberais, ao que foram obrigadas pela Câmara. Recibos do cartório beneditino dão conta de capotes,camas, enxergões, fardamentos, bonés, camisas e, tendo-se recusado a fazer bornais para o Arsenal Real, foram repreendidas por escrito em 16 de Março de 1833. MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.277/278.

[137] Idem, *Ibidem*, p.298.

[138] Idem, *Ibidem*, pp.268/2691.

[139] Idem, *Ibidem*, pp.233/234.

Como os conventos e mosteiros femininos ofereciam sempre uma saída socialmente conveniente aos olhos do mundo, era natural serem muito procurados pelas familias que, não tendo onde colocar as filhas ou irmãs, viam neles uma forma de resolver alguns inconvenientes e o Mosteiro do Porto deve ter vindo mesmo a calhar: "*vendo que tinhão agora hum mosteiro tão magnifico, em que podiam consagrar suas filhas a Deos Nosso Senhor, como muitas logo fizeram*"[140]. No entanto dentro dos muros e protegidas dos olhares indiscretos, estas damas não deixavam à porta as suas prerrogativas e privilégios sociais[141].

Debaixo da austera Regra, as monjas mantinham os seus brasões de família, os seus nomes sonantes e uma hierarquia que em nada condizia com o espirito beneditino, despido dos preconceitos terrenos, além de uma latente rivalidade relativamente às populações de outros cenóbios[142]. Viviam igualmente de forma espartana e frugal, a tocar as raias da indigência, como preconizavam as normas (pelo menos durante os princípios). Roupas de linho grosso ou estopa, hábitos de estamenha,[143] sapatos e pantufas, tudo de materiais sem qualquer tratamento ou enfeite. Os cabelos cortados (prática iniciada no século XIII) cobertos por uma touca e coifa de estopa. Do sustento, só o necessário e não supérfluo e comido em conjunto no refeitório, coisa que se foi perdendo pelos tempos . O mobiliário reduzia-se ao mínimo indispensável: "*...que as sellas se não fechavão, suas ricas laminas herão as que asima disemos, os preciozos contadores herão aquelles toscos lamrinhos que hoye nos servem do azeyte, os pregados baús para recolhimento das roupas herão humas toscas estacas pregadas pella parede da varanda donde penduravão as cugullas para os actos conventuais e para que aquellas mortalhas lhe fizessem suave tão austera vida os leytos e mais ornatos delles hera huma tosca barra com hum xamão de palha e humas grosas cubertas excepto as doentes ediozas(sic) as quais se premetia tivesse colchão e lensões. As cadeyras de damasco ou veludo, as almofadas e alcatifas de seda em que estas nossas ymãns se asentavão hera hum pobre tanho de palha donde sentadas cozião e fiavão para a ygreja e tão precatadas vevião no silencio que sentadas a fiar lansavão hum pano no chão*

---

[140] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.7v°

[141] O Mosteiro de São Bento de Viana(1546) terá sido fundado (junto à ermida de São Bento onde fora o ermitério de Frei Jerónimo) por homens de negócios afrontados porque em Santa Ana (1510) "*...era dificil a entrada de qualquer dona de somenos prosápia.*"ARAÚJO, José Rosa, *Como viviam as freiras de São Bento*, in Aurora do Lima, n°s49/56, Viana do Castelo, 1942.

[142] Algumas das religiosas dos conventos e mosteiros encerrados e que em consequência disso foram transferidas para São Bento de Avé Maria viram-se na contingência de apelar ao rei para prover as suas necessidades primárias de subsistência que a comunidade beneditina lhes negou. Também houve um certo agitar de águas no sentido da uniformização de costumes e hábitos pela diversidade da obediência regular, o que provocou uma repreensão com ameaça de punição.MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, pp.286/290.

[143] lã grosseira, por tingir

para que se acazo o fuzo caise não fizesse hum minimo estrondo no dormitorio."[144]Como veremos, isto não foi sempre assim e não temos qualquer prova que o tenha sido alguma vez!

A contrastar estavam certos costumes, a nosso vêr pouco ortodoxos, que vincavam de forma contundente a diferença dos estratos sociais e o Directório, que contém um conjunto de prescrições e penas para práticas estranhas e mesmo parodoxais para quem se pretendia consagrar a Deus. Assim as religiosas eram admitidas (ou quaisquer outras pessoas dentro da clausura, mesmo portadoras de Breves)segundo votação em conclave, mediante escrutínio secreto onde se utilizavam favas brancas e pretas[145]. Antes disso, porém, o mosteiro, na pessoa da sua abadessa, fazia um rigoroso inquérito aos antecedentes da candidata. Provavelmente teria preferencial atenção ao seu comportamento religioso, mas pesava muito o seu ascendente familiar e social. Mesmo que a aspirante tivesse uma conduta irrepreensível no plano devocional, se não proviesse de uma casta social aceitável não teria entrada em muitos dos mosteiros[146]. Para além disso, o dote determinava a posição em que a candidata era admitida[147].

Fica-nos a impressão que o berço era mesmo o aspecto mais importante, porquanto a parte monetária ficava frequentemente à conta do erário público. Como com os tempos se mudam as vontades, mudam-se com eles a perspectiva que se tem das coisas e, assim, em pleno século XVII, nas cortes de 1619, os Procuradores do Porto reclamaram contra o facto de, "*nos Mosteiros do Reino, as mulheres da nação hebreia e as filhas de oficiais mecânicos, serem preferidas às de nobres e fidalgos porque ofereciam um dote mais substancial*"[148]. Tal como no século, algo estava a mudar, e o poder da burguesia fazia-se sentir e com uma acuidade especial num período de engrandecimento das casas monacais. Mas sempre se fizeram as petições ao monarca para que este financiasse da sua real algibeira ou das receitas públicas municipais os montantes para admissão na clausura, a ele recorriam também as orfãs, sobretudo em consequência de guerras e pestes, para conseguirem um tecto digno[149] dentro dos espessos muros conventuais[150]. A

---

[144] BNL, *Códice 8395*, fl.15v°.

[145] BPMP, Ms.1272, *Directorio*, cap Segundo.

[146] No convento de Santa Ana de Viana do Castelo, a arrogância das bem nascidas classificou de morcegos as que não provinham dos mesmos estratos sociais. A revolta latente provocou amiudadas vezes conflitos, com especial relevância em tempos de eleição. CALDAS,José, *Um Outeiro Célebre*, in Lusa, 15 Junho, ano II,n°31, Viana do Castelo, 1918,pp.49/50.

[147] Era comum as candidatas a professas entregarem dote suficiente para se livrarem de determinados serviços da Comunidade. BPMP,Ms.1272, *Directorio*, cap.Segundo.

[148] SILVA, Francisco Ribeiro, *o.c.*, p.244.

[149] Num documento de 1722 se faz patente a situação de uma cidadã inglesa que, convertida ao catolicismo, fora abandonada pela família. MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.235.

magnanimidade régia era também invocada para quaisquer obras materiais julgadas necessárias. O documento de 1616 (em anexo) é disso prova. Esta petição contém ainda duas curiosidades: a primeira é declarar que o respectivo alvará não passaria na chancelaria (o que leva a pensar ter sido o próprio soberano a custear a despesa) e o segundo é colocar como clausula da dotação, uma investigação prévia, que não tinha nada de extraordinário, por ser prática comum usarem-se as doações como única fonte de receita dos beneficiários[151]. Apesar disto, o Mosteiro das freiras de São Bento, no dizer do cronista de "A Provincia", terá sido dos poucos que primou pela honestidade, não só na utilização deste recurso, como pelo modo isento com que apresentou os inventários, quando a isso foi obrigado, e para já não falarmos na forma transparente como o Visitador fez o seu relatório, por sinal o único encontrado. O que ali ficou registado contrasta de forma gritante com o que podemos ler sobre alguns mosteiros beneditinos a norte do Douro[152] : *"... achei a decencia, a limpeza, o aseyo da Igreja em todas as suas partes com aquella propriedade e grandeza que pedem os Mosteiros Sagrados que nella se executão: este fervor, este cuidado, he hum particular efeito da piedade, da devoção das mesmas relligiozas, nelle devem louvavelmente permanecer para que tambem lhe sirva de estimulo à pureza do espirito, à perfeição do Templo a onde adorão o Senhor."* [153]Nada a apontar!

- O Directório das monjas Beneditinas

Como um corolário desta prelecção, passemos um olhar pelo "Directorio", obra a que fizemos algumas alusões e que na falta das Constituições pode lançar alguma luz sobre as normas directoras impostas às religiosas, já que as Constituições Sinodais[154] disponíveis se mostram demasiado sintéticas e herméticas. Este repositório de principios de conduta religiosa e moral feito sem grandes presunções teria a finalidade de colmatar a falta das referidas Constituições,

---

[150] Parte das sizas da cidade, vulgarmente denominadas alças, eram aplicadas nestas obras pias. Idem, *Ibidem*, p.234.

[151] Não era raro que essas verbas dos cofres camarários fossem parar à compra de alfaias ou outros que não propriamente necessários. Estes pedidos eram normalmente concedidos pelo rei a contra gosto das edilidades, mas reduzidos a metade ou menos após investigação prévia. SILVA, Francisco Ribeiro, *o .c.*, pp. 247/249. Apesar desta desconfiança relativamente às comunidades religiosas, os Mosteiros e Conventos eram considerados lugares seguros para a guarda dos cofres municipais, pelo menos provisoriamente. Idem, *Ibidem* . O convento de São Domingos chegou a impetrar Provisão Régia que compelisse a Câmara a sustentar os seus frades. MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.235.

[152] OLIVEIRA,Eduardo Pires, *O Edificio do Convento do Salvador*, Braga,1994, 127/134.

[153] ADP, *Livro de Visitas (4750)*, ff.2/3

[154] As Constituições Sinodais do Bispado do Porto a que aludimos são as de 1541 (D.Baltazar Limpo) e as de 1585 (Frei Marcos De Lisboa). As segundas (as terceiras a serem publicadas neste bispado, as primeiras são de 1496 de D.Diogo de Sousa) apesar de posteriores ao Concílio de Trento não diferem substancialmente das outras. O ponto divergente é no que toca à aposentadoria dos nobres que, nos conventos femininos passou, a ser proibida.

situação que grassava pelas instituições monacais. Aconselhava-se então que na falta delas[155] se observassem de perto as directivas dos bispos[156]. De resto, o seu autor diz, a dada altura que, toda a freira devia conhecer as suas Constituições, sob pena de pecado grave.[157] Este manuscrito tem data dos fins do século XVIII e por esses tempos poucas saberiam ler e menos as que compreenderiam o que liam, o que é confirmado na fl.9 onde se diz:" *Não as inclinem aos Livros Misticos, que ellas não podem intender, antes com elles se podem arruinar...*" era o conselho, que Frei Luis Caetano de São José, o autor deste pequeno opúsculo, dava aos confessores contra quem se insurgia pela forma como orientavam as religiosas em geral e as beneditinas em particular .

Não sabemos se o "livrinho" fez parte do cartório beneditino de Ave Maria, pois não consta do espólio descrito no inventário do Ministério das Finanças. Também ali não se inclui qualquer volume de quaisquer Constituições, embora saibamos que deveria ter existido algum exemplar no Mosteiro, como está expresso na ultima folha do calendário liturgico[158], chamando a atenção das monjas para os dias em que deveriam tomar disciplina conventual e que estariam consignadas na "Constituição de Nosso Patriarca São Bento," assim como os dias em que havia dispensa dela. Segundo as prescrições, essa dispensa verificar-se-ía em: Sábado Santo, semana depois da Páscoa, na vigilia e semana do Espirito Santo e em todas as festas em honra de Cristo e de Sua Mãe, assim como no oitavário do Corpo de Deus. Fora destes períodos, alguns mais longos, a disciplina exercia-se em todas as segundas, quartas e sextas feiras do Advento e Quaresma, exceptuando-se quando nesses dias caíam festas solenes ou era a vigilia da festa de São Bento [159], em todos os dias da Semana Santa, salvaguardado o Sábado como foi dito. Da festa da Ascensão até à do Espirito Santo, todas as sextas feiras eram dias de disciplina e da Santissima Trindade ao Advento e do dia da Epifania à Quaresma voltava a obrigação da disciplina nas sextas feiras, exceptuando-se o caso de serem festas solenes[160]. Acrescente-se ainda uma pequena lista de dias consagrados a santos, que pensamos serem de devoção particular, onde se incluem alguns especialmente caros à Congregação[161] e nos quais não se tomava a disciplina: Santo Amaro (13 de Janeiro), Santa Escolástica (10 de Fevereiro), São Marcos (25 de Abril), São

---

[155] O "Directório" que tem origem no Porto aponta para umas Constituições de Lamego, mas que não encontramos.

[156] BPMP, Ms.1272, *Directorio*, cap.Primeiro.

[157] Idem, *Ibidem*.

[158] BNL, *Códice 8369*.

[159] São Bento tem duas festas, uma em Março, outra em Julho (a trasladação). No entanto, falamos naturalmente da de Março, que pode recair em período de Quaresma. O calendário romano normal apenas comemora a primeira das festas.

[160] O referido calendário denomina de festas de primeira ou de segunda classe.

[161] Desta lista ressaltam alguns dos patriarcas da Ordem como: Santo Amaro, São Bernardo, Santa Escolástica e Santa Gertrudes.

Barnabé (11 de Junho), Santo António de Pádua (13 de Junho)[162], Santa Maria Madalena (22 de Julho), a matina de São João Evangelista (6 de Maio)[163], Santa Ana (26 de Julho), Transfiguração (6 de Agosto), São Roque (16 de Agosto), São Bernardo (26 de Agosto), Santo Agostinho (28 de Agosto), Santa Cruz (14 de Setembro), Anjo Custódio (2 de Outubro), São Plácido (5 de Outubro), São Lucas (18 de Outubro), Santa Gertrudes[164] e São Martinho (11 de Novembro), Santos da Ordem (13 de Novembro), Apresentação (21 de Novembro) e Santa Catarina (25 de Novembro)[165].

Sendo a Ordem Beneditina especialmente vocacionada para a oração, nada mais natural que toda a sua actividade temporal girasse em torno das horas canónicas em que se distribuíam os vários elementos do Oficio Divino, elementos esses com 4 finalidades distintas: o latreutico (salmos) para promover a glória de Deus, o imperatorio (petições) para alcançar o bem da Igreja e da Humanidade, o didáctico (leituras) para a instrução dos que rezam e o moral (alocuções) para a santificação de todos. Este culto que a Igreja rende ao Eterno ordenado e disposto de modo a cobrir todas as horas do dia, todas as semanas e durante todo o ano, alcançando assim todos os tempos e todas as condições da vida humana, como o ideal da vida cristã [166].

- O que liam as monjas

Se dermos uma rápida olhada pelos exemplares inventariados do Ministério das Finanças, tanto os que recolheram a Lisboa, como os que se espalharam sabe-se lá por onde, rejeitados nessa escolha, verificamos logo à partida tratar-se de uma biblioteca monástica, particularmente beneditina. O número de breviários salta à vista porque era neles que as monjas rezavam o Oficio Divino, logo seguidos de um extenso conjunto de títulos de conteúdos destinados à meditação e às várias cerimónias da liturgia, exercícios espirituais, e práticas devocionais aos Santos e Santas da Ordem e Marianas. Outro ponto importante, indicando seguidores de São Bento, é a existência de livros de canto mais propriamente de Cantochão, não só com esse nome, como com o genérico de Antifonário, pois a música era fulcral nas suas práticas litúrgicas. Terá sido mesmo um monge

---

[162] Os santos tomariam o nome do local onde faleciam, donde Santo António aparece como de Pádua e não Lisboa. FERRANDO-ROIG, Juan, *Iconografia de los Santos*, Barcelona, 1950, p.7.

[163] Não apresenta nenhuma explicação para ser neste caso a matina.

[164] Santa Gertrudes tem o seu dia em 16 de Novembro e não em 11 como está registado.

[165] Desta Santa, de Santa Gertrudes e do Anjo Custódio (o anjo da guarda de cada um) havia exemplares para leitura e meditação, como consta da lista do extinto cartório (em anexo).

[166] AZCARATE, Andres, *La Flor de la Liturgia*, Madrid, 1951,p.268.

beneditino que "inventou" a música, mais exactamente a notação, desenvolvendo aquilo que São Gregório Magno, também ele beneditino, havia feito a partir da obra de Santo Ambrósio[167].

É curioso encontrar no meio de todos estes livros ou simples folhas soltas um trabalho com o titulo "*Ortographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza*," coadjuvado com o"*Compêndio elementar da grammatica portuguesa*". Supomos que terão feito poucos exemplares, porque só consta um de cada, e é pena, porque fazem muita falta nos tempos de hoje. Para aquele tempo e em tal lugar surgem um tanto deslocados, pois não temos conhecimento de qualquer pena erudita, pelo que nos foi dado observar no decurso da investigação. Apesar disso, sente-se, subjacente aos imensos panegíricos, barrocos, alguns excessivamente abarrocados, aos odores de santidade de grande parte das monjas, algumas mesmo milagreiras, um certo domínio da "arte de bem escrever" e mesmo conhecimentos de leituras profanas, mas sempre dentro de uma linha coerente com a respectiva época[168].

Outro livro deveras interessante seria o intitulado "Arte do Cozinheiro e Copeiro"; o nome prometeria conteúdo deleitável; por onde andará?

Não faltam naturalmente vidas de santos, da Ordem e de outras como Carmelitas, Dominicanos e Franciscanos (talvez pela ligação de solidariedade e de obrigação que mantinham)[169]. Contam-se também várias crónicas da Ordem de São Bento, de Frei Antonio de Fepei, incluindo-se a mais conhecida, de Frei Leão de São Tomás, mas também ali se conta a "História Seráphica Chronológica da Ordem de São Francisco", de Frei Fernando da Soledade, e outra sobre o mesmo tema, de Frei Marcos de Lisboa , Regras explicadas e Sermões inclusivamente do Padre António Vieira, ficando-nos a ideia de que em algum tempo terão ali florescido alguns intelectos acima da média.

---

[167] Desenvolveremos um pouco mais em local apropriado. Curiosamente as obras de Cantochão que existiram no Cartório não figuram entre as que recolheram aos arquivos estatais! Parece que os senhores da Academia de Belas Artes não lhe encontraram estética adequada, embora o suporte das pautas fosse pergaminho!

[168] Segundo o que nos foi dado lêr destes floreados, fica patente um conhecimento camoniano. No lugar destas apologias teatrais, tão criticadas por Lino de Assunção, que também as leu, antes tivessem deixado relatado, ainda que sucintamente, as transformações por que passou o Mosteiro.

[169] As monjas de Avé Maria socorriam com esmolas os e as Carmelitas Descalças como já dissemos. Mantinham uma certa ligação com os frades de São Domingos, pelo menos por causa da Capela da Senhora do Loreto, erecta no referido mosteiro e que lhes fora doada como dote por Maria Francisca da Encarnação aquando da sua entrada na clausura beneditina, BNL,*Códce 8423*.

No entanto e como é natural, avultam essencialmente livros ou cadernos sobre aquilo que vimos a tratar, ou seja a oração nas horas do quotidiano e o Oficio Divino[170]. O Ofício Nocturno e o Ofício Diurno dividiam-se de forma a proximar-se do horário que o profeta David usava para glorificar a Deus (havia no cartório vários exemplares dos salmos de David). Pode dizer-se que são os salmos, tanto do Antigo como do Novo Testamento, que pelo seu número, frequência e variedade constituem o pano de fundo do Oficio Divino e que segundo Santo Ambrósio são " *a benção do povo, a glória de Deus, a confissão da Fé, a plena devoção, em suma a voz da Igreja*"[171] . Umas vezes rezam-se por inteiro, outras por versículos ou frases soltas ou ainda por antífonas. Completa-se o Ofício Divino com outras leituras, da Sagrada Escritura e das vidas de Santos (Martirologico) que pelo seu elevado número nunca deixavam desguarnecido qualquer dia[172]. Para as orações usava-se o Missal e temos assim a utilização das três obras mencionadas. O Ofício Divino, como oração pública e social que é, deveria ser rezado em comunidade. E o local próprio, o Coro, que no caso das comunidades femininas era um lugar reservado e resguardado dos olhares indiscretos por grades, hoje símbolicas nos actuais cenóbios. Falta falar do Ritual, onde se registavam as fórmulas oficiais, preces e ritos para a administração dos sacramentos, bençãos e procissões. Supomos que nos cartórios dos mosteiros mais antigos, nomeadamente aqueles que foram anexados a São Bento de Ave Maria, se encontrariam estes livros subdivididos em: Gradual, Vesperal, Antifonario, Saltério, Responsorial, Processional, etc. como era uso em tempos mais recuados[173].

- O tempo litúrgico no Mosteiro e a orientação espiritual

As matinas compunham-se de antífonas, versos, leituras da Biblia, sermões e homilias dos Santos Padres, vidas de Santos e responsórios. É a mais variada e extensa das horas canónicas e nos dias de grandes solenidades constituíam nas catedrais e mosteiros espectáculos imponentes. Nas laudes, o oficio da aurora, esta era saudada com hinos e salmos e até ao século V seguia-se-lhe a tercia; como o intervalo entre ambas era grande e o tempo de descanso prolongava-se demais, os monjes introduziram a prima que, por se seguir às laudes, segue o esquema identico. Depois vêm as horas menores não por serem de menor importância, mas pela brevidade da duração: tercia (descida do Espirito Santo), Sexta (Crucifixão de Cristo) e nona (Morte de Cristo), que constam de um hino curto, três salmos ou partes deles, antífona e capitulo breve. Das três, a tércia

---

[170] Terá sido São Bento um dos primeiros a organizar de forma definitiva o Oficio Divino "entremeando-O" de forma intrinseca na Regra, AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.274.

[171] AZCARATE,Andres, *o.c.*, p.277.

[172] O Concílio Vaticano II fez uma "limpeza" na Côrte Celeste ao eliminar muitos daqueles que faziam parte da imensa panóplia de mártires das perseguições romanas e dos quais nada se sabia.

[173] AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.144.

é a mais importante, precedendo por isso a missa conventual. Pelas seis da tarde, as vésperas lembram a imolação do cordeiro nos tempos de David ou o Lucernario dos primeiros cristãos que era a benção do fogo e do incenso. Como as vésperas do oficio diurno correspondem às laudes do oficio nocturno, têm a mesma estrutura. As completas são tais como a prima de origem monástica e de introdução mais recente, provavelmente da autoria de São Bento que lhe atribuiria também tal denominação. É o momento oportuno para a leitura espiritual, a confissão das faltas do dia, a salmodia, um hino para afugentar os sonhos, vários versículos em modo de jaculatórias, o pedido da benção dos Santos e dos Anjos Tutelares[174] e do Divino Pai. É a hora da Virgem, numa saudação que desde o século XIII remata o Oficio Divino[175].

Esta seria então a forma como deveriam as monjas de São Bento de Avé Maria ocupar as horas do dia reservadas à oração, feita com toda a devoção. Frei Luis de São José, ao escrever o seu "pequeno livro", como lhe chama, não está convencido que isso fosse praticado, assim como também pressentia que a disciplina monacal deixava muito a desejar. Estava-se no ultimo quartel do século XVIII e o autor pretendia seguir à risca as directivas do Concilio de Trento, na sua 25ª Sessão, que se ocupara essencialmente da conduta dos religiosos e que constituía o expoente máximo na condução de toda a Moral espiritual e temporal.

O problema residia nos confessores, os elos com o século, e donde no seu parecer se originavam os maus caminhos trilhados pelas freiras. Podemos adiantar que estes, antes de começarem a desempenhar a tarefa de guias espirituais, tinham de ser aprovados pelos Bispos, quer fossem escolhidos pelas freiras, quer nomeados pelos seus Prelados, dada a submissão ao episcopado a que estavam obrigadas as religiosas, não sendo excepção as de Avé Maria, como explicita o Livro da Fundação[176]. Acusava Frei Luis de que no lugar de conselhos e orientação de consciencias se tratavam negócios, se contavam novidades e noticias, mostrando-se aduladores e não correctores. Eram permissivos no julgamento de faltas de silêncio e ao Coro, nas orações distraídas e sem devoção, nos comportamentos menos próprios, de mentira e vaidade, de murmurações, de falta de caridade, de modéstia no vestir. Não se insurgiam também contra aquelas que tinham dinheiro a juros (o Mosteiro tinha vários padrões de juro, tal como muitos outros; pensamos que como corpo unitário não infringia qualquer preceito[177]). Ao invés, exortava

---

[174] Os Anjos Tutelares ou Custódios têm um lugar especial na devoção; além da invocação nas completas nomeam-se nas festas do Natal, Ascensão e Assunção. Este culto foi introduzido por Pio V, em 1608. AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.609.

[175] Esta oração Mariana é de origem dominicana e introduzida na Igreja Romana, em 1239, por Gregório IX. AZCARATE,Andres, *o.c.*, p. 287.

[176] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.7.

[177] Nas primeiras décadas de 800 o Mosteiro possuía vários padrões de juro inscritos nos Almoxarifados de Barcelos e do Porto, para além de empréstimos a particulares. ADP,*Livro de Contas (4707)*.

os directores espirituais a cortarem em tudo o que fosse contra a Moral e as leis de Deus e da Religião e que os Bispos averiguassem bem e previamente a conduta dos nomeados. Por fim, remata com uma colorida comparação: seria relativamente fácil remediar tais males com uma simples reforma dos confessores, tal como Paulo IV fizera de maneira relativamente fácil à pintura do Juizo Final, de Miguel Angelo, que reputa de "famoso pintor," mas que invectiva por deixar em lugar tão venerável figuras tão "descompostas"[178].

Logo no capitulo primeiro e após extenso preâmbulo em jeito de resumo, encontramos as normas para aspirar à perfeição e pelo que diz leva-nos à presunção de que muito haveria para corrigir, desde a obediência, um dos pilares preferenciais da Regra, o único voto que os monges e monjas explicitavam[179], passando pela observância dos votos e das normas conventuais, pois parece que muitas seguiam as suas próprias, arrastando outras consigo. O uso de atavios e adornos seculares e mesmo ostentosos (longe estavam as espartanas roupas de estopa e burel): "*...uza ceda, fitas no cabello, pulvilhos, couzas de ouro e prata seja fivelas, adereços de pescoço, golas bordadas, punhos, camizas de esquia ou cambraia e couza semelhante, toucados contra o uso, capetos de veludo...*" [180],atentando contra o voto da Pobreza e provocando escandalo no seculo. Mais à frente e noutro capitulo, Frei Luis insiste neste ponto: "*Peccão mortalmente as religiozas que gastão em vestidos deshonestos, ou de qualidades contra a Regra, ou de cores, como habitos de ceda, çapatos de tiras e veludo, fivelas de prata ou pedras, lenços bordados, ao pescoço, meyas finas, camizas de olanda ou couzas semelhantes, ornatos de ouro ou prata, pedras, perolas, vidrilhos e tudo aquillo de que uzão as mulheres profanas e do seculo...*"[181]. As modas da sociedade de então parece que penetravam os espessos muros dos mosteiros, não por osmose, mas pelos orificios um pouco maiores das grades e terá sido talvez por isso que se reforçaram com outra, colocada a um metro para evitar os contactos físicos. Mas mesmo este processo era contornado pela cumplicidade de outras ou das criadas contra quem o autor fala. As grades testemunharam pelos vistos muitas situações estranhas "*...onde se praticão couzas profanas, amatorias, bailes, cantos alem de mais escandalos...*"[182].

No entanto, perante a demonstração da vida seráfica que se processava no Mosteiro Beneditino do Porto, estamos convencidos de que, apesar de Frei Luis saber do que falava, se dirigiria preferencialmente às clarissas, que demonstravam mais apetência para sair dos carris. Por

---

[178] BPMP, Ms.1232, *Directório* , cap.Inicial. Desta "reforma" derivaram os anos de restauro a que foi sujeita a referida pintura que graças a Deus lhe terá devolvido a grandeza com que foi concebida.

[179] SOUSA, D.Gabriel, *Beneditinos*, in Dic.Da Igreja em Portugal, 2ºvol., Lisboa, s/d, p.340/351.

[180] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Primeiro.

[181] Idem, *Ibidem*, cap.Quarto.

[182] Idem, *Ibidem*, cap.Primeiro.

exemplo, as freiras que mais dores de cabeça provocaram, pela atracção que exerciam sobre os nobres, parece terem sido as de Santa Clara do Porto e de Coimbra[183]. Por outro lado, se os Abadessados de São Bento de Avé Maria deixaram eco e um odor a escândalo, Santa Clara também os fez e não ficou isento da mesma fama, embora deles pouco se fale, ofuscados que ficaram pelos beneditinos.

Quanto à alimentação diz:" *Quanto ao comer carne observem o estilo do Convento, ainda que nesta parte seria bem que se conformassem com o modo que praticão as Religiozas da Ordem. Eu falo agora das Benedictinas porque as mais devem seguir o espirito das suas Regras respectivas...*"[184]. São Bento proibe a carne de animais quadrúpedes, com excepção feita na alimentação dos enfermos (Regra,cap.39); no entanto não parece que tal proibição fosse seguida, até porque no Mosteiro das freiras bentas do Porto havia matadouro privado[185] e elas compravam anualmente suinos para cevar[186], e no rol das compras há grandes quantidades de carnes vermelhas, sobretudo carneiro "*para todo o mês*". Por outro lado, as laudas das despezas incluem mensalmente quantias referentes à compra de juntas de bois para as muitas propriedades que detinham, destinadas a substituir as que morriam, e com muita frequencia. As carcaças eram divididas entre os açougueiros e as próprias monjas, além do aproveitamento dos couros que vendiam (não nos consta que alguma das freiras tenha morrido de doença estranha, apesar de não se averiguar a origem da morte de tantas rezes). Embora saibamos que muita da carne era distribuída pelas "obrigações", muita dela teria de ser consumida no mosteiro.

Quanto à uniformidade de hábitos (roupas) consignada no Directório que prescreve: "...*seguir o estilo dos habitos da sua primeira instituição e, quando isto se não possa hoje averiguar, devem ter hum uniforme e não espirito de singularidade cem capa de virtude...*"[187] (pensamos aqui referir-se àquilo que acontecia com frequência, que era a mudança de convento e/ou Ordem, por anexação ou extinção). Estaria então o mosteiro do Porto nestas condições aquando da fundação, ao reunir em si vários, de várias origens como expusemos. O autor acrescenta a titulo de exemplo:

---

[183] SILVA, Francisco Ribeiro, *o.c.*, pp.246/247. As clarissas do Colégio das Chagas de Lamego é também um belíssimo exemplo da mundanidade que larvava nos conventos. SILVA, José Sidónio Meneses da, *O Mosteiro das Chagas de Lamego*, Dissertação de Mestrado, Texto Policopiado, vol.I, FLUP, 1998, pp.52/53.

[184] BPMP, Ms. 1232, *Directorio*, cap.Inicial

[185] Surgem várias despesas com o matadouro como por exemplo uma porta. ADP, *Livro de Contas (4720)*.

[186] No *Livro de Contas (4721)* se diz que os porcos eram comprados nas feiras (Fafe, Pombeiro, etc.), em Dezembro e abatidos posteriormente por homens que lá iam para o efeito.

[187] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Primeiro.

"... *como se vê em muitos Conventos andarem com toucas razas, hábitos de cores diferentes e outros modos que inculcão hypocrisia.*"[188].

- A jurisdição das Abadessas

Um aspecto que nos pareceu de primordial importância é o que se debruça sobre as Abadessas. É um dos pontos obscuros na vida conventual do Mosteiro de São Bento do Porto e que deveria lançar alguma luz sobre o lugar desempenhado pela dirigente espiritual e material do rebanho. Para além das indicações prescritas pelo Patriarca (Regra, II) nada mais sabemos e o pouco que apuramos foi recolhido em outras comunidades beneditinas. De resto, sobre o quotidiano das freiras bentas do Porto desce um absoluto silêncio. Apenas sabemos com segurança que do extenso rol das que ocuparam a cadeira abacial só as duas primeiras foram perpétuas: D.Maria de Melo, religiosa de Arouca e provisoriamente em Tarouquela por ordem de D.Manuel I, e Guiomar de Ataíde, sua filha espiritual e por ela indicada para a substituir quando, por avançada idade, resignou com autorização papal. Desta segunda e da sua vincada personalidade, nos ocuparemos mais tarde quando falarmos do famoso báculo das abadessas. Nada nos chegou sobre a eleição que nos termos da Regra (cap.64) deveria ser o mais democrática possível, como o era também a distribuição dos vários cargos dentro do mosteiro, pois a que hoje era abadessa podia amanhã ser cozinheira ou copeira, não podendo nenhuma eximir-se destes cargos (Regra, cap.35). O que sabemos deve-se à contribuição do Livro das Eleições do mosteiro de Salvador de Braga, mosteiro beneditino. Das várias eleições, todas idênticas escolhemos a de 1689, efectuada em 10 de Setembro na grade da Igreja do dito Mosteiro; presentes Dom Luis de Souza, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas e do Conselho de Estado de Sua Magestade e com ele o seu Secretário e Escrivão da Câmara Eclesiástica Manuel de Sousa e Figueiredo e as testemunhas e escrutinadores, o Doutor Bento Lopes Pedrosa, Provisor do arcebispado e o Doutor João marques da Silva Vigário geral do mesmo. Forão chamadas: "*todas as religiozas deste Convento, que tem voto pera semelhantes eleisões, conforme a antiguidade de suas profissoes, e sendo todas juntas por som de campa tangida, conforme o uso e costume, se acharão oitenta e duas religiozas com voto, e regulados todos se achou levar a Madre Dona Maria dos Sanctos hum voto...* (seguem-se os nomes e os votos obtidos por cada uma)... *a Madre Dona Luiza Margarida de Menezes, sinco votos e Madre Ursula da Encarnasão setenta e dous votos. Pello que o dignissimo illustrissimo Senhor Arcebispo a houve por eleita Canonicamente pera Abbadeça do dito Convento, no triennio proximo, que acabara em outro tal dia do anno de mil e seis centos e noventa e dous e sendo assim eleita mandou sua illustrissima publicar esta eleisão que houve por confirmada. E outro sy mandou vir per ante sy a nova eleita, e debaixo do*

---

[188] Idem, *Ibidem*.

juramento dos Santos Evangelhos que lhe deu, lhe mandou, e encarregou que aceitasse o dito officio, e que o servisse, e exercitasse bem, e fielmente, ajustando-se com as obrigações da ley de Deos, e com a regra, Estatutos do mesmo Convento... etc.[189]

Perante o valioso testemunho de Frei Luis Caetano de São José ficamos a saber algo mais: a jurisdição das preladas estendia-se somente ao plano *"...domestico e civil e por isso não podem pôr preceitos formais às suas subditas porque carecem da jurisdição espiritual.*[190]" No final de contas apenas a administração era o ponto forte, pois elas próprias estavam subordinadas aos mesmos superiores das suas subordinadas. Essa administração era tanto sobre a população da "casa" como sobre os bens materiais da mesma; "*Pode administrar libremente todos os bens do seu Mosteiro, sempre atendendo à utilidade deste e não à sua propria vontade.*[191]" No que dizia respeito a assuntos do foro regular permitia-se-lhe algum espaço porque: "*Pode impropriamente dispensar nos jejuns da Regra, no oficio Divino, no uso de comer carne e couzas semelhantes quando aperta a necessidade desta dispensa, ou quando o prelado ou a Regra ou Constituiçoens deixão estas couzas ao juizo da Prelada. Pode annular os votos das suas religiozas, assim como os pais de familias, principalmente aquelles que são incompativeis com a vida religioza, ou podem impossibilitar as religiozas dos exercicios que devem praticar." ... "Podem tãobem obrigar as suas religiozas a que aceitem os officios da communidade, ainda que ellas para se eximirem deste cargos dessem maior quantidade de dote no ingresso da Religião, por que isto, no sentir dos Doutores, se julga por condição iniqua e destrutiva da obediencia religioza, alem de que seria huma dezordem andarem sempre humas nas occupaçoens e outras sempre dezembaraçadas e com huma vida ocioza.Pode apresentar as Igrejas do seu Mosteiro com o consentimento da sua communidade. Pode receber noviças com o mesmo consentimento, que ha de ser pella maior parte dos votos.*"[192]

A Abadessa não tinha poder de excomunhão em caso algum, mas também o não tinha em caso inverso, ou seja levantar a pena de excomunhão, nem tão pouco usar da absolvição. Não podia benzer água nem as religiozas, publicamente, apenas em privado e particularmente como qualquer mãe lança a benção sobre as suas filhas. Também lhe não era permitido cantar o Evangelho (tal como notara Heloísa). Qualquer pessoa que pretendesse transpor a clausura como secular externa carecia antes de mais da permissão episcopal ou papal (Breves), pois a Abadessa não podia actuar como simples anfitriã, além de que essa permissão deveria posteriormente passar pela anuência da comunidade. A escolha dos confessores também não era da sua

---

[189] BNL,*Livro das Eleiçoens das Abbadeças, Mosteiro do Salvador de Braga*, (Códice 8456).

[190] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Segundo.

[191] Idem, *Ibidem*.

[192] Já dissemos que este processo se efectuava por votação onde se utilizavam favas brancas e pretas .

competência e a entrada dos mesmos no espaço conventual, embora da sua alçada, deveria restringir-se à finalidade requerida e, no caso das confissões das enfermas, os religiosos (seculares ou regulares) seriam guardados à vista por duas religiosas "das mais antigas". Dentro da clausura, a Abadessa deveria velar para que não entrasse pessoa alguma, nem do mesmo sexo, assim como crianças[193] ou animais. Das prerrogativas da Prelada era a superintendência sobre criadas, assalariados e seculares que não podiam sair da clausura sob pena de não voltarem a entrar, "*...excepto que sahindo para banhos, poderão ser admittidas, indo e vindo via recta para o mesmo Mosteiro.*"[194] O pessoal externo, como procuradores, médicos ou cirurgiões, teriam de ser substituidos de três em três anos (supomos que regulariam pelos triénios). As esmolas que deveriam distribuir deveriam ser parcimoniosas, atendendo primeiro às necessidades do seu cenóbio[195].

- Das obrigações das monjas

A obediência era a pedra de toque da vivência religiosa, em primeiro lugar à Regra e às Constituições[196] e, depois do rei e dos Prelados, à Abadessa. Em certas situações podiam recorrer de arbítrio externo na pessoa do Ordinário do Lugar e/ou dos Bispos. Por outro lado deixava-se também à sua consciência alguns aspectos que fossem menos claros relativamente à finalidade da ordem dimanada. As monjas não podiam receber o que quer que fosse a titulo individual(a Regra também aponta este aspecto – cap.54) e por seu lado também não lhes era permitido trabalhar com fins remuneratórios por não poderem possuir bens, mas somente a simples execução sobre materiais fornecidos graciosamente. O contacto com pessoas de fora estava totalmente posto fora de causa, mesmo que fosse com familiares, e a ida às grades dependia da autorização da Prelada. No entanto, parece que assim não aconteceria bastas vezes, para que o monge beneditino advirta de forma severa: "*...quando vão às portas, janelas e outros lugares de suspeita, que não acenem para fora, que não falem das janellas.*[197]..". Também não podiam fazer obras nas celas (veremos que nalguns casos estas se pareciam mais com confortáveis casas do

---

[193] A respeito deste ponto acrescente-se que não podiam ser madrinhas de baptismo segundo proibia o Concilio de 1677 por "... *ser de algum modo indecente a huma virgem que deseje estar morta para o mundo entregar-se mais em conhecimentos e parentescos que a fazem metter no mesmo mundo...*"BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Quarto.

[194] Embora perceptível no conteúdo esta condição explicita-se de forma curiosa, pensando nós como eram as linhas rectas de então. Idem, *Ibidem*, cap.Segundo.

[195] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Quarto.

[196] As Constituições eram como são hoje as várias actualizações à Regra que se vão fazendo ao longo dos tempos. A reunião de Capitulo Geral é feita actualmente de 4 em 4 anos mas pode não haver lugar a qualquer alteração de Constituições.

[197] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Terceiro.

que com austeros lugares de retiro). Do mesmo modo não lhes competia a caridade com os necessitados.

Embora um dos ícones beneditinos fosse e é o auxilio aos necessitados, esse seria da mão da Abadessa, com excepção feita do que fosse da própria ração individual e no caso de extrema necessidade do beneficiado (parente ou benfeitor). Dispôr do que quer que fosse para esse fim, nem pensar; seria considerado roubo com direito a restituição. Do rendimento comum não poderia ser retirada coisa alguma, nem trocar nem emprestar, ainda que estivessem em seu uso porque: "*...estes actos são propriamente de quem tem dominio de que he incapaz toda a religioza.*[198]..", palavras de Nicolau IV. No momento de abandonar este mundo, abandonavam todos os transitórios pertences, no mais estrito sentido das palavras, pois deles não dispunham em benefício de ninguém, tal qual o espirito da Regra. Tudo ficava então ao inteiro critério da Prelada e à necessidade da comunidade, incluindo a cela.

O capitulo quinto deste pequeno tratado ocupa-se da Castidade. Aqui encontramos um repositório daquilo que era passível de excomunhão. Além das roupas e adornos profanos, enumeram-se os vários vícios que se observavam nas comunidades religiosas, desde autos e peças de teor pouco religioso[199]. Para ilustrar este aspecto, conta-se que: tendo as freiras de São Bento de Avé Maria cantado, na noite de Natal, algumas estrofes algo brejeiras, o bispo D.Fernando Correira de Lacerda (1673/83) impôs-lhes que de futuro nada cantassem sem prévio consentimento seu[200]. Na sequência desta reprimenda, conta-se outro episódio, em que num Natal posterior e depois de censuradas previamente pelo Prelado, as estrofes foram cantadas pelas freiras, noviças e educandas que lhes acrescentavam antes de cada uma: "esta se pode cantar, Fernando, bispo do Porto"[201]. Não cremos no entanto que tenha produzido excomunhão. Nem tão pouco os célebres outeiros e abadessados[202], apesar de demasiado "libertários" para o tempo. Falaremos deles mais tarde.

---

[198] Idem, *Ibidem*, cap.Quarto.

[199] Mesmo que fosse para celebrar qualquer Mistério Sagrado, pretendia-se que atentavam contra a castidade e eram excomungadas as que ousassem vestir roupas civis. Idem,*Ibidem*, cap.5°, fl.32.

[200] "*O Tripeiro*" I, 2°, Porto,1910, p.380.

[201] MAGALHÃES-BASTO, Artur de, *Poeira dos Arquivos,* Porto, 1935, pp.294/296.

[202] Os outeiros e abadessados eram as festas que se faziam por ocasião das eleições das abadessas. Tinham esse nome porque embora durassem três dias nos primórdios estendiam-se por uma semana. *O Tripeiro*, Novembro, Porto,1912, p.443. Embora tenham ficado célebres os de São Bento de Avé Maria, não era este convento o único a efectuá-las. Em Santa Clara do Porto também se verificaram, como referimos, e noutras localidades também, por exemplo Santa Ana de Viana do Castelo e segundo idêntico esquema.

A leitura de conteúdos não religiosos era outro motivo para excomunhão. Sempre que as freiras estivessem desocupadas deveriam entregar-se à oração e à mortificação e o autor dirige-se em particular às beneditinas que as tinham recomendadas na Regra. Caíam no âmbito das proibições absolutas as correspondências não sancionadas ou qualquer tipo de comunicações escritas ou fisicas nas grades ou janelas. Mas também eram consideradas perigosas todas e quaisquer amizades dentro da clauzura, que se consideravam violar o voto da Castidade[203], também aqui se condenavam veemente quaisquer contactos físicos: *"...abraços, osculos e couzas venereas..."*. Mas as excomunhões estendiam-se mais além a outras matérias, abrangendo práticas de abandono do hábito (inclusivamente dentro do mosteiro,para além de algumas horas mesmo em tempos de canícula), de introdução de estranhos dentro da clausura, de maus tratos a outras religiosas, dependo a pena do grau de violência: *"A religioza que ferir, maltratar a outra religioza, peccado mortal e excommunhão, porem se for só dar-lhe huma pancada, arrasta-la ou couza semelhante que se julga percussão leve he só pecado mortal.*[204]" Quando fora dos mosteiros por razões de saúde, única razão canónica,[205] (pois se saísssem *"...a Igreja ou fora da portaria na distancis de dous passos*"[206] ficavam excomungadas) deveriam levar uma via resguardada, pois incorreriam em pena de excomunhão se:*"... fora dos seus conventos, com licenças, andão disfarçadas de modo que se não pode conhecer se são religiosas. Devem trazer publicamente o seu habito em todo o lugar.*[207]" Algumas das monjas de Avé Maria foram autorizadas a ir a termas[208] e a outras, segundo Pedro Vitorino, foram-lhes receitados passeios a cavalo! Donde, o estribo que fazia parte da sua colecção de objectos do Mosteiro e que teria sido oferecido ao seu pai por Félix Ramos, amanuense camarário e responsável depois pela exumação das ossadas das monjas, e uma espora que, segundo o mesmo, teria arrecadada o Padre Patrício[209] "Archeologia Religiosa"). Também constituía pecado grave a permanência de elementos do sexo feminino com menos de 7 anos e os que com mais de 25 não professassem.

---

[203] BPMP,Ms. 1232, *Directorio*, cap. Quinto. A este respeito é curioso verificar que apesar desta directiva e da sua correspondente na Regra(cap.LXIX), verificava-se em São Bento de Ave Maria o contrário a este preceito; a cronista que regista a vida das religiosas no século XVII utiliza a palavra "sua amiga" quando refere que fulana ou sicrana foi sepultada ao lado ou no mesmo local de outra. Por outro lado é sintomático também o facto de que em alguns casos se observa que para cargos próximos se nomeiam as mesmas pessoas, isto é, por exemplo: quando temos como abadessa Sofia Brandão temos como escrivã sua irmã Isabel Clara e quando a primeira ocupa o lugar na cozinha a irmã está como sua auxiliar.

[204] A Regra Beneditina ocupa-se deste aspecto no cap.LXX. No entanto admite a violência com o poder do Abade.

[205] Havia um volume no Cartório com o título:"Para quando sahir alguma religiosa da clausura" ver a lista, em anexo.

[206] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Sétimo .

[207] Idem, *Ibidem*

[208] ADP, *Livro de Contas (4573)*

[209] VITORINO, Pedro, *O Convento de Avé Maria, Notas de Arqueologia Portuense*, CMP, 1937, p.201.

O silêncio era uma das outras vertentes fundamentais e regulamentado no cap.VI da Santa Regra, expressando-se de forma absoluta no cap.XLII (Que ninguém fale depois de Completas), ou seja, durante a noite e em qualquer época do ano cai uma profunda e inabalável mudez por todo aquele cosmos. Os jejuns estavam também prescritos e aos da Regra somavam-se os do lugar que não obrigavam as religiosas quando fora dos seus limites e os impostos pelos seus Bispos[210]. Quando pelas razões julgadas canónicas as religiosas se ausentassem do Mosteiro, em jurisdição estranha, permaneciam fora do alcance do Ordinário de tal jurisdição e das respectivas leis,[211] mas não dos seus Prelados, ainda que depois de mortas. Fora de todos os jejuns, incluindo os da Regra, estavam as monjas com mais de sessenta anos. As outras podiam substituí-los no tempo da Quaresma pelas Bullas[212]. No dia de Natal tinham de observar abstinência quando a festividade caía em sexta ou Sábado, dias "perdoados" aos demais fieis, a menos que a Regra ou Constituição o permitisse[213]. Nas colações *"...não podem usar de caldo de unto ou couzas compostas com manteiga, ovos, leite, poruqe todas estas [?] couzas não são materia de colação..."*[214]e embora fosse permitida maior abundância nas colações das vigílias e dias de maior solenidade *"...sendo doce daquelle que não he composto com couza de latecinos."*[215]. Os confessores não tinham poder para dispensar dos jejuns, apenas em casos excepcionais o Confessor Ordinário que era o capelão das freiras quando desempenhava o papel de Pároco[216]. Trabalhar nos dias santos só em caso de extrema necessidade, por exemplo quando o Mosteiro nem o mínimo assegurava; igualmente estava estipulava para as serviçais com excepção para a lavagem da roupa, no Inverno *"...em que he preciso aproveitar os bons dias..."* (o sentido prático das coisas no pensamento beneditino) e adverte o autor para que se faça a boa gestão dos bens terrenos e não se esgotem em rezas e oficios e *"...outras couzas introduzidas que já tem força de*

---

[210] Estes Jejuns abrangiam toda a Quaresma, as Quatro Temporas do ano, os primeiros e segundos dias das Ladainhas, a véspera da Ascensão e a de Pentecostes, as primeiras quartas, sextas e sábados depois de Pentecostes, Santa Cruz e Santa Luzia. A estes se juntavam as vésperas das festas dos santos da Diocese. *Constituiçoenss Sinodais do Bispado do Porto, (1541,1585,1735).*

[211] BPMP,Ms.1232, *Directorio*, cap.Décimo-primeiro.

[212] Como não estão especificadas quais as Bullas pensamos que seriam as da Santa Cruzada que se adquiriam por vários preços.

[213] BPMP, Ms.1232, *Directorio,* cap.Décimo.

[214] Idem, *Ibidem.* Ficamos sem saber se esta prescrição era em geral se apenas no Advento como em Pombeiro. LENCART,Joana, *O Costumeiro de Pombeiro*, Lisboa, 1997, p.112.

[215] Parece que este princípio não era uniformemente observado porque no mosteiro Beneditino de São Bento de Viana (1546),que não o de Santa Ana (1510) na véspera de Reis faziam-se papas de leite. ARAÚJO,José Rosa, *o. c.*

[216] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Décimo.

costume", levando a que as religiosas à força de trabalharem para o seu próprio sustento, se esgotem, faltando às obrigações para com o seu estado e para com Deus[217].

Toda a religioza era no geral sepultada na clausura do seu Mosteiro, coisa interdita às seculares, mesmo que residissem dentro dele. No entanto, podia suceder que, uma vez fora, falecesse, pondo-se então algumas alternativas quanto ao local da inumação e no caso de a ele não puder ser transportada. Se se não verificasse tal situação, poderia a religiosa ainda em vida dispôr de local e, em caso de não deixar qualquer disposição, seria depositada na paróquia onde morresse. Este principio aplicava-se tanto a monges como monjas. Se próximo estivesse, um Mosteiro feminino de outra Ordem ou Congregação recolhia o cadáver e sepultava-o como um dos seus elementos, isto é na clausura;se o mosteiro fosse masculino, ficaria à parte, mas separada dos seculares. Uma religioza só seria colocada na Igreja no caso de se não poder acolher a um Mosteiro. A titulo de exemplo, conta-se um caso (Directório cap. 12)que demonstra, por um lado, o cumprimento dos preceitos regulares e a aplicação prática do voto da caridade, da parte de uma comunidade de carmelitas (calçados), e, por outro, como podem ser em qualquer tempo vãs as promessas, mesmo que impliquem matérias tão sérias e feitas por consciências, à partida, tão responsáveis.

Se tudo fosse devidamente observado, as religiosas gozariam de todas as graças e privilégios, tal como os religiosos da sua Ordem, mesmo que sujeitas ao Ordinário e não à Ordem[218]. Consequentemente lucrariam de todas as indulgências e jubileus "*que são concedidos a outras ordens religiosas e isso ainda que estejão dentro da clausura, comtanto que satisfação à obra mandada para se ganhar a tal indulgencia ou jubileu...*". No entanto e segundo o autor "*...tem havido muitos erros pello grande numero de falsas indulgencias que andavão espalhadas, como se pode ver no Edital que a Real Meza Censoria que, doutamente, as examinou, somente devem Ter por certas as que a real meza Censoria não reprovou depois do maduro exame que sobre isto fes.*" O autor continua afirmando que: "*...verdadeiras são no dia em que tomão o habito, no dia em que fazem a sua profissão, na hora da sua morte. Em cada hum destes tempos tem indulgencia plenaria. Tem mais todas a da Bulla da Santa Cruzada, como podem ler na mesma, e hum jubileu no dia que quizerem, huma ves dentro do anno e tomando o escrito, outra.*" Seguem-se outras, como as visitas à Igreja e orações pelo Pontificie, Bispos, etc. Convém acrescentar que as

---

[217] Idem, *Ibidem.*

[218] As religiosas estavam sujeitas ao Bispo, Ordinário do Lugar e não à Congregação. As monjas de São Bento de Avé Maria dependiam do bispo que ocupasse, em cada momento, a cadeira episcopal do Porto ou, no caso de estar *Vacante*, ao governador nomeado para tal e não a Tibães, cabeça da Ordem Beneditina em Portugal e da qual dependiam os Mosteiros masculinos, aderentes à Congregação. Em ambos os casos estavam isentos. No caso das monjas, além da Regra e das Constituições, ficavam ainda dependentes dos Visitadores e das Constituições Sinodais.

indulgências caíriam também sobre as religiosas irmãs de Confrarias, que por isso proliferavam nestes tempos e como consequência do Concilio de Trento e que tiveram expressão acentuada nos Mosteiros e Conventos e no caso particular de Avé Maria. As páginas escritas durante o século XVII e XVIII espelham estas devoções nas várias confrarias que ali existiram , a última das quais civil (Irmandade de São Bento)e que muito se bateu pela conservação do edificio do Mosteiro.

- As festas na devoção beneditina do mosteiro do Porto

Assim decorreria o tempo de forma vagarosa e igual. Os dias desdobravam-se nas várias partes do Oficio Divino e as semanas e anos ritmavam-se nos tempos altos e nos comuns da Liturgia, marcados acentuadamente pelo Advento e Natal, Quaresma e Páscoa (ciclo Temporal ou Cristológico)[219], salpicados pelas festas dos Santos Protectores que sobressaíam dos guardiães diários (ciclo Santoral)[220], com especial relevo para São Bento e Santa Escolástica. O primeiro com duas festas, 21 de Março e 11 de Julho (dia da sua trasladação a que se chamava também o "elevatio corporis"[221]). A segunda venerava-se (e venera-se)em 10 de Fevereiro. Os tempos comuns preenchiam-se com procissões no interior do Mosteiro, com o ponto mais alto na solene festividade do Corpo de Cristo (quinta feira da primeira semana após o Pentecostes), que envolvia toda a cidade do Porto. Poderiamos dizer que foi um dos acontecimentos mais importantes da vida citadina, pois igualava ou suplantava mesmo a recepção feita a qualquer monarca, já que se tratava efectivamente de honrar o Supremo Rei. Todos os corpos religiosos participavam pomposamente e, para não ficarem atrás, as autoridades civis custeavam muitas das despesas. Na imensa e luzidia procissão eucarística incorporavam-se os civis na forma das Confrarias, com as respectivas insígneas e os mestéres que em cortejos alegóricos simulavam as suas profissões. As primeiras distribuiam-se hierárquicamente pela importância económica que ditava a social. As segundas procuravam expressar o melhor possível a sua arte.

Num regimento de 1621 eram aos hortelãos de Santo Ildefonso que competia abrir o cortejo. Na parte final compunham-se quadros biblicos antecedendo a Custódia e o fecho ficava a cargo dos

---

[219] Estas eram (e são) as festas maiores do Calendário Litúrgico (do Advento se inclui apenas o 1ºDomingo). Além de maiores classificam-se como de I ordem. Os tempos que lhes ficam adjacentes como de II ordem e todas as outras são festas menores. COELHO, António, *Curso de Liturgia Romana*, 2ªparte,Braga, 1943, pp.84/86. Ver nota 160.

[220] O conjunto dos dois Ciclos compõe o ano Litúrgico. AZCARATE,Andres, *o.c.*, p.422.

[221] Sempre que havia conhecimento da trasladação das relíquias de algum santo para lugar mais digno, dava-se o nome de "*elevatio corporis*". AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.595.

mercadores do Brasil, ricamente vestidos[222]. A cada ofício ou conjuntos de ofícios (concerteza similares) competia o enfeitar parte do percurso e segundo uma vereação camarária de 14 de Abril de 1730 os alfaiates, tecelões, tecedeiras e calceteiros ficavam com o encargo de abrilhantarem o segmento entre a Igreja de São Bento das Freiras e a rua Chã. A outros profissionais competiriam outros trechos do percurso. Depois de 1820 acabou este costume, embora se não alterasse o trajecto da procissão até 1856, que por necessidade de ampliação se modificou, continuando no entanto a passar à porta das monjas bentas.

A procissão dos Passos não as contemplava, percorrendo a distância entre o Colégio de São Lourenço a São João Novo e volta. A dos Fogaréus, além da Misericórdia, passava em São Bento de Avé Maria, Santa Clara, Sé, Colégio de São Lourenço e São Domingos, percorrendo 7 passos da Paixão[223]. O andor da "Mater Dolorosa" saía de São Francisco, prosseguindo pela rua das Flores, "privilegiada para as procissões", por entre velas acesas que iluminam de forma fúnebre as janelas, lançando sobre os magotes de multidão uma esparsa e lúgubre luz. Passava o cortejo defronte do Mosteiro Beneditino que na parede da casa dos capelães tinha, num oratório, uma das Estações da Paixão[224] (que hoje se pode vêr, embora bastante arruinado, na sacristia de São João Novo; as imagens, devido ao estado de degradação que apresentam, foram remetidas para os arrumos). O acontecimento era profundamente solenizado e as freiras por seu lado custeavam um grupo de guardas municipais que desempenhariam provavelmente os papeis dos soldados intervenientes na Paixão que "montariam" guarda ao sepúlcro do Salvador, armado para o efeito dentro do Templo. Um dos Livros de Contas reza assim: 1 sargento 500 réis, 1 cabo 260 réis e 14 praças 240 réis[225]Também na Igreja de São João Novo estará o que resta do desmembramento de outro oratório que ornou uma das esquinas do Largo de São Domingos[226].O Mosteiro de São Bento das freiras, que como já vimos estava estrategicamente colocado no coração da cidade, via-se naturalmente envolvido na vida religiosa do burgo para a qual logicamente contribuía. A sua Igreja engalanava-se e abria-se ao exterior, embora a comunidade espectante e curiosa se mantivesse oculta pelas grades.

O Natal, mais propriamente o Nascimento de Cristo após o tempo de espera do Advento, encontrava as monjas de São Bento do Porto em oração em torno dos Presépios (pensamos ter

---

[222] SILVA, Francisco Ribeiro, *Espaços e Tempos de Lazer na Sociedade Portuense do Antigo Regime*, in O Tripeiro, Agosto, Porto, 1993.

[223] PINTO, José Marcelino Peres, *Apontamentos para a História da cidade do Porto*, Porto, 1869,pp.50/56.

[224] GONÇALVES, Joaquim Freitas,*A Procissão de Terça Feira Santa no Porto*, CMP,Junho/Setembro,1941, pp.175/180.

[225] ADP, *Livro de Contas (4573).*

[226] Do primeiro conjunto nomeado, incluímos neste trabalho o registo fotográfico, não só da peanha como das esculturas; do segundo nada sabemos, para além de indicação bibliográfica.

havido mais que um);o exemplar que lobrigamos, apenas em fotografia e de má qualidade, mas que incluímos no nosso trabalho, era simples e sem quaisquer requintes artísticos (que os tempos não eram de largueza) e possui somente o valor de ter sido do Mosteiro. Julgamos ser o que andou em "bolandas" como uma grande parte do seu património. Do seu último proprietário conhecido, uma casa de leilões portuense, foi estacionar provisoriamente num depósito do Museu Nacional Soares dos Reis, de onde saiu para parte incerta (o proprietário falecera), fará agora uma meia dúzia de anos. No entanto sabemos que no Coro Baixo era costume montar um outro que o arqueólogo Pedro Vitorino[227] terá visto quando criança e que o terá impressionado, não só pela dimensão natural, mas pela mutação das cenas até aos Reis.[228]Cortando o tempo de meditação e oração, a azáfama própria desta quadra também seria normal entre as monjas de São Bento, atarefadas nos manjares natalícios e na distribuição das consoadas "da obrigação", como consta dos Livros de Contas, embora a vigilia fosse de jejum.

O tempo de espera quaresmal era mais austero, marcava-se pelos jejuns, pelas disciplinas, pelo silêncio das gargantas e dos sinos, substituído pelo bater seco das matracas[229] , mas sobretudo pela semana maior do ano, a Semana Santa. Os preparativos começariam bem antes, logo a seguir à Epifania com a Septuagésima, Sexagésima e Quinquagésima, semanas que separam aquela festa do início da Quaresma, que não tem início em Quarta feira de Cinzas, mas no domingo posterior.[230]. Esta Quarta feira, que se insere na última semana do Tempo da Septuagésima, dá sim início ao jejum[231] quaresmal (caput jejunii)[232]. Tal matemática foi um artifício de São Gregório Magno para arredondar os quarenta dias da Quaresma. Este tempo penitencial remontará ao Concilio de Nicea, celebrado em 325,[233]embora ainda sem o carácter actual. A liturgia despia-se dos hinos alegres e do acompanhamento do orgão e a Igreja despojava-se das

---

[227] VITORINO, Pedro, *o .c.*, p.183.

[228] Este costume de armar um Presépio era seguido consoante as posses da comunidade. No Mosteiro beneditino do Porto recorria-se ao papel e à cola, enquanto na Madre de Deus, em Lisboa, a montagem cenográfica para representar o Nascimento do Menino teve mais requinte, ficando registada pela mestria do barrista "Ferreirinha de Chelas",dos meados do século XVIII.PEREIRA, João Castel-Branco,*As Colecções do Museu Nacional do Azulejo*,Lisboa, 1995,p.23.

[229] Estes instrumentos de madeira, constituídos por três tábuas presas por eixos de cordas ou dobradiças, serviam para chamar os frades e freiras a capítulo e chamar os fiéis à Igreja na Semana Santa (de Quinta a Sábado). Também se usavam como substitutos dos sinos quando as dioceses eram dadas como interditas pelas autoridades eclesiásticas. LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol.V, Lisboa, 1876, p.43.

[230] AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.484.

[231] Segundo a lei do jejum os fieis além do consumo reduzido de alimentos deveriam abster-se de: carnes ovos, lacticinios, peixe e vinho. Permitia-se apenas: pão, água, legumes e mel numa refeição única depois da Missa e das Vésperas. AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.487.

[232] nome que tem na liturgia. AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.484.

[233] AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.487.

flores e dos adornos, cobrindo-se de roxo, cor que emprestava aos panos que velariam as imagens e crucifixos a partir do Sábado da Paixão (véspera de Domingo de Ramos). O violeta acentuava o espírito da austeridade e o sentimento da gravidade, na antevisão do acontecimento que estava para se desenrolar com desfecho na morte e enterro de Cristo. Das práticas efectuadas na Semana Santa apenas respigam os Livros do Mosteiro e para compreendermos o significado de, por exemplo, porque se pagava a pessoas para fazer "vozes" em Domingo de Ramos recorremos às beneditinas de Viana e julgamos ter encontrado a resposta[234] .

Na Quinta feira, após a Missa o Santíssimo era trasladado para uma urna (um pequeno sacrário arquitectonicamente concebido para o efeito[235]) colocada num altar lateral, adornado de uma profusão de flores e velas como se de um verdadeiro catafalco se tratasse. No Domingo de Páscoa retomaria o seu habitual lugar. Actualmente, o sacrário que serve na Igreja nova de Cedofeita, no Porto, uma linda peça de talha ao gosto joanino, parece ser aquele que recebia, durante estas cerimónias, o corpo de Cristo, no Mosteiro de São Bento de Avé Maria[236]. Paralelamente na mesma Quinta Feira se fazia o enterro do Senhor: em algum lugar proximo da Igreja se colocava o féretro, provavelmente existiria a capela do Santo Sepulcro (apenas se regista: "Despeza com a Festa do Senhor Morto" ou "paguei para os Sepulcros como he costume", no livro de contas de 1805/1889), coberto com um pano de veludo negro e ali ficaria depositado até Domingo da Ressurreição quando em procissão seria conduzido em triunfo ao interior da Igreja[237] . De outras cerimónias decorrentes na Páscoa permanecem mudos os relatos, embora a lista dos livros inventariados ali registe, além do "Cerimonial da Congregação dos Monges Negros" onde estariam impressas todos os rituais e prescrições das cerimónias, o "Manual para Sexta feira Santa e Domingo de Pascoa". Por exemplo, do tradicional lava pés, que logo após o meio dia se pratica em Quinta-Feira Santa, apenas nos chega de forma sintética que se pagaram 1320 réis pela armação do "lava pedes"[238](no triénio 1801/03). Ficamos sem saber como se processava tal cerimónia numa clausura feminina.

---

[234] Para simular o diálogo entre Jesus Cristo, ao Doutores da Sinagoga e o Povo pagava-se ao capelão para fazer a voz de Cristo, ao diácono o texto e ao sub-diácono a voz da multidão. ARAÚJO,José Rosa, *o.c.*

[235] Era feito de modo a que o acesso se fizesse pelas trazeiras e não pela frente, ou lado.

[236] Não temos a confirmação documental do facto apenas a palavra do pároco. No entanto não nos repugna tal informação dada a concepção da peça e a confirmação de que terá sido esta paróquia a que mais beneficiou com a dispersão das alfaias e santos do extinto Mosteiro.

[237] Sabemos realmente que este costume era corrente no Mosteiro pelas doações que as freiras faziam ao mesmo e que incluíam os panos para a urna ou sepulcro do Senhor .

[238] ADP, *Livro de Contas (4720).*

Como já tem sido relatado até à saciedade, toda a vida monástica portuguesa sofreu rudes golpes no entrar do século XIX. Primeiro, as invasões francesas, que provocaram o primeiro terramoto na tranquila vivência do País e que escancararam definitivamente as portas às ideias maçónicas, traduzidas na política liberal que tinha como objectivo primeiro o derrube do poderio eclesial como origem do atraso e da ignorância. Depois durante estes anos ditos de libertação as freiras, foram concerteza as que mais sofreram, apanhadas que foram nas malhas de uma política que lhes acenou com uma liberdade que para umas chegou tarde, para outras se transformou num tormento e que a outras nada lhes disse.

Ao contrário dos conventos masculinos, logo encerrados, esbulhados e dispersos os seus ocupantes, os femininos foram agonizando lentamente escondidos dos olhares exteriores, roídos pelas traças da decadência alimentadas pela falta das rendas que deixaram de ser pagas por rendeiros agora "libertos" desse jugo, pelos sucessivos impostos aplicados como castigo e que sangravam definitivamente os já parcos recursos e sem ninguém capaz de as proteger nem aqueles que durante séculos as asfixiaram. Não chegaram a ver os alvores da República ou teríamos provavelmente assistido ao mais degradante espectáculo, chegadas que estariam à completa exaustão. Misericordiosamente o Divino Esposo a isso as subtraiu. No entanto, o poder político que as banira compreendeu, com o tempo, a sua necessidade e lentamente o espirito monacal ressurgiu purificado, esclarecido e renovado, liberto das peias do passado. As restauração das beneditinas do século XX não teve ligação com as ruínas do século XIX, até porque os mosteiros extintos eram de clausura rigorosa[239] e os recém nascidos apareciam vinculados a uma obra missionária dos monges. Actualmente em Portugal as Irmãs Beneditinas pertencem a duas Congregações: à da Rainha dos Apóstolos, na Bélgica e à de Tutzig na Alemanha. Da primeira fazem parte o mosteiro de Santa Escolástica em Roriz, Santo Tirso e que em 1935 irradiou para Angola, o de Santa Maria do Mar em Sassoeiros, Carcavelos e o do Torrão, Alcácer do Sal. À Segunda pertence o Priorado de Baltar, Paredes, fundado em 1961[240].

Na Comunidade de Roriz, que visitámos notámos logo um profundo corte com tudo o que apurámos no decurso da investigação; a imensa alegria e abertura contrastam com a sombria

---

[239] Este tipo de normas mantiveram-se na vizinha Espanha. Os mosteiros, apesar de não terem sofrido extinção, atravessaram momentos tenebrosos com a Guerra Civil (1936/39). Contaram-nos pessoalmente os tormentos por que passou a comunidade do Mosteiro de Santiago de Compostela, quando a parede do Mosteiro, do lado da Catedral, foi tornado paredão sistemático de fuzilamento.

[240] FERREIRA,Pe.Manuel Avelino , *A Igreja de Nossa Senhora do Terço*, Barcelos, 1982, pp.225/229.

postura do passado. A autoridade emana, não de uma abadessa investida de poder soberano,[241] mas de uma Prioreza Geral que ocupa o cargo máximo e é eleita de 9 em 9 anos, em Reunião Capitular. Cada Prioreza no seu mosteiro é eleita ou nomeada pela Prioreza Geral que preside aos destinos de todas as Comunidades a nível mundial. Dentro do seu Mosteiro, a Prioreza nomeia a sua sub-prioreza e distribui anualmente os cargos, auxiliada por um Conselho. Este Conselho é constituído por ela própria e ao qual preside, por 2 elementos escolhidos pela comunidade, outro que ela escolhe e pela sub-prioreza. Não possuem qualquer obra da sua responsabilidade, mas desempenham quaisquer funções para onde forem chamadas. Assim o fizeram e fazem em África, onde os seus hábitos de negros se tornaram brancos (de resto o preto parece ter deixado de ser obrigatório, já que no Torrão se vestem de bege). Em Portugal Continental, onde se instalaram a pedido dos seus congéneres de Singeverga (de resto muito próximo, do outro lado do vale e nos terrenos da mesma doação), desenvolveram durante o tempo necessário trabalho assistencial às populações rurais ao nível da saúde e educação escolar e religiosa. O Mosteiro, de linhas modernas, permanece inacabado com falta de duas alas para fechar o claustro[242], mantendo o pequeno jardim à face do muro da quinta, quinta esta pequena, mas ainda assim suficientemente ampla para as suas necessidades. A sua "pequenez" nota-se quando comparada com o Mosteiro masculino que se ergue no meio de imensa herdade perfeitamente autónoma como qualquer "feudo" cisterciense.

---

[241] Segundo nos disseram, o lugar da Abadessa é reservado apenas para as Congregações ditas de Clausura Papal, como as cistercienses e as beneditinas espanholas de Santiago de Compostela que pretende fazer uma Federação com Roriz, ao que elas não estão nada receptivas e compreende-se porquê.

[242] O Mosteiro de Singeverga é de construção mais recente (também ainda não fechou o seu claustro por falta de uma ala), embora a instalação da respectiva comunidade no local seja anterior à de Roriz. A razão é simples: ocuparam durante décadas a casa da doadora e porque era viva e a casa estava em seu nome, o Mosteiro escapou à extinção.

UM COMPLEXO MONÁSTICO URBANO E OS SEUS TEMPOS

1- AVE MARIA GRATIA PLENA....

Esta divisa, que o anjo Gabriel[243] segura, vem justamente dar o mote para iniciarmos o estudo do Mosteiro de São Bento de Avé Maria, propriamente dito. Esta foi a razão parcial da denominação do Mosteiro do Porto. Ao patronímico demonstrativo da sua filiação religiosa beneditina, São Bento, juntou-se o distintivo em honra da Virgem da Anunciação, Avé Maria, que foi o seu orago e cuja imagem ocuparia o lugar devido, à esquerda no altar mór, se o pudéssemos confirmar. No entanto, curiosamente o inventário do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças não regista qualquer imagem escultórica desta devoção, como também dele não consta nenhuma outra para qualquer dos altares laterais da Igreja, nem para vários outros, espalhados pelo espaço conventual. As únicas referências a esta invocação mariana[244] surgem nos números 110 e 111 do inventário geral, à cabeça da lista das pinturas efectuadas sobre diversos suportes; o primeiro, em tela, que partilha a referida alínea com outra tela representando São Bento e o segundo, "*um pequeno quadro com pintura em cobre*".[245] Mais adiante o número 117 é ocupado por várias pinturas a óleo, entre as quais uma Anunciação. Das três peças em questão só o "*pequeno quadro com pintura em cobre*" mereceu relevância, daí o seu isolamento inventarial e a sua cotação financeira que ascendeu aos 13 600 réis; donde, nem só os homens se não devem medir aos palmos. As outras duas obras não passaram dos 4 500 réis e 1 400 réis, respectivamente e em média (nos conjuntos a que pertencem). A representação do orago poderia ter ficado então por uma tela (uma delas)colocada no alto da tribuna do altar mór ou os dois quadros da alínea 110, a Anunciação e São Bento (que por estarem juntos provavelmente eram iguais nas dimensões e avaliados em conjunto quanto ao valor pictórico), ornariam, naqueles tempos, as paredes laterais da capela mór: à esquerda a Virgem e o anjo Gabriel (cena mais facilmente representável a duas dimensões) e à direita o grande Patriarca São Bento, padroeiro daquele cenóbio, da sua devoção.

Qualquer que pudesse ser a solução, a questão do orago é mais recente que a construção do edifício. Ainda não estaria determinado o destino a dar ao "*...moesteiro das freyras que mandamos fazer em a nosa cidade do Porto*"[246]. Nem estaria tão pouco escolhida a invocação e o padroeiro,

---

[243] Anunciação, conjunto policromado da segunda metade do século XIV. *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1995, p.67.

[244] Num documento encontramos a seguinte curiosidade com respeito ao orago: "*não há lembrança do numero que este Mosteiro tem de religiozas so por huma e simples tradição se dis que he de 150 por ser dedicado a Virgem Nossa Senhora.*", BNL, *Códice 8414.*

[245] ANTT, *AHMF relativo à extinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto,* Cx.2036, Capilha 11.

[246] ALVES, Artur da Mota, *O Convento de Avé-Maria do Porto (Cartas Régias)*, CMP, vol.V,Porto,1942, p.185.

embora fosse natural uma escolha mariana, não só atendendo ao monarca vigente (devoto da Virgem), como também à natureza da comunidade (feminina, já assente) e ao crescente fervor pela Mãe de Deus, própria duma mentalidade gótica que, transfigurada no Concílio Tridentino, produziria as múltiplas e emotivas representações barrocas de Nossa Senhora. Não pudemos saber tão pouco se aquela foi a primeira e única dedicação do Mosteiro, pois não era invulgar a mudança de patrono. A indicação do orago surge nomeada pelo Padre Novais[247] e confirmada nas Memórias Paroquiais de 1758[248], porque a festa da "nossa padroeira" (sem mais indicações), em 25 de Março, é a única indicação registada a pretexto de contabilizar custos nos livros de contas dos séculos XVIII e XIX, do Mosteiro. A devoção a Nossa Senhora da Anunciação remonta a tempos longínquos, ao décimo Concílio de Toledo (656), que chama à solenidade do dia "a Festa por excelência da Mãe de Deus, a grande Festa da Virgem". A data da celebração coincidia com o tempo da Paixão, pelo que a Igreja de Toledo a transferiu para 18 de Dezembro e a de Milão para o Domingo anterior ao Natal. A Igreja de Roma restituiu-lhe, no século IX, o seu próprio dia e passou então a denominar-se Nossa Senhora de Março. Até à implantação da República, em 1910, foi dia santo de guarda e feriado nacional. Em honra da Mãe de Deus se tocavam as Avé Marias três vezes ao dia (de manhã, ao meio-dia e à noite, prática ainda corrente em algumas terras rurais), devoção instituída pelo Papa Urbano II, em 1095[249].

- As correntes artísticas e suas influências

Localizado o terreno do Mosteiro no burgo portuense, determinadas algumas vertentes político-sociais que o enquadraram e estabelecido o tempo, nos finais do reinado do Venturoso, falta abordar o ambiente cultural em que ocorreu a sua construção inicial.

O século XVI português viveu o cruzamento de tendências, muitas vezes contraditórias, procurando novos caminhos para sair do marasmo em que o gótico se atolava. Apesar de periférico, o país estava endinheirado e tornou-se o chamariz para arrivistas e aventureiros em conjunto com os que, para além de uma melhoria económica, procuravam notoriedade pessoal, num momento em que o mecenato começava a compreender e a recompensar a arte individual, preocupando-se mais com quem assinava a obra e menos em preencher apenas espaços com trabalhos esteticamente aceites e aprovados de uma qualquer oficina minimamente competente.

---

[247] NOVAIS, Manuel Pereira, *Anacrisis Historial (II parte)*, Manuscritos da BPMP, vol.III, Porto, 1917, p. 242.

[248] FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *O Porto na Época dos Almadas*, vol.I, Porto, 1988, p.94.

[249] CARVALHEIRA,Pe.José do Vale, *Nossa Senhora na História e Devoção do Povo Português* ,Porto, 1988, pp.133/135.

A necessidade de comerciar com o exterior encontrou na extensa costa marítima alternativa de mais valia relativamente a um vizinho fronteiriço nem sempre amistoso, permitindo a Portugal abrir-se cedo ao exterior. Em qualquer tempo as trocas constituíram sempre pretexto para viajarem, gratuitamente, os ventos da mudança, que se instalam mercê de algumas sensibilidades mais apuradas, polarizando em seu redor elites culturais. O final da primeira dinastia provocou uma ruptura definitiva com o antigo. Avizinhavam-se mudanças com a nova economia das descobertas. A casa de Aviz encetou uma nova forma de estar, apoiada numa rica burguesia, alicerce da dinastia nascente que se movimentava numa Europa eivada de novidades, cruzando-se em todas as direcções com dois eixos prioritários: do norte, com quem Portugal há muito mantinha relações diplomáticas e económicas, e para oriente, num sentimento mais espiritualista, em direcção à Terra Santa, na rota da qual se topavam obrigatoriamente as repúblicas italianas. A casa de Bragança, que como tal nasceria por estes tempos, encontrou no futuro primeiro duque uma apetência pela novidade, transmitida à geração seguinte na pessoa do conde de Ourém que manteria relações artísticas com a Itália de Lucca della Robbia, escultor e Michelozzo, arquitecto[250]. A atracção pelas viagens contagiou também o infante D.Pedro (fundador daquela estirpe ducal, por nomeação), uma das poucas coisas que tiveram em comum e que não impediu o extremar das suas posições políticas. Foi assim por intermédio de burgueses, nobres e infantes que timidamente foi penetrando nova ordem cultural. A visão humanista ganhou adeptos dentro e fora da corte e os pequenos e isolados focos alargaram-se tendendo para um todo. No entanto pontuava naturalmente a vontade régia que favorecia ou fazia regredir quaisquer tentativas de mudança, remetendo-as para uma letargia forçada, irrompendo depois, fortalecidas, em tempos mais propícios. Pensamos que o mosteiro de Avé Maria pode ter sofrido desta mutação, dada a variedade de estilos praticamente coevos. Começou a erguer-se no final do reinado de D.Manuel I, num período em que o pré-humanismo havia passado para uma consciência quase plena da cultura clássica, ou mesmo plena e apenas reprimida, pois libertou-se inteiramente com D.João III, e foi no entanto fundado numa estrutura "antiquada" de fortaleza românica, rasgada pela luz do gótico (houve uma grande preocupação quanto ao número de janelas acrescentadas ao projecto inicial) e pela verticalidade. Este desenvolvimento em altura, que não deu lugar a soluções ogivais, leves, para apoio das abóbadas (que nem teve), deveu-se à falta de espaço. A Igreja não beneficiou das belas rosáceas (não há delas qualquer notícia), nem de um espaço elegante repartido em naves (a área disponível era demasiado estreita e permitiu sempre e apenas uma nave única). Ter-lhe-á valido a decoração "modernista" do manuelino impressa no lavrado dos capiteis, no facetado dos fustes, bases e cimácios. Digno de nota talvez o portal da Igreja

---

[250] MOREIRA, Rafael, *Arquitectura: Renascimento e Classicismo*, in História da Arte Portuguesa, vol.II, Circulo de Leitores, Lisboa, 1995, p.308.

(substituído anos mais tarde por uma gramática mais evoluída), onde pontuaram as marcas régias regionalistas de um gótico tardio e já sem soluções inovadoras.

Foi contratado como seu mestre pedreiro, João Lopes o Velho, o mesmo João Lopes de Guimarães e de Lamego, consoante a localidade onde, baseado, executava as obras encomendadas. Como no contrato vem nomeado pelo último topónimo, ou seja João Lopes de Lamego, pensamos que ali estaria no momento em que Bartolomeu de Paiva, amo do futuro rei D.João III, veio com ele contratar as obras do Mosteiro do Porto. De resto, os temas lavrados nos capiteis únicos, que restam do cenóbio portuense, parecem-se bastante com o que ostentam os capiteis da porta da Sé de Lamego (talvez ao tempo a obra mais recente), embora aqueles mais grosseiros (o abandono a que foram votados pode tê-los deteriorado) não possam ombrear com estes, lamecenses, de concepção mais fina e elegante. Quanto ao arquitecto e autor do risco, a questão fica em aberto, pois desconhece-se em absoluto. Opiniões mais doutas apontam para o primogénito dos Castilhos, João[251]. Este artista biscaínho encontrava-se ocupado em levantar a primeira abóbada de combados, feita em Portugal, na Sé de Braga (na primeira década de 500). Enquanto esteve a trabalhar na "Bracara Augusta" executou a planta da Igreja do mosteiro de Vilar de Frades, relativamente próximo[252]. No estaleiro desta obra trabalhou João Lopes, executando o cabido, escada, enfermaria e cozinha[253]. As duas obras feitas a par datariam de 1508/1511. No entanto quanto ao Porto, a coisa é outra, já que em 1518, ano da fundação de São Bento de Avé Maria, João de Castilho encontrava-se em Lisboa, para onde fora destacado no ano anterior, para os trabalhos dos Jerónimos. Obra de tal envergadura não lhe deixaria tempo para outra, que embora esteticamente sem a mesma imponência, exigiria cálculos de engenharia pela sua dimensão e consequentemente várias viagens, ou mesmo estadias na Invicta (tão importante personagem não deixaria referências?). A questão da existência de debuxos várias vezes referenciados no decurso do contrato, apontando para a mão de um riscador, pode não querer dizer risco de régua e esquadro; na época medieval, antes da emancipação do artista a figura do arquitecto não passava de um mestre pedreiro, a quem a experiência permitia a descodificação de sumários esboços e a interpretação de instruções orais ou escritas[254]. Além do mais, João Lopes, ao ser apelidado como: "*famozo arquitecto e mestre de obras... homem insigne na architectura e mais cabedal no reino*", [255]provara já a sua competência e esse epíteto talvez comprovasse o

---

[251] FERREIRA-ALVES, *As duas Igrejas do Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto*, I Congresso Internacional del Monacato Feminino en España Portugal y America 1492/1992, p.748.

[252] VINHAS, Joaquim Alves, *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades-1425/1834*, vol.I, Porto, 1996,p.90.

[253] Idem, *Ibidem*, p.4.

[254] MOREIRA, Rafael, *o . c.* p. 304.

[255] RAMOS, Mª Teresa, *A Igreja Manuelina de Vilar de Frades*, in Revista Ciências Históricas, Universidade Portucalense, Porto, 1990, p.99.

indiferenciar na denominação entre mestre pedreiro e arquitecto. Não nos parece também, após a leitura do contrato, que o Mosteiro de São Bento de Avé Maria fosse uma obra de referência arquitectónica, a necessitar de um especialista. Muito do que se executava ficaria por conta do mestre na linha "... *dalgûa boa obra que bem pareça...*"; assim seria preferível a um criativo alguém sabedor da arte de construir solidamente, menos preocupado com a estética e mais capaz de copiar modelos pré-concebidos (a que João Lopes estaria habituado) e a improvisar com eficiência no momento preciso. Se calhar, ao pensarmos que se omitiu o responsável, não enxergámos o óbvio: não havia nada que o mestre pedreiro (o Padre Novais chama-lhe "*maestro de architectura*"[256]) não soubesse fazer. Algo de semelhante poderá ter-se passado nos finais do século XVIII, quando os relatos pormenorizados da reconstrução feita após o sinistro de 1783, se limitaram a indicar secamente o nome de Manuel Álvares como riscador da nova planta. Aqui muito simplesmente este arquitecto (embora por estes tempos as águas profissionais estivessem apartadas), talvez por demais conhecido, dispensava outras apresentações[257].

João Lopes de Lamego ou de Guimarães, pertencente a uma importante família de artistas da pedra, devia ser homem de múltiplos talentos. Conhecia a gramática clássica (ensaiada nos motivos finos que intercalam os colunelos do portal da Sé de Lamego), aprendida no contacto com os biscaínhos do "plateresco" e a arte de talhar a pedra com o sogro, Pero Galego, mestre muito conceituado por todo o norte e Galiza (a herança deixada reflecte-se nos belos portais com destaque para o da matriz de Caminha (1511), considerado o primeiro "plateresco"), a par da construção tradicional. Talvez esta versatilidade lhe tenha assegurado a preferência do Venturoso, nas obras no Porto[258] (consideradas de grande importância estratégica), e a distinção com que foi agraciado por D.João III para poder " *andar de mula ou faca*[259]". Sabendo que o Piedoso nutria uma surda oposição ao seu progenitor, João Lopes parece ter sido flexível a ponto de sobreviver ao desaparecimento de um monarca, o que dava direito quase sempre a alterações na "entourage" política e artística, sobretudo de primeiro plano. Acrescente-se no entanto que João Lopes não terminou o Mosteiro, sendo substituído ou demitindo-se, mas já depois da morte de D.Manuel[260].

---

[256] NOVAIS, Manuel Pereira, *Anacrisis Historial*, vol.II, Manuscritos BPMP, Porto,1913, p.78.

[257] Poderá ser este Manuel Alvares o mesmo apontado como mestre das obras do bispo D.João Rafael de Mendonça que se ocupou directamente do problema da reconstrução,.FERREIRA-ALVES, *Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (séculos XVII e XVIII)*, in revista Faculdade de Letras (História), vol.IX, Porto, 1992, p.349.

[258] Inclusivamente interveio na questão da delimitação e avaliação de parte dos terrenos, ADP,*Livro da Fundação (4674)*, fl.141.

[259] RAMOS, Mª Teresa Oliveira, *o . c.*, p.99.

[260] Assinou em Maio de 1529, um contrato de emprazamento, em São Vicente de Fora, Lisboa, provando assm que se encontrava na capital, no ano imediato à presença de Diogo de Castilho nas obras do Porto. Da sua assinatura consta o

Por outro lado, o próprio Bartolomeu de Paiva (contratante régio) era um homem italianizado[261] e incutiu por certo no seu pupilo, o futuro rei Piedoso, o gosto dos novos espaços, razão que deve ter presidido à viragem na arquitectura do cenóbio do Porto. Finalmente D.Pedro da Costa, bispo da Invicta, com quem o Venturoso tratara a questão dos terrenos era sobrinho do cardeal Alpedrinha, "refugiado" em Roma e que espantara a Cidade Eterna com a magnificência das obras de estilo avançado. O círculo fecha-se quando parece que aqueles três personagens, os dois eclesiásticos e o gentil-homem, altamente colocados, eram de alguma forma parentes ligados por D.Álvaro da Costa, homem da casa de D.Manuel e protector de Nicolau de Chanterêne[262]. Apesar de o destino ter conjugado circunstâncias tendentes a um espaço renovado não foi de molde a contrariar o gosto e a vontade daquele que fora absolutamente bafejado pela Sorte.

D.João II, se a vida lhe tivesse sido longa, teria talvez marcado definitivamente o fim das artes medievais, pela atracção irresistível que nutria pela Itália dos Medicis, convidando Andrea de Sansovino a trabalhar em Portugal e nomeando um humanista, Cataldo Parísio Sículo, como preceptor do seu malogrado filho, Afonso[263]. Entretanto, imprevistamente ou não, ocorreu uma viragem política, favorecida pela economia das especiarias, que reorientou o país para o seu tradicional mercado no norte europeu e para o revivalismo na arte da decoração exuberante do gótico, tornado "manuelino", em Portugal. Não nos parece no entanto que as decorações de São Bento de Avé Maria se pudessem revêr aqui, por se tratar de clausura feminina, onde se pretendia austeridade e contenção e porque o erário régio, que custeava várias obras, esgotava-se principalmente em Santa Maria de Belém. Terá sido esta a razão principal da pobreza "franciscana" que apresentou o mosteiro beneditino do Porto? Foi sem dúvida uma obra régia, mas sem o brilho que revestiam habitualmente as obras de D.Manuel I. Só assim se poderá compreender (e não só pela ostentação e por uma certa competição) que outras obras coevas, custeadas por nobres mecenas, apresentassem belíssimas estruturas, como o Mosteiro de Vilar de Frades, em Barcelos, que podemos ainda apreciar, e o Mosteiro de Monchique, no Porto que ostentou, apesar do seu acanhado espaço sagrado, uma rica abóbada de cruzaria, hoje desaparecida e lamentada por quem a conheceu.

---

título de Primeiro Mestre de Pedraria. VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Dic.Hist. Doc. de Architectos,Engenheiros e Const. Portugueses ou ao serviço de Portugal*, Imp.Nac..Lisboa, 1904, pp.74/75.

[261] MOREIRA, Rafael, *o .c.*, p.324.

[262] Idem, *Ibidem*.

[263] MOREIRA, Rafael, *o .c.*, pp.314/315.

- Um percurso idealizado ao interior do Mosteiro

Com este breve apanhado do ambiente que se vivia na segunda década de 500, aprontemo-nos para dar início à viagem de três séculos pelo espaço interior daquele que, segundo as modas, foi considerado uma massa horrenda a obstruir o Progresso ou o mais belo edifício do Porto, o Mosteiro de São Bento de Avé Maria, da Encarnação ou da Anunciação.

O trajecto vai ser feito de forma transversal no tempo, analisando a partir da concepção original e partindo para as transformações das várias áreas construídas, na medida em que as informações que apurámos nos permitam a reconstituição possível.

Como ficou dito na abertura deste capítulo, não sabemos a data em que foi escolhido o orago denominador desta comunidade. Os livros do cartório que consultámos são de tempos muito posteriores à fundação, constituídos por treslados dos séculos XVII/XIX, em que o mosteiro ostentava já o nome por que ficou conhecido, embora muitas vezes seja referenciado simplesmente por São Bento das Freiras.

Normalmente um conjunto monástico pouco difere de outro conjunto congénere. Trata-se normalmente de construções maciças e pesadas sem grandes adornos, constituídas por edifícios com finalidades precisas para albergar comunidades religiosas maiores ou menores que ditam as suas dimensões. É evidente que esta descrição por si só não produz uma visão cenobítica para que ela se reflicta nas nossa mentes, pelo que há que acrescentar dois elementos fundamentais: o claustro e a Igreja. São eles o fulcral da vida religiosa e são eles que dão normalmente o tom deste ou daquele estilo, pois tudo o resto não passa, apesar da monumentalidade formal, de simples acessório necessário à vida comunitária. Com os tempos mudaram-se pontualmente as fisionomias destes conjuntos nas janelas e nas portas, mas, no que toca a claustros e a igrejas, assiste-se por vezes a transformações totais por arrazamento das soluções anteriores. É vulgar encontrarem-se pesadas construções, incaracterísticas, que atravessaram incólumes vários séculos, às quais se apensam umas vezes elegantes templos levantados de raíz e outras vezes um hibridismo exótico, pelas modificações operadas ou pelas decorações sobrepostas, conjugando na actualidade estilos e formas por vezes incongruentes, demonstrando que a moda não afecta somente as comunidades seculares mas também se promove em honra de Deus.

No final do século XIX São Bento de Avé Maria parece ter sido um exemplo prático do que dissemos. A sua imensa massa granítica, provavelmente mais impressionante pela solidez compacta e menos pelo tamanho da área construída (ocuparia sensivelmente o mesmo espaço que ocupa a actual Estação que herdou o seu nome) espartilhava-se já entre as sobreviventes

ruas da Madeira e do Loureiro, respectivamente a norte e a sul, onde se incluíam os restos da muralha fernandina que ainda aconchegava a si algumas casas. O espaço disponível na largura ficava por isso consideravelmente diminuído, obrigando, para dar lugar à cerca, que o mosteiro se projectasse para a área fronteira, a poente, limitando a rua da Carros na face leste e esmagando-a para o lado oposto contra a correnteza de casas paralelas à cerca dos Padres Loios. Esta linha de habitações descrevia um arco, afunilando ainda mais a passagem que se alargava depois para formar o rocio onde se fazia a feira de São Bento. O conjunto não apresentaria nada de notável para além das duas portarias voltadas a poente e a sul, casando-se num ângulo de 90º. Esta quadratura completava-se com um muro interrompido por dois imponentes portões, encimados por arrebiques de pedra, defronte das respectivas portarias. A sul, num plano muito mais avançado que a portaria colocada deste lado, desenvolvia-se a Igreja e Coros , estendendo-se ao longo de quase todo o eixo leste/oeste. Era nestes três elementos que assentava toda a originalidade visível do Mosteiro e terá sido a razão porque foi reproduzida até à saciedade, não cuidando os mestres fotógrafos do resto, que permitisse à posteridade avaliar do conjunto total. Aqueles apontamentos arquitectónicos registaram a heterogeneidade exemplificativa das mudanças, sem no entanto chocarem a nossa sensibilidade.

Todo o pano sul era composto pela frontaria da Igreja, equilibrada em dois corpos igualmente distribuídos e ornados de dois conjuntos de janelas harmonicamente ritmados, separados por um imenso portal de granito com recurvados e colunas na forma exacta de um retábulo "rocaille". No excedente da parede, para poente, estendia-se a parte do edifício onde se situavam as salas de visita, provavelmente os locutórios, o mirante e outras dependências anexas, das quais não temos informações detalhadas. Também ostentava janelas a espaços iguais. O topo leste fechava-se com um edifício construído de tal sorte que parecia parte integrante da Igreja. A soma destes elementos constituía a fase barroca do mosteiro e no lugar da rebeldia que lhe seria própria transmitia serenidade, contido que estava o movimento na simetria da distribuição do espaço e na simplicidade dos apontamentos rocócó das janelas "toucadas", perfeitamente cadenciadas, em toda a extensão das paredes, permitindo o destaque visual e físico (porque num plano mais avançado que a própria fachada) do imenso portal, desenvolvido verticalmente, a actuar como um retábulo no seu altar.

Na fachada poente erguiam-se quatro arcos com a altura suficiente para permitir albergar dois pisos. Dizemos dois porque, embora se trate do rés-do-chão, é mais que provável ter ali existido um sub-piso (como indicamos e justificamos na planta), dado o acentuado desnível do terreno. Parece-nos que o estilo da construção dos referidos arcos está de acordo com o movimento renascentista italiano. Finalmente, do lado sul, ergueu-se a parte mais interessante sob o ponto de

vista estilístico: três arcos formavam a portaria de serviço e que, segundo Haupt,[264] dariam conta das influências flamengas. Como as relações com a Flandres foram sempre uma constante mais ou menos evidenciada, nada mais natural a ocorrência desta amostra, embora pouco vulgar, ou talvez nem tanto, por se ter verificado na Invicta, a cidade portuguesa preferencial para tais ligações artísticas derivadas das constantes relações económicas. Como afirmámos, a reunião dos três momentos não parece provocar sobressaltos na leitura quando olhamos a fisionomia do velho Mosteiro. Ao invés, parece uma solução de continuidade por ausência de excessos que o contraste com o fundo de uma simplicidade despojada realça, conferindo-lhe dimensões majestosas, acentuadas pela imensa escadaria, tornada em pedestal, a compensar a diferença de cotas no ângulo sul/poente e a funcionar como um reforço da perspectiva.

A visita a qualquer casa monástica tem normalmente início na portaria, a partir da qual se prossegue ao longo de imensos corredores, as veias de um organismo que as dependências necessárias à vida comunitária formam.

Como esta não vai ser uma visita normal porque apenas idealizada, a nossa viajem através do Mosteiro da Encarnação vai iniciar-se, não na portaria, mas no claustro. Vamos prosseguir ao longo de um espaço na "quinta dimensão", extrapolado das plantas/estudo (em anexo), também elas produto de uma visão espacial idealizada sem qualquer possibilidade de ser comprovada.

A razão da escolha do claustro para princípio da nossa deambulação tem origem nas seguintes premissas: por um lado, é a segunda alínea do contrato. A primeira, a Igreja, será tratada em separado, já que se trata de um ponto sensível em qualquer trabalho deste género e em particular neste. Por outro lado, tratando-se de uma análise ideal, considerámos o local fundamental, a partir do qual podemos mais fácil e logicamente ir reconstituindo, na medida do possível, os outros espaços conhecidos. Nesta linha de pensamento encontra-se a necessidade objectiva para qualquer construção congénere de delimitar esta área como forma de calcular e coordenar todas as dependências a edificar. Isto aplica-se numa primeira e ligeira abordagem em termos de construção civil, porque o claustro é ainda hoje muito mais que apenas um local amplo que articula os vários corpos do edifício; a sua simbologia é a um tempo o particular e o geral na espiritualidade religiosa.

- O Claustro

A crasta, segundo o dicionário. Foi este o termo mais vulgarmente usado no passado. O léxico acrescenta mais duas interpretações tomadas como sinónimos, mas subtilmente diferentes:

---

[264]HAUPT, Albrecht, *A arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, 1986, p.239.

recolhimento e privação. Uma terceira palavra completa, a nosso vêr, todo o peso que aquela palavra encerra: âmago.

Não vamos aqui dissertar sobre as origens a que remonta o uso destes pátios, mas apenas estabeleceremos uma diferença fundamental: na antiga Roma, o Forúm funcionava como o claustro, lugar central, distribuidor da circulação e animado por excelência, enquadrado por belos e importantes edifícios porticados, polarizando naturalmente toda a vida da "civitas". Era o âmago, mas não o recolhimento, nem a privação, antes, pelo contrário, era o público e por vezes o excessivo. O Fórum monástico, o claustro, gemina-se no monástico apenas no primeiro ponto, o âmago; quanto aos outros situa-se nos antípodas. Ele é também o centro de uma forma de vida. Articula a vida civil, mas apenas naquilo que é o conjunto das exigências corporais submetidas às outras, as espirituais, que se lhe sobrepõem ao nível do material. Se atendermos à colocação do claustro relativamente ao templo, verificámos que a posição deste constitui vulgarmente o fecho daquele. A distribuição das dependências, distribuídas em quadrado aberto, tinha o seu encerramento lógico numa das paredes do corpo da Igreja, conferindo a esta ala uma simbologia particular (o claustro da colação ou da leitura, onde inclusivamente havia nichos para depósito dos livros[265]. A planta de Saint Gall apresenta já esta configuração), como se de um altar se tratasse. Foram precisamente os beneditinos na introdução da Regra de São Bento os primeiros a aplicar esta solução[266], assim como a decoração historiada dos capiteis, a funcionar como uma didáctica de pedra[267]. Era o lugar das meditações e o preferido para as inumações. Seguia-se-lhe em importância a face onde se instalava a sala do Capítulo, lugar onde se cruzava o material das decisões administrativas com o imaterial das correcções morais, da expiação das faltas, da humilhação da vontade.

A forma quadrangular que ostenta torna-o uma planta centrada, para além de centralizador. Geometricamente é uma forma ideal, pois encerra uma harmonia formal, matematicamente perfeita: quatro lados iguais perpendiculares formam entre si ângulos iguais e rectos. As diagonais iguais e perpendiculares interceptam-se pelo meio. As medianas dos lados (orientadas pelos pontos cardeais) desenhavam os rios do Paraíso, tornados os caminhos terrenos que conduziam à Fonte da Vida[268], materializada numa fonte pétrea colocada estrategicamente naquele cruzamento

---

[265] BORGES, Nelson Correia, *Arte Monástica em Lorvão (Sombras e Realidade)*, Dissertação de Doutoramento, Texto Policopiado, vol.1, Coimbra, 1992, p.381.

[266] SANTIAGO SEBASTIÁN, *Iconografia del Claustro Barroco en Portugal, Espnha e Iberoamérica*, in I Congresso Internacional do Barroco, actas, II vol., Porto, 1991, p.403.

[267] Idem, *Ibidem*.

[268] BORGES, Nelson Correia, *Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna*, in Museu, nº7, Porto, 1998, pp.40/41.

espacial, simbolicamente tratado. Por cima estendia-se a imensa e infinita abóbada celeste. Poder-se-á dizer que a preocupação da centralidade presidiu à espiritualidade antes que o Renascimento a materializasse de forma evidente. Talvez fosse ainda uma questão de simetria como o reflexo palpável de um todo harmónico agradável ao espírito sensível. Muito antes que o ocidente recuperasse os conceitos clássicos, o Islão expressou essa preocupação ao nível da arquitectura, retirada da concepção grega e pagã das forma simples, que traduziam a realidade : a ligação da forma quadrada com o círculo (o corte transversal da cúpula) transferida para a compreensão da própria Fé. A passagem do material para o imaterial, do quadrado para o círculo por intermédio do octógono (elemento funcional que o Renascimento associou também ao ideal) A união do corpo e da alma que o cristianismo interpretou de forma mais profunda, transferindo o individual para o colectivo. O claustro transformou-se então devido à sua estrutura no lugar adequado para o aperfeiçoamento e preparação para a eternidade, mantendo reunida a comunidade caminhante (que ali fazia as procissões e as meditações), com a que já partira e se encontrava na fase de purificação (no claustro se sepultavam os membros da comunidade) e com a corte celeste que do alto derramava as suas bençãos. Esta simbiose sempre presente levava o mundo dos vivos a despojar-se continuamente dos pensamentos profanos com o auxílio do mundo das sombras[269].

"fara a crasta ao longo da dita igreyia da maneira que vay ordenada no dito debuxo e avera suas ruas a roda de duas braças de largura e de comprido quinze e o pateo de dentro ficara de dez braças em quadra e avera seus peitoris a roda de dous palmos e meo dalto e seram de groso dous palmos e meo lageados por çima de boas lages chanfradas danbas as partes e na dita crasta avera quorenta arcos a roda com seus cunhaes de cinquo palmos e asy ficom dez arcos per banda e cada hu arco tera de lume dez palmos contados de meo a meo dos envasamentos das colunas e averam dalto./. (sic) vasa e coluna e capitel e çimalha dez palmos e de volta quatro palmos e meo e da grosura de pedra do arco hu palmo e meo e dous e meo de peitoril do bayxo que fazem ao todo o que os ditos arcos sobem ate os tardozes dezoito palmos e meo // (sic) E posto que diga que subom os arcos da crasta do andar do chãao ate os tardozes dezoito palmos e meo sua alteza a por beem que nom suba mais de dezasete e porem os sobrados das casas e offecinas serem dos dezoito palmos como vai ordenado sob a qual altura vira o madeiramento da dita crasta e os ditos arcos seram de dous palmos de groso e chanfrados dambas as partes e as colunas seram oitavadas e teram de groso hu palmo e huma polegada daresta com suas vas e capiteis e cimalhas dalgua boa obra que bem pareça"[270].

---

[269] SANTIAGO SEBASTIÁN, *o . c.*, p.404.

[270] ALVES, Artur da Mota, *o .c.*,p.248.

Estas foram as indicações que terão produzido o primeiro claustro do mosteiro do Porto. Do cumprimento de tais ordens são talvez testemunhas mudas os seis capiteis depositados na secção lapidar do Museu Nacional de Soares dos Reis, do Porto. Félix Ramos enumerou nove[271]. Como dissemos antes e se pode comprovar pelas figuras (embora sem grande qualidade por bastante antigas), não são um trabalho comparável aos da Sé de Lamego. Diga-se em abono da verdade que os capiteis do Porto, de secção quadrada, parecem muito mais românicos, pelo trabalho grosseiro que apresentam, num granito de grão forte (alterado quimicamente pelo abadono a que foram votados durante séculos?), embora nos temas se enquadrem no vegetalismo ou no idealizado do gótico. Não apresentam o corte circular e elegante dos de Lamego, rematados por uma espécie de coroa. Aquelas peças e o embasamento de uma coluna, também pouco elegante, constituem a amostra do lavor do século XVI, do mosteiro de Avé Maria. No entanto, no que toca aos fustes, o perfil apresentou-se mais original: prismas quadrados a que se cortaram as arestas " *...as colunas seram oitavadas e teram de groso hu palmo e huma polegada daresta...*"[272]. Não nos foi fácil encontrar exemplares destes.

O comum são os claustros de colunas aos pares, geminadas ou adossadas, de fuste redondo ou prismático, quase liso, encimados por capiteis de lavor românico. Nos portais, estes elementos arquitectónicos aparecem lisos ou muito elaborados e os facetados surgem agrupados, formando pilares, que suportam arcadas de separação interna das naves (Santa Maria do Olival de Tomar). Fustes de secção quadrada com arestas cortadas, compondo octógonos, aparecem no convento do Bo Xesús de Trandeiras (1520)[273], em Ourense (embora as arcadas sejam completamente diferentes).

Uma viagem ao Alentejo produziu algo mais aproximado e contemporâneo (1520/1522): o convento de Nossa Senhora do Espinheiro (frades Jerónimos), próximo de Évora, apresenta uma claustra muito semelhante (embora de planta rectângular de João Álvares e Álvaro Anes[274]) à descrição, por elementos, da do mosteiro de Avé Maria. A arcaria inferior é de alvenaria, onde sobressai o debruado dos arcos em pedra, e sobre ela uma galeria, também em alvenaria, em sequência idêntica, mas com colunas de fuste redondo e mais curto devido aos panos da varanda (tal como terão sido os do Porto). Todas são ornadas com capiteis lavrados, mas com motivos diversos dos da Invicta, embora os remates superiores se aproximem (o ábaco) aos do claustro portuense. Na forma são hexagonais e executados em fino mármore que lhes confere um ar palaciano. No entanto no Espinheiro coexistem dois ritmos diferentes: cada módulo formado

---

[271] VITORINO, Pedro, *O Convento de Avé Maria*, Notas de Arqueologia Portuense , CMP, Porto, 1937, p.176.

[272] ALVES, Artur da Mota, *o .c.*, p.249.

[273] *DO TARDO-GÓTICO AO MANEIRISMO*, p.169.

[274] SILVA, José Custódio Vieira da, *O Tardo Gótico em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p. 112.

por dois arcos inferiores e superiores é cortado por um forte contraforte[275] de secção quadrangular (solução arquitectónica como forma de suportar as abóbadas de ambos os pisos) que alterando bruscamente os planos, dificulta uma leitura linear tal como teria sido a do mosteiro da Encarnação, do Porto. Também as arcadas do piso inferior são já plenas numa antevisão do avanço verificado nesta região do país[276].

Finalmente, após aturadas buscas, encontrámos aqui mais perto da Invicta algo mais a contento e que pode aproximar-se de alguma maneira: embora um pouco acanhado (seis arcos por lado) o claustro de São Pedro de Cete reproduz à maneira de uma maquete aquilo que poderá ter sido o claustro portuense. É "agora" gótico com arcos chanfrados "*dambas as partes*" ligados por um pequeno murete com secção quadrada, de dois palmos e meio. Os Monumentos Nacionais encarregaram-se de lhe remover o andar superior, retirando-nos a possibilidade de conseguir uma visão de conjunto, assim como toda a elegância manuelina, reduzindo-o à expressão mais simples do escuro granito. Forrado de travejamento de madeira assente em cachorros do mesmo material (não sabemos se em consequência das obras de "restauro") apresenta-se tal como foi o seu irmão de São Bento das Freiras, com a diferença de este ter sido muito mais amplo, pois levaria, como especificado no contrato, 10 arcos em cada um dos quatro lados. O enchimento destes arcos foi feito em alvenaria, em contraste com os de São Pedro, em esquadria, mas estes não tiveram direito ao lavrado nas bases e nos capiteis . Ambas as arcarias, a de Cete e a do Porto, permitiam o acesso ao páteo por um arco plenamente aberto, descentrado, ou por dois, devido ao número par dos arcos. A obra executada em Amarante, no convento de S.Gonçalo, por João Lopes, em 1542, tem também alguns laivos no que respeita à arcaria, que o aproximam daqueles dois. A destoar estão os fustes cilindrícos e os contrafortes, que embora não tão evidentes como os alentejanos, afastam de imediato a similaridade construtiva das duas obras do mestre de Lamego.

O piso superior estendia-se em galeria coroando todo o perímetro, ornada por igual número de arcadas e protegida por um varandim de pedra com 80 cm de pé, aproximadamente, por dois palmos de espessura. Aqui os vãos dos arcos, suportados por colunas de fuste redondo "*da milhor pedraria e mais branca que se achar; e se as pedreiras de Zurara forem milhores tragao-se dellas...*"[277], levaram os "respaldos" de pedra, pela necessidade provável de apoiar os quatro arcos botantes que ligavam às engras aos cunhais, às quais se associava igual número de gárgulas, a canalizar as águas pluviais para o interior do pátio. O forro de madeira ficou a cargo do carpinteiro, Bartolomeu Dias, que travejou, soalhou e montou a cachorrada com "*... suas cabeças*

---

[275] Esta forma seria segundo Nelson Correia Borges uma antecipação ocorrida ainda no Manuelino da arquitectura do Renascimento Coimbrão. BORGES, Nelson Correia, *o .c.*, p. 37.

[276] Idem, *Ibidem.*

[277] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.152.

de cayês como se costuma tudo muy bem lavrado e atavyado." A fonte que hoje se encontra num recanto dos jardins dos Serviços Municipalizados e Águas e Saneamento do Porto e que no roteiro do visitante tem o número 7 (por acaso um número cheio de simbolismo) é atribuída ao local central deste claustro. Um grande tanque circular, no meio do qual duas taças de raios decrescentes no sentido ascendente seccionam uma coluna em três tramos com diferentes decorações: o primeiro tramo é canelado (como um fuste grego), o segundo é bojudo (como um balaústre barroco) e o terceiro, o elemento mais interessante; ostenta quatro gárgulas donde sai água que na queda vai passando sucessivamente pelas taças. No topo, o remate faz-se com um marco redondo encimado por uma espécie de prato invertido. Curiosamente o número três é insistente (a Santíssima Trindade ou as três comunidades unidas pelo espaço?). O contrato não dá quaisquer indicações para a execução e colocação deste elemento arquitectónico. Talvez por ser obrigatória a sua existência dispensasse qualquer indicação acrescida. A concepção deste receptáculo místico é muito simples, mas mesmo assim acusa já, no nosso entender, outra espécie de gosto. Apesar de se desconhecer o autor, apontámos João Lopes: são conhecidas como obra sua várias fontes, mas duas chamam-nos à atenção pela sua similaridade arquitectónica e decorativa; são elas as de Ferraria, em Pontevedra (1549)[278]e a da praça da República, em Viana do Castelo (1554)[279] . A de Avé Maria, discreta e apagada, parece-nos ser a irmã monja (despojada) daquelas duas exuberantes e profanas, nas suas vestimentas arrebicadas. Uma a espanhola, de coruchéu com as armas da monarquia ou do município a que pertence. A outra, a vianense, ostenta orgulhosamente as armas de el-rei D.Manuel. Por último a beneditina cobre-se com um chapéu eclesiástico. As três parecem no entanto conter a mesma gramática estilística. Será que esta última serviu de ensaio para as outras, posteriores?

A documentação do mosteiro não fornece pormenores detalhados para as alterações que foram sendo feitas. Assim é difícil estabelecer com exactidão as modificações que a centúria de 600 produziu. O século XVII, mercê dos muitos acontecimentos políticos e religiosos, foi dos que mais agitou as águas sociais. As paredes dos mosteiros apesar de espessas, não eram impermeáveis às modas e aos gostos. O claustro do mosteiro, centro espiritual e geográfico, era um dos locais ideais para expressar toda uma mudança de atitudes derivada da nova mentalidade tridentina. A primeira operação cosmética ter-se-á dado logo no dealbar do século XVII durante a vigência de Violante Botelho, 2ªAbadeça trienal que esteve ao leme do governo do mosteiro entre 1617 e 1627. Como lhe pareceu pobre o edifício, fez de novo o claustro, varandas e dormitório[280]. Ou seja, a obra manuelina construída já fora de prazo estava "démodé" e não agradava às monjas

---

[278] *DO TARDO-GÓTICO AO MANEIRISMO,* p.208.

[279] MOREIRA, Rafael, *o .c.*,p.335.

[280] BNL, *Códice8395*, fl.18.Os locais eram determinados pela Ordem logo fazer de novo não será propriamente arrazar e mudar de sítio mas tão somente alterar decorações e em alguns casos acrescentar, se tiver para onde.

(pelo menos a algumas), em princípio indiferentes aos gostos terrenos, mas nem por isso desdenhando a perenidade de um nome. Foi justamente o claustro que chamou a atenção para a necessidade de renovação. Começou provavelmente aqui o período de opulência que tanta tinta fez correr[281]. Esta senhora, sobrinha de D.Melícia de Melo, abadeça de Arouca, era por isso familiar muito chegada (prima?) de D.Maria de Melo, a primeira abadeça perpétua de São Bento de Avé Maria, que a acolhera com a idade de 9 anos[282]. Oriunda de poderosa família, estaria habituada às glórias terrenas, compensando a compleição frágil com a habilidade para conseguir o queria, atributos que lhe confere (por linhas travessas) a anónima biógrafa[283]. Para as suas obras, convenceu Filipe II a contribuir com 1 000 cruzados e o bispo Frei Gonçalo de Morais com 200 000 réis.

As confrarias invadiram então o convento e com elas proliferaram as imagens dos santos de todos os tamanhos e gostos: Para os altares das suas devoções, as monjas confeccionaram alfaias ricas ou encomendaram-nas, pagando com as tenças ou economias. Os mosteiros resplandeceram no ouro e na prata que deram o mote à riqueza decorativa e patrimonial do barroco e que, depois roídos pelas traças e pelo caruncho dos tempos de infortúnio, se patentearam no triste espectáculo de que, Félix Ramos[284] e Lino de Assunção[285], as únicas testemunhas, teceram tenebrosas descrições .

A primeira confraria conhecida tem uma data coincidente com a 25ª sessão do Concílio Tridentino (1545/63) e a sua invocação é sintomática do que se aproximava. A Confraria do Santíssimo Sacramento, fundada por Pio IV, foi introduzida no Mosteiro durante a prelacia de D.Maria de Melo (1562). O intermediário, Afonso Pires de Távora, embaixador em Roma, recebeu a quantia de 20 cruzados[286]. Esta confraria, que pela lista dos membros devia contar com todas as habitantes do mosteiro e alguns de fora, incluindo o padre, mandava: *"Todas as quintas feiras do ano hûa missa. Todos os domingos terceiros do mês hûa missa . Em todos os meses que não ouver festa do Senhor exposto tem a confraria obrigação de mandar fazer procição pela Igreja, no Domingo terseiro do mês alumiada com oyto tochas e sera em todos os altares e em nosso Pariarca e*

---

[281] As descrições do Padre Novais são disso o melhor exemplo.

[282] BNL, *Códice 8395*, fl.16vº. Neste códice (dos séculos XVII e XVIII) a biógrafa troca as duas preladas, ou seja dá Maria de Melo para Arouca e vice versa.

[283] BNL, *Códice 8395*, fl. 18vº/19.

[284] Félix Ramos funcionário camarário e autor dos artigos do jornal "*A Província*", publicados entre Setembro de 1894 e Janeiro de 1895 nos dá conta dos últimos dias do Mosteiro.

[285] Lino d'Assumpção, funcionário dos Arquivos Nacionais que em 21 de Maio de 1892 se encontra no Mosteiro para fazer o arresto dos bens "literários"(poucos dias após o falecimento da última Abadessa, ocorrido em 17 desse mês).

[286] ADP, *Livro da Confraria do Santíssimo Sacramento deste Convento de São Bento de Ave Maria do Porto (4713)*.

Santa Escolastica e tem obrigação de dar hûa veronica por cada mês e de mandar repicar antes do primeiro, da terza e à porcição e de fazer missa de menistros".[287] Possuía a confraria, em 1740, dinheiro "*em vários escritos a rezão de juros*" (537 834 réis) proveniente de legados e o rendimento dos alugueis de casas sitas defronte de Santo Eloy e no Olival[288]. Todas as outras confrarias têm datas posteriores dos séculos XVII e XVIII. A do Senhor dos Passos foi instituída por Violante Botelho logo no início da sua experiência como abadessa, no primeiro triénio (1617/19).

A área do primitivo claustro era de 365,192m2, de uma quadra de 19,11m de lado (10,5 braças[289]). Félix Ramos, que por lá andou na exumação dos cadáveres, aponta 32,40m de lado, produzindo a área de 1049,76m2. Estes dados diferem mais de três vezes entre si. O espaço ocupado pelos corredores circundantes tinha, segundo o mesmo funcionário camarário, 4 metros (que no projecto manuelino era de 3,64m, ou seja 2 braças, praticamente o mesmo) o que perfazia 8 metros a menos para cada uma das faces do quadrado. Ficavam então 24,4m para uma área de 595,36 m2. Continua a existir uma grande discrepância. Como justificação, poderia ser a possibilidade de ter sido reconstruído após o incêndio de 1783 como afirma o autor dos artigos de "A Província", mas no decorrer das nossas investigações não encontrámos nada nesse sentido, para além do que expusemos.

Assim pensámos que o modelo que apresentou nos finais do século XIX, quando demolido, foi a solução segunda e última. O aspecto das arcadas era idêntico ao que muitos outros claustros do barroco apresentam ainda hoje, com arcos robustos assentes em pilares que desciam lineamente até a uma base singela, talhada num sapata ligeiramente mais larga. Consumidos pelo fogo, pereceram os tectos e os soalhos, pois tal como na construção primitiva não tiveram direito nem às simples abóbadas de aresta que se vulgarizaram nos séculos XVII e XVIII. A pedra mantém-se, mesmo enegrecida pelo fogo. O murinho sob as bases dos arcos ficou, apesar do Renascimento ter simplificado tal acidente arquitectónico, substituindo-o por um simples degrau[290]. Pela apreciação espacial pensamos que o número de arcadas se reduziu de dez para nove, aumentando a área construída pela diminuição da amplitude inter-arco. A passagem para o interior do pátio não se centrou apesar do número ímpar de arcos (fig.29 anexos).

---

[287] Idem, *Ibidem.*

[288] Idem, *Ibidem.*

[289] 1 braça=1,82 , in *Dicionário da História de Portugal*, Porto, vol.V, Porto, 1992, p. 68.

[290] BORGES, Nelson Correia, *o.c.*, p.36.

Como não temos possibilidade de comprovar se houve ou não uma dilatação do claustro, apresentamos apenas as informações colocando-as em confronto. No entanto sempre adiantamos que não nos parece provável o alargamento da área, pois isso conduziria a uma total reconstrução da área principal do mosteiro de que não temos notícia nem da alteração das zonas nevrálgicas da vida monacal[291]. A corroborar esta ideia estão as dimensões que o próprio Ramos dá para o refeitório e capítulo que são praticamente as que "vão no contrato" do século XVI (assim como da circulação perimétrica do claustro, como atrás fizemos notar). A substituição das colunas pelos pilares produziu, sim, uma nova mas mais compacta perspectiva que se assemelha ao piso térreo do mosteiro beneditino do Salvador, em Braga, atribuível a Francisco Vaz, pela década de 30 de seiscentos[292](conquanto o andar superior é já do século XIX)[293] e ao do mosteiro de Arouca (1781).

Na parte sul/nascente localizaram-se as 64 sepulturas de religiosas e seculares, numa superfície de 111,70m de onde foram exumadas *"...178 ossadas completas e alguns ossos avulsos, muitos dos quaes appareciam a flor da terra. Este ponto do claustro era quasi um ossuario, de tal modo se tinham amontoado os cadaveres. Só da primeira sepultura que se abriu sahiram 13 craneos."*[294]

O andar superior seguiu o esquema que havia sido usado anteriormente: ritmando duas arcadas, uma em cima e outra em baixo. No entanto a monotonia formal quebra-se pela natureza geométrica diversa dos arcos: os de baixo são de volta inteira, os da varanda de cima (porque se trata de uma varanda com um pano relativamente alto) apresentam uma sequência de arcaria abatida. O conjunto torna-se simétrico . O chão do andar superior, que serve como espécie de arquitrave aos arcos térreos, corta pelo meio o plano vertical, muito ligeiramente avançado, por onde se desenvolvem os porticados de ambos os pisos, que os panos contínuos da varanda não conseguem totalmente obliterar.

Do lado sul, o claustro apresentava-se sem alterações visíveis, com os dois pisos iguais aos das outras alas. No entanto, para cima do segundo andar, a parede norte do corpo da Igreja, elevando-se em altura a um nível impressionante, permitia suportar mais dois andares de habitações, estendidas em varandas, ao longo da sua extensão (seriam celas alugadas a seculares?) que lhe dava o ar de uma qualquer rua da baixa citadina (estas construções de tipo

---

[291] As dependências dos mosteiros eram estabelecidas pela Ordem, não se mudavam. Idem, *Arte Monástica em Lorvão*, Coimbra, 1992, pp.186/190.

[292] OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *O Edifício do Convento do Salvador*, Braga, 1994, p.80.

[293] Idem, *Ibidem.*

[294] MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de S.Bento de Avé Maria*, in Boletim da Ass.Cult. Amigos do Porto, Porto, 1997/87, pp. 349.

precário terão tido origem já no século XVIII, aquando da influência secularizante nos sobreclaustros[295]).

O acesso do piso térreo ao superior, do claustro fez-se no século XVI por "...*duas escadas de* pedraria pera serventia das ofeçinas de çima as quaes seram assentadas em duas engras do *pateo... e seram de volta com dous tavoleyros no meo e dous maynes danbas as partes..*[296]." Estas escadas colocadas provavelmente em diagonal eram de dois lanços com um patamar. A última solução apresentou apenas uma executada sob o governo de Inês Mesquita (1638/41)[297],sem qualquer interrupção e naturalmente no lugar de uma das anteriores, isto porque dava acesso imediato aos dormitórios e Coro alto. A outra, suprimida, permitia a circulação aos altos do sobreclaustro do lado da noviciaria e enfermaria.

O jardim, que completava o conjunto e que em qualquer claustro pretende ser a visão do Paraíso (não sabemos se teve laranjeiras ou se ali se cultivaram as plantas para a botica), apresentava naquele fim de século um triste abandono, de canteiros eivados de ervas daninhas de mistura com plantas tornadas selvagens sem as mãos que deles cuidaram. Da fonte, de bicas entupidas, escorriam fios de água para as taças limosas (segundo Ivanoff[298]), lembrando que dos rios do Éden apenas ficaram os espelhos pútridos e o esquecimento[299].

Nos quatro ângulos do claustro inferior situavam-se outros tantos altares e pelo desenho se vê (pelo menos o da axila sul/poente) estarem montados numa espécie de armários e não embutidos nas paredes. As invocações eram de São João, da Árvore de David, de Nossa Senhora da Conceição e da Santíssima Trindade. Este último é o exemplo portuense dos casos de êxtase místico que pulularam pelos mosteiros e conventos durante o barroco[300]. A informação do nosso guia quanto às existências sacras do claustro difere da do registo oficial inscrito no Inventário do

---

[295] BORGES, Nelson Correia, Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna, in Museu, nº7, Porto,1998, p. 39.

[296] ALVES, Artur Mota, *o . c.* p.364.

[297] BNL, *Códice 8395*, ff.21vº/22.

[298] Ivanoff foi o pseudónimo com que Félix Ramos assinou os artigos de "*A Província*".

[299] Esta fonte foi posteriormente colocado à entrada da rua da Madeira e porque o lugar era acanhado passou para o largo dos Loios e depois para o Museu Municipal. Actualmente está nos jardins dos Serviços de Águas e Saneamento do Porto.VITORINO, Pedro, *o .c.*, p.176. O seu perfil deve entretanto sido alterado, não só pelas voltas que deu, mas também pelos locais onde esteve, porque a taça inferior, a maior, teve três acrescentos, que as fotografias da época não permitem avaliar convenientemente, mas que hoje não existem.

[300] ASSUNÇÃO, Lino, *Frades e Freiras*, Lisboa, 1893, p.132. BORGES, Nelson Correia, *Arte Monástica em Lorvão (Sombras e Realidade)*, vol.I,Coimbra, 1992, p.372. Ambos os autores contam histórias que se identificam com esta no conteúdo e época.

Ministério das Finanças; este indica como pertença do claustro os altares a que atribui os nºs2, 3, 4, 5, 6 e 7, ou seja, seis e não quatro (mesmo assim não terão atingido os números de Lorvão).

Pode evidentemente contar-se com dois para o piso superior da crasta. Mesmo assim não confere. As alíneas 532, 533, 534 descrevem as pertenças do altar de São José (nº2), os números 535 a 539 as do altar da Senhora da Conceição (nº3) , de 540 a 544 as do altar de Nossa Senhora da Soledade (nº4). As alíneas 545, 546 e 547 (os nºs 5, 6, 7)parecem ser apenas pequenos retábulos que pelo conteúdo iconográfico não encaixam na primeira descrição. Mesmo que o Quadro da Santíssima Trindade que ornava o respectivo altar desaparecesse da forma como surgiu, as duas listas não se identificavam. Como parece que já milagrosamente havia escapado ao fogo de Outubro de 1783 e era objecto de profunda devoção entre a população religiosa e secular do mosteiro, a sua identificação por parte do oficial governamental ter-se-á devido a um erro de apreciação, porque com os números 566 a 569 aparece exposto o conteúdo do altar nº13, pertencente ao Cabido e que ostentava *um "grande quadro representando a Santissima Trindade, pintura em tela e moldura dourada*[301]».

Muitos claustros receberam revestimentos murais, mas não temos conhecimento de que este se contasse em tal número. Sabemos, sim, ter sido o mosteiro um repositório de azulejos de todas as épocas e gostos[302], mas os registos visuais que chegaram até nós mostram um claustro de paredes nuas, com excepção feita para o lado sul na parede norte da igreja, onde pontua um arco ogival (de acesso ao ante-coro), que a distância a que foi tomado não permitir aquilatar na totalidade a ornamentação. O pouco que se pode comprovar dá uma ideia de um conjunto rico na formas do portal, ornado de colunelos adossados, coroados de pequenos capitéis elegantes ligados entre si por arquivoltas de que se não percebe o lavor (Fig.32 anexos). Parece-nos terem sido este e a arcada rebaixada, que hoje serve de simples panteão, no Prado do Repouso, às ossadas inumadas do Mosteiro, em 1893 e para ali removidas, os vestígios da fundação. Em volta do referido arco ogival como uma moldura um tapete de azulejo, que parece de tipo árabe, talvez do século XVI, prolongando-se um pouco mais para a direita do observador, contorna o canto e estende-se para o lado poente até terminar numa porta apainelada de confecção mais recente. Talvez que no passado o revestimento cerâmico se estendesse ao longo das paredes do claustro.

---

[301] ANTT, *AHMF Processo de Eextinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto*, Cx.2036, Capilha 11.

[302] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.224.

Alinhado por aquele arco parece ter existido outro idêntico e com a mesma função, no andar de cima, porque durante o triénio de Inês Mesquita se consertou o arco do Coro para a varanda, que estava a cair[303].

Ainda no piso inferior e de frente para a bela ogiva manuelina nota-se à esquerda um arco cego do claustro a indicar ser o apoio da escadaria, a única existente nos últimos anos, de acesso ao sobreclaustro. Assim estes dois esquemas complementam-se em pisos sobrepostos, constituindo o mesmo apontamento do claustro.

Algures no claustro estava implantado um cruzeiro. Suspeitamos que do lado nascente próximo do Capítulo (onde muitas sepulturas se localizaram) porque uma religiosa de nome Teresa de Jesus cuja vida foi uma tragédia com todos os ingredientes camilianos e que nas entrelinhas se adivinha um drama humano tenebroso após atroz sofrimento moral e físico descansou finalmente, em 4 de Outubro de 1730, à sombra beatífica dessa cruz.

Além deste claustro, o principal e ponto central de toda a vivência monástica haveria outro, o chamado claustro do pomar, que só surge expressamente com este nome, quando se pretendeu especificar o percurso que tomavam as procissões aos defuntos[304]. Seria talvez a segunda claustra do risco primitivo, que ainda não estaria concluída aquando do falecimento de D.Manuel.

Do seu aspecto talvez se possa avaliar alguma coisa pelo desenho (Fig.33 anexos)que reproduz um apontamento arquitectónico inequivocamente do lado norte devido à incidência luminosa que surge da direita para a esquerda, caracterizando simultaneamente o "meio-dia" cardeal e a hora solar, que projecta uma sombra reduzida. Temos a impressão que esta arcaria se localizaria próxima da enfermaria ou mesmo suportando-a. Os arcos idênticos aos do claustro principal eram no entanto bastante mais altos e os pilares muito mais robustos e próprios para a sustentação do que lhe ficaria sobrejacente. Tinham no seu desenvolvimento vertical duas molduras e a implantação no solo fazia-se directamente e sem quaisquer artifícios arquitectónicos. A parede que pelo seu aspecto rústico deve ser a da ala norte apresenta a meia altura uma fiada de varandas apoiadas por tirantes de ferro, indiciando fazerem parte da construção mais antiga.

O chão de grandes lages de pedra irregulares é desnivelado e muito desgastado pelo frequente uso diário. Ao longo das paredes alinha-se aquilo que parece terem sido grades de madeira para

---

[303] BNL, *Códice 8424*, fl.111v°.

[304] O facto de existirem dois claustros é assinalado num documento, de 1858, de avaliação do imóvel. ANTT, *AHMF, Processo de Extinção do Mostero de São Bento de Avé Maria do Porto*, Cx.2037, Capilha 15.

aves. Tudo aponta para uma área de serviço provavelmente naquilo a que se chamou a "vila" e onde se amontoaram, em tempos posteriores aos da construção do século XVI, as muitas e caóticas construções de que o mosteiro se compôs.

"Mais fara o sobre dito empreiteiro as paredes ao redor da crasta ficando as ruas na largura das duas braças como dito he as quaes paredes sobirãao ate altura dos tardozes dos ditos arcos ... ficando de vam antre parede tres braças toda a roda polo modo e ordenança que vay nos ditos debuxos nas quaes quadras que sam tres se faram as ofeçinas altas e bayxas polo modo e hordenança que no dito debuxo vai repartido na maneira segynte[305]*"*

O pequeno extracto do texto original dá a ideia da forma como foi pensada a disposição das várias dependências de apoio à vida terrena. As alas eram três, fechando a quadra como dissemos o corpo da igreja. A forma de construír, de risco muito elementar, deveria ser entendida por qualquer pedreiro minimamente entendido: um "U" feito por duas paredes separadas por três braças (6,46m)[306]que subiam à altura das aduelas dos arcos. Este intervalo seria posteriormente dividido em espaços segundo as necessidades. No interior do "U" delimitava-se uma área paralela às três faces, completada por outra igual na empena da igreja, com a largura de duas braças (3,64m, aproximadamente 4m se arredondarmos[307], os mesmos no entender de Félix Ramos).

O que se segue no dito fragmento do texto é a portaria que deixámos para mais tarde por nela se levantarem alguns problemas em termos de estilo arquitectónico.

Dado que estamos a tratar de uma instituição desaparecida antes que dela ficasse qualquer registo, continuaremos o estudo da sua orgânica interna com a principal preocupação de fazer referência ao espaço construído como ele se teria apresentado, objectivo primeiro deste nosso trabalho. No entanto, como a ideia de espaço monástico se completa no simbólico, iremos estabelecendo o paralelismo entre ambos à medida que formos percorrendo as várias dependências numa intenção preferencialmente arquitectónica. Poderá parecer menos ortodoxa esta leitura, mas talvez mais prática para o fim em vista que é o de estabelecer a distribuição de espaços deste mosteiro e não de um outro qualquer.

---

[305] ALVES, Artur Mota, o.c., p.360.

[306] 1 braça = 1,82m. *Pesos e Medidas*, in Dicionário de História de Portugal, vol. V, p.68.

[307] Provavelmente terá sido esse o método.

- As Oficinas[308]

Na fachada poente além da dita portaria encontraríamos "*logo mais avante*" o celeiro e adega, tudo num compartimento só, com 6 braças (10,92m), depois a casa da procuração (2braças=3,64m) e a casa da lenha com 2,5braças (4,55m). Na planta que apresentámos, fizemos uma pequena alteração ditada pela lógica: trocámos as posições da casa da procuração e da casa da lenha, porque o mosteiro possuía vastos domínios e a sua administração exigia frequentes contactos entre os procuradores e a abadessa. A entrada no cenóbio só era permitida em casos especiais e autorizados pelo bispo e, no caso de elementos do sexo masculino, mesmo trabalhadores, um sino tocava a recolher quando eles transpunham a ombreira da clausura. Assim, seria mais prático que os problemas administrativos se tratassem junto da portaria onde se dispusesse de uma grade, que surge na documentação como a "grade principal do mosteiro". A menos que a grade em questão fosse a do Coro Baixo, mas documentação administrativa dos meados do século XIX (prazos e procurações) revelam que estes assuntos se tratatavam na "Grade da galeria do Coro" e galeria indicia sobrepiso! Outro documento fala numa a "*Caza do lucatorio*" onde "*... da banda de dentro da dita grade em capitulo e capitulo fazendo a elle chamadas por som de campa tangida segundo o tem de seu bom uso e antigo custhume.*[309]*...*" Afinal onde seria o local de tratamento dos negócios?

A localização da casa da lenha levantou-nos outro problema: em certo momento se diz ser necessário abrir outra fresta (tinha uma no projecto inicial), por ter ficado escura devido à "*cerca que se fez daquele lado do pateo da portaria*". Logo, estava mais próxima desta do que da cozinha, logo a seguir na descrição. Aquela parede levantada posteriormente seria talvez o fecho da cerca que rodeava o mosteiro.

1. A cozinha

Antes de dobrar o ângulo para leste, encontrava-se a cozinha com 3,5braças (6,37m), cuja chaminé de 15X8 palmos (2,85mX1,52m) foi executada numa pedra "*que se não gaste com o fogo*", mas já em 1535[310]. Esta dependência, além do fogão a lenha e banca de pedra, albergava o necessário para a preparação dos alimentos. Em 1757, eis do que constava o conteúdo dos armários e gavetas: "*aventais secenta, mangas seis pares, duas toalhas de limpar o estanho, dois panos grandes de cobrir o peixe, trinta e dois pratos de estanho piquenos e dois grandes, duas duzias dos brancos, duas tigelas de Mostarda com suas colheres. Coatro tigelas de cobre, e*

---

[308] Termo que, na descrição do projecto do século XVI, designava todas as dependências do Mosteiro.

[309] ADP, *Titulos das Cazas, Quintal e Águas que este Mosteiro tem no sitio da Neta (4700)*, ff.59/60.

[310] ALVES, Artur Mota, *o. c.*, p.367.

coatro espetos. Lousa (sic) sento e trinta panelas e testos, e hûm sento de colheres. Cantaros hua duzia fora o do Arrôs, pratos vidrados dezaceis, alguidares catorze. Facas seis hûm pote grande outro piqueno sete caldeiroens que deu hûm grande a Senhora Antonia dos serafins do seu dinheiro pera a ordem[311]".

Antes de continuarmos, vale ainda a pena lançar uma vista de olhos à dieta beneditina. As religiosas do Porto alimentavam-se bem, de forma saudável e variada. As imensas propriedades forneciam cereais, azeite, animais (galinácios, carneiros, etc.) e ovos, não sendo de admirar que as especialidades monásticas mais apreciadas tenham este ingrediente em elevado número. As rendas e foros eram muitas vezes remidos em géneros e os ovos entravam no mosteiro em grandes quantidades e como não havia frigorífico faziam-se doces[312]. Nas ocasiões especiais, como Natal, Páscoa, em que se pagava às pessoas da obrigação (padres, médicos, procuradores, advogados e outros), compravam-se aqueles géneros em doses industriais, juntamente com açúcar, nozes e amêndoas. No século XIX, as especialidades culinárias, tanto doçaria, como os cozinhados para as festas e abadessados, eram encomendados; pelo menos constam verbas a pagar àqueles e àquelas que faziam os assados e a pastelaria: *"...paguei ao pasteleiro pelos assados e covilhetes da função das filhozes 4 560 réis"*, assim como *"... a padeira dos viscoitos que se costumam a dar pelo Natal"*. A título de exemplo, transcrevemos aqui as quantidades e despesas necessárias para fazer os presentes para a Festa do Patriarca: "5 arrobas de amêndoa e "mais miudezas" - 16 310 réis; 6 alqueires de trigo e carreto da farinha – 6 200 réis; 600 ovos – 3 900 réis, 6 arrobas de açúcar – 23 040 réis; "vários" – 517 970."[313]

No quotidiano, o mosteiro abastecia-se de peixe, às dúzias: pescadas, robalos, sáveis, congros, lampreias (estas vinham de Crestuma, no Douro), bacalhau em quintais. Além das galinhas e porcos que criavam, abatiam carneiros e bovinos em matadouro próprio (dentro do mosteiro). A fruta vinha da Régua, assim como o vinho que vinha de barco em tonéis, e as laranjas de Braga. O queijo era *"Ravaçal"* e alentejano. Em contrapartida, vendiam do seu celeiro o excedente de cereais, milho e trigo.

---

[311] BNL, *Rol da Cozinha (8425)*. Esta lista heterogénea de artefactos caseiros é o que cobre as folhas deste códice. Sempre que saía uma equipe do serviço da cozinha deixava este rol para que a nova soubesse o que lá se deixava. Curiosamente é sempre igual. Também não admira, porque o material não se partia nem gastava, era tudo metálico.

[312] Parece que o mais famoso doce das beneditinas do Porto foi o Toucinho de Céu. BESSA, Alberto, *Guloseimas d'Outros Tempos*, in O Tripeiro, Agosto, Porto, 1913, pp.566/567. Uma publicação recente sobre a Doçaria Conventual do Norte que pretende ser um repositório das gulodices monásticas, não atribui ao mosteiro de São Bento de Avé Maria tal especialidade, conferindo-lhe sim a paternidade de outras. Também é certo que o autor não refere qualquer base bibliográfica! Fica a curiosidade. SARAMAGO, Alfredo, *Doçaria Conventual do Norte*, Sintra, 1997, pp.51/53.

[313] ADP, *Livro de Contas (4720)*.

A cozinha sofreu reparos durante o governo de Violante Botelho, que de resto não terá deixado recanto algum por alterar. Como atrás dissemos, a casa parece ter-lhe parecido demasiado acanhada.

À medida que caminhássemos para norte, o pavimento ir-se-ía afundando, de forma que neste momento estaríamos já quase abaixo do piso exterior da rua de Carros. Esta face poente deve ter sido a que mais modificações sofreu, não só no rés-do-chão, como no primeiro andar. A área entre o edifício construído no século XVI e o muro da cerca terá sido preenchida com o decorrer dos anos, até ao aspecto do pano contínuo que apresentou nos finais do século XIX (antes da primeira "machadada" ocorrida em 1887). O corte executado pela Câmara deixou à vista alguns pormenores que permitiram um vislumbre a apoiar esta nossa teoria. Ficou expressa a existência de um amplo corredor, ao nível do rés-do-chão, paralelo à fachada que desembocava num páteo , talvez porticado (que separava os dois corpos, o primitivo e o posterior?), duas escadas, uma delas monumental a avaliar pelo desenho sumário que mereceu do técnico camarário[314] e que enumerámos com I (esquema 3 a). A outra com II (no mesmo esquema), mais simples seria uma circulação directa a um portal existente na parede exterior, registado num desenho do século XVIII, de autor anónimo e que Joaquim Vila Nova viu sob um lampião, fazendo companhia a uma guarita policial. Também poderia ser a serventia rápida de que dispunha a abadessa, cujos aposentos se situavam sobre a portaria (segundo Félix Ramos). Este corredor foi entaipado com o muro que tapou a primeira amputação da frontaria do Mosteiro. O registo fotográfco das comemorações do 5º Centenário do Infante, em 1894[315] já lá o encontrou naturalmente (Fig.153 anexos).

Com respeito à referida escada monumental (a número I, onde terá estado o cruzeiro de pedra, actualmente no Prado do Repouso[316]) e após a observação de certos registos fotográficos, consideramos que esteve inserida num amplo espaço (talvez porticado).

2.Os dormitórios e o noviciado

Sobre o piso inferior poente, que acabámos de referir construiu-se o primevo dormitório que, dobrando para nascente, ocupou também toda a ala norte. Eram espaços amplos, que por estes tempos seguiam tudo quanto dizia a Regra em matéria de comum. Nada nos indica qual a lotação de cada dormitório, já que o capítulo XXII da Regra estabelece o número máximo entre 10 e 20 monges (e monjas naturalmente), mas pensámos ter sido excedido largamente.

---

[314] AHMP, *Livro das Expropriações: Propriedade Imobiliária, nº5475*,ffl.383/395 a

[315] Este "acidente" está patenteado na respectiva fotografia, de Emílio Biel.

[316] PASSOS, Carlos, *Guia Histórica e Artística do Porto*, Porto, 1935, p. 96.

"os leitos e mais ornatos d'elles, era uma tosca barra, com um xargão de palha e umas grossas cobertas; excepto as doentes e edosas ás quaes se permitia tivessem colchão e lençoes. As cadeiras de damasco ou veludo, as almofadas e alcatifas de seda..... era um pobre tanho de palha...". Esta transcrição, que fez Lino de Assumpção[317], tem um certo tom lírico, como tem quase toda a narrativa de onde foi retirado[318] . Segundo o contrato de carpintaria, os catres *"levadiços"*, em número de 80, ou mais se coubessem, (para os dois lanços do dormitório, 40 em cada para um conjunto de 50 religiosas?), colocados em filas com cabeceiras à parede, eram de boa madeira para durar, mas sem ornamentos, além de *"suas maçanetas em cima prumos"*[319] e as cabeceiras, mais altas 1,5 palmos, tinham as dimensões de 9 X 5palmos (1,71X0,95)[320] e distavam entre si de 3,5 palmos (0,665cm). Seriam depois providos do indispensável e preconizado pela Regra. No entanto, para um clima rigoroso como o da cidade do Porto e em paredes erguidas em solo tão pouco propício, por muito húmido, esse indispensável deve ter sido o tormento da quase indigência. Foram vários os casos em que para algumas pobres monjas se impuseram lugares insalubres para viver (Santa Clara-a-Velha de Coimbra e São Bento de Viana). Talvez fosse uma forma original de expiação dos pecados delas ou de quem as lá encerrava!

O chão era soalhado de madeira de castanho (tratava-se de um andar sobradado), espécie vegetal abundante por esses tempos, habitualmente utilizada para trabalhos que se pretendiam de qualidade e resistentes ao tempo. Quase toda a obra de carpintaria foi executada nesta madeira, mesmo o tosco, em contraste com a que foi usada depois do incêndio dos finais de 700, que reflecte já outras concepções estéticas.

São Bento mandava também que o abade dormisse com a comunidade e porque o projecto nada adiante a favor ou contra, colocámos a Casa da Prelada no esquema 2 com o número 5, por cima da portaria, dado se tratar de uma comunidade feminina que pela sua natureza, requeria algumas adaptações da Regra (como referimos já), sendo uma delas a vigilância apertada do rebanho. Além disso, os abades e priores, devido à sua condição, tinham autorização canónica para possuír habitações à parte, dentro do espaço comum do dormitório.

Com o decorrer dos tempos, a área dos dormitórios deve ter-se ampliado para poente e do lado norte, além de um alargamento das celas, optou-se por fazer outro em altura, sobrepondo ao piso

---

[317] ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.161.

[318] BNL, *Códice 8395*, fl.15v°.

[319] BRANDÃO, Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto, séculos XV/XVII*, Porto, 1984, p.27.

[320] 1 palmo = 0,19cm, *Pesos e Medidas*, in Dicionáriode História de Portugal, vol.V, p.68.

do sobreclaustro um outro. Terá sido responsável por esta primeira vaga de beneficiações Violante Botelho, de que já falámos por causa do claustro. Abadessa entre 1617/1619 e 1626/29 deve ter entrado em frenética actividade logo no início do primeiro triénio, aproveitando verbas do rei espanhol, porque a Provisão Régia respectiva tem data de 25 de Novembro de 1616, um ano antes do princípio do primeiro triénio da referida senhora. A cronista deve ter-se enganado na paternidade dos trabalhos (o que não seria raro) pois naquela data estava ao leme Brites Ferraz, a primeira abadessa trienal. Como já referimos, a satisfação dos pedidos de dinheiro obedecia a tramites de investigação, de resto expressos no documento (nº1,em anexo), para evitar abusos; e se hoje os subsídios levam tempo a ser concedidos, naqueles tempos o que seria!

Segundo Félix Ramos, o dormitório beneficiado seria o do sobreclaustro do lado norte. Pensámos que cresceu em largura, projectando-se para a muralha, sustentando-se numa arcaria longitudinal que acompanha a face norte no esquema 3 a), assinalado com as letras DD', mas uns tempos mais tarde. Durante esta prelazia, apenas se terá procedido à divisão em espaços individuais pela razão de que as celas permaneceram contíguas e todas voltadas para a muralha, servidas por um sinistro corredor que, percorrendo toda a sua extensão, tinha como foco de iluminação uma única janela que deitava sobre o pomar (esquema 4). Nestas obras andou um carpinteiro de nome Pero António[321]. A obra ter-se-á completado com Maria da Conceição Azevedo (1681/84).

Não havia quaisquer corredores transversais que deixassem entrar a luz do dia e separassem blocos de celas, como noutras edificações, nomeadamente Lorvão e Serra do Pilar. Parece então que este conjunto de celas, tais como as do lado poente, teriam sido as herdeiras dos dormitórios colectivos, primitivos, crescendo, no século imediato, para o exterior.

Falemos então das celas fronteiras à rua de Carros na sequência daquilo que julgámos ter sido a ampliação por sobre uma área que no projecto primitivo fazia parte da cerca e que circundava o mosteiro, separado do mundo por muro alto. Esse espaço terá sido posteriormente ocupado pelas várias oficinas, incluindo as refinarias de açúcar[322], contíguas à cozinha ou cozinhas que se adivinhavam pelas incontáveis chaminés que pontuavam por cima dos telhados do lado poente. No andar de cima, o dormitório estendeu-se para a rua e as janelas permitiram o espraiar da vista sobre a rua dos Carros, sempre veladas por rótulas que substituíram as portadas e fortes grades a substituírem outras idênticas.

---

[321] BNL, *Códice 8395*, fl. 15v.º

[322] "... *torrefacção do assucar em grandes officinas interiores e centraes...*" MIRANDA, Ana Paula, *o .c.* pp.305/306.

O curioso destas acomodações, poente e norte (o espaço dos primitivos dormitórios), é o sub-andar de minúsculos cubículos (a que corresponderiam no primeiro caso, as pequenas aberturas patenteadas na parede, do lado da rua de Carros, de forma mais ou menos uniforme) que constituíam os quartos das criadas. Cada freira tinha assim à mão a respectiva serviçal que habitava *"aposentos inferiores, escuros e abafados"*, aos quais acedia mediante uns quantos degraus, sete, por um alçapão praticado no soalho da cela da sua "dona". Esta denominação é propriamente aplicada, porquanto as criadas das madres, a partir do momento em que entravam com elas na clausura, passavam a ser conhecidas e chamadas pelos apelidos das senhoras ou pelo topónimo das suas terras de origem. Por outro, lado estas mulheres ou raparigas estavam em tudo sujeitas às regras do mosteiro, com excepção do véu. Não podiam em caso algum abandonar a clausura, sob pena de não entrarem de novo[323]. Mesmo que a saída se intentasse para ir a outra igreja, ficavam excomungadas. Às religiosas que tomassem criadas com autorização de Breves pontifícios era interdito cedê-las a outras religiosas, sob pena de excomunhão[324].

Cada uma das celas tinha dimensões aproximadas aos quartos dos apartamentos de hoje (2,89mX2,60m), apenas a altura (4,0m) deixa entrever que derivaram dos dormitórios comuns divididos em pequenas áreas. Os tectos eram em castanho (resquícios da obra primeva), apainelados, e os socos de azulejo *"de cores vivíssimas e variados desenhos"*. Na parede havia armários embutidos, de *"madeira de fora e uma cantoneira"*. As portas, no dizer de Félix Ramos eram "liliputianas" e só transpostas de joelhos ou "dobrado em três" (1,70mX0,70m). Félix Ramos talvez fosse um homem bastante alto porquanto as medidas embora pouco avantajadas seriam praticáveis para pessoas de raça mediterrânica[325].

A comunidade que ocupou o mosteiro em 1535 ou 1536 era composta por religiosas com véu. D.João III permitiu-lhes então a admissão de noviças, revogando a ordem em contrário dada para os seus cenóbios de origem. Curiosamente, o projecto não contempla qualquer espaço destinado à preparação dos novos elementos. Só sabemos dessa existência pela *"sala do noviciado, rectângulo de 11,80m por 5,30m"* que, segundo o cronista do século XIX, não tinha nada de notável. Distinguia-se das outras *"em ser allumiada por duas janellas sem grades que deitam para o coração da villa..."*. A modernidade deste aposento estava então patente pelas janelas sem grades. Possuía, no dizer do Arquivo do Ministério das Finanças, um altar, a que foram atribuídas, naquele inventário o nº23, com uma imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, duas imagens de São Bento e umas quantas miudezas e alfaias. Este é o único altar de pudemos captar registo

---

[323] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap. Setimo.

[324] Idem, *Ibidem*.

[325] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.* p.223.

fotográfico. Um documento de 1829 confirma também que ainda havia candidatas à renovação da ordem, no Porto:"... *actualmente vivem nelle (mosteiro) 138 Religiozas profeças e 14 noviças, que nelle tomarão o Habito antes da proibição de S.Magestade Fidelissima*[326]."

Quanto ao dormitório das jovens aspirantes, pensámos ser aquele que é chamado de "velho" e que topograficamente lhe estaria adjacente. Esta sequência de celas era servida "*por um corredor de 44,0m de comprimento e 1,20m de largo*" que as repartia em duas fiadas de 11, uma para o pomar com "*uma apparencia de commodidade relativa, toleravel*", a outra voltada para a villa "*era tudo o que há de mais immundo e repugnante.*"[327] Este estado de coisas talvez se devesse ao desactivar do noviciado após 1834, ficando esta ala ao abandono. Em termos decorativos, deveria ser riquíssimo porque: "*Abundam aqui os azulejos como num mostruario, como n'um museu da ceramica de todos os tempos. É o seu único adorno. Alguns conservam ainda a viveza do colorido cujo segredo se perdeu, outros tem um desenho tão typico, tão original, que podem considerar-se verdadeiras raridades*".[328]

Não temos qualquer documentação que corrobore a atribuição deste dormitório àquelas destinatárias, nem tão pouco a sua posição relativa. Apenas sabemos da necessidade que se impunha de afastar as duas comunidades (as professas e as noviças). A ser verdade, dataria já de tempos muito recentes e não seria por isso o mais velho, até porque ao contrário dos das alas poente e norte com acesso pelo claustro (a funcionar de corredor ao ar livre) como nos primitivos cenóbios, contava já com acesso central, coisa que se verificou nos tempos modernos[329].

As noviças tinham idade igual ou superior a 16 anos (a idade legal) e viviam os doze meses e um dia de preparação[330] (tal como preconizavam as directivas tridentinas), apartadas de tudo o que as distraísse no mundo e que as sugestionasse ao claustro. O contacto com o século era feito por intermédio da família, de quem recebiam uma visita mensal[331]. O dote era pago antes da Profissão (variavam de 600 000 réis a 2 000 000 réis em finais do século XVIII)[332], assim como o custo das celas. Quando em 1834 o governo liberal fechou os noviciados, já os problemas na clausura iam

---

[326] BNL, *Códice 8414*, s/fl.

[327] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.224.

[328] Idem, *Ibidem*.

[329] BORGES, Nelson Correia, *Arte Monástica em Lorvão*, Coimbra, pp.483/490.

[330] Ao noviço era-lhe concedido a prorrogação do prazo por mais seis meses, caso se verificasse preparação defeituosa. Findo este tempo, ou professava ou, se se mantivesse a não conformidade, saía. De resto, segundo o Directório, cap.sete, não era permitida a permanência na clausura a elementos com mais de vinte e cinco anos no estado civil.

[331] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.* , p. 223.

[332] ADP, *Livro de Contas(4720)*. BNL, *Códice 8407*.

adiantados. Em 1820, a situação financeira era grave, devido às contribuições de guerra pagas desde as invasões francesas e aos atrasos no pagamento das rendas. Pediram à coroa autorização para receber o dote de 25 noviças, autorização que lhes foi concedida, mas que no reinado de D.Maria II ainda se não efectivara. As monjas do imponente mosteiro de Avé Maria recolheram às suas celas prontas a morrer à mingua sob bens avaliados 266 366$077[333]!

O tempo de noviciado era passado na aprendizagem do Ofício Divino, Hinos, Salmos, Horas Canónicas e a Regra, que tinham de decorar capítulo a capítulo assim como deveriam saber os cerimoniais. Todos os actos conventuais que o convento fazia fora do Coro faziam as noviças com a sua Mestra: Capítulo, Vésperas e Completas de Nossa Senhora e Defunctis. Exercitavam também todos os cargos e funções conventuais como: leitor, hebdomadário, arquicoro, etc. Após as Vésperas, faziam meditação e exercícios de Canto-Chão.[334]

O chamado dormitório "novo" podia também ter sido o que serviu o noviciado. A posição era a mais afastada do conjunto construído, ocupando a ala que se estendia pela cerca, do lado norte. Tinha dois pisos, que dois corredores centrais, com 95,0m de comprido, dividiam em fiadas de 13 celas (ao todo 52). Dizemos que poderia ter sido, porque esta ala tinha uma capela, provavelmente no andar superior, a que se acedia também por uma escada exterior, registada nas plantas topográficas da época (esquema 3a , V). Ficava um pouco mais distante da sala do noviciado, logo a seguir à enfermaria e esteve alugado ao Asilo Profissional, do Terço até que teve ordem de despejo ao iniciarem-se os trabalhos do túnel ferroviário. Da sua descrição registámos o seguinte: "... *cellas amplas, quasi elegantes, com boas vistas de largo horisonte profano. N'esta dependencia do convento só há tres coisas dignas de menção: a botica, a cella 21 e a capella.*[335]". Da botica ocupar-nos-emos em devido tempo (havia duas) e da capela não temos quaisquer informações, mas voltaremos a falar dela mais tarde. A cela 21, ocupada por uma secular que foi a última cronista do Mosteiro, mas cujos registos se perderam em alguma gaveta não monástica, deveria ter sido notável pelo lambril de azulejo que ostentou: "*8 panneaux d'azulejo representando os episodios da vida aventurosa de Jacob. São muito semilhantes, e talvez da mesma escola, dos*

---

[333] MIRANDA, Ana Paula, *o. c.*, p.299.

[334] *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarca S.Bento do Reyno de Portugal*, Coimbra, 1647, p.183.

[335] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.225.

que ornam o claustro da Sé do Porto.[336]". Ora isto remete a sua fábrica para a primeira metade do século XVIII; no entanto o silêncio documental é absoluto[337].

O quinto e último dormitório, mais propriamente conjunto de celas porque nasceu já com essa estrutura, é o que se estendia ao longo da muralha, do lado norte, ao nível de um terceiro piso, cujo piso térreo estava praticamente abaixo do chão, desnivelado relativamente ao do lado sul. Aquela enorme massa erguia-se sobre o telhado do primitivo dormitório, a norte.

Este complexo habitacional merece destaque e para isso recorremos às palavras do cronista camarário:"... *servido por outro corredor de egual cumprimento* (do piso inferior), *mas de metade da altura* (o de baixo tinha 8,0m de alto e 75,80mX3,0m) *e 2,20m de largo, fica o dormitório que contem 38 cellas, 19 por lado, distinguindo-se das outras e, serem mais desafogadas de vistas e de luz, pois tem 4,0m por 4,0m.*" Para ilustrar de forma completa e sem mais comentários continuámos a citar a testemunha ocular:" *O cunho moderno d'estas cellas é-lhes dado pelo papel que forma as paredes d'algumas, e pelos frescos que decoram as paredes e tectos d'outras. No número das últimas é digna de ver-se pelos anachronismos e pelas linhas geraes do contorno, a que foi ocupada por D.Cecília Paiva.*

A sua decoração compõe-se de 8 panneaux, que sobem quasi à meia altura, representam scenas bucolicas, fliroanescas, às turras com os mais sisudos episódios biblícos: um S.João (Agnus Dei segundo a legenda) de bochechas avinagradas, e de nudez muito crua, em frente de uma Diana caçadora de balão de crinoline chapeu à tiroleza; uma zagala de botina de tacão alto, mugindo um animal d'especie duvidosa, em frente d'um S.Bento que, de pejo, deixou cahir o baculo, a mitra e o queixo; um Santo Antão de barbas graves e olhar sombrio pedindo a Deus que o despene da sua posição de equilibrista pateado..[338]".". Hoje, se pudessemos observar tal representação cénica, talvez esta leitura não fosse tão mordaz, tão típica de Camilo.

Se a paternidade desta obra for da lavra de Vitória Maria da Cunha (1697/1708), não admira que a autora tenha gerado fortes controvérsias dentro da comunidade, a ponto de ser obrigada a resignar:"... *fez o insigne dormitorio com espaçoza largura e celas tão fermozas como alegres, mais alargou e compos os dormitorios antigos de tal sorte, que com sua industria e arte ficou hum*

---

[336] Idem, *Ibidem*, p.226.

[337] Os referidos painéis da Sé, cuja temática é o "Cântico dos Cânticos", vieram de Lisboa, da Madragoa, na primeira metade do século XVIII e eram da autoria de Valentim de Almeida. GONÇALVES, Flávio, *A Data e o Autor dos Azulejos do Claustro da Sé do Porto*, in Revista da Faculdade de Letras (História), Porto, 1987, p.262.

[338] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.223.

novo Mosteiro[339]". Parece então que a ampliação que tornou necessária a construção da arcaria DD' (esquema 3 a) pode ter tido aqui a sua origem.

Algumas curiosidades para encerrar este assunto: estas "celas", além da respectiva fechadura, tinham um ferrolho que abria por dentro e por fora e outro que apenas funcionava por dentro. "*Este último não é o de menor consistência, nem o mais oxidado!*" As habitações das monjas denominavam-se de forma curiosa: escura, comprida, do Mirante, cela do dormitório estreito, cela defronte da porta nova, etc. Finalmente, uma originalidade: no mosteiro, o tempo era o da vida e o ritmo a que se processava, o das horas canónicas. No entanto, para que elas se cumprissem era preciso mais que um galo (e devia haver bastantes). O despertador monacal eram as "*mossas de espertar*" em número de três pelos meados do século XIX embora o mosteiro possuísse um relógio, por sinal uma bonita peça de caixa alta ou de escada.[340]

No ângulo norte/poente, ou seja o ponto de encontro dos antigos dormitórios, ficava "*o tronco, cella estreita (3,0mX3,0m) humida, sem ar, e sem mais luz que a que escassamente lhe côa uma minuscula claraboia, e ornado apenas por um retabulo, já viúvo da respectiva imagem*". Não parecia ao autor dos artigos de "A Província" que fosse ali o local das correcções. A nós também não, pois não passaria aparentemente (até pelas dimensões) de mais uma cela[341].

3. O tronco e o refeitório

Retomemos o "giro" no ponto em que ficámos no rés-do-chão, no ângulo poente/norte; era aqui o local propício para o tronco:" *Na parte posterior do refeitório, quasi subterraneo e em sitio isolado, há um aposento talhado de molde para aquelle fim. A penitente pode gritar que ninguem a ouve, pode agitar-se que ninguem a vê, pode até morrer e apodrecer á vontade que ninguem lhe sentirá o cheiro*"[342]. Uma nota parece tornar óbvio que era aqui, e não no piso superior que se encontrava o tronco, porquanto se diz ter sido enterrada à porta do "*carsere*", em 1667, Catarina de "*Siebra*[343]".

---

[339] BNL, *Códice 8395*, fl.45v°.

[340] Deste relógio apresentamos a fotografia possível, gentilmente cedida pelo MNAA, dos seus arquivos, já que esta peça se encontra na Embaixada de Portugal em Madrid! A caixa é de madeira de xarão, com embutidos provavelmente do século XVIII/XIX.

[341] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.224/225.

[342] Idem, *Ibidem.*, p. 225.

[343] BNL, *Códice 8395*, fl.166.

Encontraríamos, ao virar em direcção a leste, no correr da ala norte do claustro, paralelo a ele e oposto à Igreja, o refeitório[344], que.em finais de 800 tinha 29,83mX6,30m, começando por 14 braças (25,48m), em 1518. Precedendo-o, havia a casa da ministra, com pouco menos de 3m (1,5 braças). Parece ter sido uma espécie de copa, provida de janela; quando todos os monges entravam no refeitório, o pão havia já sido distribuído pelo refeitoreiro (um quarto de hora antes de tanger o sino) e os servidores, munidos de aventais, aguardavam a ordem do abade para começarem a servir "a partir da ministra, onde colocavam as tábuas para pôr os pratos, e informando o dispenseiro de quem estava presente e de quem faltava, em cada mesa".[345] Os primeiros a ser servidos eram o abade e o mestre dos noviços.

Esta dependência deve ter sido sempre lúgubre, mas ficou perfeitamente sinistra com o aumento do piso superior sobre a arcaria. Inicialmente projectada para levar cinco frestas de volta redonda com 2 X6palmos (0,38mX1,14,m), voltadas para o claustro, acabou por receber posteriormente outras cinco do lado oposto, gradeadas, colocadas todas a 1,52m do chão. Tinha onze mesas de nogueira (0,66mX2,66m) com pés de castanho, cinco de cada lado e uma no topo (0,66mX3,8m). A sua colocação, tradicionalmente um "U", teria de sujeitar-se neste caso aos intervalos das janelas. A encomenda especificava "iguais às do convento de São Francisco de Évora", com 4,5palmos de alto (0,85m). No perímetro da parede, corriam os bancos em forma de escabelos, de castanho e forrados até baixo com uma pequena "*descada*", tal como os de Évora, e encostos de 6 palmos(1,14m)[346]. Não existia púlpito de leituras (cap.XXXVIII). A Bíblia (que se não lia à ceia), as Crónicas da Ordem e o Floz Sanctorum eram lidos numa estante com assento e "movediça", colocada "*no meo da rua damtre as mezas*"[347]. As monjas entravam e saíam do refeitório, aos pares, em absoluto silêncio e ordenadas por antiguidade, com as juniores à frente[348].

Nos finais do século XIX as dimensões do refeitório não diferiam muito, mas possuía doze janelas gradeadas (seis de cada lado) em lugar das dez. As paredes estavam adornadas por três retábulos vazios e a estante fora substituída por um palanque, de que restavam os degraus. Talvez ali tenha estado uma Ceia, que foi depois capa de revista e propriedade de uma casa de leilões portuense[349], e na porta um lavabo para as abluções. Suportes em pedra muito gasta

---

[344] No caso das comunidades cistercienses, o refeitório é sempre oposto à Igreja e perpendicular ao claustro. Por vezes observa-se a ausência deste princípio quando a instalação dos monges ou monjas brancos é herança de beneditinos ou agostinhos. BORGES, Nelson Correia, *o .c.*, p. 631.

[345] *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros.....*, p.208.

[346] BRANDÃO, Domingos Pinho, *o .c.* ,p. 28.

[347] Idem, *Ibidem*, p. 29.

[348] BORGES, Nelson Correia, *o .c.*, p.631.

[349] Capa de *"O Tripeiro"*, V série, ano VIII, nº12, Abril, Porto, 1953

evidenciavam a existência de 31 mesas (14 de cada lado e três no topo), que a data de 1630 atestava não serem da fábrica inicial. Por este tempo, foram abadessas, sucessivamente, Branca da Silva(1629/32) e Ana de Ataíde (1632/35), irmãs de sangue, mas é a esta última que se atribui a remodelação do refeitório, porque "*a limpeza temporal simboliza a espiritual*"[350]. Inclusivamente, tinha uma lavadeira em exclusividade. Décadas mais tarde, no governo de Filipa Pereira (1685/87), o chão recebeu soalho. Estranha era a data gravada no sino (1620), porquanto a única notícia deste artefacto, consta do triénio de Maria da Conceição Azevedo (1688/91)[351]. Este sino tangeu às refeições comuns, pelo menos à Sexta e à Noa (cap.XLI), até às Invasões Francesas, quando cada monja e cada secular se recolheram às suas celas, preparando ali mesmo, em cozinhas privadas (improvisadas?), os seus alimentos. Esta necessidade excepcional e ocasional transformou-se em hábito. O sino do refeitório passou a fazer ouvir a sua voz aos sábados, chamando as coristas e as criadas ao pagamento da féria semanal[352] .

4. A padaria

A imediatamente a seguir ao refeitório, localizava-se a padaria, com 3,64m. Pensamos que antes de virar para sul, havia aqui a passagem para a "orta" e para a enfermaria. Assim, contíguo à casa onde se fazia o pão, terá existido um vão, onde se localizaram as "necessarias", e a escada para o piso superior (esquemas 1 e 2). Em 5 de Setembro de 1528, pagou-se a Bastião Gonçalves, carpinteiro "*por fazer as necessarias e varandas dellas e cadeiras..*[353]*.*"; havia-as em baixo e em cima. Um cano que partia da cozinha levava para "... *a coranteza das aguas que vierem a dita casa..*"[354]. Curiosamente, nos finais do século XIX não constava em lugar algum do complexo tais dependências. O incêndio que deflagrou na casa do forno, em 1663, durante o primeiro triénio de Maria de Castilho, levando à reconstrução total desta área (o fogo alastrou para o andar de cima), pode ser a explicação do desaparecimento das "necessárias"[355]. Uma escada de pedra, "*que vay pera a emfermaria da feiçom das da crasta que vay pera as varandas*" feita por António Afonso, em 1529, e na qual foi colocada uma grade com 3 arrobas e 4 arráteis (quase 35kg aos pesos de então[356]), conduzia ao piso superior de uma ala que se estendia para fora dos limites do claustro, onde se instalou a enfermaria.

---

[350] BNL, *Códice 8395*, fl.21.

[351] BNL, *Códice 8424*..

[352] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.214.

[353] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.170v°.

[354] ALVES, Artur Mota, *o .c.* p.368.

[355] Este sinistro foi bastante grave e deve ter-se propagado também à rouparia, porque arderam roupas e linhos. Inclusivamente, houve feridos entre os homens chamados para o apagar. BNL, *Códice 8424*, ff. 138/138v°.

[356] Uma arroba=11kg e 1arrátel=0,340kg , in Dicionário da História de Portugal, vol.V, p.68.

5. A enfermaria

A Regra no cap. XXXVI pedia localização geográfica isolada, exposição ao sol (o melhor desinfectante de todos os tempos) e simultaneamente abrigo contra as intempéries. Foram verdadeiros hospitais, completamente autónomos, como nos mostra a planta de Saint Gall onde esta dependência, de paredes meias com o noviciado, forma com ele um bloco na cerca do lado nascente.

A enfermaria do mosteiro de São Bento das Freiras do Porto estendia-se de poente para nascente, no enfiamento da ala norte "*logo mais avante saindo da dita quadra entrando pera orta..*[357]*.*", com 8,5braças (15,47m). Era iluminada por uma janela de topo, sobre o pomar (cerca), idêntica às do dormitório, janela essa que deve ter perdido tal função no momento em que foi acrescentado o dormitório "novo", mas no século XVII levou duas, provavelmente voltadas para a muralha. Possuía uma chaminé de 1,33mX0,66m, embutida na parede, e estava separada do dormitório por um corredor e pelas "necessárias" (um cubiculo de 2,28mde altura). A mobília consistia em 10 leitos, 5 de cada lado e iguais aos da enfermaria de Vilar de Frades, feitos pelo mesmo carpinteiro, Bartolomeu Dias. Pela descrição deveria ser qualquer coisa semelhante ao que ainda hoje podemos vêr no convento de Mafra; pois *"o forramento de cima do leito correra ate a parede pera que fique o corredor cuberto"* [358].

6. As boticas e a sala das convalescentes

Como subsidiárias, já no século XVI a enfermaria tinha a botica e a sala das convalescentes, ambas na ala nascente e no mesmo andar, de iguais dimensões, 3 braças (5,46m). Com o andar dos tempos, o aumento da comunidade exigiu talvez maior espaço para a confecção de mezinhas e poções, porque nos últimos tempos existiu outra. A primeira não foi desactivada, porque nos róis das despesas aparecem muitas vezes verbas de açafrão e de azeite[359] para a botica de cima, donde se conclui que a outra era no piso térreo, decerto a já referenciada "na ala nova" (do Asilo do Terço), no dizer de Félix Ramos. A facilidade com que decifrou alguns dos rótulos dos vidros indica claramente um funcionamento não muito remoto. No entanto, para os últimos dias de D.Maria da Glória Dias Guimarães, a última abadessa, requisitaram-se os serviços de um boticário, cuja "factura" encontrámos entre os papéis do AHMF, pedindo a quem de direito (ao Governo) a retribuição pelo seu trabalho (é lógico!). Parece apesar disso que a botica funcionava

---

[357] ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.360.

[358] BRANDÃO, Domingos Pinho, *o .c.*, p.28.

[359] Estas espécies vegetais tinham funções purgativas.

já num misto de farmácia[360]. De resto, em 1882/83 era mesmo da farmácia que vinham as drogas[361]

Para gerir o fabrico das drogas, requeria-se naturalmente alguém conhecedor das propriedades medicinais das plantas, muitas delas cultivadas e criadas na horta e jardins do mosteiro. Dos tempos de antanho nada sabemos, mas no início do século passado a responsável pela botica ou boticas foi uma jovem entendida nas artes da farmacopeia, o que corresponderia actualmente a uma licenciada em farmácia. O contrato para a sua admissão indica o cuidado tomado já há quase duzentos anos; com a autorização paterna entrava como secular no mosteiro para exercer o cargo de boticária "*porem esta acceitação somente teria lugar de pois da segunda outorgante* (a candidata ao lugar) *estar examinada e habil para dezempenhar tal ocupação e tendo aprezentado a respectiva carta de approvação..*[362]"; mais adiante diz-se que" *fica sendo sua principal obrigação manobrar todos quantos remedios forem precisos, não só para as religiozas do mesmo Mosteiro, mas para todas as mais pessoas a quem este tem por obrigação dar remedios e ainda para as outras existentes no Mosteiro, mas que pagarão*[363]." Ao fim de alguns anos em funções podia tomar hábito, não se dispensando a aprovação da comunidade, ou sair. Neste último caso, a denúncia do contrato deveria ser feita com um ano de antecedência. Dona Jacinta Carolina, a "técnica" em questão abandonou pelos vistos o ofício e casou, segundo nos conta Félix Ramos (essa informação deve tê-la colhido "in loco"). Na botica havia uma chaminé de 0,95mX0,57m praticada na espessura da parede (tal como na enfermaria), indicando que ali se faziam os remédios.

A casa das convalescentes, como o nome expressa, era a fase seguinte à enfermaria e naturalmente ficava-lhe adjacente. Não temos dela qualquer descrição, para além das dimensões referenciadas.

7. A casa do lavor

A casa do lavor fechava o sobreclaustro do lado nascente, paredes meias com a capela-mor da igreja. Esta oficina (nome perfeitamente adequado) tinha 8,5 braças (15,47m), voltada para o pomar, recebia bem cedo a visita do astro rei que encontrava as monjas, após as obrigações do

---

[360] "Linhaça em pó; Sinapismos de Rejollot, Salsaparrilha, Pastilhas de Santonina, Bálsamo d'Abreu, Tintura de Genciana, Nitrato de Potacio, Laranjada de nitrato de magnésio. Além de água phenica, soluto de brometo de potássio ,pomada d'iodoformio e belladona ". São alguns dos produtos receitados e aviados por Bento António Freitas Guimarães. ANTT, *AHMF*, Processo de Extinção ....., Cx.2036, Capilha 10.

[361] Constam nesta data pagamentos ao farmacêutico. BNL, *Códice 8445*, s/fl.

[362] ADP, Fundo Notarial, *PO8º, Lv.457*, pp.93/94.

[363] Idem, *Ibidem*.

Coro e do Capítulo, a tecer e a fiar no mais profundo silêncio e *"... sentadas a fiar lansavão hum pano no chão para que se acazo o fuzo caise não fizesse hum minimo estrondo no dormitorio*[364]". O lema em São Bento de Avé Maria passava então pelo seguinte:*"... com muyta diligencia contra a preguisa, ganhando nos seus dosses e teias e gastando na Ygreya com mão muito liberal por cuya causa fica sendo este Convento yardim das sete vertudes e para Deos caza derregalo.*[365]" Não temos as Constituições Beneditinas para ali procurarmos o conselho, mas a passagem que colhemos das de São Domingos ilustram bem a adaptação do "Labora" preconizado pelo Pratriarca: *"Porque ha ociosidade he jmiga da alma, maaym e criador dos peccados ninhuma rreligiosa seia oucijosa mas muym diligentemente se goarde, que afora as oras e os tempos da oracom e do oficio diujno. Ou outra occupacam necessarea, todas as freyras com mujto tento jnsistam segundo que for ordenado, e entendam em obras e lauor das maãos, pera o porueyto comuum. Trabaalhem em silencio, e njnhuma sse vaa da casa comum do lauor ssem licenca e necessidade*"[366].

No mosteiro da Encarnação do Porto, várias das alfaias religiosas e litúrgicas foram executadas pelas mãos das professas ou vasos sagrados foram comprados com o produto desses trabalhos, como rezam as crónicas monásticas, (as obras mais minuciosamente descritas que os de arquitectura foram sendo sumariamente tratadas). O "Directório" advertia as religiosas que trabalhavam sob encomenda externa de que apenas podiam cobrar o tempo gasto[367]. No entanto, a fama (que do proveito nada sabemos) ficou por conta das criadas que "*aproveitavam as raras horas folgadas trabalhando para si, fazendo doce, no que eram emeritas, confeccionando toucas, no que eram celebres...*"[368]. Os tempos entretanto ditaram que tecer e fiar o linho para as toalhas fosse executado fora do mosteiro ou pago às seculares ou recolhidas (apenas indicam que mandavam fazer e que pagavam por isso).

8. A capela dos meninos

Antes de voltarmos ao andar de baixo, passemos um olhar por aquilo que julgamos ter sido a Capela dos Meninos. Atrás referimos a existência, nos dormitórios novos (uma das últimas aquisições" da construção) de uma capela e de uma botica. Justificada a localização desta (em baixo por haver uma em cima dos tempos do fundador), concluímos que a dita capela seria em cima. Lino de Assumpção, que visitou o mosteiro na qualidade de responsável pelos Arquivos Nacionais, diz o seguinte: "*Ao fundo d'um dos corredores existe a chamada capella dos Meninos,*

---

[364] BNL, *Códice 8395*, fl.15v°.

[365] Idem, *Ibidem*, fl.81v°.

[366] QUARESMA, Clementina, *Casa do Lavor*, in I Congresso Internacional do Barroco,IIvol.Porto, 1991,p.291.

[367] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap. Quarto.

[368] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.285.

scilicet Jesus, ricamente dotada de alfais; e onde, para nada faltar e constiuil-a em egreja em miniatura, até sineta tem para chamar á missa, por ocasião do Natal. "[369]

No altar nº24 do Inventário do AHMF, descrevem-se os pertences escultóricos, de ourivesaria e de paramentaria que lhe assistiam. Ali se vêem incluídas várias imagens do Menino Jesus, entre as muitas referidas por aquele autor:" *... abundam de todos os tamanhos pelos altares e nichos desde o Menino rochonchudo do presepio, de mãos estendidas e perninha no ar, até outros maiores, mas não menos gordinhos, vestido de grande gala, em atitude de quem lança uma benção pontifical. O que há de notavel n'esta profusão de Meninos é a extravagancia dos vestuários, que parece ter exgotado a phantasia das religiosas, inventando cada qual o vestido mais desairoso e incongruente.*" [370]

Este costume de vestir as imagens do Divino Infante vem dos finais do século XVI, quando o movimento da Reforma Católica recupera a infância de Cristo como lição de humildade, e serão as monjas portuguesas que lhe darão maior expressão. É sobretudo no século XVIII, com o crescente culto ao Deus Menino verificado na Península, que os conventos e mosteiros femininos conhecem uma imensa profusão de imagens, para quem desveladamente as madres e noviças se desdobravam na confecção de enxovais. Não foi apenas em São Bento de Avé Maria, mas por esse país fora, povoando "*coros e as capelas dos conventos que as freiras abandonaram. Há-os pequeninos recém-nascidos, com um lenço de três pontas amarrado à cabeça, corpo rosado, o olhar húmido de vidro, mãos estendidas e pedirem colo. Há-os deitados em camas de prata cinzelada, entre lençóis de linho ornados de rendas, cheios de bordados delicados, com o carinho maternal dum filho que não tiveram. Outros são já grandinhos, com o ar malicioso de quem já vai à escola. Há-os também de casaca e calção, cabeleira empoada, trazendo gentilmente na cabeça o tricorne de seda, na saudade dum amor antigo.*" Estes costumes ter-se-ão tornado tão escandalosos que as primeiras Constituições Sinodais do Bispado de Elvas, de 1633 já se ocuparam em proibir tais práticas[371].

9. A casa do capítulo

"*Dependência onde diariamente se lia um capítulo da Regra de São Bento, depois da Igreja é a dependência mais importante porque nela se conferem cargos, resolvem negócios, eleições, castigos e sepultam os mais dignos.*[372]". Estas são resumidamente as atribuições da sala

---

[369] ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*,pp.139/40.

[370] Idem, *Ibidem*, p. 140.

[371] GONÇALVES, Flávio,*O vestuário mundano de algumas imagens do Menino Jesus*, in Revista de Etnografia, Porto,1967, pp.5/34

[372] BORGES, Nelson, Correia, *o.c.*, p.374.

capitular. Os professos de Cister atribuíam-lhe ainda uma simbologia própria, ao transferir para cada sessão a postura da vida quotidiana monástica. Durante o capítulo os elementos da comunidade colocavam-se por ordem de importância: as do governo da casa e a abadessa do lado oriental (o lado da capela mor, como responsáveis por aquele pequeno mundo) as outras distribuíam-se pelos bancos corridos à parede[373].

Também no Capítulo as postulantes pediam o ingresso na comunidade e se efectuavam as cerimónias prévias da tomada de hábito. A mestra das noviças era nestes pontos o elemento de maior peso, como responsável pelas candidatas. O exame a que eram sujeitas antes incluía uma investigação à limpeza de sangue: não seria aceite se proviesse de família de mouro, herege ou cristão novo. O termo que assinava dava plenos poderes à comunidade para a expulsarem em qualquer tempo em que se descobrisse encobrimento de qualquer daqueles casos[374].

Em São Bento de Avé Maria, a sala do Capítulo situava-se no piso térreo (em Lorvão no primeiro andar e em Saint Gall não havia), na ala nascente (propositado ou não), próximo da cabeceira da Igreja, mas do lado norte e por baixo da casa do lavor. Às funções deste espaço tinham acesso unicamente as monjas, porquanto as conversas escutavam tudo o que ali se desenrolava através de aberturas na porta ou aos lado dela. Teve inicialmente 7 braças(12,74m) por 3 braças (5,46m), a largura de todas as oficinas "altas e baixas" (o espaço do vão). No final de 800 crescera ou à custa da rouparia, que lhe ficava antes, ou da sacristia do lado oposto, pois apresentava 15,0m X 6,60m. Era escura, apesar de duas janelas (viradas para leste, local para onde o mosteiro se estendeu em construções caóticas, obscurecendo as dependências do claustro). Dois óculos ladeavam a porta (o que se pode vislumbrar numa das fotografias).

O projecto de D.Manuel ter-lhe-á dado um dos mais bonitos apontamentos arquitectónicos que o edifício possuíra ou possuiu depois; a porta voltada para a face nascente do claustro. Este portal, com 13 palmos de lume (2,47m), tinha dois corpos e uma coluna a meio. Esta coluna, inicialmente projectada igual às do claustro, oitavada, acabou sendo torcida, à boa maneira do gótico/manuelino, com a base e o capitel lavrados "*dalgua boa obra que bem pareça*". Os umbrais deste portal talvez tivessem também colunelos, igualmente trabalhados a emparceirar com o mainel.

---

[373] Idem, *Ibidem*.

[374] *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros....*, pp.181/182.

No século XVII, logo nas primeiras décadas, Violante Botelho procedeu à remodelação do espaço, pois *"...fez de novo o Capitulo e adornou a imagem que la estava..*[375]*."* Num dos triénios de Maria da Conceição Azevedo (entre 1680/90), forrou-se de azulejo e, além de um arco d'ouro brunido sobre um altar do "Senhor Jesus" e mais dois em duas "capelinhas", foi pintado (painéis entalhados?) com florins dourados[376].

Ultimamente estava também forrado de azulejo (em silhar?) e tinha cinco altares (este número confere com os números do AHMF e do cronista): Ecce Homo, Santa Gertrudes, Cristo Morto, Cristo Cruxificado e Senhora da Soledade. O Inventário Geral atribuiu-lhes os números de 8 a 12, respectivamente: 9, 10, 12, 8. Quanto ao último destes números temos alguma perplexidade, porque o Cristo Crucificado[377], actualmente na capela do cemitério de Agramonte, no Porto, tem com ele duas imagens, uma da Senhora da Soledade e outra de São João, que nos parece terem feito parte do mesmo conjunto (reproduzimos em fotografia) e não de um altar separado . Assim, sobra o altar nº11 que, segundo aquele índice, era o do Senhor dos Passos e não da Senhora da Soledade. A imagem do Cristo Morto, várias vezes referenciada na documentação, porque para Ele as madres doavam tensas e faziam panos de veludo com aplicações de prata, encontra-se nos arrumos de Cedofeita. Julgamos que em breve encontrará lugar mais condigno. Em tempos, possuiu *"hum preciozo tumulo"*, encomendado por Vitória Maria da Cunha, no segundo triénio (já século XVIII), talvez como o de Arouca de madeira preciosa com aplicações de latão. Se seguiu para Cedofeita com a imagem do Senhor, hoje ninguém sabe o caminho que tomou; ficou apenas uma ténue lembrança de por lá ter estado[378] . Com Ele e em situação também precária, o Senhor dos Passos, despojado das suas vestes cerimoniais, mantém-se de pé, mas curvado ao peso, não só dos pecados do mundo, mas dos objectos que o tempo lhe foi colocando por cima. Procurámos captar as imagens possíveis, que talvez numa oportunidade não muito distante possam ser admiradas de forma adequada. Esta imagem da Paixão é de Roca, tal como outras duas, mais pequenas, de Nossa Senhora (provavelmente também do extinto mosteiro do Porto), que tristemente aguardam vez de serem vestidas e toucadas (perderam o cabelo, também de "vestir"). Pedro Vitorino acreditava que aquela dependência fosse abobadada de tijolo, *"do contrário não resistiria ao incêndio de 1783, que principiou nas habitações que lhe eram sobranceira, alastrando para o claustro, côro e igreja*[379]*."*

---

[375] BNL, *Códice 8395*, fl. 18vº.

[376] BNL, *Códice 8424.*.

[377] A que lá esteve antes era do século XVII, encomendada e paga por Isabel de Sousa, sobrinha de Brites de Távora, também ali professa e deve ter-se consumido pelo fogo. BNL, *Códice 8395*, fl. 76vº.

[378] Não podemos esquecer que o incêndio de 1783 começou precisamente na Casa do Capítulo ou muito próximo dela.

[379] VITORINO, Pedro, *o . c.*,p.188.

Na entrada da casa capitular, ocupando uma área de 19,20m2, situava-se o "*carneiro*", destinado às abadessas. No século XVI, todo o revestimento do rés-do-chão do mosteiro era de ladrilho "torquo", com excepção do refeitório, capítulo e sacristias (de dentro e de fora) que era "roçado". As 8 lajes de pedra que surgiram quando nos finais do século XIX se levantou o soalho, já de madeira, deveriam ser de fabrico posterior, até porque o nome mais antigo ali gravado era de Ana d'Athaíde, abadessa que foi em 1623/26(1ºtriénio) e depois de 1632/35. Como as datas não conferem com os nomes, atribuímos isso às sucessivas inumações ali efectuadas e não actualizadas. O cronista observa, de resto, que havia vestígios de mais do que uma data, apagadas a picão. Por curiosidade, registamos aqui dois nomes: Bernardina de Senna, abadessa do mosteiro do Salvador de Braga, e Quitéria Rita de Mello, religiosa do Real Mosteiro de Lorvão.

Aquelas pesadíssimas pedras, com as dimensões de 1,98mX0,94, tinham, além das inscrições várias vezes re-escritas, um báculo distintivo da prelacia e um S (Ramos diz que indicava sepultura, por ter encontrado idêntico sinal nas lajes de seculares e criadas). Habitualmente destinava-se à inumação das abadessas o referido carneiro, situado na Casa Capitular, como sinal privilegiado da sua função. No entanto, no mosteiro da Encarnação isso não aconteceu, não sabemos se porque nada lhes dizia tal distinção ou se por falta de espaço. O relato da cronista do século XVII refere sepultamentos no Capítulo de religiosas que nunca foram abadessas, mas que tiveram laços de parentesco com elas (tias, sobrinhas ou irmãs de sangue). Noutros casos algumas, foram ali colocadas junto de suas amigas (acrescentado que foi o nome da preferida). Isto é tanto mais interessante quanto, no "Directório", o beneditino seu autor adverte para que em caso algum haja qualquer laço de amizade, dentro dos mosteiros, tanto entre as monjas como entre o pessoal auxiliar e secular. Também a Regra atenta contra isto no cap. LXIX: "*que nenhum monge seja a que pretexto for, ouse defender a outro no mosteiro ou tomá-lo como que sob a sua protecção, mesmo que estejam ligados por qualquer laço de parentesco*". Previa-se castigo severo para os transgressores. Mas vidas enclausuradas, algumas no sentido literal da palavra porque entravam ali na infância, dificilmente sobreviveriam sem algum afecto palpável e isto é tão verdadeiro como a indiferença com que a cronista registou esses casos.

Além do claustro e da casa do capítulo, os enterramentos fizeram-se em outros locais, tais como proximo do "cárcere" como ficou dito e "*defronte da caza das moças*[380]", que não sabemos onde era, mas de certeza no rés-do-chão.

---

[380] BNL, *Códice 8395*, fl.166.

10. A rouparia e as sacristias

Para terminar o périplo pelo Mosteiro da Encarnação, falta referenciar a rouparia, ao lado esquerdo do Capítulo, e as sacristias ,havia duas à direita. Não sabemos se no projecto do século XVI ambas se localizariam no claustro, devido às reduzidas dimensões da capela-mór. Uma delas era a de dentro, isolada do exterior . Na centúria de 600 passou para o topo da cabeceira da Igreja).

Na rouparia se tratariam as roupas da casa e dos membros dela. Quando entrava para a profissão, a noviça tinha de ter de seu: *"2 duzias de camizas, 2 de anaguas, 2 de meias, 2 de lençoes com seus travesseiros competente, almofadinhas e guarda-cama, 2 duzias de toalhas de mãos e algumas com folhos, 2 duzias de guardanapos e algumas tolahas de meza, 2 duzias de lenços para a algibeira, e lenços para o pescoço. Leito, enxergão e colchão, cobertores de papa os precisos, um cobertor azul escuro, uma colcha branca e uma coberta de chita; uma commoda, quatro cadeiras; uma cadeira; uma meza e um bahu para o enchoval.*[381]". Longe íam os rigores dos primeiros tempos! Em dinheiro, pagava para todos os habitantes da casa: Abadessa, Prioreza, Mestra de Noviças, Professas, Seculares, Padres, Músicas, Religiosos e Religiosas. Em géneros, 10 arrobas de açúcar e 3 arráteis de chá.

As sacristias deviam ser contíguas; uma para apoio directo ao sacerdote e outra para guardar as alfaias e outros objectos do culto, isolada do exterior e com única comunicação por roda e grade, para a qual no século XVII se fez uma cantareira[382]. A crónica do século XIX não fala delas, mas estão ambas contempladas no projecto inicial que as denomina de: sacristia com "*alrmarios ao travez da casa igual ao de Vilar de Frades*[383]" e sacristia da capela-mor com forro de esteira e a mesa para os padres se paramentarem. Da do altar mór falaremos na análise que faremos da igreja.

O encargo de velar por estas dependências era da competência da sacristã. Esta ou este seriam escolhidos entre os mais idosos e afáveis e beneficiaria de ajudante se se justificasse pelo tamanho da Casa (mosteiro). Este, de nome "donado" ou moço particular, tinha de manter varrida a área sacra, pois que ao sacristão competia manter limpos os objectos do culto, o sacrário e as suas cortinas (de seda branca ou de carmesim, no caso de não ser dourado por dentro; as de dentro, de seda tecida a ouro ou prata com franjas de ouro). Mudava as Espécies 3 vezes por mês e as hóstias pelo menos de 10 em 10 dias. Deveria manter limpas e cozidas as alfaias e

---

[381] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.281.

[382] BNL, *Códice 8424*, fl.26.

[383] BRANDÃO,D.Domingos de Pinho, *o .c.*, pp.29/30

arrumadas por determinada ordem, nos armários da sacristia. Da sua mão não saíam todas as chaves , assim como as da Igreja, cujas portas abria e fechava. A tábua das missas e sufrágios fazia também parte das suas atribuições[384].

11. O cartório

Finalmente o Cartório, em parte incerta. Mas existiu, quanto mais não seja porque havia uma cela de nome "cela ao pé do Cartório", o que nos leva a crer que este se situava no piso do sobreclaustro. Todos os mosteiros e conventos o tiveram e os masculinos acumularam-no com o "Scriptorio". Esta última divisão da casa comum era indispensável nas congregações beneditinas, a quem devemos os mais belos códices medievais, ornados do ouro das iluminuras, verdadeiras obras de arte saídas das mãos dos monges copistas, iluministas. O Cartório era algo menos exigente em termos de localização (boa exposição à luz solar), mas não de somenos importância por reunir e preservar toda a história económica e artística do cenóbio, e também, como em Avé Maria, funcionar como uma Torre do Tombo, pois ali se guardaram os vestígios de quase todos os mosteiros anexados que lhe deram origem e remontavam aos alvores da nacionalidade, como outros documentos referentes a demarcações e toponímias velhíssimas[385]. Requeria, não um local de luminosidade privilegiada, mas com a suficiente luz para a leitura e escrita, e sobretudo isenção de humidade. Não parece que no mosteiro do Porto isso se tenha verificado, não só porque todo o edifício era húmido (no dizer do cronista), mas e sobretudo pelo testemunho de João Pedro Ribeiro, que o terá conhecido em 1791, como a outros, na sua inspecção aos arquivos e que o descreve como um lugar degradado e sem qualquer conservação capaz: " *Conservava um grande número de documentos antigos e interessantes, porém todos a montão e sem ordem alguma. Grande parte dos mesmos documentos se acham danificados pelos lavatórios de çumarge e galha, com que procuravam avivar a letra; e os puzeram em pior estado*[386]". Podemos confirmar pessoalmente esta última parte, porquanto, no decorrer das nossas deambulações pelos arquivos, deparámos com códices (sobretudo os dos Prazos) em que muitas das folhas tinham sido escurecidas por aquela tinta simpática[387]. Quanto à propalada desarrumação e desordem, talvez o caso do pedido de cópia, em 1776, do decreto da fundação a ilustre. No entanto, o arquivo nacional não pôde satisfazer tal solicitação[388] (também não primava pela organização?), mas em 1687 tinha sido capaz de emitir a certidão requerida, de confirmação de doações e de privilégios.

---

[384] *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros.....* , pp. 175/177.

[385] Refere-se isto a uma nota de MAGALHÃES-BASTO, Artur de, *Sumário de Antiguidades*, Porto, 1963, p.14.

[386] CRUZ, António, *Alguns Documentos Medievais do cartório de São Bento de Avé Maria*, Bol. CMP, Porto, 1945,pp.6/7.

[387] Substâncias usadas para a escrita mas só perceptíveis quando em presença de um produto reagente.

[388] ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.128.

Os documentos mais antigos ali encontrados diziam respeito ao mosteiro de Tarouquela (século XI), mas também albergava alguns do mosteiro masculino de Couto de Cucujães. Do mosteiro de Tuias apenas um, pois consta que as irmãzinhas terão ateado fogo ao seu Cartório em sinal de protesto pela incorporação forçada. Aquele escapou, por não estar de momento portas a dentro[389].

No entanto, os livros fundamentais em qualquer mosteiro e guardados com todo o desvelo e em boa ordem eram os referentes às contas. As Constituições Beneditinas de 1590 apenas têm a preocupação de "exigir" às comunidades que de "biblioteca" tenham *"... hum livro grande, com titulo que diga. Livro de deposito: em principio deste livro estarão por ordem as igrejas que cada casa tiver anexas asi e o que huns annos por outros rende cada hûa e como forem pagando os rendeiros..."*. Outro, o "*Recebedor*", e sobre este um relato pormenorizado da maneira como tudo deve ser assente, incluindo a existência de um índice numerado. Além destes dois, um para controlo das obrigações religiosas e suas despesas, chamado o da "*Sancristia*". O quarto volume fundamental onde se lançavam todas as despesas era o das "*Officinas*" e sujeito a inventário no final de cada triénio. A falta deles dava direito a castigo dos Prelados, por parte dos Visitadores[390] Por ocasião da visita que João Pedro Ribeiro fez aos cartórios do Porto mandou transferir para Lisboa os documentos do cartório de Santa Clara, pertencentes ao convento de Entre-os-Rios (fundido naquele) e também os pertencentes aos cenóbios anexados ao mosteiro de São Bento de Avé Maria. Começara em finais do século XVIII (1791) o arresto do património monástico. Em 1853/54, Alexandre Herculano recolheu os registos anteriores a 1279. A Portaria de 11 de Setembro de 1857 ditou a incorporação do resto do Cartório, por indicação da Academia Real das Ciências e, apesar do protesto das religiosas, a ordem de 15 de Julho de 1858 obrigou-as à sua entrega, ao comissário da Academia, Augusto Soromenho, que prometia devolvê-los logo que analisados e copiados, para o que passou recibo num total de 491 documentos, referentes aos séculos XI e XIV. Porfiados foram os pedidos de devolução, mas inúteis. Ontem como hoje, passa o tempo e fica o cansaço.

O senhor Lino de Assumpção, no dia 21 de Maio de 1892, ficou encarregado do resto do espólio escrito e documental. O cartório era vasto, rico e resistente! Mas nunca saberemos onde se situou. Na torre da Igreja, como em Lorvão e em Saint Gall? Quanto à biblioteca, parece ter-se resumido a um armário defronte da cela da abadessa, onde os livros partilhavam o sossego com cilícios e disciplinas[391].

---

[389] CRUZ, António, *o .c.* . Posteriormente, José Matoso encontrou mais documentos no cartório de Arouca; Santa Mafalda, que ali viveu e morreu, era senhora do mosteiro de Tuias. TAVARES, Fernão, *Mosteiro de São Bento da Avé Maria na memória do património perdido*, in O Tripeiro, Setembro/Outubro, Porto, 1983, pp.240/243.

[390] *Constituições da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal*, Lisboa, 1590, pp.85/88.

[391] ASSUMPÇÃO, Lino, *o .c.*, p.150.

12. A portaria e as rodas

"... no topo da Igreja a casa da roda a qual ser de comprido quatro braças e de largo a largura que o dito lanço tem que sam tres braças e junto com ella a casa da portaria que sera de tres braças de comprido com aquelle repartimento no meo como vay no dito debuxo..[392]*."*

Este pequeno excerto dava as directivas ao mestre pedreiro ou arquitecto para executar a obra, uma das mais importantes de qualquer casa monástica. Esta importância derivava da posição topográfica relativamente ao conjunto e também por isso era simbolicamente considerado, ao ponto de merecer do Patriarca São Bento um capítulo da Regra (cap.LXVI). A entrada do mosteiro era o limiar de dois mundos, um de fora e outro de dentro, que normalmente se não transpunham, mas apenas se observavam. Para as comunidades femininas, esta observação era ainda mais distante, por se fazer através das rodas e locutórios que tinham lugar preferencial nas portarias.

Ali se acolhiam os visitantes, se dava a "esmola da porta" (alimentos) com que se sufragava a alma dos defuntos,se davam os medicamentos e as esmolas em dinheiro[393]. Tudo isto sempre sob a supervisão da abadessa ou abade, segundo o capítulo quarto do "Directório". A irmã porteira era um cargo de suma responsabilidade, pois teria sob a sua alçada tudo o que pudesse alterar a rotina e a paz da clausura; por isso era escolhida com prudência entre os mais velhos *"cuja maturidade o não deixe andar a vaguear"*[394] e com as rodeiras mantinha o contacto com o mundo profano.

Além da portaria propriamente dita, o projecto dá ainda indicações para "*aquelle repartimento no meo.*[395].." Das duas uma: ou eram acomodações para a irmã porteira ou era então aquilo que se chamou a portaria de dentro. Pensamos ser o último caso porque, embora a portaria propriamente dita fosse já dentro do edifício, "*para maior clausura as freiras só poderiam aceder a um segundo átrio, abobadado, ou portaria de dentro, existente na sequência deste*[396]". A separação entre ambas era feita por grossíssimos portais que apenas se abriam para dar passagem ao que quer que fosse que não passasse pelas rodas. A comunicação com o exterior fazia-se pelas grades, ralos (donde se via apenas de dentro para fora) e locutórios nas salas de visita. As instruções falam apenas de casa da roda, no topo da Igreja, com 4 braças (a largura da Igreja) e 3 braças, a mesma largura do vão onde se construíram todas as oficinas do mosteiro. O treslado do século XVIII fala em "casas da roda", no plural . Na realidade, o Livro do ADP refere um parlatório extra

---

[392] ALVES, Artur Mota, *o .c.*, p.360.

[393] BORGES,Nelson Correia, *o .c.* , pp.186/190.

[394] Regra cap. LXVI.

[395] ALVES, Arutr Mota, *o .c.*

[396] OLIVEIRA, Eduardo Pires, *o .c.*, p. 80.

contrato (1527) sem dizer onde, mas que era "da parte de fora[397]". Como vestígios destas vias comunicantes ficou a sintética descrição de Sousa Reis: *"... trez formosos arcos de granito, debaixo dos quaes em forma de galeria se acha a Portaria principal do Convento e duas rodas para o loquotorio, bem como a escada para as salletas ou grades de recepção de vezitas[398]."* Esta escada desenvolver-se-ía pela direita[399], por detrás do quarto arco (porque eram quatro), cego, que o autor não incluiu no rol. Apoiados neste relato, pensamos que o desenho intitulado a "*roda do extinto convento de Avé Maria*", publicado no Boletim da Câmara[400](e aqui reproduzido, Fig.47, anexos), está invertido, pois apresenta a dita escada do lado esquerdo. O desenho é cópia de uma fotografia que representa aquele local[401]. Esta escadaria teria sido executada no governo de Maria da Conceição Azevedo (a partir de 1680), assim como "chumbar o Mirante", janelas e grades dele. Também da sua competência foram o pavimento exterior e a primeira ou única escadaria que o complementava[402].

No entanto, a indicação da renovação da porta da Portaria e de três portas nas grades aponta para o aumento do número dos locutórios, entre 1617/1620. No raiar do novo século (entre 1697 e 1708), Vitória Maria da Cunha desencadeou um vendaval de reformas arquitectónicas, sendo uma delas uma roda colocada na Igreja, próximo da tribuna. De resto, parecem ser do segundo triénio as obras mais importantes e talvez as que geraram controvérsia entre a comunidade[403].

Durante os primeiros passos do barroco no mosteiro, pontuou Violante Botelho, na sua afirmação conheceu Vitória Maria da Cunha e na sua plenitude encontrou outra prelada, ciosa de arrumar a casa a seu gosto, mas em grande estilo. Sob a direcção de Maria de Noronha (três vezes abadessa entre 1704 e 1719), a fachada do mosteiro deve ter sofrido uma remodelação até onde foi possível, porque embora sinteticamente os escritos apontam para obras em: locutórios,

---

[397] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.166v°.

[398] REIS, Sousa, *Manuscriptos Inéditos da BPMP*, II série-6, Porto, 1999, p.173.

[399] Esquema 3 a , escada III

[400] ALVES, Artur Mota, *o . c.*, p.245.

[401] Após estudo das fotografias pertencentes ao AHMP, verificámos que algumas delas foram originalmente impressas ao contrário. Descuido ou montagem feita por quem nunca tinha visto fisicamente o monumento!

[402] BNL, *Códice 8424.* Todas as casas de clausura feminina tiveram estas salas, colocadas em lugares altos, onde as monjas podiam espreitar o mundo sem ser vistas por ele. O mirante de Santa Clara era curioso, instalado que estava no cubelo sobre o rio Douro e que os Monumentos Nacionais trataram de remover. O mosteiro beneditino de Santiago de Compostela tem o seu tão alto que nos provoca torcicolo.

[403] Esta abadessa foi contestada interinamente e o burburinho chegou ao Paço. Mesmo tendo resignado, o bispo achou conveniente que cumprisse o mandato até ao fim, assim como as obras em que se empenhara. ASSUMPÇÃO, Lino, *o .c.*, pp.129/130.

portaria, casa da Prelada, sala livre e mirante, sem esquecer a Igreja, que deve ter ficado irreconhecível mas disto nos ocuparemos em tempo oportuno.

Esta senhora era de Vila Nova de Gaia, da família de Campo Belo (filha de Diogo Leite Pereira) e aparentada com os Távoras. Fez o noviciado nas dominicanas no mosteiro de Corpus Christi, antes de passar para a margem norte do Douro, para São Bento de Avé Maria[404].

Do lado norte ficava a outra portaria: *"... e faceando também com a mesma claustra que contem huma segunda Portaria destinada ao serviço diário do mesmo Convento.*[405]"

Embora ficasse protegida pelo muro alto que rodeava todo o complexo, a portaria acabava por ser a parte visível da clausura e por isso objecto de cuidados especiais ao nível da arquitectura, pintura e escultura, rivalizando muitas vezes com as próprias fachadas das Igrejas[406] . A portaria do mosteiro do Porto teve um projecto totalmente diferente do que apresentou nos derradeiros anos e não sabemos, mas talvez possamos adivinhar, que não passou do projecto. Quando D.Manuel I faleceu (1521), a portaria estava por fazer, como de resto nos parece grande parte da obra, e em 1527/28 a orientação arquitectónica talvez tenha sido de molde a projectar de forma diversa a traça decorativa estabelecida. Vale no entanto a pena imaginar com teria sido: "*... mais fara seis arcos de pedraria pera o alpendre da portaria com seu cunhall pera o respaldo e asy seu peitoril de dous palmos dalto e llageado e seram da grandura dos da crasta com suas colunas do mesmo teor somente seram mais baixos de coluna dous palmos e avera por cada hu tres mill e trezentos reis contando arcos e colunas e vasas capites e lageas e alvenarias*[407]*."* Em tudo parecido com um pequeno claustro , uma entrada alpendrada.

A pequenez da cerca exigiu, ainda no reinado do Venturoso, providências para o seu alargamento. No entanto, esse alargamento devassava a intimidade monástica devido a um cabeço que, segundo o responsável pelas obras, Gaspar Paes, *"... descobre a mor parte da orta da dita Caza o que seria desonesto d'aver hy lugar dequele pudesem ver as freiras..*[408]*.*". A solução impunha o encerramento da rua onde se encontrava o obstáculo e a abertura de outra. É neste momento que entra em cena um personagem notável que deveria discutir e resolver com Gaspar Paes a

---

[404] BNL, *Códice 8395*, ff.83/104.

[405] REIS, Sousa, *o .c.*

[406] BORGES, Nelson Correia, *o .c.*, pp.186/190.

[407] ALVES, Artur Mota, *o .c.*, p.365.

[408] ADP, *Livro da Fundação (4674)*,fl. 158v°.

questão do desvio do caminho. Em 26 de Março de 1528, Diogo de Castilho surge na documentação com a denominação de "*mestre das minhas obras*[409]" (régias já se vê).

Assentam aqui as nossas dúvidas na prossecução do manuelino. Depois de ter trabalhado no estaleiro dos Jerónimos, em 1517, o mais moço dos Castilhos estava, em 1520, em Coimbra, onde pontuava frei Brás de Barros, homem erudito, graduado em Teologia pelas universidades de Paris e Lovaina, mas simultaneamente sensível ao italianizante. A sua concepção estética foi o reflexo, embora fugaz, do renascimento português[410]. Sob a sua batuta, a cidade do Mondego trilhou novos caminhos nos riscos de João de Ruão e Diogo de Castilho. Diogo, nado e criado no gótico final, evoluiria rapidamente para o plateresco espanhol que o contacto com Nicolau de Chanterrene (das relações de Bartolomeu de Paiva, Provedor das obras do Porto)[411] converteu ao classissimo, ao abrigo do mecenato do Governador de Santa Cruz . A partir de então estrela do biscaínho projectou-o no sucesso, tendo sido nomeado arquitecto régio, em 1524, cavaleiro fidalgo da casa d'el-rei e vereador de Coimbra. Distinguido cidadão do Porto, há notícias suas na Invicta, em 1536, quando a pedido do rei e na companhia do seu mentor se deslocou às obras de Grijó. O mosteiro da Serra do Pilar arrancou sob a sua responsabilidade no ano seguinte[412]. Não terá sido a primeira vez que aqui esteve, pois, além de se ter consorciado com Isabel Ilharco, do Porto, dirigia as obras do Mosteiro de Monchique já desde 1533.

Se a partir de 1524 Diogo de Castilho era o expoente máximo das obras régias, se em 1528 surgiu com o epíteto de "mestre das minhas obras", no mosteiro beneditino do Porto, se D.João III era um homem da Renascença, então João Lopes foi substituído por alguém que marcadamente tinha outras concepções a mando de outro alguém que queria cortar em absoluto com o passado e projectar-se noutra direcção. Assim sendo, a portaria primitiva não terá passado do "debuxo" e a que se materializou, com os quatro arcos que permaneceram heroicamente até ao fim, terá saído do risco de um arquitecto consagrado.

A portaria dos finais da centúria de 800 teve gravada a seguinte inscripção latina: " *Germina si florum, si calthe ac lilia desunt cur florum gaudet nomine, florecarens? Virtice, pontifices florens, benedictus in horto; Virgineis reddit florea saxa rosis*[413]."

---

[409] Idem, *Ibidem*, fl.160.

[410] ABREU, Suzana Matos, *A Docta Pietas ou Arquitectura do Mosteiro de São Salvador-1537/1692*, vol.I, Dissertação de Mestrado, Texto Policopiado, FLUP, Porto, 1999,p.16.

[411] Nicolau de Chanterrene, escultor renascentista era protegido de Álvaro da Costa, cunhado de Bartolomeu de Paiva (personagens de que falamos no início deste capítulo) espíritos já de tendências modernas. MOREIRA, Rafael, *o .c.*,p324

[412] ABREU, Suzana Matos, *o .c.*, pp.18/21.

[413] BESSA, Alberto *o .c.*

Na centúria seguinte, juntou-se-lhe o outro acesso ao interior do mosteiro, colocado a 90º como foi uso na Época Moderna[414], mas num estilo que vinha chegando do norte europeu. Dela restou apenas o apontamento desenhado por Haupt, que a classificou do século XVII (1651). Kubler filia-a no tipo de construção flamenga que caracterizou as obras, em Lisboa a partir de 1619, e diz:" *Este claustro, demolido em 1900, está mais próximo do que qualquer outro edifício em Portugal das tendências e do vocabulário da arquitectura flamenga da época de Rubens.*[415]" Mais adiante refere:" *Estas janelas superiores, que derivam de livros de gravuras de Antuérpia....*" e ainda:" *Os exemplos mais próximos estão na arquitectura de Antuérpia, como por exemplo a fachada do jardim da casa de Rubens ou a arquitectura da Joyeuse Entrée de 1635.*"[416]

- A cerca e o abastecimento de água ao Mosteiro

Aquando da demolição, a cerca tinha 120m de comprido por 90m de largo, muito irregular e acidentada. Mas a de 1518, igualmente se não mais acidentada, teria:"... *de comprido cincoenta e tres braças (96,46m) e de largo vinte e cinquo (45,5m) e as paredes deste cerco seram de duas braças e mea dalto (4,55m) e de grosura de dous palmos e meo (0,475m)do chaão pera çima e o aliçerce de tres palmos (0,57m)e avera seu espigam pera çima com telhas e da mesma maneira o outro cerco da entrada.*[417]" Possuía 4 tanques e um lago de 27m utilizado para os festejos sanjoaninos. Uma parte destinava-se ao cultivo de árvores de fruto e lavradio e outra parte para jardim das recolhidas e das professas.

"*Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter portas a dentro tudo o necessário"(Regra LXVI).* Os mosteiros eram para ser edificados em zonas rurais, para melhor isolamento dos seus habitantes, ao contrário dos conventos, mais próprios para viver entre as comunidades leigas. Com a necessidade de "proteger" as monjas, foram estas trazidas para o interior dos burgos, o que condicionou a auto-suficiência aos espaços disponíveis. São Bento de Avé Maria tinha como todos uma cerca que, com os tempos foi alugada, a um hortelão (vencia a renda pelo São Miguel). A razão talvez estivesse no seu tamanho (já havia aumentado), que não

---

[414] BORGES, Nelson Correia, *o.c.*,pp. 186/190.

[415] KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã*, Lisboa, s/d, p.141. Na realidade, a portaria em questão foi ceifada em 1887 pela expropriação camarária, porque antes de 1900 o mosteiro apresentava-se já orfão de todo o pano da frontaria de que fez parte aquele trecho arquitectónico.

[416] Este tipo de arquitectura liga-se à arte do efémero com que se decoravam as ruas das cidades para receber e lembrar ao rei os privilégios, cartas e leis da cidade. Moda importada dos Países Baixos Católicos (Flandres) utilizada, em Lisboa, em 1581 em honra Filipe II e reutilizada em 1619 para Filipe III. Idem, *Ibidem*, pp110/111.

[417] ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.365. O perímetro da cerca incluindo a Portaria era coroado por um "chapéu" de telha.

lograva o sustento da comunidade, ou no facto do mosteiro possuir enormes propriedades, que com as rendas lhe proviam todas as necessidades.

A posição geográfica do mosteiro tornou a utilidade da cerca para a comunidade de monjas beneditinas mais um local de meditação, onde construíram um Calvário com cinco capelas devocionais, para satisfação da sua piedade barroca. O acidentado do terreno constituiu um quebra-cabeças devido à exposição sistemática a que ficavam sujeitas. Colocado no centro de uma cidade e num terreno cheio de limitações físicas e geológicas, precisaram de muitos privilégios para se manter isoladas. Apesar da muralha da cidade que as protegia a norte, beneficiaram durante séculos de leis que não permitiam que as casas da rua de Santo António, com cotas muito altas, abrissem janelas ou quaisquer aberturas do lado sul[418] . Só depois de 1834 esta postura foi anulada. Apesar disso, conta-se dos olhares apaixonados lançados de varandas da rua do Loureiro por sobre a cerca, mirando algumas das educandas e não só. Também não foi a altura dos altos muros que deteve Camilo.

Dos jardins, o de Santo António era privativo da abadessa, outro rodeava o lago e outro, em honra de São Bento, cujas obras estão documentadas, deve ter-se levantado no extremo leste da cerca, no fim do Calvário onde: "*a fonte do arco que nosso mui gloriozo padre Sambento descobrio e nela ce fez hu nicho com o mesmo Santo, parees, ladrilho e asentos e hûa escada de pedra por onde deceu para a fonte a vazam della...*[419]". Esta fonte e toda a envolvente montada numa pérgola (levou ramada por cima e 11 "*alqatrozes*")foram da responsabilidade de Inês de Mesquita que deu início à obra em 6 de Agosto de1639.[420] Nesta obra ficou registado o pedreiro João dos Santos[421].

Foi à custa da cerca que o mosteiro se expandiu, construindo-se a "villa". Este conjunto de edificações de toda a ordem terá servido uma amálgama de funções (galinheiros, pocilgas, matadouro) e para habitação de seculares[422]. Após a expropriação de 1887, que "comeu" toda uma fatia paralela à fachada do mosteiro, a refinação do açúcar assim como as várias dependências afectadas, foi para ali transferida, acumulando-se num lugar já bastante atravancado. Além de recreação e de actividades do quotidiano (Ramos localizou ali também uma cozinha que apelidou de "velha"), a cerca serviu de lugar de inumação, embora temporário, para

---

[418] ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.145.

[419] BNL, *Códice 8424*, fl.84. Pensámos pelo conteúdo tratar-se de um olho de água entretanto aberto.

[420] Idem, *Ibidem*, ff.124/128v°.

[421] Idem, *Ibidem*. A obra custou 24 735 réis.

[422] Em Salvador de Braga havia algo no género. OLIVEIRA, Eduardo Pires, *o.c.*, p. 86. O que indica ser hábito corrente como forma da auto-suficiência. Este costume não traria grande salubridade ao ambiente.

as vítimas do surto do "Cólera Morbus" de 1833 (3 religiosas, 2 seculares e 9 criadas). Em 1845 foram trasladadas para o claustro, para uma sepultura marcada [423].

Pela cerca se cruzaram as canalizações dos esgotos e da água potável, numa combinação perigosa por ausência de critérios. O precioso líquido vinha inicialmente de um olho d'água situado na Neta (actual rua de Sá da Bandeira), onde em finais do século XVIII, no triénio de Ana Antónia de São Paio, se colocou por cima da porta uma imagem de São Bento[424]. Ali construíram uma arca e, por concessão régia (Provisão de 21 de Dezembro de 1537), trocaram terrenos para fazer passar as águas até ao mosteiro, atravessando a muralha na calçada da Teresa. Esta água abastece hoje os sanitários instalados na base da rua de Santo António[425]. Em 1620 entram em conversações com o Cabido e Mitra para adquirir outro veio de água. A quantia de 1 400 000 réis (valor de parte de um foro censo que o mosteiro detinha de um casal em Gulpilhares, Gaia) pedida foi considerada exorbitante, mas à qual se submeteram pela necessidade. No entanto, a confirmação de posse por parte dos reais proprietários, Cabido e Mitra, ía sendo sucessivamente adiada e nem a mediação da rainha evitou que quase prescrevesse o contrato provisório que era de um ano. Em acto de desespero, as beneditinas apelaram ao Cabido para que não anulasse a escritura e em troca deram-lhe o resto do foro do casal de Gaia, com todos os direitos, mesmo que o veio secasse[426]! Em 1620 construíram então "... *huma competente arca de pedra de cantaria..*[427]" (este processo foi também da competência de Violante Botelho ou de Branca da Silva[428]). Pouca sorte, pois alguns anos depois a água brotou em vários pontos da cerca, alimentando tanques e fontes[429]. Devem ter sido em quantidade tão apreciável que levou à compra de mais de 1 000 alcatruzes à abadessa de Monchique[430].Foram enganadas e expoliadas e sustentaram várias demandas devido à passagem da água; umas vezes, por obstrução devido a aluimentos de terras, outras vezes, por construções que desviavam o curso da corrente e ainda

---

[423] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.306.

[424] BNL, *Códice 8426..*

[425] MARÇAL, Horácio *A Rua de Santo António*, in O Tripeiro, Outubro, nº10, Porto, 1964, p.297.

[426] Era a fonte do Pinheiro, na viela da Neta. ADP, *Livro de Registo dos Títulos das Casas e Águas da Neta(4700)*, ffl.1/20.

[427] Idem, *Ibidem*.

[428] O *Códice 8395* da BNL indica a primeira, mas o *Livro de Registo dos Títulos....(4700)*, do ADP, inequivocamente regista a segunda. Inclinamo-nos para esta última hipótese por ser um registo específico. No entanto, não nos repugna pensar que ambas se tenham envolvido por terem triénios subsequentes e estes assuntos se arrastarem ao longo de anos.

[429] Pensámos que a fonte de São Bento é disso uma consequência.

[430] BNL, *Códice 8424*, fl.31vº. Esta questão está mal esclarecida, porque as monjas compraram a passagem da água a dois vizinhos por 6 000 réis. Pediram 870 000 réis ao bispo, 400 000 réis ao rei e ainda recolheram dádivas no mosteiro. O total ascendeu a 1 057 303 réis. Grandes obras! Idem, *Ibidem*, ffl. 32/33vº.

por contaminação ao longo do percurso. Foram ganhando os processos, mas estes arrastavam-se. Finalmente, o golpe de misericórdia viria em 1776 com a fábrica de sola. Moradores, médicos e cirurgiões insurgiram-se contra aquilo que consideraram um atentado à saúde pública, mas que apenas adiou a questão, porque nos princípios do século XIX efectivou-se a construção da referida fábrica e ainda outra de tecidos de "chita". A água do mosteiro, apesar de encanada, sofreu infiltrações[431] e acabou por ser dada como imprópria após análises químicas e as habitantes de Avé Maria tiveram de recorrer ao abastecimento público.

No século XVII, a água vinha então da Neta pela rua de Santa Catarina e transpunha a muralha praticamente à cota da Praça da Batalha, abastecendo logo a fonte de São Bento e a "*...vazam della vai ter ao boeiro da samcristia*" e "*desta fonte ce fessoutra na Cozinha.*" "*As vertentes della vão pela porta da Cozinha adiante e ce ajuntão com as vertentes do tanque da Claustra e vão ter a fonte da negra* [432]." No projecto de 1518, as águas íam da cozinha para as "necessárias". Como deixou de haver "necessárias", porque pelos vistos passou a ser desnecessário, desviaram-se as correntes para outros fins. Por debaixo do claustro cruzavam-se os canos de esgoto e de águas de rega, numa mistura explosiva por pouco saudável, tornando o solo ainda mais pantanoso, ao ponto de o ângulo sul/nascente obrigar à existência de estacaria sob a construção. Diametralmente oposto ou seja no extremo norte/poente, passava o rio de Vila, outro esgoto urbano.

- A hospedaria e a casa dos capelães

A hospitalidade é um dos temas caros a São Bento (cap.LIII), mas apesar de terem a mesma raíz, os cisterciences só tarde deram atenção a este ponto[433] . As hospedarias eram, juntamente com a sacristia, locutórios e portarias, as periferias da clausura.

Todo o mosteiro beneditino tinha necessidade de fornecer alojamento aos seus capelães e aos visitantes, familiares das professas, noviças ou mesmo das educandas. Também as pupilas candidatas a noviças eram albergadas fora de portas, durante o tempo em que se mantivessem sob vigilância e observação, antes de se incorporarem no mosteiro. As hospedarias situavam-se por isso fisicamente à parte, e, embora na dependência directa da abadessa e da comunidade, tinham pessoal adestrito e exclusivo para executar ali, todas as tarefas do quotidiano.

---

[431] A arca de água e os encanamentos eram de pedra, mas as mexidas nos terrenos acabavam por deslocar as pedras que permitiam as infiltrações devido à cota inferior a que as águas passavam em determinados pontos mais sensíveis, como lavadouros que serviam também de lugares de despejo.

[432] BNL, *Códice 8424*, fl.12.

[433] BORGES, Nelson Correia, *o.c.* p.192.

Fez-se sentir tal necessidade pouco tempo após a instalação da comunidade no Porto (1547). Por intermédio de Diego Teixeira, procurador do mosteiro e abade da Igreja das Antas, as religiosas de São Bento requeram a medição de terrenos para fazer a hospedaria *"nos chãos que se ora pedem que se querem fazer em cazas pella callçada acyma que vai da cydade para as cazas de dona Joanna d'Albuquerque que vai Ter a Rua Chaã e pera outra partes..."* "... *nos quais chaãos lhes he ora necesario edifiquarem hûas cazas pera os familyares e serventes da casa de fora se apousentarem e pera estrebaryas e ospedes e porque de necesydade per ellas hade ir a Rua que vem da Rua nova das flores pera a Rua Chaã e asy a serventia da porta nova pera a dita rua chaã e ellas querem loguo hedifycar as ditas casas.*[434]...". No entanto outro registo aponta para uma data anterior, 1541, em que a abadessa requeria à Câmara o terreno: "... *e hé a rua que passa entre ellas, e o Mosteiro: Edificarão as casas e há poucos annos as reedificarao, dividindo-as em tres moradas contiguas, para melhor comomo dos Cappelães, que nellas habitão, occupando os sobrados superiores, e o Mosteiro aluga os baixos, e do seu rendimento paga a Decima a S.Magestade Fidelissima. Tem estas casas na frente as Armas de S.Bento.*[435]" Há ainda outro pormenor a reter, que é o facto de indicar uma reconstrução e não construção primeira, reconstrução essa que não foi a última.

A ordem veio, demarcaram-se os terrenos em volta do mosteiro, Álvaro Braga, cavaleiro da Casa Real, tratou do necessário. O terreno em questão entrou na posse da comunidade que *"em seu lymyte e demarcaçam que lhe acyma he decrarada ella as podera dar de maneira que sempre o Recyo que ora esta das portas da Igreja e portarya he paredes do dito mosteiro ate a casa da ospedaria que esta feita defronte da portaria fique sempre em Recyo e aberto asy como ora esta.*[436].." Esta construção ergueu-se na parte inferior da rua do Loureiro, na base da rua do Corpo da Guarda, hoje parcialmente desaparecida para dar lugar à Avenida da Ponte. De cima da porta foi retirado (após a venda da propriedade) uma pedra com as armas de São Bento, sobrepujando a seguinte legenda:" *Mandaram fazer esta obra D.Joanna Maria de Souzedo e D.Anna de Santa Maria de Aragom sendo D.Abadeça Theresa Maria da Silva. Anno 1762."* Esta peça, reproduzida em anexo (Fig.40), é actualmente pertença do Museu Nacional de Soares dos Reis. Foi esta a última reedifcação enquanto o edifício esteve na posse do mosteiro. D.Joana e D.Ana haviam herdado, juntamente com mais familiares, de um irmão, Francisco de Andrade Gouvea e Aragão. Como não podiam deter a herança aplicaram-na nas obras de pedraria e carpintaria da referida construção[437].

---

[434] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, ff.342/343

[435] BNL, *Códice 8414*..

[436] Idem, *Ibidem*.

[437] FERRERA-ALVES, J.Jaime, *O Porto na Época dos Almadas*, vol.II, CMP, Porto, 1990, pp.471/77.

Deve ter sido feita na época da primitiva edificação a rectificação do que restava da rua do Faval porque:*"... as casas que se fezerem nos chaaos do dito mosteiro que estam acyma da dita Casa da ospedaria pera o pomball* (um dos terrenos expropriados para o mosteiro tinham um pombal e o topónimo resistiu com a viela das Pombas) *e asy nos que estão abaixo da dita casa pera o chafariz* (herdou este ponto de água a fonte dos Canos[438])*e cano da Cyvidade se faram a face da dita Casa da ospedaria sem sairem mais pera o dito Recyo de maneira que sempre o Recyo pasem por elle como ora passam e desta maneira se cordeou demarcou a cyvidade com a dita abadesa he mosteiro..[439]."* Estava já em marcha o planeamento territorial urbanístico.

O Decreto de 28 de Maio de 1834, que extinguia as Ordens Religiosas e que provocou funestas consequências em todos os institutos monásticos, levou à venda, no Porto, das Casas do Capelão e hospedaria. A rua do Loureiro estaria por isso em finais do século XIX completamente transfigurada, alinhando casas contíguas com vários andares no lugar onde se situou aquela dependência do mosteiro. O prédio devia ser importante, se não em arquitectura pelo menos em espaço, porque ocupou aquilo que posteriormente recebeu os números de polícia do 8 ao 24 e que segundo Ramos *"...foram modernamente reconstruidas em mais largas proporções."* Durante o tempo da sua existência, alojou no piso térreo armazéns alugados a vários inquilinos, assim como alugados estavam os prédios do número 26 em diante (que ainda lá permanecem), até ao número 130. Toda esta face era propriedade do mosteiro, assim como grande parte da rua do Corpo da Guarda, da rua Chã e da rua de Cimo de Vila[440]. As fracções construídas eram diferentes devido ao acidentado do terreno e à pedreira que as limita, embora as fachadas tivessem todas 6 varas, fachadas essas onde apunham o báculo de São Bento, marca de propriedade do Mosteiro[441]. A política posterior a 1834 teve assim consequências imediatas nos meios financeiros do mosteiro, porque as rendas deixaram de ser pagas e os foros foram extintos. A necessidade de se devolverem os dotes ás candidatas a professas mandadas sair encontrou os

---

[438] Esta fonte na esquina da rua do Corpo da Guarda era abobadada com arcos de pedra e mais baixa que o pavimento. Como foi julgada:" *lugar immundo, indecente e sobremaneira escuro, e por isso proprio para imoralidades e prejudicial aos serventes das cazas*" foi alterada em 1835. No entanto após a sua demolição só em 1844 surgiu outra a fonte de São Bento, na sequência da destruição da escadaria do mosteiro. GOMES, Leite, *Descripção Histórica das Arcas, Fontes e Aquedutos da Cidade do Porto*, Porto, 1836. pp.107/108.

[439] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.351v°.

[440] Além daquelas ruas, o mosteiro detinha ainda propriedades urbanas nas ruas: dos Mercadores, da Reboleira, da Ferraria de Baixo, da Arménia, de São Bento da Vitória, de Traz, de Santo Eloy, de Santo António, das Flores, Formosa. Nos Largos de São Crsipim (desaparecido devido à rua de Mouzinho da Silveira), da Cordoaria, dos Mártires da Pátria. ADP, *Livro dos Recibos do Porto(4736)*

[441] AFONSO, José Ferrão, *A rua das Flores no século XVI, Elementos para a História do Porto Quinhentista*, vol.1, Dissertação de Mestrado, Texto Policopiado, FLUP,Porto, 1998, p.152.

cofres vazios, enquanto os encargos com as propriedades se mantiveram, esgotando os poucos rendimentos que se íam arrecadando.

2 - AS IGREJAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA

A imponente fachada que se estendeu no eixo nascente poente do mosteiro, fazendo face à rua do Loureiro, erguida como um cenário no limite do enorme pátio (utilizado pelos sirgueiros, com autorização da madre abadessa), tornado num palco, abrigou a última versão do templo beneditino do Porto.

Nunca saberemos como foi na realidade e as opiniões dos seus contemporâneos, pouco objectivas porque contaminadas entre os que o defenderam e os que o condenaram sem apelo nem agravo, em nada contribuem para o esclarecimento do seu desenvolvimento interno.

Temos no entanto a certeza de que, qualquer que tenha sido o seu aspecto, perdemos para sempre uma peça única pelo conjunto ali reunido. Feito de raiz nos finais do século XVIII, foi erguido com decoração condizente no mesmo gosto e estilo, embora já ultrapassado para o tempo em que no Porto se construía num padrão muito despojado de volumes, optando-se por linhas geométricas e rectilíneas, buscando um gosto clássico, muito inglês e palladiano. Curiosamente entre a primeira forma e a última há algo que as aproxima do " déjà vue". No século XVI, a primeira igreja poderá ter sido levantada numa arquitetura fora de moda, no seio de um movimento em franca mutação para a renovação, ao ponto de termos dúvidas sobre a sua exequibilidade; a fachada que o progresso dos finais de 800 teve coragem de abater nasceu já em período neo-clássico e todos somos testemunhas (pelos registos fotográficos) de que realmente ostentou aquela face "démodé".

Pelo meio ficou a outra que ninguém foi capaz ou achou valer a pena retratar, nem que fosse num tosco desenho. Nos alvores do século XVIII, a Igreja deve ter ficado irreconhecível, tais foram as obras operadas na fachada que inclusivamente lhe terão retirado o apontamento mais característico, o portal, tenha ele sido manuelino, renascença ou uma mistura dos dois (como Santa Clara do Porto).

Assim somos de opinião que, em lugar de duas[442], houve três igrejas naquele local. É normal a existência de vários templos para uma só casa monástica, porque os incêndios visitavam-nas frequentemente, levando quase sempre ao desvirtuar da traça original pelos acrescentos ou arrazamentos, na sequência dos sinistros. Entre os séculos XVI e os finais de 700, vários fogos

---

[442] FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *As duas Igrejas do Mostero de São Bento da Avé Maria do Porto*, in I Congresso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y America, 1492-1992, pp.745/754.

abalaram o mosteiro, sempre com consequências mais ou menos funestas. No entanto, a segunda versão da Igreja de Avé Maria não terá sido disso consequência, mas das megalomanias que acometiam periodicamente as comunidades religiosas.

Na análise das transformações porque passou a Igreja de São Bento de Avé Maria do Porto, utilizaremos um método ligeiramente diferente do que usámos para estudar as diversas dependências do mosteiro. Iremos tratá-la como um todo e acompanhá-la por inteiro ao longo dos tempos; ou seja, fazendo o estudo diacrónico para a totalidade do edifício, sem nos determos em evoluções parcelares das várias partes que o compuseram. Pensamos poder assim mais facilmente proceder a comparações estilísticas entre as várias fases evolutivas.

Das três versões que o templo beneditino terá apresentado, duas delas resultaram então de construção de raíz: a primeira ordenada pelo fundador, D.Manuel I, em 1518, e a última, em 1783, na sequência do incêndio da madrugada de 9 para 10 de Outubro daquele ano. Mercê do exíguo espaço, ambas seguiram a mesma razão de proporcionalidade: 36,4m X 7,30m e 55mX11m, o que dá 4,9 para a primeira e 5 para a segunda. Ambas resultaram, por isso, estreitas, tornando-se visualmente muito altas. No caso da gótica, coincidiu com o gosto e com a nova espiritualidade pós-românica, a barroca enquadrou-se também na corrente renovada do rocócó (embora construída tardiamente) e a altura tornou-a mais clara e arejada que as adaptadas do estilo anterior, mais pesado e sombrio. Assim em ambas o acaso jogou a favor, permitindo que não destoassem do pretendido.

A PRIMEIRA IGREJA DO MOSTEIRO (século XVI)

" primeyramente fara o corpo da Igreyja de dezoito braças contando o que o cupa o coro e de largo quatro braças e estas dezoyto braças de comprido avera hûa parede polo meo de maneira que fiquem oyto braças no corpo da dita Igreyja e dez braças pera o coro oa parede pera dentro a qual parede avera duas janelas grandes de pedraria pera serem feradas e teram de lume cada hûa dez palmos em quadrado..... e hûa delas sera assentada dous palmos dalto do andar do chaão tereo e a outra no mesmo direito em çima outros dous palmos dalto sobr o chaão do coro sobradado..."[443]

Além desta secção a Igreja contava ainda com a capela mór: *"... aquall sera de largura da dita Igreyja cordeada com as mesmas paredes e ao perpianho a parede do altar moor avera duas braças e avera o dito perpianho de bolta redonda e tera de lume de pee a pee duas braças e de*

[443] ALVES, Artur Mota, *O Convento de Avé-Maria do Porto,* CMP, vol.II, Porto,1939, pp.245/368.

pee direito ate capitres duas braças e de sua bolta redonda aquilo que demandar o qall arquo sera lavrado de moldura com dous dorçes hum grande e outro mais pequeno..." [444] Na totalidade, o comprimento tinha 20 braças (36,40m) e de largo 4 (7,28m;7,30m). As alturas eram de 4,5 braças (8,19m) para o corpo e 3,6 braças (6,5m) para a capela mór. Estas dimensões extremamente simplificadas do traçado geométrico podem indiciar ter sido o projecto entregue a um mestre pedreiro desembaraçado na interpretação das "... *grandezas e hordenança que vay decrarado em hûm debuxo que pera ysso e feito e asi polos apontamentos contehudos neste contrato*"[445] (extremamente sintéticos).

Não seria muito diferente de qualquer templo românico/gótico, não fosse o número de aberturas: oito na parte do coro, quatro em cada piso, de secção recta. Inicialmente levaria apenas três, alinhadas sobre outras três (nas de baixo aplicaram-se portadas, além das grades), mas o primado da luz exigia maior luminosidade. No corpo da igreja, com 14,56m, bastaram duas frestas de 2,28mX 0,76m, mas de volta inteira. Sobre o alicerce de quase 1m assentava uma parede menos espessa, a formar um "releixo" até 3,64m do chão, a partir do qual se erguiam as paredes de 0,57m de grosso. Sobre esta saliência[446], que não era simples adorno, apoiavam-se todas as janelas do piso térreo.

A capela-mor, alinhada pelas empenas da igreja, da mesma largura dela mas com 2 braças (3,64m) de fundo, era no entanto mais baixa e iluminada por uma fresta de 0,66mX1,9m, aberta a 1,9m do chão[447].

Da cobertura nada nos chegou, mas pensamos ter sido de madeira. A obra foi da competência do carpinteiro Bartolomeu Dias, de Vila Nova de Gaia que ali utilizou grandes quantidades de traves, colocando no corpo do edifício 90 asnas de castanho. Parece-nos que no caso de uma abóbada, a obra teria sido convenientemente referenciada, apesar de serem correntes tais coberturas. Por outro lado, não eram invulgares os tectos de madeira, embora normalmente em casos de parcos recursos, o que não deveria ser o caso (era obra régia). No entanto, não devemos esquecer que o grosso das finanças públicas se canalizava para os Jerónimos e esta poderia ser apenas mais uma das muitas casas monásticas que, segundo Damião de Goes, D.Manuel gostava de fundar[448]. A reforçar esta nossa teoria está a ausência de botaréus (dois executados mais tarde por razões alheias a esta) e qualquer referência a um risco ou a pessoa alguma com

---

[444] Idem, *Ibidem*.

[445] Idem, *Ibidem*.

[446] Pela descrição parece tratar-se disso mesmo.

[447] Todas estas medidas estão contidas, em braças, na transcrição que temos vindo a citar.

[448] ASSUMPÇÃO, Lino, *Frades e Freiras*, Lisboa, 1893, p.125.

competência para o executar. Não temos conhecimento de que João Lopes tenha assumido responsabilidades destas, nas obras que efectuou.

A Igreja estava de pé, embora não concluída, quando Diogo de Castilho tomou conta das obras, em 1527 ou 1528 e João Lopes é testemunha de um contrato de emprazamento, em São Vicente de Fora, em Lisboa, no ano imediato. A vistoria encomendada a Pedro Anes, carpinteiro de Coimbra, revelou que grande parte da obra desta especialidade ainda não fora terminada e outra nem começada, incluindo o portal da Igreja (por não estar feita a respectiva obra de pedraria?). Bartolomeu Dias havia falecido e foi sua mulher, Branca Gonçalves que se encarregou de as fazer concluir

Aquele portal "*traveso*" da Igreja que, a ter sido feito como o previsto, ostentara toda a "glória" manuelina teria de largo 9 palmos (1,71m) por 10 palmos de altura (1,90m), quase quadrado, mas na "*Vedoria e recebimento da obra de carpintaria*"[449] as dimensões para a execução da porta, ainda por fazer, apontavam para 12X17 palmos (2,28mX3,23m), qualquer coisa bem mais imponente. Inicialmente projectado para o meio da fachada (como veio a estar no final do século passado), devido às dimensões do coro e por ser clausura feminina, descentrou-se e foi "*asentado onde vay na mostra*". No entanto, se fizermos as contas em braças, verificamos de imediato que não se afastou do eixo menor do edifício, porque se o corpo tinha 18, das quais se reservaram 10 para o Coro, às restantes 8 se somaram as 2 da capela-mor, re-equilibrando de novo o conjunto. Da descrição do seu aspecto: "*... com algus araviados que bem pareçam e debruados os pes direytos com suas vasas e capitres e com enchanbrantes de fora que arremate em çima com seu frorãao e sobre o dito frorãao as armas reaees com sua coroa e com a divysa da esfera huma de cada parte e os escudo no meo o qual sera de tres palmos dalto e de largo o que demandar...*" ressalta a única preocupação na marca régia (o que se patenteava ao viajante). Mais adiante a ordem declarava:" *...e elle o fara que valha bem o dito preço e valendo menos a vista de oficiaes lhe sera descontaao e posto que mais valha nam avera mais que os ditos dezasete mill e oyto centos réis...*" descobrindo um pouco mais da índole do Venturoso, o oportunismo. Não faltam exemplares deste tipo de portal, estampados nas fachadas góticas das construções nortenhas, para termos uma visualização mais precisa, dispensando recorrer à imaginação. João Lopes conhecia por certo esta arte, habituado que estava a trabalhar com João de Castilho e com Pero Galego (na eventualidade de tal portal ter sido executado). O terreno já desnivelado levou à necessidade de utilizar as terras retiradas dos alicerces como modo de regularizar o chão dentro e fora do templo, colocando ainda dois degraus (pelo menos) de acesso à entrada da igreja.

---

[449] BRANDÃO,Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto, séculos XV a XVII*, Porto, 1984, pp.35/43.

Em qualquer local se colocou o sino ou sinos:*"... que se faça o campanario no lugar que dizeis porque ally he mais comveniente que em nenhûa outra parte e não ser mayor do que demandar hum sirio pequeno de grandura que esta em custume de terem os moesteiros das molheres.."*[450]. Por se não saber o tamanho e o aspecto, ficou sem orçamento. Colocámo-lo hipoteticamente no botaréu sul, embora este não estivesse ainda previsto, mas pelo andar das obras pode perfeitamente ter sido construído em tempo útil para ser aproveitado para tal.

O interior do templo apresentar–se-ía então como uma simples caixa de granito, rectilínea iluminada por uma profusão de janelas (para o tamanho) que inundavam de luz o corpo e coro (lado sul), mas deixando na mais completa obscuridade a capela-mor, pequena, com uma única abertura voltada a nascente. Esta descrição dá logo duas leituras: a primeira, cristã, aponta para a luz da manhã, a Luz Divina, derramando-se da câmara sagrada sobre a comunidade terrena no corpo da Igreja e no coro; a segunda, de cunho pagão, lembra os templos da antiguidade, onde o Santo dos Santos permanecia oculto pela obscuridade, no seu nicho sagrado.

- A capela-mor

No seguimento do corpo do edifício, de uma simplicidade "franciscana", sem transepto, sem a riqueza de uma abóbada (como Monchique ou Vilar de Frades, ambas de doação particular a competir e suplantar a régia) e aparentemente sem quaisquer ornamentos, ficava a capela-mor, também despojada de decorações, também marcada pela ausência de uma abóbada (marca de um fundador); apenas se fala em madeiramentos[451]. Entre ambos os espaços algo de mais interessante: um arco cruzeiro com alguma imponência; volta redonda apoiada em colunas *"o qall arquo sera lavrado de moldura com dous borçes hum grande e outro mais pequeno e antre hûm e ho outro hûa nacela com seus alistroes e suas nasas e sonasas e capitres..."*[452] A diferença entre os pavimentos do corpo da Igreja e da capela-mor era superada por um degrau de um palmo de altura. O altar, de 3,42mX0,95m, apoiado num plano de 1,9m afastado do chão por três degraus, ocuparia grande parte do espaço disponível; forrado de madeira com bordos debruados e fasquiados, tinha armários nos topos[453]. O espaço livre entre o arco cruzeiro e as empenas estava ocupado por dois altares gémeos "travesos", pousados sobre "tavoleiros" à altura do chão da capela-mor. Estes patamares tinham 1,52m, dos quais apenas metade servia de apoio. Estabeleceram-se 3 dedos de intervalo com a parede, para permitir a colocação das toalhas. A

---

[450] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.153.

[451] ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.247.

[452] Idem, *Ibidem*.

[453] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl. 149v°.

dimensão transversal acabava no chanfre do arco cruzeiro e ficava a 0,95m do chão. No restante, eram em tudo idênticos ao altar-mor[454].

- Os coros

O Coro ficava separado do corpo da Igreja por uma parede, parede esta assente em 4 arcos de pedra (segundo decisão régia) com 0,48m de grosso, chanfrados de ambos os lados, com 0,76m de "*sacada*", 2,28m de altura e 1,52 de amplitude (para perfazer os 3,8m da distância do chão ao sobrado de cima). Cada um ficou ao preço de 6 600 réis[455]. Duas grades de ferro foram assentes nos respectivos andares, alinhadas uma pela outra. Na de baixo foram colocados aos lados confessionários iguais aos de Vila do Conde (Santa Clara)[456]. Também, para comparação, não foi difícil encontrar um protótipo, não os do referido mosteiro vilacondense, mas outros equivalentes, existentes no mosteiro do Salvador de Braga. O Coro de cima era mais curto que o de baixo, devido ao corredor (2,73m de largo) que o separava dos dormitórios, e situava-se num plano ligeiramente mais elevado que eles, obrigando à existência de um degrau[457].

Todo o pavimento interior era constituído por lages de pedra de 2,5X3 palmos, com 1 palmo de espessura, das quais se removiam 3 de cada vez para as inumações[458]. No Coro, as pedras teriam 2 palmos de lado, embora algumas pudessem ter 4 e 6, assentes inteiras, mas com juntas feitas de modo a parecerem um conjunto uniforme[459].

Apesar da simplicidade, a igreja do Porto recebeu de início um luxo: um ou dois orgãos, porque numa carta de 13 de Agosto de 1523, escrita em Tomar, o monarca ordenou que se liquidasse o pagamento de "huns orgaos" que a abadessa de Vilacova encomendara, dos quais ainda se deviam 1000 réis e que, por falecimento daquela, ficaram por pagar. Estes instrumentos, assim como tudo o que fosse pertença deste e dos outros mosteiros considerados extintos, deveriam transitar para o Porto[460].

Naquele Coro foi então colocado um cadeiral de castanho com acabamentos de nogueira, contratado em 12 de Maio de 1523, no reinado do Piedoso, e uma estante do mesmo material,

---

[454] Idem, *Ibidem*, fl. 150.

[455] Idem, *Ibidem*, ff. 151/151v°.

[456] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, ff. 152v°/153.

[457] ALVES, Artur Mota, *o .c.*, p.361.

[458] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.149.

[459] Idem, *Ibidem*, fl.150 v°.

[460] Idem, *Ibidem*, fl.155.

com armários e pé oitavado (que à data da Vedoria não estava acabada). O número 98 de assentos parece-nos excessivo, atendendo a que as nóveis habitantes não atingiam as 50 com direito a ocupá-los. Talvez se tivesse em conta o crescimento da comunidade, já que o número de camas encomendadas era de 80. Os lugares distribuiam-se em 56 altos (no correr das paredes, com espaldar) e 42 numa fila dianteira e sem direito a encosto. Entre ambas as fiadas havia um corredor de acesso, a terminar por degraus nas extremidade. A distribuição das cadeiras pelo espaço disponível não seria fácil, pois obedecia a um "debuxo", mas seguindo a descrição poderemos ter uma imagem aproximada: no perímetro do Coro e apoiadas contra as paredes, as cadeiras altas, salvaguardando aproximadamente 30cm para cada lado da porta (1,14mX1,71m)[461]de passagem para o dormitório e a 15 palmos (2,85m) da parede da grade. A linha da frente deveria dividir-se em 4 grupos de dez, repartidos pelas duas bandas, permitindo assim uma circulação mais rápida entre os lugares de trás e os da frente (mas sobravam duas cadeiras), o que poderia facilitar a passagem às monjas atrasadas.

- Os ofícios do coro

Mas, na realidade, os atrasados eram punidos pelo cap.XLIII da Regra e, além de terem de se justificar, não se sentavam nos seus lugares habituais, mas no local designado pelo Abade para esse fim. A hierarquia formava-se no ante-Coro, de maneira a que os mais novos pudessem ocupar os assentos mais próximos da porta. Entravam aos pares, inclinavam-se perante o Santíssimo, saudavam o Abade e distribuíam-se para ambos os lados, aguardando de joelhos que o hebdomadário os aspergisse com água benta[462]. Erguiam-se quando começavam as cerimónias e assim permaneciam durante as Matinas, até ao 1ºSalmo nas Laudes e até ao Aleluia na Prima, Tercia, Sexta, Noa e Vésperas. Assistiam sentados às lições, aos salmos e aos Responsos das Matinas[463].

A saída processava-se da mesma forma que a entrada, aos pares com os mais novos à frente e após ordem do Prelado. Saídas extemporâneas eram absolutamente proibidas(com excepção para o sineiro), assim como trocar de lugar ou falar[464]. A ausência no Coro sem justificação era passível de pecado grave e, se a causa fosse doença, era-lhe comutada a obrigação, pela Prelada. Mas a religiosa que estivesse encarregada de administrar *"as cousas do Coro, como são livros, luzes, tocar sinos, tanger orgão" e providenciar o que se há-de cantar ou ler apenas se*

---

[461] BRANDÃO, Domingos Pinho, *o .c.*, p.32.

[462] *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarca São Bento do Reyno de Portugal*, Coimbra, 1647, p.28.

[463] Idem, *Ibidem*, pp.22/25.

[464] Idem, *Ibidem* pp.27/28.

devia preocupar em cumprir bem essas tarefas, estando dispensado de rezar, "basta que attenda."[465]

O sineiro, simultaneamente lucernário, tinha assim estatuto especial. O cargo era semanal e quem o desempenhava prostrava-se junto do sino um quarto de hora antes de executar o primeiro toque, que soaria no momento em que o relógio batesse a última badalada. Não devia levar vestida a cogula para que ela se não prendesse no engenho e se estragasse[466]. As horas de tanger variavam ao longo do ano com a hora solar (como de resto toda a vida conventual). Às quartas e sábados varria o Coro. Tinha a seu cargo levantar os foles do orgão, velar pelas luminárias do dormitório e acender as do Coro antes de tanger para os Ofícios, apagando-as após a saída do último monge[467]. Em Avé Maria, o requinte passava como recordámos pelas "*moças de despertar*", que eram três nos meados do século XIX e ganhavam, por "espertar" e tocar os sinos em todas as ocasiões precisas (inclusivamente nos aniversários de reis e infantes), 3 600 réis ao mês[468]. O relógio de caixa alta, de madeira de xarão, que está assinalado na nota 333, devia ser a ligação ao tempo humano.

- Alguns inconvenientes para a habitabilidade do Mosteiro

Gaspar Alves foi incumbido de efectuar os remates do mosteiro, em 1528. Em 1529 ainda por lá estava, mas depois alguma coisa se passou, porque os pagamentos deixaram de ser feitos e os fiadores, perante tal situação, mandaram-no prender. A resposta à petição que o operário (ou mestre) fizera ao rei surge com data de 1543! E, segundo o acusado, a obra estava já concluída havia dois anos pelo menos[469].

Em 1534, um ano antes da data oficial do povoamento do cenóbio, a obra apresentava defeitos estruturais graves: os madeiramentos dos frechais do Coro, junto dos arcos, estavam a dar de si e Gaspar Paes mandou chamar João Lopes (que segundo a cronologia apresentada estaria em parte incerta ou em Vilar de Frades) e com ele João Pires, Luis Afonso e João Anes (os dois últimos, carpinteiros) para darem opinião sobre o que deveria ser feito. Os pedreiros optavam por dois botaréus nos pés dos arcos do Coro e os carpinteiros consideravam indispensável a aplicação de tirantes de ferro a susterem os tirantes de madeira. Uma ordem emanada de Évora, em 8 de Janeiro de 1535, dá permissão para se efectuarem os botaréus e os tirantes de ferro para

---

[465] BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Sexto.

[466] *Cerimonial da Congregação.....*, pp.1/4.

[467] Idem, *Ibidem*.

[468] ADP, *Livro de Contas (receita/despesa) (4573)*.

[469] ADP, *Livro da Fundação (4674)*, ff. 186/186v°.

melhor suportarem o Coro que *"... corriam risquo de virem ao chaom... pelos tiramtes do dito Coro estarem desfechados por serem de pao..."*[470]. João Fernandes fez a obra de ferreiro, João Lopes a de pedreiro[471].

Concluindo: o mosteiro da Encarnação, da Anunciação ou mais propriamente de São Bento de Avé Maria sofreu, ao longo dos 17 anos de obras, várias vicissitudes estruturais, mercê da falta de dinheiro, da mudança de regente (de orientação política e cultural) e finalmente devido ao peso do tempo. A juntar a isto, talvez as tentativas de evitar a transferência para o Porto efectuadas pelas comunidades atingidas que, não acatando de bom grado tal decisão, procuravam atrasar, se não anular, a ordem.

- O tempo das preladas perpétuas

Alojadas coercivamente, as monjas beneditinas acomodaram-se, pelo menos aparentemente, por detrás daquelas sólidas paredes, nuas e desconfortáveis. Não tardaram, no entanto, em canalizar as suas energias e fartas rendas para engrandecer aquela imensa massa granítica, no sentido de "adoçar" a austeridade com que o fundador régio as havia presenteado. De tal maneira o fizeram que, ainda não passado um século, a descrição que os coevos fizeram da magnifiência beneditina em nada condiz com a primitiva aparência que transparece da leitura das instruções de D.Manuel, chegando mesmo a parecer que de duas diferentes realidades se tratava.

A primeira abadessa, ainda perpétua, manteve-se fiel aos princípios da Regra, no entanto, a segunda e última vitalícia tinha já outra visão e por essa via penetraram no mosteiro outras vistas, começando a movimentar novas perspectivas de engrandecimento material; todavia, de D.Guiomar de Ataíde falaremos em capítulo próprio. No entanto, adiantamos que foi sob o seu governo que o mosteiro cresceu em termos financeiros e em melhoramentos materiais. Deveria ser uma pessoa culta, pois escrevia-se regularmente com o Rei e com o Papa. Introduziu ou desenvolveu a prática do Cantochão[472], naquilo que a música representa para os beneditinos. Após a sua morte, em 1613, o mosteiro e a sua comunidade estariam já a caminho do barroco, ainda que de forma tímida.

Com D.Maria de Melo, vinda de Tarouquela para chefiar o rebanho beneditino do Porto, acabou um ciclo e começou outro. Em 1578, ano da sua resignação, o Concílio de Trento havia já deixado

---

[470] Idem, *Ibidem*, fl.176.

[471] Idem, *Ibidem*, fl.174.

[472] BNL, *Códice 8395*, fl.17

as marcas e os caminhos que as comunidades religiosas iriam trilhar em prol do engrandecimento dos seus templos, na expressão dos seus sentimentos mais íntimos, patenteados na multiplicação das Confrarias e dos ricos e precisos adornos com que frequentemente presenteavam os santos e os altares das suas devoções. De resto, não será de admirar que praticamente todas as obras mais ou menos bem documentadas incidam precisamente nas de cunho religioso, remetendo as outras para um profundo silêncio ou um laconismo irritante.

- As preladas eleitas e as obras no século XVII

A primeira abadessa eleita, Brites Ferraz, deu início ao enriquecimento patrimonial com uma imagem de São Bernardo e "*outras peças*", no Coro de Baixo[473]. Violante Botelho foi a sucessora eleita, em 1617, de Brites Ferraz. Sob o seu governo, o mosteiro conheceu uma profunda reforma, que passou por todas as dependências do mosteiro, considerado pobre (naturalmente). D.Guiomar deixara dinheiro e conhecimentos (a correspondência com Roma fornecia as últimas novidades?). A igreja passou então a ser o elemento preferencial, ao ponto de se cobrir de ouro, no dizer do Padre Novais[474]. Neste triénio, no entanto, ficou-se por alguns ensaios, porque a sua preocupação assentou nos melhoramentos para a vida material, e a contribuição para ornamentar o templo passou por algumas algumas reparações nos cadeirais do Coro de Baixo e douramento de remates, novos confessionários (onde andaram pedreiros) e uma nova "fontinha" na varanda (talvez onde as monjas tomavam a água benta antes de iniciarem os Ofícios, no Coro Alto)[475]. Neste Coro foram ainda colocadas de novo 82 cadeiras (a 1 200 réis cada) de nogueira, com armários nos respaldos[476], embora para além desta sintética notícia não haja qualquer rasto de um contrato de encomenda tão substancial. Foram colocadas por sua ordem e iniciativa duas imagens dos Patriarcas (São Bento e Santa Escolástica) na porta da igreja[477], provavelmente do lado de fora, tal como ostentou o portal maneirista do mosteiro do Salvador de Braga[478]

Em 1620, foi permitido a Violante o merecido descanso, cedendo o lugar de prelada a Branca da Silva, que apesar de rica de bens, se limitou a manter em funcionamento a máquina inovadora da sua antecessor, pois alternou com ela alguns triénios. As peças da sua responsabilidade podiam não ter sido muitas ou grandes, mas marcaram a sua passagem: tocheiros e um lampadário de prata para a capela-mor, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário também do mesmo metal e

---

[473] FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o. c.*

[474] NOVAIS, Manuel Pereira, *Anacrisis Historial*, Vol.II, CMP, Porto, 1913, p.79.

[475] BNL, *8424*, ff.15/26v°

[476] Idem, *Ibidem*, ff.25/25v°.

[477] Idem, *Ibidem*.

[478] OLIVEIRA, Eduardo Pires, *O Mosteiro do Salvador*, Braga, 1994, p.43

uma custódia, obra de bastante imponência a merecer comparação com a da Madalena de Lisboa[479]. Outras imagens de santos e um relicário de prata com relíquias de vários santos resultaram também da sua iniciativa. O Concílio de Trento estava muito fresco e a produzir os seus frutos.

Ana de Ataíde sucedeu a Branca da Silva e era sua irmã de sangue. Colocou no arco cruzeiro (ainda o manuelino?)uma imagem de Nossa Senhora da Assumpção e é também da sua responsabilidade um quadro da Santíssima Trindade, no frontespício[480], quadro esse que pode ser o mesmo de quem se contam milagres (a começar pelo seu aparecimento no mosteiro[481]) e que não ardeu por ter sido entretanto colocado noutro lugar (no claustro, segundo Félix Ramos[482]). Durante a vigência desta prelada, procedeu-se à colocação de rosários de rosas de ouro e respectivos douramentos nos coros e no de Cima painéis, trabalhos nas cadeiras e respectivas espaldas e um lampadário de prata[483]. Aqui parece-nos que se concluiu a obra começada no primeiro triénio de Violante Botelho, procedendo-se aos ornamentos entalhados. De resto, além do contrato do século XVI com Bartolomeu Dias, não há para já mais notícias de contrato deste mobiliário até ao incêndio de 1783, embora, como atrás notámos, se tenham feito cadeirais de novo nas primeiras décadas de 600. O conjunto inicial compunha-se de 98 lugares e a bancada feita de novo, com 82 é praticamente a totalidade do cadeiral, para o qual, até ao momento, não existe qualquer contrato, apenas a notícia.

Na mudança de direcção, em 1626, Violante retomou a actividade, desta vez em grande, e nem o granito das paredes escapou. No primeiro governo, apesar da sua frágil constituição (o que terá justificado os seis anos de interregno) mobilizou a comunidade e as autoridades civis e eclesiásticas, implicando-as na sua demanda de renovação, canalizando para ela todas as verbas disponíveis e a disponibilizar (ficaram, apesar disso, algumas dívidas por pagar).

Agora, com a quantia reunida, a casa de Deus iria tornar-se um verdadeiro santuário; tudo o que recordava o gótico deve ter-se desvanecido por esta altura. As frestas da Igreja tornaram-se janelas com vidraças, assim como a da capela-mor , de resto já totalmente obliterada pelo retábulo (já lá existia um! Quem o fez e quando?) que foi retirado. Por aquele facto, a falta de luz exigira

---

[479] FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o. c.*

[480] BNL, *Códice 8395*, fl.20v°.

[481] ASSUMPÇÃO, Lino, *Frades e Freiras*, Lisboa, 1893, pp.133/135. MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, in Bol.Associação Cultural Amigos do Porto, Porto, 1997/8, pp. 215/216.

[482] MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.215.

[483] BNL, *Códice 8395*, ff.20v°/21.

entretanto a abertura de mais janelas e a ampliação do espaço. Parece ter-se aproveitado para executar uma outra sacristia, projectada para o exterior e para a qual foi necessária telha[484].

Manuel Machado, imaginário foi encarregado de recolocar e restaurar o retábulo (pintar e dourar) e de consertar "*as armas e alguas molduras e pintar algûas couzas do altar-mor..*[485]." Aquelas armas eram as reais ~~e~~ estavam na porta da Igreja (sobre?). Todo o espaço sacro iria receber revestimento cerâmico, mas por agora apenas "*trezentos e sincoenta e hûm azuleijos para o painell* (historiado com cenas da vida de São Bento como em Barcelos?[486])*com sua faixa*[487]" a 20 réis a unidade, encomendado em Lisboa, transportado de barco e em frete exclusivo. Não devia ser invulgar este procedimento, porque em Salvador de Braga sucedeu o mesmo e pela mesma época (1630)[488]. As monjas tinham dinheiro e na esteira beneditina gostavam de opulência nas obras que faziam. Aos "padres" de Grijó se compraram mais alguns azulejos[489] para remates ou para os panos murais (de qualidade inferior ou monocromáticos, pois custaram cada 12 réis). A sacristia forrou-se também com azulejo de tipo tapete com faixa e todo o mobiliário foi feito de novo (armários e cadeiras de pregaria dourada)[490]. Aqueles "armários" seriam talvez um arcaz e sobre ele o retábulo que foi pintado e dourado pelo mesmo Manuel Machado[491]. A descrição da decoração desta dependência e a sua localização (atrás da capela-mor) condiz com a descrição feita para a sacristia do mosteiro do Salvador[492];no entanto, esta aponta (comunicação com uma pequena abertura) para ser a da clausura, enquanto em São Bento de Avé Maria seria para os padres se paramentarem, ou seja, de apoio directo ao culto.

A empena norte (a do lado sul tinha janelas e a do lado norte, se as tinha, eram falsas, prática corrente que tornava visualmente simétrica a decoração cerâmica e a dos entalhados) recebeu um púlpito trazido da capital,[493] provavelmente de pedra lioz, que Novais dizia ser de Jaspe (resta saber se todo, se apenas a base). O orgão que estivera no Coro até então passou a ter lugar próprio no corpo do templo, *"intalhado"*[494] na porta da Igreja, para o qual se fizeram dois arcos

---

[484] BNL, *Códice 8424*, ff. 36/61.

[485] Idem, *Ibidem*, fl.60v°.

[486] FERREIRA, Pe. Manuel Avelino, *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora do Terço*, Barcelos, 1982, p.83.

[487] BNL, *Códice 8424*, fl.38.

[488] OLIVEIRA, Eduardo Pires, *o .c.*, p.46.

[489] BNL, *Códice 8424*, fl.38v°.

[490] Idem, *Ibidem*, ff.36/61.

[491] Idem, *Ibidem*, fl. 37v°

[492] OLIVEIRA, Eduardo Pires, *o . c.* ,p.76.

[493] FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o .c.*

[494] BNL, *Códice 8424*, ff.47/47v°.

suportando uma abóbada e para o exterior se abriu "*hua geneluzia*". Também aqui se procedeu a obra estrutural, porque foram precisas telhas[495]. A remontagem do orgão ocupou um organista (não dizem quem) durante 16 dias em que praticamente o fez de novo, porque o reformou *:" canos, couros, arames, cola e tudo o mais necessario para esta obra"*[496]. Manuel Machado aplicou ali também os seus dotes[497], pois a caixa do instrumento seria de talha. O lugar deixado vazio no Coro foi soalhado e nele se colocou uma grade de pedra[498] (talvez este espaço prolongasse lateralmente o piso do Coro de Cima, formando uma galeria que ficou com um varandim e balaústres. No entanto, parece-nos que este gradeamento terá sido colocado, sim, a proteger o apoio feito de novo para onde foi transferido).

Violante Botelho terminou a sua liderança em 1629 e não voltou a ser re-eleita; não sabemos se a exaustão a terá levado à doença, pois morreu em 1634 no dia de Santa Escolástica (10 de Fevereiro). Coincidência ou favores da cronista?

Quando Branca da Silva retomou o ponto deixado pela sua predecessora, deve ter-se limitado a manter em marcha os projectos abandonados por ela. Procedia-se agora à fase seguinte: dourar as talhas. O tecto deveria ser apainelado por molduras que se cruzavam e, nos pontos de intercessão, um artista, de nome Moreira, pintou e dourou rosas e um outro, Ribeiro, dourou *"... os floroys com ouro batido que se lhe deu..."* [499]ajudados por Domingos Fonseca, também pintor dourador[500].

A Igreja por estes tempos devia contar com uma torre sineira, porque João Lopes, ensamblador, fez vários frisos na torre e "*taboas de talha do forro*"[501]. A decoração nas partes das paredes libertas do azulejo condiziam com o teto e onde mestre António Teixeira, pintor dourador, fez 5 linhas de forro (?) a 32 500 réis cada e um florão[502]. Belchior Fernandes, o assentador de azulejo[503], deve ter prosseguido o seu trabalho, agora custeado por Branca da Silva que deixou assim marcado o seu terceiro e último triénio. Morreu em Outubro de 1656.

---

[495] Idem, *Ibidem*, fl. 49v°.

[496] Idem, *Ibidem*, fl.61.

[497] Idem, *Ibidem*, fl.60v°.

[498] Idem, *Ibidem*, fl.44.

[499] Idem, *Ibidem*, fl.78.

[500] FERREIRA-ALVES, J,Jaime, *o. c.*

[501] BNL, *Códice 8424*, fl.78v°.

[502] Idem, *Ibidem*, fl.79.

[503] Idem, *Ibidem*, fl.59.

Foi Inês Mesquita que lhe sucedeu, em 1638. Na igreja, o projecto deveria estar em bom ritmo, a capela-mór estaria levantada de novo *"...ao levantar da parede*[504]*... bordos, madeira e taboado, a pedraria acrescentamento de parede com suas pedras lavradas*[505]*..."*, faltando apenas colocar azulejo nas respectivas paredes, o que se fez, recorrendo à compra de mais. Por causa desta ampliação, deve ter havido necessidade de refazer totalmente a sacristia da tribuna, com mobília e tudo. Este acrescento explica perfeitamente a carência de telhas, de madeiras e de alvenarias. As obras prosseguiram, então, no Coro Alto com a forração "*pelo estilo da Igreja*[506]" (talhas ou azulejo?) e um nicho de Nossa Senhora (talvez do Desterro, herança do governo anterior, que ali começara trabalhos nas janelas, e com uma capela àquela invocação). Dois retábulos entalhados e dourados ladearam o crucifixo ali existente, que foi ainda guarnecido com 2 anjos, "*nas ilhargas*". O trabalho *"em pão"* saíu das mãos de João Lopes (ensamblador). Embelezaram-se juntamente os retábulos, que "*são cete*" (de onde?). O pintor dourador Baltazar Ribeiro (deve ser o mesmo Ribeiro anterior) executou 24 florões e 77 rosas, 4 linhas de vermelhão e dourou os florões delas. Também o revestimento a ouro das guarnições do Cristo e do retábulo do Juízo (comum nos Coros, há outros em outros mosteiros), assim como os frisos do frontespício e tapamentos do Coro, cartelas, pinturas e todas as guarnições foram da sua autoria. O célebre Rosário dourado, "cantado" pelos autores coevos, foi por ele pintado e foi a sua mão que também lhe "*assentou o ouro*" pago por Ana d'Ataíde[507].

A nossa crença de que o tecto e paredes eram forrados por painéis reforça-se no seguinte:"... *João Lopes mestre emxambrador o qual aparelhou e lavrou e ajuntou por sua conta 35 painéis grandes, 17 pequenos compridos e 2 pequenos aonde vão os florões", "entalhar todos os paineis aviar molduras", "17 taboas de ornados e diamantes (talhe?)nos paineis compridos"*. Mais adiante, 36 rosas, frisos e cartelas "*dos arcos que se fizerão a volta que levarão cinco paineis de cada parte*", 4 frisos por baixo dos arcos e o entalhe das molduras dos frisos dos azulejos da capela, da "parte do arco". Ainda mais à frente, continua a falar-se da capela-mor nestes termos:"... *dourar rosas e florões nos arcos que estão as bandas apaineladas com suas(sic) frisos de talha e azulejos...*[508]" . Todo este trabalho incluiria o retábulo? Era ele maneirista, de madeira entalhada? Ou seria renascença, como parece ter sido o de Monchique, segundo transparece das palavras do Padre Novais quando a ele se refere, dizendo que era de mármore (Nicolau de Chanterrene fez um para a Pena, Sintra, em 1529/32, trabalhara com Diogo Castilho, em Coimbra, e este dirigiu as obras de Monchique e de Avé Maria. Além do mais eram homens do Renascimento!). No entanto,

---

[504] BNL, *Códice 8424*, fl. 119.

[505] Idem, *Ibidem*, ff.132v°/133.

[506] BNL, *Códice 8395*, fl21v°/22.

[507] BNL, *Códice 8424*, ff.93/111.

[508] Idem, *Ibidem*, ff. 117v°/118v°.

o retábulo beneditino se pertencia a esta última escola e se fosse de massa pétrea, a sua remoção deveria ser mais que complicada, para o que um ensamblador não seria o mais adequado. Parece-nos mais lógica a primeira hipótese, com confecção bem mais recente e com material mais manobrável e leve.

Ainda se não tinham atingido os meados de 600 e o rosto do mosteiro de Avé Maria transfigurava-se ao ponto de ter provocado pasmo ao seu fundador. Inês Mesquita cumpriu apenas um triénio, mas procurou que fosse inesquecível. Segundo se diz, foi dos seus domínios que pagou todas as despesas[509].

Outras obras de menor impacte, mas não menos necessárias, devem ter sido as executadas no ante-Coro, forros, armação e nos degraus (ainda existia desnível do projecto inicial). e o botaréu "*... que se fez da parte da rua pregado a parte da janela do Coro.*" No tempo de Violante já se fizera um "*e acrescentou-se o velho*"[510]. Estes botaréus, o já existente e reforçado e o feito de novo, formavam possivelmente os suportes da abóbada da casa do orgão. Do lado interno formaram uma espécie de guarda-vento, na entrada e do lado exterior ambos passaram a enquadrar o portal. Belchior e António Teixeira, ferreiros de profissão, fizeram as obras que lhes competiam[511].

As monjas de São Bento eram irrequietas de gosto, pois poucos anos volvidos já se preparavam para fazer de novo a capela-mor e com isso levantar um novo arco cruzeiro, consumindo os restos do manuelino provavelmente já envoltos em roupagens douradas. Isabel Pereira ocupou a cadeira abacial entre 1645/1648 e 1652/54, deixando meios financeiros para se procederem àquelas remodelações. Curiosamente, gastou 50 000 réis em dourar o retábulo[512], num momento em que seria preciso voltar a removê-lo e posteriormente restaurá-lo. Naqueles tempos, ainda o dinheiro corria em abundância para que descuidadamente o gastassem.

Torna-se por vezes difícil a tarefa de atribuir o quê a quem, porque a lista cronológica das abadessas, para os séculos XVI e XVII (convenientemente documentada) de que nos servimos, nem sempre se adequa ao que a cronista do mosteiro diz. As datas e os nomes não conferem em muitos dos casos, levando-nos a suspeitar terem sido feitas as referidas crónicas com base em relatos orais, o que torna tudo muito precário. Por outro lado, a sequência não é linear, porque algumas das preladas cumpriram vários mandatos, quase sempre interpolados, noutros casos não

---

[509] BNL, *Códice 8424*, fl.133.

[510] Idem, *Ibidem* , fl.43.

[511] Idem, *Ibidem*, fl. 107.

[512] BNL, *Códice 8395*, ff.23/23v°.

são usados os nomes e sobrenomes completos e ainda noutros as atribuições de cargos estão simplesmente erradas.

Assim, temos por exemplo Lourença da Silva, como a 9ª a ocupar a cadeira prelatícia e que a terá ocupado por duas vezes (foi mestre capela, cantora-mor e sacristã). Na realidade, foi a 18ª na sucessão, ocorrida em 1661/1664, e apenas uma vez. A ela se seguiria Mariana da Cunha e Mariana Castro, que afinal foram suas antecessoras. Embora a referida lista de preladas estar alicerçada na investigação dos livros de prazos, subsiste parte do problema pelo facto referido de os nomes nunca serem usados na forma completa. Apesar disso, seguiremos a cronologia referida, que nos parece mais fiável porque feita com base na documentação original, recorrendo a ela como forma de ordenar logicamente as obras segundo os anos, com base na sucessão cronológica das abadessas.

D.Lourença da Silva, apesar de não dispôr de rendas e de tenças, não deixou de prestar o seu tributo para o engrandecimento da Casa de Deus e associou-se a Paula de Alpoim Brandão, que fora prioreza de Vicência Madureira (1643/44). Em conjunto, ofereceram um calice grande, outro para festas e alguns castiçais de prata pagos com o produto das teias que faziam. Estes proventos forneceram ainda os meios para *o "selebre pelicano que ao Sanctissimo Sacramento serve de galhardo trono*[513]". Não sabemos se seria um sacrário, se uma urna ou se uma custódia. O que quer que fosse sumiu-se no incêndio ou posteriormente foi vendida, pois com tal referencial facilmente seria identificada, se ainda existisse.

Entretanto, a febre das obras acalmara e inclusivamente os projectos pendentes ficaram suspensos. As sucessivas preladas ou simples monjas entretiveram-se a competir, "amaneirando" e retocando, com imagens (durante o século XVII nasce a febre das esculturas ricamente estofadas e as de roca) e alfaias (encomendadas, mas maioritariamente executadas por suas mãos). Para completar obra de tal preço, Isabel de Mello *"fes o nosso rico sacrario* (provavelmente de prata*)... custou a obra goarnesida de christaes e cortinas perto de dous mil cruzados."* [514](80 000 réis). No segundo triénio de Conceição Azevedo foi terminado o altar-mor, com a colocação do trono executado por Domingos Lopes[515].

Nos finais do século XVII, Filipa Pereira de Pays (1685), que fora prioreza (1666/69) de Mariana Pinto e passara por quase todos os cargos conventuais (estava no mosteiro desde criança),

---

[513] FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o. c.* O pelicano surge também numa representação iconográfica na Igreja do mosteiro do Salvador em Braga. OLIVEIRA, Eduardo Pires, *O Mosteiro do Salvador*, Braga, 1994, p,56.

[514] BNL, *Códice 8395*, ff.77v°/78.

[515] BNL, *Códice 8424.*

ocupou-se, entre obras pequenas (soalhos) e outras mais relevantes (pinturas a óleo, ouro, azulejos), no Coro de Baixo, em renovar os livros do Coro (antifonários, etc) que eram objecto da sua atenção na qualidade de Cantora-mor, função recém-abandonada[516].

Talvez valha a pena fazer uma incursão ao reino desta monja música que foi abadessa, por ser este um tema muito caro aos beneditinos.

Deveria ser um regalo para os sentidos escutar o Cantochão a que vulgarmente se chama hoje Canto Gregoriano. Poucos são já os lugares onde ainda podemos deleitar os ouvidos, com excepção de espectáculos de gala, em que afinal mais que a alma libertada, acabamos por nos sentirmos espartilhados no formalismo da etiqueta.

- A música nos mosteiros beneditinos

O Cantochão teve origem no canto ambrosiano ou milanês, introduzido no culto por Santo Ambrósio e posteriormente reconvertido, no século VI, por São Gregório Magno, Papa, beneditino e biógrafo do Patriarca São Bento (donde a denominação de gregoriano). Mais tarde sofreu algumas distorsões, segundo os entendidos, dando o pseudo-cantochão. Os tons originais, em número de 4, derivados dos tons gregos, eram utilizados para cantar hinos e antífonas. A estes 4 juntou São Gregório mais 4, os 8 praticados actualmente, que são os tons da Igreja. Os primeiros 4 chamam-se autênticos e os 4 posteriores os plagais. Este tipo de "música" escrevia-se sobre uma pauta de 4 linhas (e não de 5 como as pautas musicais comuns) nas claves de Dó e de Fá. O Cantochão não tinha nota sensível e nenhuma delas tinha valor métrico. A notação mais usual era de forma quadrada ou em losango. A melodia era, portanto, aprendida de cor e reconhecida pelo uso. [517]

No século XI procedeu-se a uma nova estrutura pela mão de Guido d'Arezzo, também beneditino: fixou os nomes das 6 primeiras notas musicais, ao mesmo tempo que passou a colocá-las na pauta de 5 linhas. No século seguinte, acrescentaram-se a entoação e o valor rítmico e, pelos tempos fora, as divisões de compasso, etc.

---

[516] BNL, *Códice 8395*, ff. 33/35.

[517] *Cantochão* in Dic. Lello Universal, vol.I, pp.455, 1260.

Curiosamente, a denominação da sétima nota é a abreviatura do nome de São João, particularmente querido dos discípulos de São Bento. Guido d'Arezzo retirou, de resto, as primeiras duas ou três (para sol) letras de cada verso de um hino dedicado ao Profeta da Redenção para compôr a primeira forma (e única) da escala musical: UT queant laxis; Resonare fibris; MIra gestorum; Famuli tuorum; SOLve polluti; Labii veatum e a sétima e última SI deriva de Sancte Ioannes. A primeira, UT só no século XIII se transformou em Dó, quando se iniciou o estudo do Solfejo[518].

Não admira, pois, que a herança musical tenha transposto os tempos e brote naturalmente e ainda entre no que resta das comunidades beneditinas.

A educação das meninas recolhidas nos mosteiros incluía a música, como também a preparação das postulantes e das noviças dava grande importância à harmonia. Não eram raras as professas de Avé Maria que sabiam canto e tocavam instrumentos, violino, rebeca, harpa e piano, além de naturalmente orgão e realejo (um tipo de orgão portátil). Todas as cerimónias solenes eram acompanhadas de coros de Cantochão, que não tinha (nem tem) suporte instrumental.

Nem todas seriam eleitas para o cargo de cantor-mor "*pello que deve o Prelado encommendar este officio a hum religioso devoto e solicito que tenha boa voz e seja destro ao menos no Canto Chão...*".[519] Dada a importância das funções, quem as desempenhasse ficava isento de muitas outras. A seu cargo estavam os livros, a sua conservação, escolha dos trechos, segundo a tábua dos Ofícios, pré-determinada, que fazia aos sábados antes da Terça e nos dias santos antes da Prima. Estava dispensada das leituras no Coro[520] . Estas ficavam a cargo do Leitor que as fazia igualmente no Capítulo. Também não dizia as Antífonas da responsabilidade dos arqui-coros, primeiro e segundo, que se alternavam em semanas seguidas[521].

Neste conjunto de elementos que pontuavam no Coro havia ainda o organista que teria naturalmente de saber música e velar pelo orgão, mantendo-o sempre fechado, evitando a execução de melodias profanas, e em boa forma[522], (as despesas de Avé Maria incluem muitas verbas para conserto do "realejo", sobretudo em vésperas festivas, indicando a preocupação na conservação e bom desempenho do mesmo). Dois monges (ou monjas) dos mais moços, os

---

[518] *Notas Musicais*, Ibidem, vol.II, pp.337, 360.

[519] *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros*....., p.8.

[520] Idem, *Ibidem*, pp.8/9.

[521] Idem, *Ibidem*, pp.13/14.

[522] Idem, *Ibidem*, p.15.

folheiros,[523] ocupavam-se na ordenação diária dos salmos, hinos e cânticos de horas correspondentes para cada Ofício. Um (ou uma) assistia o Cantor e outro com o arquicoro no manuseamento dos livros, no maior silêncio e cautela para não perturbar o desenrolar da cerimónia.

Naquele cenário barroco de penumbra, o ouro reflectido no brilho etéreo do azulejo, sufocado na riqueza das ricas alfaias, pesadas e densas na prata e no ouro, provocaria uma sensação de esmagamento (tal como temos ainda hoje em muitos dos templos espanhóis), a que o canto de Coro juntaria um arrepio de exaltação e de êxtase.

- Os tons artísticos do Barroco

Antes de avançarmos para a centúria seguinte, em que nova revolução arquitectónica varrerá o mosteiro, façamos o ponto da situação: partimos de uma simples caixa granítica, acanhada e simplificada, provida somente do essencial ao culto, muito cisterciense pela austeridade formal e decorativa. Paredes nuas, um imenso Coro proporcionalmente ao corpo do templo, separado deste por grossas barras de ferro, simetricamente colocadas nos dois andares. Em consonância com a pedra, boas madeiras de castanho e choupo, nos remates e travejamentos, suportando um forro igualmente escuro de madeira nacional, retirada provavelmente das matas reais. Um austero altar para a liturgia, tendo como única companhia outros dois altares colocados no plano mais recuado do cruzeiro (talvez uma bela peça lavrada) em posição paralela, um para o orago e outro para o padroeiro. No exterior não diferiria de uma pequena igreja rural quase românica, não fora o apontamento gótico do portal, onde a decoração manuelina com as armas reais emprestava uma nota indefectível do seu patrocínio. Mesmo assim ofuscada pela sombra do botaréu que lhe ficaria adjacente.

A visão dela, um século depois (1518/20), provocaria um acentuado contraste, porque não esqueçamos que Violante Botelho se encontrava já em movimento. Durante toda a centúria de 600, sentiu-se a vontade de extravasar os muros, reflectindo-se essa necessidade na opulência da limitada Igreja.

Talvez se tivesse tornado pesada e opressiva devido ao espaço demasiado pequeno para todo aquele mostruário, embora julguemos que no século seguinte as novas operações plásticas iriam torná-la ainda mais carregada. Mesmo assim, seria legítima a admiração do Padre Novais: *"La Iglesia assi en el frontespicio de la Capilla Mayor como el techo de su cubierto, es una ascua de*

---

[523] Idem, *Ibidem*, p.17.

oro, com florones de lo mesmo en los ambitos de los pinjantes y artessones, labores y follajes de primeros debuxos; La Iglesia toda jaspeada de azulejos de invencion rara y vistosa, el pulpito de jaspe..."

- As reformas e a opulência barroca

As reformas tentadas para travar a corrupção entre os membros religiosos nunca tiveram verdadeiro êxito. A renovada espiritualidade pós-tridentina apenas ocultou ou desviou temporariamente tais comportamentos. No século XVII, mosteiros e conventos continuaram a multiplicar-se facilmente e a ser protagonistas de histórias bizarras e pouco edificantes e a ser objecto da cobiça de muitos.

Filipe II ordenou o encerramento dos estudos, pois os clérigos e frades eram tantos que se comiam uns aos outros, não podendo assim as esmolas abastar a todos É curioso comparar que, dos cenóbios existentes no Porto nas primeiras décadas de 600, nove eram masculinos e tinham 250 religiosos, enquanto que apenas quatro femininos albergavam 313 professas. Mas em Braga os femininos eram quinze![524]

A ingerência na dinâmica interna das casas religiosas continuava a ser constante, a que uma lei de 1608 procurava pôr termo, proibindo *"...que alguma pessoa secular, de qualquer condição e qualidade que fosse, se intromettesse por si ou por terceira pessoa nas eleições de religiosos e religiosas, procurando e subornando votos nellas"*[525]. O regime dos comendatários havia deixado marca.

Além do controlo externo, a clausura estava maculada pela devassidão, pelo que as Ordenações Filipinas estabeleceram penas contra todo o que entrasse nos mosteiros sem licença, assim como para quem se ausentasse da clausura sem autorização expressa. Nunca tiveram, no entanto, grande efeito as leis que puniam a licenciosidade das professas[526] e iriam conhecer uma nova faceta no século XVIII.

Aproximava-se uma nova aurora de opulência. D.Pedro II, qual Moisés diante da Terra Prometida, apenas pôde adivinhar a imensa riqueza que se estendia a seus pés e em que se afogaria o reinado do seu filho. Após lhe ter tocado quase somente os escolhos da Restauração, tal como ao

---

[524] ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, Coimbra, 1912, pp.519/521.

[525] Idem, *Ibidem*, p.530.

[526] Idem, *Ibidem*, pp.536/538.

profeta as dificuldades da travessia do deserto, deixará no final de 600 que o ouro brasileiro e alguns anos volvidos os diamantes tornem o Magnânimo noutro bafejado da Fortuna tal como no século XVI o fora D.Manuel. O Barroco iria beneficiar desta circunstância, embora não tenha nela tido a sua origem. E foram precisamente os beneditinos que melhor o expressaram[527]. Quem observe apenas as rígidas e austeras formas exteriores de muitos dos seus templos não adivinha o fausto que por detrás delas se esconde[528]. Muitos foram os artífices que se criaram no seio da própria Ordem, mas o cultivar de um gosto requintado acabou por requisitar artistas de renome. O tema vertente é disso um flagrante exemplo, não só pelas pessoas envolvidas, mas porque o Porto era um dos centros radiantes do Barroco erudito

Igualmente voltado para a religiosidade, D.JoãoV dedicará parte do seu longo reinado aos mosteiros e conventos, protegendo-os, sobretudo aos de dotação régia, mas de uma forma pouco ortodoxa, provocando uma onda de depravação pela imitação que muitos dos seus gentis-homens, na esteira do exemplo régio, espalharam por aquelas casas de recolhimento religioso. O escândalo institucionalizou-se a coberto da cumplicidade dos padres e confessores, contra quem se insurgiu o autor do "Directório". Os "freiráticos" deixaram um rasto de destruição espiritual a que nada escapou, misturando o sagrado com o torpe, celebrando os vícios em paródias glosadas de orações. A Câmara do Porto pedia ao rei providências para reformar os conventos de religiosas da sua comarca, providências essas que o monarca tomou, ao nomear Frei Gaspar da Encarnação para ministro do reino[529]. Era tarde e embora o soberano procurasse arrepiar caminho dos maus exemplos da vida terrena, para que lhe não carregassem de penas a outra, o vício instilara-se nos corações e nas mentes e este século ficou indelevelmente marcado pelos excessos reflectidos nos galanteios às freiras, arrastando-se pela centúria seguinte nos abadessados, gravados na memória de muitos pelos intervenientes famosos do nosso romantismo. Os mosteiros lançavam já o seu canto do cisne e o brilho de que se revestiram tais festas faziam talvez esquecer o fim anunciado e próximo.

Quando Vitória Maria da Cunha iniciou a sua "regência", estavam ainda longe os tenebrosos dias do porvir e o futuro mostrava-se auspicioso e risonho. Do vendaval operado no mosteiro durante o seu governo não rezam nem as crónicas da escrivã nem os livros de visita que misteriosamente se sumiram ou nunca existiram. O bispo, na sequência de males intestinos, permitiu que resignasse, sem no entanto a dispensar das obras começadas. Não sabemos se as *"celas tão fermozas como*

---

[527] OLIVEIRA, Aurélio de, *Os Beneditinos e os caminhos do Barroco*, in I Congresso Internacional do Barroco, actas, vol.II, Porto, 1991, pp.160/162.

[528] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Apoteose do Barroco na Igrejas dos Conventos Femininos Portugueses*, Revista da Fac.Letras, Porto, 1992, p.383.

[529] ALMEIDA, Fortunato, *o.c.*, pp.539/541.

alegres.... que com sua industria e arte ficou hum novo Mosteiro" tiveram intervenção directa (disto já falámos aquando da passagem pelos dormitórios).

Em cem anos, o mosteiro conheceu outra reforma. Podemos adivinhar que o aspecto da frontaria não seria famoso. O acrescento efectuado na empena sul sobre o portal deveria parecer um remendo sinistro, uma espécie de bossa de corcunda, desequilibrando o conjunto. À parede amputada das longas frestas góticas, alongada longitudinalmente por uma capela-mor com algumas janelas a destoar pelo número relativamente ao tamanho onde se inscreviam, juntava-se um portal encimado por uma abertura a limitar ou a cortar uma decoração que não previra tais modificações. Como terá sido esta fachada em princípios de 700 quando despontava uma nova concepção estilística? Internamente vestida de ouro, que se espelhava no azulejo, ía envergar novos trajes, para que o exterior não destoasse da obra interior e a reflectisse.

- O retábulo do altar-mor do mosteiro de São Bento de Avé Maria torna-se um modelo

Data de 1708 (segundo triénio de Vitória Maria da Cunha) a nova capela-mor, desta feita levantada de raiz, onde se abriram tribunas. Esta ampliação levou à necessidade de fazer novo arco cruzeiro, porque as tribunas exigiram o alargamento da área interna da cabeceira. Para criar espaço e dar acesso a elas, recorreu-se à ocupação de celas do lado norte. Ter-se-ía reedificado a sacristia do altar-mor?

Por debaixo das tribunas e beneficiando da área criada, fez-se uma dependência com porta que permitia a entrada para a clausura, aos sacerdotes que levassem o Santissimo às doentes. Foram ainda colocados nesta parede dois confessionários e na porta uma ministra para as monjas comungarem, sem terem de se deslocar ao Coro. Uma roda foi fazer-lhes companhia (substituiu a que fora feita um século antes nas obras da capela-mor?).

A cronista atribui ao segundo triénio desta abadessa a fábrica de um novo retábulo, no entanto houve outra encomenda com data de 1703, recaindo no governo de Maria da Conceição Azevedo, em que o principal interveniente era Manuel Martins, imaginário[530] e que se não efectivou[531]. Volvidos quatro anos (1707), já então na segunda prelazia de Vitória Maria da Cunha, outra empreitada para a mesma peça foi acordada em 16 de Novembro e entraram em cena João da Costa e Filipe Silva (o primeiro morou paredes meias com o Mosteiro, na rua Chã), entalhadores[532]. Por 1708 estaria colocado a tempo das cerimónias da Semana Santa, mas o forro

---

[530] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca*, vol.I, CMP, Porto, 1989, p.249.

[531] BRANDÃO, Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem....1700/1725*, vol.II, Porto, 1985, p.181.

[532] Idem, *Ibidem*. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto .... .*

e outras mais "cousas e miudezas" apenas em 1709/1710. O custo total da obra da capela-mor orçou *"quatro mil cruzados e duzentos mil réis"* [533]. Em simultâneo, contrataram a Capela do Santíssimo Sacramento da Sé[534]

A obra de São Bento de Avé Maria deve ter sido tão inovadora e marcante, que serviu de modelo a várias outras que são hoje os seus únicos testemunhos. Mesmo já durante o advento do estilo joanino, continuou a irradiar influências[535]. Foi para seguir expressamente esse risco que António Gomes, um dos maiores entalhadores portuenses, arrematou em 1725, juntamente com José Correia, o trabalho de talha da capela mór da igreja de Jesus, em Aveiro[536]. Também a capela-mor da igreja portuense de São Pedro de Miragaia (1720) parece que reproduziu tal êxito[537]. Tal êxito explodiu de imediato, porque logo após a conclusão da encomenda para as beneditinas portuenses, Filipe Silva aceitou, em 1711, o trabalho para os retábulos-mor e colaterais da Igreja do Mosteiro de Grijó, com a condição de o reproduzir. Em 1718, a parceria Filipe Silva e António Gomes executou a talha da Capela de Nossa Senhora da Conceição (Árvore de Jessé) e de novo se imprimiu o reflexo de São Bento de Avé Maria[538].

Na esteira dos êxitos conseguidos, a fama daquela parceria levou-a a executar, em 1722/25, o cadeiral de Arouca, considerado um dos mais importantes do país.[539]

A autoria do risco das talhas podia ficar a cargo do ensamblador, do dourador ou do entalhador, já que por estes tempos aquelas tarefas se apresentavam indistintas, embora exigissem a colaboração de todos na execução material do projecto[540]. O retábulo que esteve no altar-mor de São Bento de Avé Maria deveria filiar-se no estilo nacional, pela época a que pertence (primeiro quartel do século XVIII), que estava então no seu apogeu. Apresentar-se-ía com colunas pseudo salomónicas (sem o terço inferior diferenciado, embora tenha sido de algum modo marcado), de fuste espiralado e rematado superiormente por arcos concêntricos, ao jeito do românico português. Nos temas decorativos de cunho goticista (folhas de acanto e pâmpanos) misturavam-

---

[533] GONÇALVES, Flávio, *A Capela de talha da Árvore de Jessé da Igreja de São Francisco do Porto,* in O Tripeiro, Julho, Porto, 1971, pp.212/215.

[534] BRANDÃO, Domingos Pinho, *o .c.*, p.303.

[535] GONÇALVES, Flávio, *o .c.* , p.244.

[536] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Apoteose do Barroco nas Igrejas.....* , p.377.

[537] GONÇALVES, Flávio, *o .c.* , pp.212/215.

[538] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *Filipe Silva*, in Dicionário da Arte Barroca, Lisboa, 1989, p.446.

[539] Idem, *A Apoteose do Barroco nas Igrejas.....*, p.380.

[540] Idem, *De Arquitecto a Entalhador itinerário de um Artista nos séculos XVII/XVIII*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas,vol.I, Porto, 1991, p.358.

se elementos de flora local, folhas de videira, cachos de uvas, meninos e pássaros[541], tendo no centro do retábulo o elemento mais português, o trono Eucarístico, colocado no vazio interior do conjunto, mas de que falaremos mais tarde. Nas ilhargas, pilastras e misulas, formando os quartelões, compunham e complementavam a decoração [542]. O revestimento fazia-se a ouro comprado pelo próprio dourador a um bate-folha ou fornecido pelo encomendante, como no triénio de Branca da Silva (1637), quando Ribeiro, dourador dourou os "*floroys com ouro batido que se lhe deu..*[543]*.*"

António Gomes e Manuel da Fonseca colocaram a talha da Capela-mor, em 1718. Dada a fama do primeiro, activo e muito requisitado já desde o último quartel de 600, é mais que evidente ser também o seu autor, que também por estes anos se ocupava da Capela da Senhora da Conceição, como já dissemos, de parceria com Filipe Silva[544].

Esta capela tem de resto alguns apontamentos arquitectónicos decalcados expressamente do retábulo-mor da Igreja do Mosteiro de São Bento de Avé Maria. Essa exigência contratual expressa-se nas quatro colunas do corpo principal do referido retábulo e que "*por isso apresentam fustes quase cilíndricos, que estreitam pouco a pouco até ao astragálo, encabeçados por capitéis coríntios. Não se lhes esculpiram todos os enfeites que estavam nos desenhos entregues aos mestres estalhadores – faltando-lhes os "pássaros" registados nos Apontamentos. Nos fustes, os seus dois terços superiores, percorridos por caneladuras ou estrias, patenteiam fitas enlaçadas, meninos e flores, lavrados com grande delicadeza, numa série de planos sobrepostos. No primeiro terço, separado dos outros por molduras circulares, predominam porém as folhas de acanto estilizadas, distribuídas em belas e férteis superfícies sem estrias nem fitas. Comparadas com as colunas mais vulgares do estilo nacional, pseudo-salomónicas, nas quais os fustes em espiral se inundavam de gordos relevos, estas colunas do retábulo da Igreja de São Francisco irradiam, inquestionavelmente, um requinte e elegância muito maiores. Na primeira metade do século XVIII por várias vezes a talha portuense adoptou tal tipo de colunas, num reflexo, segundo se julga, de modelos espanhóis dos irmãos Churriguera.*[545]" Esta transcrição fala por si. As outras colunas deste conjunto retabular filiam-se no referido estilo nacional[546]

---

[541] OLIVEIRA, Aurélio, *o .c.*, p.154.

[542] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Talha*, in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Lisboa, 1989, pp.466/470.

[543] BNL, *Códice 8424*, fl.78.

[544] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Talha do Porto, do Maneirismo ao Rocócó*, CMP, Porto, 1992, s/p.

[545] GONÇALVES, Flávio, *o .c.*, p.168.

[546] Idem, *Ibidem.*

Francisco Manso foi o artista que em 1730 contratou a obra de douramento[547] *"da talha que se acha em preto...."* pelo preço de setecentos e cinquenta mil réis, a satisfazer em três pagamentos. O trabalho seria iniciado depois das oitavas da Páscoa e concluído em Agosto do mesmo ano. O tempo parece escasso, mas esclarecemos que parte da talha se achava já revestida. O orgão estava incluído e os canos dele deveriam ser *"achurreados de ouro sobre o estanho"* [548](pensámos ser uma espécie de lavrado a ouro para ornamentar, ocultando quanto possível o monótono cinzento do metal. Estas decorações não são raras nos tubos daqueles instrumentos). O ouro foi adquirido ao bate-folha Bonifácio Carneiro[549].

Este homem, natural de Cinfães, bispado de Lamego, fazia em 1743 a obra da capela-mor da igreja de São Cristovão de Espadanedo, (Lamego)[550]. Muito provavelmente esta igreja era pertença do mosteiro do Porto, não só pela região geográfica em que se encontrava (Tarouquela), mas porque Espadanedo fazia parte do rol dos padroados do mosteiro de Tarouquela, anexado no século XVI ao de São Bento das Freiras e que viera engrossar o seu património. Em 1750 encarregou-se de obras de douramento na Igreja do Bom Jesus de Matosinhos e em 1760 arrematou a maioria do trabalho da Matriz da Póvoa de Varzim, onde, mercê da proximidade do mar, enfrentou graves e complexos problemas.

A SEGUNDA IGREJA DO MOSTEIRO NO APOGEU DO BARROCO (SÉCULO XVIII)

Uma capela-mor nova, mais espaçosa, ao ponto de necessitar de ser levantado um novo arco cruzeiro, alterou profundamente a estrutura da primitiva construção. A pequena igreja gótica tinha levado tais voltas que mais pareceria um arremedo. O aleijão provocado pelas obras de Violante Botelho na colocação do orgão sobre o portal ter-se-ía notado de forma assustadora, pelo desequilíbrio que a capela mór provocava e que não seria fácil harmonizar com todas aquelas marcas abadessais. Deve ter pensado nisso Maria Antónia de Noronha (membro das ilustres famílias de Campo Bello e dos Távoras) que, entre 1704 e 1719, cumpriu 4 "mandatos" e durante esse tempo foi observando o que as várias fases desconjuntadas, agora irremediavelmente desenquadradas, produziram. Vai daí *"mandou fazer o frontespício da Igreja..."* e *"... sobre a entrada da porta da Igreja aonde mandou assentar os orgãos reformados..*[551]*."* Na referida reforma

---

[547] FERREIRA-ALVES Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca* ....., p. 249.

[548] BRANDÃO Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade*..... vol.III, Porto, 1986, pp.173/176.

[549] Idem, *Ibidem.*

[550] GONÇALVES, Flávio, *José da Mota Manso e o douramento e pintura da talha da Matriz da Póvoa de Varzim*, in O Tripeiro, Julho, Porto, 1965, 197/200.

[551] BNL, *Códice 8395*, ff.83/104

terá tomado parte Francisco Manso? Os melhoramentos feitos por esta senhora não se ficaram apenas pela "sua casa", abrangendo também, na medida do possível, as igrejas dos padroados, com obras de restauro, objectos de culto e paramentaria e ainda nos edifícios civis, como celeiros e residências paroquiais.

Foi concerteza por estes tempos que na Igreja do mosteiro de São Bento de Avé Maria se operou uma total transfiguração, varrendo em definitivo tudo o que lembrava o manuelino e o gótico (por exemplo os botaréus) por um arrazamento da parede sul, que limitava a expansão do novo arco cruzeiro feito na sequência do alargamento da capela-mor. Aquela empena sul deve ter-se afastado alguns metros para o "rocio", não muitos, pois o terreno era público e garantia problemas com a Câmara (os poderes civis e religiosos nunca se deram muito bem ao longo dos tempos, ciosos das prerrogativas que os reis lhes atribuíam, jogando ao gato e ao rato como forma de os controlar a ambos). No entanto, deve ter sido o suficiente para conceder mais espaço e uma nova onda de transformações internas. De como ficou nada sabemos e o fogo de 1783 lançou não só as cinzas como uma total escuridão.

- As Confrarias

Não fará sentido abandonarmos este século sem falarmos de algo que muito reflectiu a sua postura devocional e ajudou a caracterizar este período em termos artísticos:.as Confrarias que existiram no Mosteiro e que são praticamente todas do ciclo que se agora se encerra.

Já falámos da primeira que ali se constituiu no abadessado de D.Maria de Melo (a do Santissimo Sacramento), fundada ainda decorria a 25ªSessão Tridentina e ainda se não tinham derramado as suas directivas, apontando princípios restritivos e orientadores à arte, sobretudo à pintura e à escultura, mais directamente intervenientes nesta matéria. No entanto, o destaque que o Concílio conferiu à devoção do Santíssimo Sacramento teve consequências de um fogo ateado quase de imediato, a julgar pela data em que no mosteiro do Porto se fundou uma Confraria daquela invocação (1562). Com ele se desenvolveu todo o espectáculo inerente à sensibilização do espírito pelo choque dos sentidos. Se entre o povo o resultado foram as magnificências barroquistas das Igrejas e Capelas, o que aconteceu no interior das comunidades religiosas transcendeu o imaginável, sobretudo no que concerne às femininas, encerradas dentro dos muros das clausuras, onde o único entretenimento permitido eram os trabalhos de lavor em honra e louvor das igrejas e altares, tornados poucos para o elevado número de enclausuradas e que levariam ao seu rápido esgotamento. Além do número reduzido, ficariam em breve pejados de imagens de todas as devoções (autorizadas) para as quais devota e afanosamente competiam no fabrico dos paramentos de tecidos preciosos adornados de preciosos metais, ou como Antónia

Freire, falecida em 1669, que deixou de herança à sacristia *"hum grande enxoval de panno de linho"*[552]. Tais artefactos teriam naturalmente de ser exibidos, multiplicando-se então procissões e liturgias solenizadas, onde as cores pesadas dos tecidos se misturavam com os incensos e os odores adocicados e entontecentes das grandes quantidades de cera que piedosamente todas elas dedicavam, pagavam e deixavam tensas para se continuar a queimar.
A Semana Santa, a semana maior, culminava com as dramáticas representações da Paixão e da morte de Cristo, enfatizadas ao longo de todo o ano nas Confrarias do Senhor dos Passos, a juntar-se a muitas outras.

Não seria propriamente a necessidade de espiritualizar o quotidiano, já todo ele sobrecarregado de manifestações de Fé, que levaria as monjas a multiplicar as Confrarias, mas sobretudo formas de preencher o tempo e a mente e canalizar quaisquer proventos patrimoniais ou eventuais. Assim pulularam por todos os cantos e recantos monacais, capelas, altares ou simples retábulos, sempre adornados de flores e enevoados pelo fumo dos pavios (até admira que os incêndios não fossem diários!). Para as Confrarias enfileiravam-se praticamente todas as monjas e quaisquer outros habitantes do mosteiro, incluindo os capelães que normalmente tratavam das respectivas questões burocráticas com Roma. Era frequente serem eles a encarregar-se dos pedidos de indulgências e da permissão de celebrar missas nos próprios altares onde eram erigidas as Confrarias, nos dias das festividades dos respectivos patronos. Acontecia, como parece ter-se verificado, que algumas destas Confrarias se desactivavam, talvez substituídas por outras mais em moda, e vinham a re-instituir-se mais tarde, aparecendo por isso mais que um ou uma fundadora.

Torna-se complicada a localização temporal das várias Confrarias instituídas no mosteiro de São Bento do Porto. Parece-nos no entanto que a maior parte terá tido lugar nas primeiras décadas do século XVII. Aconteçeu isto porque as várias cronistas foram registando no desenrolar dos tempos os acontecimentos, sem cuidarem de ser precisas nas datas, algumas provavelmente recopiando notas antigas, truncadas ou já inicialmente incompletas. Mesmo assim, procuraremos pôr nisto um pouco de ordem. Parece que a segunda confraria foi a dedicada a São João Baptista e não à da Senhora do Rosário como seria lógico (a primeira fora a do Santíssimo Sacramento)no seguimento das determinações tridentinas, que colocavam as invocações marianas no segundo plano e só depois os santos. Maria de Castro, sobrinha de Guiomar de Ataíde, foi a sua fundadora e faleceu em 1614, alguns anos (embora julguemos que muito poucos) antes do aparecimento da Confraria do Rosário. Esta senhora estava indigitada para a cadeira abacial, por morte de sua parente, mas não chegou lá por entretanto terem acabado as abadessas perpétuas. Foi

[552] BNL, *Códice 8395*, fl.169/169v°.

ultrapassada por Bristes Ferraz. Para a "sua" Confraria arranjou uma cabeça "*truncada pella verdade*" com relíquias, uma santa imagem e "*seu curiozo retabolo*". Deixou ainda para esta capela 1 frontal, 2 vestimentas de tela branca e 1 véu de ombros bordado de cetim verde com o Cordeiro de São João Baptista. [553] A tia (Guiomar) e uma prima que foi também abadessa (Ana de Ataíde) ajudavam nas despesas. Anos mais tarde, já no cargo supremo do mosteiro, pôs castiçais de prata no altar do pregador, embora a sua devoção se dividisse com São Tiago, de quem pôs na Igreja uma imagem[554]. Nos finais deste século, Maria da Conceição Azevedo, cujo primeiro triénio foi de 1681 a 1684 e o último de 1694/97, restaurou a capela de São João Baptista juntamente com sua irmã Isabel (que fez o retábulo) [555].

Terá sido pela segunda década de 600 que Violante Botelho fundou a Confraria do Senhor dos Passos[556]. Foi da sua autoria e muito naturalmente na sequência da sua devoção particular o Cristo Morto do Capítulo como ficou dito, quando por ali passamos. Ter-se-á seguido a das Almas do Purgatório, da responsabilidade de Inês Mesquita (1638/41)[557].

A fundação das Confrarias não era prerrogativa exclusiva das abadessas e as que fundaram não teriam de ser necessariamente instituídas aquando as suas prelazias. Muitas das outras que existiram no mosteiro foram da responsabilidade de obscuras monjas que as concretizaram na sua qualidade de simples membros da comunidade e não tanto pelos pergaminhos familiares. Jerónima de Queirós, servente (de serva de Deus?), era Madre[558] e fundou, no mosteiro, a Confraria da Senhora do Rosário, uma das mais importantes e que mais se difundiu no período barroco e, antes do dobrar do século XVII, Mariana Ferreira d'Eça completou a obra, mandando executar um retábulo[559]. Fundar a Confraria deve ter sido a acção mais relevante daquela religiosa, pois nada mais consta das crónicas, embora das suas posses se possa avaliar algo mais: "*ao devenissimo Sacramento dedicou a nossa Custodia piquena que para aquelles Sanctos tempos hera pessa de enestimavel valor, ordenou o ornamento de branca tella do rico veo de ombros borslado sobre o vermelho setim (com esmollas que lhe derão) para o cryzeyro desta nossa Igreja mandou fazer os dous coadros moldurados: hum de nosso grande Patriarca ho outro*

---

[553] BNL, *Códice 8395*, fl.70v°.

[554] Idem, *Ibidem*, ff.20v°/21.

[555] Idem, *ibidem*, fl.37v° e fl.188.

[556] Idem, *Ibidem*, fl.18v°.

[557] Idem, *Ibidem*, ff.21v°/22.

[558] Pedimos licença para discordar da leitura Ma. (Maria) feita pelo Prof.Doutor J.Jaime Ferreira-Alves, *As duas Igrejas do Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto*,I Congresso Internacional del Monacato Feminino en España, Portugal y America 1492-1992, pp745/754. Parece-nos Md. (Madre)

[559] BNL, *Códice 8395*, fl.184v°.

de nosso Padre São Mauro; colocou em Coro de Sima a devotissima imagem de Christo senhor nosso..."[560].

Com o tempo, outras devoções tomaram conta das atenções monásticas, porque nos meados do século XVIII, mais precisamente em 1740, a abadessa Inês Maria do Amaral Barreto reavivou no mosteiro o culto da Virgem do Rosário. Esta devoção, de origem dominicana, foi objecto de extraordinário incremento a partir do século XVI, apadrinhada pelo Papa Pio V na Bula "*Consueverunt Romani Pontifiies*", de 1569[561], mesmo a tempo de ser incluída na espiritualidade tridentina. O responsável pela actualização da Confraria em São Bento de Avé Maria foi Frei Manuel de Santa Roza Amorim, pregador de São Domingos, no Porto. O altar, localizado, no "*ditto Coro de baixo esta situado e posto ao lado esquerdo ou parte do Evangelho...*"[562], ali continuou após a reconstrução da Igreja, em finais de 700. Celebrava-se a festa no primeiro Domingo de Outubro. O número dos membros inscritos era relativamente reduzido, podendo ser esta a explicação do declíneo de tal devoção.

Também por intermédio de uma religiosa, de nome Ana Maria, anónima de actividade, surgiu no mosteiro a Confraria do Senhor da Boa Morte. Dado que a referida religiosa faleceu em 1696[563], esta irmandade enquadra-se plenamente no espírito barroco.

Além destas devoções especiais, existiram outras mais ou menos importantes, reflectidas sobretudo nas posses materiais de quem as instituía e para as quais deixava proventos substanciais.

- A capela da Senhora do Loreto

Uma destas era a da Senhora do Loreto, curiosamente uma invocação de influência italiana[564]. Esta capela e todos os seus bens foram doados ao Mosteiro de Avé Maria por Maria Francisca da Encarnação, como dote para ali ser aceite como professa. Parece ter sido a última representante da família do licenciado Gonçalo Ribeiro de Sousa. A referida capela fora fundada no convento de São Domingos no tempo de D.Afonso, conde de Barcelos, filho de D.João I. O processo de dotação patrimonial estava, segundo o expresso, fora das condições estipuladas pela lei (Lei

---

[560] Idem, *Ibidem*, ff.71/71v°.

[561] CARVALHEIRA, Pe. José do Vale, *Nossa Senhora na História e Devoção do Povo Português*, Salesianos, Porto, 1988, pp.234/235.

[562] ADP, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário* (4711).

[563] Idem, *Ibidem*.

[564] CARVALHEIRA, Pe.José do Vale, *o .c.*, p.252.

Mental?), mas a intercessão do referido nobre (bastardo do rei) permitiu que lhe fosse concedida a excepção. Ficou então determinado que a doação se destinava única e exclusivamente a prover actos litúrgicos em memória dos testadores e que os bens não poderiam ser alienados em caso algum. O primeiro administrador foi nomeado pelo próprio conde de Barcelos, passando o encargo para os filhos e netos, incluindo a linha feminina no caso de não existirem varões. Os frades de São Domingos tomariam o encargo no caso de herdeiros menores e, desde o momento em que não houvesse descendência, seriam os cidadãos da cidade a prover o cargo por meio de eleição.

O administrador em exercício seria acolhido em morada própria na rua dos Mercadores. Além desta, a Capela dispunha ainda de acomodações na Ribeira, na Fonte Taurina, na Lada, na rua da Ourivesaria, na rua de Cimo de Vila e na outra banda do, rio em Gaia, todas alugadas. Para fora do termo da cidade, as riquezas da dotação espalhavam-se por Viseu, Sever, Guimarães e Sinfães. Somaram-se entretanto as propriedades particulares da candidata a professa, Maria da Encarnação, recebidas por herança paterna e que se compunham de casas na Sé, em São Domingos, defronte do Recolhimento do Ferro, no Souto, Belmonte e nas Congostas. Tinham domínios em Campanhã, Cedofeita, Fânzeres, Sermonde, Maia, Rebordoza, Aguiar de Souza etc. Incluído nestes bens imóveis havia uma sepultura "*abaixo do pulpito da Sé defronte da porta da claustra*" [565]. Perante tal dote, não podia haver dúvidas da aceitação da candidata em qualquer tempo, embora isso não tivesse ficado registado.

Também no mosteiro se sediou uma Confraria das religiosas de Jerusalém, mas não se adianta mais nada para além de que entre os membros se encontravam religiosas, seculares e moças.

- A irmandade de Santa Ana

À sombra do monumental mosteiro acolheram-se também Irmandades civis. Temos conhecimento de pelo menos duas, a última das quais combateu heroicamente pela preservação do edifício, numa luta antecipadamente perdida porque política. A outra é curiosa, não só pela uniforme profissão dos seus membros que apontaria mais para uma corporação de ofícios, mas porque o nome que tomou não seria a que mais se adequaria à dita profissão. Fundou-se em 1715 e dos irmãos apenas constam civis e as respectivas consortes, domiciliados nas imediações do mosteiro (uma meia dúzia um pouco mais afastados, mas não muito). Das profissões registadas a partir de 1756 até 1791, contam-se todas entre os ourives (prata e de ouro)e lapidários, com excepção aberta a um barrista (mesmo assim de certo modo todos ligados às artes, como frisa o autor do

[565] BNL, *Códice 8423, Instituição da Capela de Nossa Senhora do Loreto*

artigo revelador de tal associação)[566]. O nome mais apropriado teria sido Santo Eloy, enquanto que o escolhido, Santa Ana, faz pensar que inicialmente as profissões dos seus membros poderiam ter sido bem diversas.

- As últimas confrarias do Mosteiro

Os tempos tudo mudam e as influências não encontram barreiras, nem nos muros dos conventos. O brilhante e opulento século das luzes estendeu a luminosidade das suas ideias pela centúria seguinte. O século XIX iria ser de profundas mudanças, mas por 1835 ainda havia tempo para fundar outra Confraria, a da Senhora do Desterro. A imagem mais antiga que se conhece, em Portugal desta invocação de Maria parece remontar ao ano de 1632. Encontra-se na vila de Monchique (Algarve), proveniente do convento da Senhora do Desterro, daquele lugar e com fundação naquela data[567]. Da zeladora desta Confraria no Mosteiro do Porto se poderiam contar inúmeras histórias, provavelmente a maioria de ficção, mas todas, no mínimo, recambolescas ou não tivesse sido Isabel Cândida[568] a monja "preferida" de Camilo Castelo Branco. Não vamos aqui fazer mais que esta referência e fazê-mo-la porque ambos parecem ter sido intervenientes nos célebres abadessados que muito devem da sua extravagante fama à presença daquele trágico da nossa literatura, herói confesso de muitas aventuras romanescas.

Tinha a referida Confraria rendimentos próprios: uma pensão anual de 3 000 réis de "*hua morada de Cazas sita na Rua Chã desta cidade que se paga pelo S.Miguel de Setembro e são applicados para as sete Missas que se dizem nos dias do Desterro de Nossa Senhora...*". A referida casa era propriedade de uma professa, Ursula d'Abreu, que se transferira de Monchique onde dava pelo nome de Ursula da Cruz (morreu macróbia, com perto de um século de idade). Tinha mais "*hua Pensão annual de vinte alqueires de Pão...*" de Campo da Serra, no lugar de Baguim do Monte, em Rio Tinto, que eram aplicados na festa de São Tiago "*...que se faz sem sermão e o restante he para ornamento do Altar de Nossa Senhora do Desterro.*"[569].

Entre os muitos objectos inventariados após o encerramento do mosteiro encontram-se peças de ourivesaria de cariz profano. É normal encontrarmos muitos deles em capelas ou altares, objecto de peregrinações, onde o povo os oferenda em sinal de agradecimento. No mosteiro parece que as monjas os adquiriam propositadamentre para "embonecarem" as suas imagens predilectas:

---

[566] MOSER, Jorge, *Artistas Portuenses da Irmandade e Confraria da senhora Santa Ana de São Bento de Avé Maria*, in Douro Litoral, Porto, 1949, pp.21/24.

[567] CARVALHEIRA, Pe. José do Vale, *o .c.*, pp.164/165.

[568] ADP, *Confraria da Senhora do Desterro* (4715), fl.1.

[569] Idem, *Ibidem*.

Joana Miranda (falecida em 1676) tinha "*brincos e coriozidades para adorno de seo altar*" que era o da Senhora do Desterro[570] e estaria implantado no Coro de Cima, segundo se lê no registo de obras ali efectuadas por Ana Pereira, irmã de Inês Mesquita[571] que foi abadessa. Não sabemos se ali se manteve quando, em meados do século XIX, se instituiu a Confraria e já muito depois do fogo que lançou sobre o mosteiro e igreja um brilho de estrela cadente.

- A irmandade de São Bento

A última associação de confrades que teve lugar no extinto mosteiro foi a de São Bento, erecta em 1879 com tinha cariz secular. Segundo nos parece, a sua vocação nasceu mais direccionada para a assistência social, na esteira de muitas outras criadas à sombra de um templo, do que para aquilo que primeiramente terá presidido à instituição das Confrarias e Irmandades já nos tempos medievais, a entreajuda dos seus próprios membros associados. O Estado liberal, no seguimento das belas ideias revolucionárias, reclamava-se o responsável pelo auxílio aos necessitados e indigentes, não só no plano da saúde, como no económico, no intuito de provar a inutilidade das Ordens religiosas que desempenhavam até então tais encargos. Mas a realidade ficou sempre muito àquém, não só por falta das estruturas e dos meios necessários para as custear, "auxiliadas" por muita ausência de vontade política. No século XIX, nasceram por isso muitas sociedades filantrópicas em sociedades ricas e que pretendiam manter-se na moda dos princípios maçónicos, mas em Portugal essa filantropia foi mais além, expressando mesmo a caridade cristã das populações civis que, criando essas associações, zelavam pelas almas e pelos corpos dos que se viam desprotegidos do destino, dando-lhes em última instância uma sepultura digna e abençoada. Acerca desta Irmandade teremos algo mais a dizer quando falarmos do combate que se travou no intuito de salvar o que restava do mosteiro da Encarnação do Porto.

A TERCEIRA IGREJA DO MOSTEIRO NUM BARROCO TARDIO (Rocaille–finais do séc.XVIII)

Na madrugada do dia 10 de Outubro de 1783, um violento incêndio irrompeu no Mosteiro e devorou toda a magnificência que dois séculos de desvelo ali acumulara. Iniciado antes dos primeiros Oficios (à uma hora e meia da madrugada) extinguia-se três ou quatro horas depois, levando definitivamente o mostruário barroco. Enegrecido pelo fogo o lavor das pedras, reduzido a cinzas o ouro brilhante que recobrira as paredes, estilhaçados e embaciados os azulejos, escurecidas as cores, indecifráveis os desenhos, desconhecidos para sempre os mestres que ali emprestaram a sua arte. O contemporâneo pasmou perante o espectáculo não inédito, mas

---

[570] BNL, *Códice 8395*, fl.173v°.

[571] Idem, *Ibidem*, fl.171v°.

sempre esmagador, encolheu os ombros e acusou as beneditinas de cumplicidade, como forma de se desenvencilharem de um espaço acanhado e antiquado. A frase de Lino de Assumpção traduz o sentimento da época: "*o incêndio, pois, talvez destruisse cousas ricas, mas não fez desapparecer nada de bom por certo*". Talvez tenha pesado na balança do equívoco o facto de escombros erguidos aos céus não terem fumegado por muito tempo, substituídos que rapidamente foram por uma nova construção mais ampla e clara.

Era então responsável pelo bispado D.João Rafael, que tomou as primeiras providências, e menos de um ano volvido já o estaleiro da nova Igreja e anexos se encontrava em actividade. Manuel Álvares de Santa Cruz do Bispo surge simplesmente assinalado como o autor do risco, pelo qual recebeu 120 000 réis. Imaginámos que era personagem muito conhecida, dispensando quaisquer outras apresentações. Se era o mestre das obras episcopais[572] a quem o chefe da diocese entregou de imediato toda a traça a efectuar não traria às religiosas mais preocupações, para além de reunir as verbas necessárias à prossecução do projecto. Foram precisos muito mais fundos do que os que habitualmente custeavam as obras que se íam fazendo. Recorreu-se ao empréstimo externo para reunir os 70 contos de réis, ao juro de 5 a 8%[573].

As despesas feitas com as obras ao longo de 10 anos estão minuciosamente registadas em dois Livros e a preocupação pela contabilidade é tão notória que o escrivão numerou as páginas no verso para que ela não estorvasse os sucessivos lançamentos e o transporte para as laudas seguintes. São registos intermináveis, minuciosos, mas desprovidos de pormenores preciosos para a reconstituição dos lugares e decorações. Os artistas e os operários perfilam-se a esmo em contingentes indiferenciados, donde apenas os salários auferidos dão uma nota de reconhecimento pelo trabalho desempenhado (os colaboradores que, pelas verbas recebidas, parecem terem sido os artistas vão registados em anexo). À medida que se avança na observação dos registos têm-se a noção do avanço da obra, pelos materiais que vão sendo requisitados e empregues. A pedra é uma constante e praticamente todas as pedreiras da cidade e seu termo contribuíram para a nova construção, a começar pela da Fontinha e a de Fradelos (aquela próxima do que é actualmente a rua de Gonçalo Cristóvão; dinamitou-se o que restava da segunda nos anos 60 deste século, para se construir o Silo de estacionamento automóvel). Depois vêm as madeiras mais rudes, como o pinho nativo, e o da Flandres (para forros) e algum castanho. Entre os vários utensílios, surgem nomes ou apelidos relacionados toponimicamente com lugares da cidade (Luis da Agoa Ardente, hoje seria Luis da Praça do Marquês de Pombal). As grandes

---

[572] FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *Elementos para a História das Sociedades entre Pedreiros*, in Revista da Faculdade de Letras (História), Porto, 1992, pp.349/350.

[573] ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.130.

quantidades de pólvora gastas teriam talvez a finalidade de partir os blocos de pedra. O termo de encerramento do primeiro tomo das obras tem data de 6 de Março de 1790 e a verba acumulada e em transporte para o segundo volume era de 130 mil cruzados, duzentos e sessenta mil e setecentos e oitenta e três réis (52 260 783 réis). A abadessa era desde o início Sofia Brandão, sendo secretariada por sua irmã Isabel Clara[574].

O Livro seguinte abre com alíneas mais animadoras em termos de notícias concretas. Em Março de 1790, sete anos após o sinistro, entra-se na fase do apuro arquitectónico e decorativo. Surgem os artistas da madeira, entalhadores e ensambladores : Manuel Pereira, França, Francisco Dinis[575]. As pedreiras continuaram a ter actividade constante, agora de outros locais da cidade, mas a par delas há madeiras exóticas (para os cadeirais?) de fretes vindo do Brasil. As esculturas do "Coro de Sima" não aprofunda mais, assim como a pintura do mesmo local que custou 308 048 réis. Em Agosto de 1791, barristas de moldes (um dos processos para a obtenção do negativo para a técnica dos estuques decorativos[576]) e marmoristas fazem obra (destes últimos conta-se José Pereira e "José seu filho"). Os cadeirais do Coro estão colocados em Fevereiro de 92, porque lá andavam os "alimpadores das Cadeiras do Coro", e em Abril começa-se a tribuna. As verbas a ela indexadas são consideráveis: 5 120 réis, 19 300 réis, 19 840 réis, crescendo até 39 970 réis já depois de Setembro desse ano. Grandes quantidades de grades de madeira(Coro em Setembro de 1792) e de ferro. A tribuna continuava a precisar de madeiras e usava-se açafrão para o risco. Em Abril, os anjos para ela custam 19 240 réis e em Maio regista-se um escultor, do qual se esqueceram de pôr o nome, assim como os escultores que no mês seguinte continuavam a trabalhar na tribuna. Nesse mesmo mês de Junho de 1893, a 6, morre o bispo D.João Rafael e suspendem-se as eleições no mosteiro. Por indicação do Cabido o governo abacial continua assegurado por Sofia Brandão, que apenas em Outubro de 93 cede a cadeira abacial a Ana Antónia, assessorada por Antónia Joana. A pintura do retábulo custou 47 660 réis no mês de Julho e no de Agosto pagou-se pelos confessionários, aos entalhadores, 7 900 réis. No início de 1794 pagaram-se 6 200 réis a um entalhador pelo risco dos castiçais. Francisco Dinis e o França ainda ali desempenhavam funções em Dezembro de 1793 e em Maio do ano seguinte há pagamentos de várias douraduras, incluindo "Dourar a Menistra".

Os trabalhos estariam praticamente, em fase final, porque D.Lourenço de Sá mandou, em Junho de 94, benzer a Igreja por estar "*...nos termos de nella se exercer os officios Divinos...*".

---

[574] ADP, *Livro das Obras de Reedificação (4705).*

[575] O apelido deste artista está registado de várias maneiras: de Nenis foi a recolhida pelo Prof. Doutor Jaime Ferreira-Alves *(O Porto na Época dos Almadas)*, mas analisando as outras formas, parece-nos que realmente ele se chamava Denis, Francisco.

[576] VASCONCELOS, Flórido, *Os Estuques do Porto*, CMP, Porto, 1997, p.19.

Desempenhou tais funções Manuel Lopes Loureiro, Provizor do Bispado. Depois disto, ainda havia caixões e madeira de moldes e gesso a cargo do França (deveriam ser os estuques do tecto do Coro), "*dourar a pianha*", "*trandelas e Butoens*", "*Moxos para a Capela Mor*" e mais castiçais. Dois dias antes do S.João (22 de Junho), o Santíssimo recolheu à nova casa acompanhado de luzidia procissão onde se incorporaram autoridades eclesiásticas e civis e o povo em geral. Eram tantos os que quiseram tomar parte que "... *ainda estavam dentro do Patio e já a Cruz a porta da Igreja estava...*" *As janelas das áreas circunvizinhas do Mosteiro encheram-se de colchas e bandeiras e de "...ervas cheirozas..."* Houve sermão dito por Frei Bartolomeu Brandão e vésperas cantadas por seis padres. Na véspera houve algo parecido com arraial com iluminação feérica no mosteiro e um "*...Povo imenso de toda a cidade a ver e varias fogeiras.*"

O santo para a frontaria, que deve ter sido a imagem do Patriarca que um século depois se esborrachou no pátio (diz-se que propositadamente, devido aos muitos pedidos), custou 12 800 réis (se era aquele em questão, era feito de barro) e o escultor anónimo recebeu 7 090 réis. Foi necessária ainda madeira de pau preto para alguma obra suplementar.

Entrando agora no sector dos tecidos, faziam-se em Novembro de 1795 as sanefas para o altar-mor por 6 300 réis e Ana Antónia de Sampaio é reeleita em 28 de Outubro do ano seguinte. Gastara-se 75 783 846 réis[577]. Na realidade o rol é extenso mas diz muito pouco. Tentemos remediar a questão com os testemunhos de quem viu e relatou embora sem apuro de pormenor.

O espaço construído estava provavelmente delimitado pela anterior Igreja, após as modificações operadas no início do século com Antónia de Noronha que "intervencionou" também a portaria, locutórios, casa da Prelada, sala Livre e Mirante[578]. Pormenor a reter é que tudo isto fazia parte do bloco anexo à Igreja e Coros, ou seja, toda a face sul/poente.

Do interior da Igreja não nos chegou qualquer "cliché" e "*A egreja que substituiu a antiga se é vasta, clara, com galerias nos dois andares, que a cingem partindo dos coros, e permitindo o uso de todas as tribunas; se no corte transversal se observa uma boa disposição dos impuchos e uma engenhosa disposição das abobadas..*[579]." Não vale a pena transcrever o resto por eivado de sentimentos negativos e destruidores para a estrutura e materiais utilizados.
Não diz muito mas talvez não estivesse muito distante da Igreja do mosteiro de Arouca no que diz respeito à nave, também única e sem transepto e naturalmente com entrada lateral. Do resto

---

[577] ADP, *Livro das Obras de Reedificação do Mosteiro (4706).*

[578] BNL, *Códice 8395*, ff.83/104.

[579] ASSUMPÇÃO, Lino, *o .c.*, p.130.

partimos para especulações; o equilíbrio que a caracterizava exteriormente deveria espelhar o traçado interior. De certeza, a nave era mais alta que os corpos laterais e isto verifica-se pelos desenhos de Joaquim Vilanova, embora a nosso vêr o "mestre" tenha registado mal a perspectiva do telhado, orientando-o demasiado para norte em vez de o manter paralelo à fachada (Fig.23 anexos). Mais fieis, são as poucas fotografias tiradas da rua do Loureiro, em que se nota a discrepância das cotas da cobertura. Por outro lado, um outro registo (embora mau e com muito grão) tirado já em adiantada fase de destruição comprova o que acabamos de dizer(Fig.156 anexos). Esta tomada de vista mostra ainda outro pormenor inscrito na transcrição atrás efectuada mediante o qual em ambos os pisos haveriam galerias que partiam dos Coros. Sousa Reis esclarece que *"...nos quaes as Religiozas assistem, querendo, aos officios Divinos.*[580]" Não sabemos por onde se fazia o acesso a estes corredores. As pequenas portas colocadas nos topos, na vista do Coro Alto (Fig.41 anexos), seriam a passagem aos varandins dos orgãos, embora pudessem também servir para aceder às galerias. Em Arouca, pode vêr-se actualmente um sistema de galerias idêntico, com altares. Também no Porto, no mosteiro de São Bento das Freiras, existiram altares, a que o Inventário Geral atribuiu os números 15 a 19, e o vigésimo que se enxerga numa perspectiva diagonal, na Fig.41, estava colocado dentro do próprio Coro Alto . A parede aonde se adossa era toda ela uma ilusão em "tromp d'oeil", a fazer lembrar as belas pinturas pompeianas que ainda adornam fragmentos parietais da cidade do Vesúvio. Nicolau Nasoni não andaria longe.

O altar etiquetado com o número 19 (da Senhora das Dores) pelo conteúdo iconográfico deveria ser o que possuía "*uma Pietá de harmonico colorido e expressão verdadeira pintada em cobre dentro de uma moldura de prata lavrada...*[581]" e da qual se conta ter ido a leilão, atingindo a soma de 70 000 réis por estar assinado com o nome Rafael![582]

O panorama que se explanava para a nave através das grades perdeu-se para sempre e os reflexos luminosos que na vista referida se derramavam a partir do exterior apenas permitem lobrigar um arco que, pela amplitude, não deveria abranger plenamente o acesso da capela-mor, parecendo recriar o esquema dos altares laterais de topo ou indicando a área sagrada mais estreita que o corpo da Igreja (o que é sugerido nas poucas plantas topográficas existentes). Pena é que se não veja melhor, até porque a grade é de malha muito mais aberta do que era habitual nas clausuras O piso térreo do Coro tinha uma estrutura arquitectónica igual ao de cima (com três arcos), o que se pode verificar pela fotografia da demolição. No entanto, o gradeamento parece

---

[580] REIS, Sousa, *Manuscritos Inéditos da BPMP*, II série –6, Porto, 1999, p.174.

[581] ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.154.

[582] Idem, *Ibidem*.

que era diverso, se a amostra exposta no Museu do Seminário do Porto ali esteve colocada como fazendo parte da porta e que ainda ostenta um pequeno orifício, a Ministra da Comunhão.

- As cerimónias no coro baixo

O Coro de Baixo tinha funções diferentes daquele que lhe estava sobrejacente. Duas funções das mais importantes ali se desenrolavam. Duas cerimónias de certo modo complementares: a recepção dos novos membros e a despedida de outros.

No fim de um ano de noviciado, a candidata preparava-se para fazer parte da comunidade professa. A cerimónia tinha início no Capítulo na presença de todos os membros efectivos e presidida pela abadessa. De joelhos, a noviça pedia solenemente que a aceitassem como uma das demais. No dia imediato, a procissão de imposição do hábito começava de novo na Casa capitular em direcção à Igreja, onde todas as insígnias inerentes ao novo estado, colocadas numa bandeja de prata, aguardavam a candidata (cogula, escapulário, cilício e disciplinas). Juntamente estavam também uma agulha com linha para cozer o capelo, um jarro, um prato e uma toalha[583]. No caso das clausuras femininas, a comunidade assistia naturalmente dentro da grade e o bispo que presidia à cerimónia, após a leitura do Evangelho, sentava-se com a Mitra num lugar próximo da grade, da banda de fora. Seguia-se um longo ritual onde se mesclava o português com um macarronico latim na entoação das Antífonas e Orações, benziam-se as cogulas e os véus. As virgens coroadas de flores ajoelhavam e beijavam a mão à abadessa. A cerimónia terminava com uma prática feita pelo Bispo. No momento da profissão, o noviço apresentava em seu nome uma escritura assinada que se mantinha nos arquivos do Mosteiro como prova da sua livre e espontânea vontade[584].

Enquanto as boas vindas a um novo membro eram motivo de alegria, a despedida de qualquer uma trazia tristeza e alguma incerteza.

Depois de amortalhada, vestida com sua cogula, colocava-se-lhe por cima *"hum roquete ou costa"*[585] (sic) e depois uma cruz peitoral sem reliquias, "*se teve uso delas como o tem todas as Abbadeças do Reino de França (sic) e alguas dos Conventos de Espanha*"[586], pluvial e anel abacial. Não se lhe colocava o Báculo (Bago) porque: "... *como este significa a jurisdição e coidado pastoral e tão bem a justiça feita com piedade e amor paternal... e pela morte se lhe*

---

583 *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros* .... pp.185/187.

584 Idem, *Ibidem*

585 BNL, *Códice 8337*, ff.1/24.

586 Idem, *Ibidem.*

acabou o poder e jurisdição presetiva e corretiva que tinha sobre as suas subditas, por isso o não deve levar nem por em a ella.[587]" Pelo mesmo motivo não se colocava nos Bispos defuntos.

Após o falecimento, se se tratasse de uma Prelada os sinos tocavam "4 sinais" e o cadáver era transportado num caixão ao Coro de Baixo, onde 4 religiosos o trasladava para um enxergão colocado sobre uma Essa. Segundo as regras canónicas, não se utilizava o caixão para a Câmara Ardente. Um pano preto e uma cruz nas mãos da falecida completavam o quadro. Seguiam-se as exéquias com sermão e só então se dava inicio ao ofício do sepultamento pontificado pelo celebrante, acompanhado pelo diácono, sub diácono e religiosos, colocados à esquerda e à direita do corpo. Após os responsos, o corpo, levantado por meio de toalhas colocadas previamente por debaixo, era recolocado na urna, encaminhando-se todo o conjunto para o Capítulo, entoando os sete salmos a que tinham direito as Preladas. A sepultura cobria-se com baeta preta. As abadessas, quando morriam, tinham direito a 18 procissões e 3 oficios. As procissões aos defuntos faziam-se desde o Domingo da Santíssima Trindade até ao Natal; após a missa, formava-se o séquito no Coro de Baixo, saindo atrás de uma cruz de prata e encaminhava-se até ao claustro do pomar enquanto cantava e orava, após o que fazia o trajecto inverso. Durante o percurso era tangido o sino mais pequeno[588].

Se o falecimento fosse de uma religiosa, o préstito começava no Coro de Cima e era no de Baixo que depois se cantavam os responsos. Tinha direito apenas a 3 toques de sino. Se o infausto tivesse de ser efectuado em Sexta-feira Santa, as cerimónias eram feitas em surdina com a cruz baixada e não haveria lugar a toque de sinos, ou saltério ou ofício de corpo presente. Repetiam-se situações semelhantes para as noviças, seculares e criadas (estas últimas eram colocadas em esquife e não em caixão[589]) e diferentes eram as orações;o toque dos sinos para as não professas só se fazia de manhã se o passamento tivesse ocorrido de noite e o corpo era depositado no Capítulo[590].

Da decoração desta parte térrea da Igreja pouco sabemos, para além de possuir bancada idêntica à do Coro sobradado; tinha pelo menos um altar, o da Senhora do Rosário, tornado sede da Confraria com o mesmo nome de que falámos já. Além disso, albergava também do lado do Evangelho a urna que continha as relíquias preciosas da santa predilecta do Mosteiro, Santa Columba, que para ali tinha sido trazida a instâncias de uma religiosa. Transcrevemos a descrição que dela fez Lino de Assumpção, porque sabemos um pouco mais sobre o seu destino e é

---

[587] Idem, *Ibidem*.

[588] BNL, *Códice 8337*, ff. 1/24.

[589] BNL, *Códice 8407*.

[590] BNL, *Códice 8337*, ff.1/24.

interessante compararmos o ponto de vista da testemunha ocular com a realidade dos factos: *"...dentro do vão de um altar o corpo ou por outra, os ossos de santa Colomba, com as phalanges, carpos, metacarpos das mãos e os tarsos e metatarsos dos pés encerrados em luvas de rede de prata e disfarçada a hediondez da caveira por meio de uma mascara de cera, de livida pallidez, simulando o rosto sereno...".* [591]. Como tudo o que pertenceu ao extinto cenóbio, também os despojos terrenos desta santa foram obrigados a abandonar o local e acolheram-se a Cedofeita e ali estiveram e ainda estariam se a realidade do senhor Assumpção não fosse pura ficção. Ao procurar dar uma solução àqueles despojos humanos, o pároco daquela freguesia verificou que a santa era apenas cartão e arames que o tempo tragou, desfazendo-se em pó quando removida. A máscara, que não era por isso de cera mas mesmo assim uma belíssima peça, serviu de pasto à gula umas tantas traças, assim como as roupas, tudo volatilizado em fumo.

- O coro alto, a jóia do Mosteiro

No Coro Alto tinham lugar os Ofícios Divinos e é deste que possuímos registos visuais. Amplo e elegante, recebia a luz natural do lado sul e estaria praticamente todo o dia iluminado. O tecto tinha trocado a pintura e a talha pelo estuque decorado e pintado, trabalho a cargo (talvez) do França (seria francês?). Os medalhões circulares que ao longo da cornija decoram a sanca do teto representando os santos e patriarcas da Ordem, pareceram-nos, após aturada investigação em registos fotográficos mais nítidos[592] e observados à lupa, reproduzir sempre a mesma personagem: São Gregório Magno (pelo menos, nos que se encontravam do lado do Evangelho). Esta prática de representar os patronos como guardiões era comum e ainda hoje se pode verificar, por exemplo em Tibães, a abadia mãe dos beneditinos. O caso de Avé Maria é por isso um entre os vários, mas feito num registo diferente, mais moderno, de acordo com a época em que foi executado.

Como atrás foi dito, a tarefa de colocar os estuques deve ter ocorrido em 1794, dez anos após o incêndio e em tempos de *Sede Vacante*, até porque, como também referimos, a Igreja foi benzida por um representante do governador episcopal em exercício (D.Lourenço de Sá), devido ao falecimento do bispo D.João Rafael ocorrido em 1793. Os estuques que se recortaram no tecto do Coro de Cima foram coevos dos que se mantêm na caixa (paredes e cobertura) da escadaria barroca da entrada do Paço Episcopal do Porto e têm com eles algumas afinidades.

---

[591] ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.* p. 137.

[592] Pertencentes ao AHMP.

Este magnífico conjunto estucado que nos serve de abóbada quando subimos a escadaria nasoniana do palácio do Bispo é considerado um trabalho de transição do Barroco/rocócó para o neoclássico. A par de elementos do barroco final, entretecem-se frisos de modelo clássico[593] e pensamos nós que os de São Bento das Freiras se enquadravam na mesma escola, embora os desenhos do mosteiro beneditino se aproximassem muito mais da última corrente, pelo menos no que concerne ao desenho que compunha o casamento da abóbada de berço com o plano perpendicular das paredes, onde se alinhavam os medalhões (de tipo Wedgwood[594]) com elementos rectos e verticais como se fora as métopas e os triglifos dos frisos dóricos. Um esquema parecido desenvolve-se no Palácio dos bispos, onde a diferença reside na existência de uma cornija pétrea em lugar da ilusão de óptica do mosteiro beneditino.

Para cima do elemento geométrico que limitava superiormente o friso (outra cornija fingida), os desenhos pouco nítidos, parecem denotar um cunho híbrido a tender para o rocaille, continuando-se nos painéis verticais que separavam as janelas falsas do Coro da Igreja, assim como a bordadura em torno da curvatura dos arcos que provocavam um ilusório marmoreado executado na técnica da escariola ou escaiola. A mesma ilusão de óptica está patenteada no revestimento parietal que emoldura o imenso portal, encimado por um frontão e ladeado por painéis recortados a estuque no topo da escadaria do Paço. Também as paredes frontais do Coro das monjas possuía um recorte geométrico parecido com o que se patenteia na escadaria de Nasoni e nas composições decorativas de tipo barroco com acantos desenrolados e concheados de sabor rocócó. Sobre o artista (poderia ter sido o mesmo) ou dos artistas que executaram ambas as obras, entre 1791 e 1794, desceu um absoluto silêncio, aventando-se para a obra do Paço o nome de Domingos Teixeira Barreto[595].

A balaustrada ondulada que corria por cima dos três arcos que rematam o Coro era resguardada por uma grade de ferro e servia de apoio a um enorme nicho que ocupava grande parte da área do tímpano.

Como num enorme salão pompeiano, toda a decoração ficou a cargo das ilusões que ampliavam visualmente o horizonte, não deixando espaço a que as espaldas dos cadeirais se estendessem ao longo das paredes, criando como que uma cúria inquisitorial. Em vez disso, os lugares do Coro alinharam-se em duas filas, como de costume, mas todas sem encostos tribunícios, com excepção do da abadessa. A diferença de cotas devia-se ao estrado mais elevado em que se apoiavam os

---

[593] VASCONCELOS, Flórido, *o .c.*, pp. 57/62.

[594] Idem ,*Ibidem*.

[595] Idem, *Ibidem*.

assentos adossados nas paredes. A cadeira abacial colocada do lado direito no vão entre duas janelas era (e ainda é, apesar de maltratada, esperamos nós que por pouco tempo) uma bela peça de marcenaria executada de madeira brasileira, que retomará, quando restaurada, o tom profundo da espécie exótica a que pertence. É de espaldar alongado, curvo sob o peso do tímido baldaquino de cortinas presas por borlas e ligeiramente cintado como uma folha esticada e cujos bordos se voltaram delicadamente a enrolar.

Segundo Lino de Assumpção, o Coro de Baixo possuía também um cadeirado igual. Assim e segundo o mesmo autor, o número total rondava os 180 lugares, repartidos igualmente pelos dois Coros. Desconhece-se que caminho terão tomado, porque os que se localizaram na cidade do Porto não contabilizam sequer metade e mesmo assim não pertencem todos ao mesmo conjunto. À primeira vista não se diferenciam, até porque se encontram em lugares físicos distantes entre si, mas observados com atenção os pormenores decorativos, são bem diversos tanto no encosto como nas misericórdias e no remate ao nível do jugo do assento. O pormenor central das mísulas dos assentos do grupo que se encontra na igreja de Cedofeita repete-se nos almofadados centrais que lateralmente ornam o sacrário do altar-mor.

Do mobiliário do Coro Alto faziam parte duas estantes, uma delas pelo menos sobrevive, a maior. A lâmpada, que ali se suspendia igual a tantas outras, é hoje impossível de individualizar entre os tantos objectos litúrgicos espalhados pela cidade e arredores. Ao lado esquerdo do altar (o vigésimo do Inventário), havia um pequeno oratório, também ele impossível de personalizar. O chão era sobrado de tábua corrida à boa maneira portuguesa, talvez de pinho de riga ou da flandres. De resto, a variedade das madeiras usadas nesta re-edificação contrasta com as aplicadas nas obras anteriores, baseadas na prata da casa (nogueira e castanho). Então naquele final de século XVIII, o exotismo decorativo das talhas douradas casadas com o estuque usado a substituir o azulejo fazia ressaltar a nobreza e a austeridade sombria das densas madeiras, brasileiras de brilho sedoso e nacarado, tendo os forros de castanho de veios ondulantes dado lugar aos pinhos estrangeiros isentos de textura.

- O retábulo do altar-mor

Do lado oposto aos ante-coros e Coros situava-se o retábulo que ocupava toda a parede nascente da capela-mor. Parece ter mantido (porque a peça ainda existe) a curvatura superior que acompanharia a abóbada e o tamanho permite-nos avaliar a amplitude que teria a cabeceira da Igreja das beneditinas. No entanto pode ser um cálculo erróneo, dado que este retábulo ocupou já dois lugares distintos e porque sabemos que a imaginação humana não conhece limites quando se trata de fazer adaptações. O primeiro local escolhido foi consequência da necessidade de ser

retirado do local onde se encontrava e a necessidade que a freguesia de Cedofeita tinha de completar a sua Igreja, com risco de Marques da Silva, hoje infelizmente desaparecida graças, ao perigo que constituem as "mentes esclarecidas" das autoridades civis e eclesiásticas que periodicamente ocupam lugares de decisão.

Dali, foi então de novo removido, já nos anos 70 deste século, por um acidente fortuito muito comum e a que as casas religiosas parecem muito atreitas, o fogo. Não porque a Igreja de Cedofeita tivesse ardido (se calhar o resultado não teria sido pior, até porque a pedra não arde e a obra do insigne arquitecto teria permanecido), mas porque a Igreja de São João de Vizela, no dia da festa da comunhão, viu reduzido a cinzas o seu interior. Um retábulo a mais e outro a menos é o ideal no momento oportuno. Tiradas as medidas, que pareciam ter caído do céu, procedeu-se à trasladação e então foi vê-lo o orgulho da população. Reproduzi-mo-lo a preto e branco, porque os nossos gostos não são propriamente coincidentes. Foi-nos dito que, enquanto esteve no Porto, o fino entalhado dourado se destacava já sobre o branco lacado. Não era raro este procedimento e era uma forma de ultrapassar a questão, se pensarmos que o dourar implicava um trabalho complicado e caro e a folha de ouro onerava substancialmente qualquer obra. No entanto, as monjas de São Bento não olhariam a meios para dar ao seu novo retábulo a cor do ouro, na tradição que se lhe conhece. Hoje brilhante, o tom amarelo do metal, que não sabemos se ficará em breve verde, contrasta com o branco e o cinza. O remate central superior, junto do tecto parece ser ocupado por um Espírito Santo sobre uma esfera. A distância e a iluminação de que preferimos prescindir não nos permitiram avaliar convenientemente tal personagem sagrada. Também o seu tom azul metalizado (um sabor modernista) a escurecer e ofuscar, não ajudaram em nada. Lateralmente, dois serafins, colocados em Abril de 1793 pelo preço de 19 240 réis, assistem mudos (não sabemos se de espanto) às vicissitudes sofridas por esta inocente peça nas suas deambulações vivenciais.

O proscénio deste retábulo é constituído por dois pares de colunas que sustentam uma arquitrave, onde repousa o tímpano, de recorte abatido. Entre cada par de colunas, uma pequena mísula serve de trono, actualmente, a um São João Baptista, à esquerda e a um São José, à direita, lugares onde talvez tenham estado as imagens de São Bento e de Santa Escolástica, actualmente na Igreja de Santa Clara do Porto (ou o par da Igreja de Cedofeita). Os elementos decorativos da talha são finamente recortados e muito discretos, formando grinaldas e festões de trabalho miúdo. Folhas de acanto estilizadas e desenroladas compõem algumas arestas, onde também não faltam ternurentas cabeças de anjo a compor pequenos atlantes . Parece-nos que aqui como no Coro se seguiu uma solução de compromisso entre o barroco final e uma tendência neoclássica, não fosse o sinuoso e ondeante sentido das formas estruturais do próprio retábulo. Todo ele é movimento desde um lado ao outro, mas sempre num equilíbrio simétrico. Os fustes das colunas com o primeiro terço diferenciado são iguais duas a duas. Neles se enrolam trepadeiras douradas de

flores que vão progredindo num fundo marmoreado de um verde indefinido, como indefinida é a semelhança com a pedra.

O sacrário ocupa o centro e desenvolve-se na vertical, distinguindo-se quatro espaços: o primeiro, inferior quase liso e com decoração verticalizada é rematado por um friso, a partir do qual se destaca a parte mais nobre, presidida pela porta decorada com os símbolos eucarísticos do pão e do vinho. Esta segunda parte é, a nosso vêr, a mais rica, com entalhados mais gordos (propositadamente?)onde pontuam as folhas de acanto que se estendem preguiçosamente ao longo das arestas e donde saem gavinhas que abraçam a curvatura.

Logo acima, uma terceira área repete as colunas grandes do retábulo, agora miniaturizadas, suportando igualmente uma arquitrave curva, mas contínua, alternam com apainelados lavrados de trabalho miúdo. A última parte ergue-se já na base do trono. Assemelha-se a uma tampa cónica onde se repetem os motivos enconchados e enrolados dos andares inferiores e conferindo ao conjunto um remate que faz imediatamente lembrar uma píxide, embora tenha também um não sei quê de templo oriental com o telhado escalado.

Se estivesse todo dourado, o impacte visual seria provavelmente outro, que não o actual, semelhante ao mobiliário francês dos últimos Luíses.

- O Trono Eucarístico

O centro do retábulo é ocupado naturalmente pelo trono, elemento autenticamente português e identificado com o barroco. Assente na doutrina do Concílio de Trento como forma de celebrar o triunfo da eucarístia, surgiu pela mãos dos carmelitas e depois pela dos Jesuítas quando a devoção das quarenta horas estava já implantada em Portugal, no século XVII. Tornou-se peça fundamental e fixa do retábulo em finais de 600[596].

Apresenta-se sempre escalonada com mais ou menos degraus que conduzem ao topo onde se coloca publicamente exposto o Santíssimo, em custódia nas cerimónias solenes das festas dos santos ou nas soleníssimas das Quarenta Horas, Lausperene, Adoração Perpétua, etc. ou nas causas de utilidade do bem público. Estas funções rodeavam-se de outros aparatos, como o ornamento do próprio trono com flores e velas, procedendo-se à remoção de todos e quaisquer outros objectos de culto, como relíquias, estátuas e figuras. Na porta da Igreja colocava-se um

---

[596] MARTINS, Fausto Sanches, *Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas II vol., Porto, 1991, pp.17/58.

pano de arrás que substituía o guarda-vento[597] (vimos o de Avé Maria que, embora deteriorado, resistiu ao tempo. Figs.145 e 146 anexos).

No topo, um espaldar de madeira ou de metal de forma radial forrado de branco serve de pano de fundo, realçando a peça de ourivesaria que contém a sagrada Espécie e sobre a qual pode recair um baldaquino[598].

O trono do retábulo de São Bento de Avé Maria (hoje, apesar de estar em São João de Vizela, não podemos denominá-lo de outro modo) é escalonado com quatro cinco níveis (demasiadas flores impedem a exactidão) decorados com os mesmos elementos de todo o retábulo, contem o espaldar radial de forma oval, com um branco leitoso da responsabilidade de uma lâmpada fisicamente oculta, que imaginamos ser de néon. Está profusa e permanentemente ornamentado de uma policromia floral de tipo artificial (o pároco é alérgico às espécies naturais) que esconde praticamente todo o entalhamento o baldaquino é composto por uma cúpula com decoração radial que assenta numa parede curva, a servir de fundo, pintada de cinza e branco, como forma de fazer realçar o dourado dos elementos verticais de tipo clássico. À cúpula com fim idêntico foi destinado um azul muito pouco diáfano, a sugerir a abóbada celeste.

Os fragmentos que se encontram dispersos no altar-mor, a servir de credências ou de atris podem ter vindo do mesmo lugar, pelo menos pela similaridade dos desenhos, mas também podem ter tido origens diversas.

Outras peças avulsas que entretanto localizámos não serão tratadas aqui porque estão absolutamente desenquadradas. Apenas acrescentamos notícias das grades da tribuna, em número de duas, que não parecem ser a totalidade (há pelo menos registo de 5, totalizando 13 500 réis); são, como os cadeirais, de madeira exótica e nos balaústres repete-se o mesmo desenho fino e miúdo.

- A fachada da igreja

A fachada da Igreja erguia-se entre dois corpos simétricos; do lado esquerdo, duas fiadas de janelas, perfeitamente alinhadas, davam luz aos Coros e ante-Coros, do lado direito, o mesmo número de janelas, em outras tantas fiadas, alumiavam a nave e a capela mór. Fechava o ângulo

---

[597] Idem, *Ibidem.*

[598] Idem, *Ibidem.*

nascente uma construção em tudo idêntica, mas com funções diversas; inclusivamente o piso térreo esteve alugado como armazém.

Das janelas, semelhantes às que dão vida às monótonas paredes do Paço episcopal, pouco há a dizer, para além das da linha superior com sanefas rocócó. Outros edifícios portuenses as tiveram, como o desaparecido convento de São Domingos. Quanto às quatro aberturas que ladeavam a frontaria, as duas inferiores eram cegas e foram primitivamente destinadas a portas que se não efectivaram. Ostentavam timpanos furados por óculos ovais, sobrepujados por molduras lavradas piramidais com volutas. As duas de cima, alinhadas com elas, tinham medalhões circulares incluídos nas molduras arqueadas e recortadas que lhes davam um ar de espelhos venezianos . Formavam dois conjuntos espartilhados por pilastras fingidas que cortavam verticalmente a fachada, formando dois panos estreitos encimados por cristas de frontões partidos e cujo desenho acompanhava as dos das decorações superiores do janelão sobre o portal e do nicho por cima dele. Estes artifícios arquitetónicos acentuavam o efeito visual da esguia frontaria, projectando-a ainda mais para a frente como se fora uma boca de cena.

Apesar de apenas visível a duas dimensões (em registos de muito má qualidade), perdendo muito do impacte tridimensional, ainda se consegue ter uma ideia razoável do seu aspecto. Desenvolvia-se em quatro planos cortados horizontalmente, dos quais os dois mais elevados eram curvos, terminando numa cornija aguda .De semelhante concepção é a parte superior da fachada do hospital de São Marcos, em Braga, riscada quatro anos depois por Carlos Amarante.[599] O esquema dos dois andares mais baixos repetia-se em dois pares de colunas geminadas, de fuste liso com capitéis talvez compósitos, se foram iguais aos do Recolhimento do Ferro (a nitidez deixa muito a desejar), ligadas por frontões partidos . De resto, o grupo arquitetónico do andar térreo é comparável ao do referido Recolhimento, embora este padeça da imponência daquele e foi durante muito tempo atribuído ao mesmo arquitecto[600]. Os elementos decorativos, para além das cercaduras das janelas e portas de sabor rocócó, ficavam por conta das grinaldas e dos vasos floridos que rematavam as cornijas superiores e dos enrolamentos que escorriam lentamente pelas ilhargas superiores deste monumental retábulo. A platibanda, ornada de balaústres de pedra, que percorria o perímetro do telhado cortava visualmente o cenário, realçando os elementos centrais. A torre quadrada ostentava quatro relógios inseridos ao nível da cornija, tornando-a curva, equilibrando simetricamente o correr do gradeamento de pedra e os arcos das janelas dos sinos. Nos vértices havia fogaréus dos quais subsiste um (Fig.46 anexos). O fecho era

---

[599] GONÇALVES, Flávio, *Um século de Arquitectura e Talha no Noroeste de Portugal*, in Bol.Cultural da CMP, Porto, 1969, p.170.

[600] Hoje pode atribuir-se um nome ao responsável por esta obra, Manuel dos Santos Porto vizinho de Manuel Álvares (eram ambos de Santa Cruz do Bispo) graças às investigações do Prof. Doutor Joaquim Ferreira-Alves

uma cúpula bolbosa com óculos, apoiada no que parecia ser um tronco de pirâmide quadrangular de arestas cavadas e recurvadas, tudo muito mais assente em linhas sinuosas e curvilíneas do que em profusas decorações, como a lembrar os últimos sopros do Barroco que, ostensivamente anti-clássico, acabou varrido por ele na estética britânica e nos trabalhos de Carlos Amarante[601] .

O mosteiro de São Bento de Avé Maria iniciou o seu último ciclo, como o derradeiro bastião de uma moda já fora de moda. Brilhou como nunca e deixou indeléveis recordações, mas os ventos da Fortuna traçaram-lhe, ainda no berço, o seu destino com o local de implantação. A conjuntura política dos inícios do século XIX, que devastou todo o século ofuscou-se com a refulgência do ouro das Ordens Religiosas e imbuída de conceitos heróicos, remotos e por isso nebulosos cortou rente a cepa monástica que mercê de alguma seiva ainda vicejou, secando lenta e inexoravelmente.

- A ameaça do fim

A burguesia portuguesa e em especial a portuense estava muito mais sensível ao lucro que à arte e desta apenas a medieva, reflectida no "romão" ou no gótico. Tudo o resto eram maneirismos efeminados importados da "estranja". Por outro lado, perdida a liderança económica em favor da capital, o Porto buscava a todo o transe forma de mostrar ao alfacinha o peso dos seus dobrões de ouro ciosamente guardados debaixo do colchão. Entretanto, a sociedade voltejava em torno de uma comunidade inglesa, instalada sobriamente e indiferente às modas bárbaras locais que começava a espalhar a sua forma de comodidade e de funcionalidade. Curiosamente, não foi um súbdito de sua majestade, mas um cidadão da república frígia que deu o mote para o arrazamento do velho mosteiro. Hipolito Baère, arquiteto francês, concebeu então a brilhante ideia de ganhar projecção proficional à custa da ambição nortenha. Semeada, tal ideia rapidamente germinou, demonstrando-se indestrutível a qualquer herbicida que se arrogasse capaz de a aniquilar. A sua acção foi rápida e absolutamente letal, ainda que a vitória viesse depois a ter um sabor amargo.

Estava o Mosteiro descansadamente gozando os últimos raios de sol da sua vida monástica e sem cuidar que o futuro lhe traria grandes inconvenientes, que não fosse a inevitável ruína que o tempo tornaria veneranda, na sequência do documento que passamos a citar :"*Declararão os peritos que o mencionado Convento não pode ser descripto de huma maneira clara e evidente, com as diversas reintrancias e saliencias que elle tem e os seus dous claustros, o pateo exterior para o lado do poente, o grande pateo fronteiro à entrada para a Igreja pelo lado do Sul e extenção da Cerca e sua configuração, sem o auxilio de um plano typográphico, mas como seria*

---

[601] PEREIRA, José Fernandes, *Rocócó*, in Dic.da Arte Barroca em Portugal, Lisboa, 1989, pp. 416/421.

despendioso e o Edifício de que se trata é tão notável e os seos limites não estão no cazo de se puderem facilmente perder, porque do lado Norte confina com a antiga Muralha da Cidade e bem assim pelo lado do poente, e pelos de mais lados com a frente do Edificio, alem de demandar algum tempo o levar-se a effeito a planta por todos estes motivos accordaram todos os mencionados individuos que se mencionasse o seo valor em attemção ao estado em que se acha, o que os referidos Architeto (José Luis Nogueira) *e Louvado Manoel Moreira depois de maduro exame e operarem os calculos que para este mister se costumão fazer, disserão que o Edificio no Estado em que se acha com as diversas officinas annexas, tais como cozinhas, cazas de Cappelães, Cerca, Templo e Claustros puderião valer a soma de vinte e sinco contos de reis metal, entrando nesta avaliação as três propriedades juntas ao Templo, que tem os números dous e seis as quaes se achão arrendadas....*"[602]. Este documento é uma avaliação, segundo portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos feita em 5 de Agosto de 1858, feita na presença da Abadessa Ana Delfina d'Andrade. Não sabemos na sequência de quê, pois faz parte de documentos avulsos do AHMF e não se articula com qualquer outro. Pelo seu teor não parecia estar em causa o derrube de parte alguma do edifício[603]. É espantoso como o destino consegue sempre surpreender-nos.

Estranhamente, o referido documento inclui, como pertencentes ao conjunto, as Casas dos Capelães que nesta data haviam sido já alienadas, pela necessidade de fazer algum dinheiro para restituir os dotes às pupilas que não chegaram a noviças, por ordens régias. Igual destino tiveram os objectos mais valiosos do Mosteiro, hipotecados à Caixa Filial do Banco de Portugal e posteriormente leiloados por esta, na falta de provisão que os resgatasse.

Apesar da falsa tranquilidade veiculada por aquela avaliação, havia já em 1843/45 o município dado a primeira dentada no mosteiro. Invocando a indiferença da Abadessa (esqueceu ou ignorou convenientemente a incapacidade financeira com que se debatia a comunidade) para fazer obras nas escadarias (onde se fazia a feira) que circundavam parte do edifício e que, segundo a opinião pública, estavam em péssimas condições e ocupavam demasiado espaço, a Câmara retirou-as . No seu lugar colocou um gradeamento e no vértice implantou uma fonte considerada de grande utilidade para a população[604]. Assim, por um lado aplacou algumas iras de quem se viu privado do mercado diário, transferido para o Bolhão, e por outro lado provocou o gaudio dos comerciantes fixos que há muito reclamavam da concorrência.

---

[602] Eram propriedades na Rua do Loureiro

[603] ANTT, *AHMF,Processo Relativo à extinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto,*Cx 2037, Capilha 15.

[604] O desenho da fonte e uma panorâmica da sua implantação encontram-se em anexo.

- A execução

A Edilidade portuense tomou-lhe o gosto, e em 1886, um decreto declarava de suma urgência a expropriação do mosteiro. A partir daqui, tudo se tornou vertiginosamente suspeito[605], num país em que, ainda hoje, as decisões beneficiadoras para a população passam primeiro pelas políticas de conveniência. Entre 14 de Janeiro de 1887, em que o auto foi assinado pelo procurador da Câmara, Albano Miranda Lemos, e pelo procurador do Mosteiro, António José Pereira Osório[606], e Outubro de 1901, em que tudo jazia num monte indistinto de pedras, furou-se o túnel, colocaram-se linhas, construiu-se a gare. Pelo meio, constituíram-se e derrubaram-se ministérios, fizeram-se negócios suspeitos, fizeram-se promessas sem intenção de cumprir. Em torno daquele espaço, sempre tão cobiçado, agitaram-se várias entidades oficiais, vários departamentos dos mesmos organismos, volteando como urubus em volta da carniça. D.Maria da Glória Dias Guimarães acreditou sempre que São Bento protegeria o seu Mosteiro, mas também ele se cansou. Quando aquela última prelada exalou o derradeiro suspiro, em 17 de Maio de 1892 (teve ainda direito às exéquias na Igreja do mosteiro às 10 horas da manhã do dia seguinte[607]), a máquina trituradora avançou sobre aquelas pedras seculares, ainda o corpo não tinha arrefecido de todo. No dia 18, a tropa ocupou as instalações do mosteiro. São Bento partira para outras paragens!

O Estado pôs em leilão tudo o que podia produzir lucro, sem cuidar de prover um teto aos asilados, fossem os pobres ali socorridos, quer as próprias seculares que ainda ali se recolhiam. As talhas e os azulejos que escaparam dos escopros e martelos foram igualmente à praça[608]. Choveram pedidos para as melhores peças. A Ordem da Trindade pediu:" *o altar-mór com o retabulo e throno da Egreja do convento de Ave Maria bem como as ceiras e decorações do Côro superior d'esta casa religiosa recentemente extincta, visto o templo ter de demolir-se e esta Ordem não possuir meios sufficientes para decorar e concluir a actual egreja em que funciona e que é hoje uma das mais frequentadas d'esta cidade.*[609]"

---

[605] Um telegrama de 18 de Agosto de 1894 reza assim:"*Exmo.Presidente Conselho Ministros Lisboa – Peço ordens positivas terminantes para que o convento S.Bento do Porto seja entregue ao Director Caminho de Ferro Minho e Douro. Pede (?) instantemente Governador Civil do Porto por importantes motivos ordem politica.*" ANTT, *AHMF, Proc.Relat.à expropr.....*,Cx 2033, capilha3.

[606] O processo de expropriação encontra-se em anexo dispensando-nos de entrar aqui em pormenores.

[607] A notícia do falecimento e da missa de Corpo Presente foi publicada no Jornal de Notícias em 18 de Maio de 1892.

[608] ANTT, *AHMF, Processo Relativo à extinção .....*, Cx.2033, Capilha 2.

[609] Idem, *Ibidem*, Cx.2036, Capilha 10. (em10 de Outubro de 1892).

Com uma lei de 2 de Julho de 1867, o Governo declarara:" *construir e explorar por conta do Estado duas linhas ferreas que saiam da cidade do Porto e sigam, uma para Braga e outra até ao Pinhão*"[610], mas, apesar de ter tomado há muito como seu o Mosteiro de São Bento das Freiras, não parecia decidido a destruí-lo, e em 4 de Fevereiro de 1888 mantinha-se o impasse por onde passar aqueles ramais e dubiamente se dizia que a :"*...estação central nas proximidades da Praça de D.Pedro... sem prejuizo da conservação da egreja de S.Bento de Ave Maria..*[611]."

Mas a Associação Comercial Portuense não desistiu e nem os pedidos insistentes da Irmandade de São Bento, re-edificada no Mosteiro em 1879 , feitos à rainha D.Amélia, nem a intercessão desta em favor da obra em prol dos necessitados que ali se desenvolvia demoveu a ganância cega. Pelo mesmo caminho ficaram os apelos dos que se bateram pela manutenção da Igreja como monumento, enquanto outros, com grandes responsabilidades na cultura portuguesa, remavam em sentido contrário[612]. Nada conseguiu deter a insânia de um projecto de 10 vias (hoje ficou-se pelas 8) que transferiria de Campanhã 80% do seu tráfego. Do montante das despesas previsto de 7 528 600 réis se faria um lucro de 32 303 390 réis. A totalidade do investimento seria de 516 296 000 réis, com uma frequência diária de 12 comboios[613]. A imaginação lusitana é portentosa!

As razões apresentadas pelos defensores de tal projecto assentavam na certeza de *que "a população do Porto, estabelecendo a comparação entre os seus meios de transporte com os d'outras cidades* (leia-se Lisboa), *deve julgar-se com direito a melhoramentos identicos e em relação ao seu desenvolvimento progressivo*[614]." Na sequência do que o cidadão francês H.Baère declarava, *"...o desaterro e a demolição dos jardins e dos edificios do convento não são igualmente d'uma execução extraordinária*[615]". O que era particularmente difícil de resolver era a questão da colocação da Gare e dependências *"em um terreno d'uma configuração particular, encravado entre as ruas transversais da madeira e do Loureiro e sem possibilidade de qualquer modificação no perímetro da superfície a occupar pela plataforma geral da gare*[616]". Isto porque o modelo do cidadão Baère era *somente "a grande gare do caminho de ferro do Norte em Paris, construida em uma situação semelhante*[617]"; continuando, ele diz:" *Encontrei por esta forma o meio de projectar um edifício quasi monumental com uma fachada de 20 m de altura por 60 m de*

---

[610] "A Palavra", *A Estação Central e a Egreja de S.Bento de Ave Maria*, 1 de Março de 1888.

[611] Idem, *Ibidem.*

[612] Ramalho Ortigão numa carta à rainha D.Amélia pugna pelo desmantelamento definitivo.

[613] ANTT, *AHMF, Processo Relativo à extinção .....*, Cx. 2033, Capilha 3

[614] BAÉRE, H.de, *Projecto d'uma Estação Central*, Porto, 1887. p.1

[615] Idem, *Ibidem*, p.6

[616] Idem, *Ibidem.*

[617] Idem, *Ibidem.*

comprimento.[618]..". O difícil não era destruir todo o núcleo do mosteiro nem sequer o perfurar o maciço rochoso, o que ele previa era não ter espaço para a sua megalomania. Então, o maior problema pôs-se quando foram publicadas as primícias do contrato de exploração da linha que o arquiteto franco propôs ao governo português. Este fazia os trabalhos de demolição e custeava as expropriações enquanto que ele o "mestre", faria a obra em quatro anos com uma concessão de 50 contos de réis e o que fosse acima disso repartir-se-ía entre ele e o governo. Entretanto, os mais avisados deitavam contas à vida e viam que o investimento excedia já em muito o previsto e as obras em marcha já desde 1879 não produziam nada que se visse. O francês também parece que não pois pegou nas bagagens e passou-se para o Brasil[619]. Tal como hoje, orçavam-se projectos megalómanos, prevendo custos muito inferiores aos reais como modo de influenciar favoravelmente as opiniões e as decisões.

Vários foram os balões de oxigénio injectados em todo o processo, devido às contradições em que se enredou, e em Abril de 1894 parecia que tudo ía acabar em bem, pelo menos para o que restava, porque a Irmandade, julgando.-se segura escreveu o seguinte:" *julga a irmandade dever lembrar a Vossa magestade que a sua Igreja esteve condennada a ser demolida quando planeavam construir uma estação Central identica a do Rocio em Lisboa..." "...faltando os recursos, o Ministro Senhor Bernardino Machado depois de submeter ao Conselho Superior de Obras Publicas o plano da estação apresentado pela Irmandade*[620] *decidiu construir uma Estação Modesta mas ampla, poupando a Igreja e edificios da Irmandade...*". Foram contudo despejados nesse mesmo Verão[621]!

Parece realmente que o principal travão à prossecução do projecto foi a grave crise económica que se abateu sobre o país na década de 90, que reforçou favoravelmente a tenaz resistência à desocupação do Mosteiro, apesar das demonstrações de utilidade pública da obra. *"Por isso as primeiras empreitadas experimentaram um frenesim necessário à estratégia expressa de viabilizar o empreendmento, de modo que fosse materialmente impossível o seu insucesso ou paralização..."*[622] Também faltava a mão-de-obra.

---

[618] Idem, *Ibidem.*

[619] "*A Palavra*", 21 de Julho de 1893, p.1.

[620] Numa tentativa desesperada de salvar o que restava, a parte sul: Igreja, Coros e anexos a Irmandade encomendou um estudo de viabilização da estação, contemplando aquelas dependências e que pareceu ter sido aceite. Pura ilusão, de que de resto parecia estar ciente.

[621] ANTT, *AHMF, Processo Relativo à extinção .....*, Cx.2036, Capilha 10

[622] CARVALHO, António Cardoso Pinheiro de, *O Arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte. Texto policopiado, Vol.1, Porto,1992,pp. 135/136.

Apesar dos avanços e dos recuos, as autoridades nortenhas não tinham, como exposto, a mínima intenção de desistir e, quando em Maio de 1892 a abadessa exalou o último suspiro (talvez cansada de esperar socorro do Patriarca), o Governo Civil contactou o conde de Samodães, simultaneamente inspector da Academia Portuense de Belas Artes[623] e prior da Irmandade de São Bento, para que na primeira qualidade nomeasse pessoa idónea para recolher o espólio mais representativo (a dar entrada no acervo nacional) e na segunda qualidade procedesse à entrega do património que se encontrava à guarda da referida Irmandade, à Confraria do Santíssimo Sacramento de Cedofeita.

Muito se bateu esta ilustre personagem pela preservação da Igreja e Coros, sustentando nos jornais portuenses dura batalha que, diga-se em abono da verdade, pressentia perdida. Segundo ele, do Mosteiro pouco haveria que aproveitar, mas o Coro Alto da Igreja, "*uma das melhores e mais vastas do Porto*", tinha "*alguns frescos de merecimento que se perderão se se concretizar o plano*"[624]. Nesse sentido promoveu uma última tentativa de obstar ao irreversível: apresentou um projecto alternativo (de Alberto Álvares Ribeiro) que colocava a Estação voltada para a rua do Loureiro. Bernardino Machado (ministro das Obras Públicas) hesitou provavelmente mais sensível às razões de assistência pública (estava instalado nos anexos do Mosteiro um dispensário para crianças pobres, designado da rainha D.Amélia)I do que às razões patrimoniais e culturais.

A planta, no entanto, não preenchia as ânsias de grandiosidade preconizadas pela cópia da gare de Paris. A demolição avançou e o dispensário mudou-se para Santa Clara[625].

A Confraria do Santissimo Sacramento de Cedofeita e a Colegiada tomaram conta da maioria do espólio, incluindo as pedras que chegaram a ser marcadas e numeradas para ali se reconstruir a Igreja. Para lá foram alfaias, mobiliário e objectos de talha *"o remanescente, após algumas cedências, foi para o Dispensário*[626]*"* referido.

O autor de um artigo inserido no jornal "*A Palavra*" de 29 de Novembro de 1893, espanta-se de tal projecto, porque segundo ele a Igreja de São Bento de Avé Maria era demasiado grande para as ambições daquela freguesia:55 metros de comprido por 11 metros de largo e com paredes de 5 metros de espessura, ocupando uma área de 1 100m2. Avaliava-a o articulista em 300 contos de réis, enquanto outro mais modesto e uns meses antes (Junho) lhe atribuíra apenas 200, incluindo

---

[623] Idem, *Ibidem*, p.138.

[624] Idem, *Ibidem*, p.139.

[625] Idem ,*Ibidem*, p.142.

[626] Idem, *Ibidem*, p.145.

no rol, além da Igreja, a sacristia, a casa das escolas e os materiais. Nenhum se lembrou de contabilizar a incalculável perda do interior e da memória ali encerrada. Também não iria adiantar muito!

Quando D.Maria da Glória Dias Guimarães se despediu deste mundo, em Maio de 1892, o Mosteiro albergava ainda 24 recolhidas, distribuídas da seguinte forma: 5 no serviço do Côro, 2 seculares e 17 criadas. Cada uma ocupava duas celas, uma para dormir e outra para serventia de cozinha. Com os sobejos alimentares sustentavam 20 indigentes, um dos quais ali se amparara ao longo de 13 anos[627]. Quais terão sido os seus destinos?

Para rematar, apenas uma pequena notícia publicada no final desse ano de 92:

"*Mosteiro de S.Bento da Ave Maria*

As senhoras do côro d'este mosteiro que há 6 mezes e meio estão desempregadas e por esse motivo lutando com bastantes dificuldades para o seu sustento, pedem às bondosas senhoras d'esta cidade se lembrem d'ellas, em lhe mandar trabalho, d'onde possam ganhar alguma cousa. Encarregam-se de toda a obra branca, tanto de senhora, como de homem e creança. Procurar no mesmo mosteiro por.

Maria da Natividade Xavier Pinto"[628]

- A inconstância dos tempos e dos homens

Marques da Silva fez o risco da actual "Estação Central do Porto", como fez o da Igreja de Cedofeita que o tempo dos homens reduziu a uma vaga memória.

O primeiro projecto para a estação de São Bento, elegante, todo de ferro e de vidro, revelou-se demasiado amplo (o espaço de que dispunha a sua congénere parisiense deveria ser bem maior). Marques da Silva procedeu, então, às adaptações necessárias, comprimindo o corpo central e procurando enquadrar a estrutura metálica em dois pilares de cantaria[629]. Os burgueses do Porto, no seu inimitável sentido prático e funcional, mostraram-se muito mais sensíveis ao espaço do que à estética e torceram-lhe os veneráveis narizes; havia demasiada área desperdiçada. As

---

[627] "*O Comércio do Porto*", 30 de Maio de 1892, p.2.

[628] Idem, *Ibidem*, 10 de Dezembro de 1892.

[629] CARVALHO, António Cardoso Pinheiro de, *o .c.*, p.148.

alterações que lhe introduziram foram de tal ordem que desvirtuavam por completo o traçado, ao ponto de o arquitecto preferir reformular tudo de novo[630], apresentando a massa compacta "à romana", símbolo do maciço das mentes ocupadas nos negócios, não esquecendo inclusivamente as cornucópias, que pontuam, lateralmente, no telhado. Foi aprovado em 1903[631].

Da utilidade do projecto falará um futuro mais ou menos próximo. Os turistas que ali se deslocam vão em busca dos magnificos azulejos de Jorge Colaço que contam algumas cenas heroicizadas da História Pátria, na perspectiva de uma época que não cuidou de preservar as outras e pretendeu dar delas a sua visão peculiar. Muitas serão hoje as opiniões contra aquele tipo de arte e do que ela representa, no entanto todos os fragmentos, quer se goste ou não, fazem parte de um todo, ainda que o conjunto possa parecer parodoxal!

---

[630] Idem, , *Ibidem*, vol. 2, pp.308/310.

[631] Idem, *Ibidem*.

CONCLUSÃO

Termina aqui a História que por ora se pode contar do Mosteiro de São Bento de Avé Maria ou da Encarnação do Porto, mais conhecido na cidade como o Mosteiro das Freiras de São Bento ou Freiras Bentas. As conclusões gerais são as mesmas para todas as instituições monásticas que sucumbiram na evolução dos tempos, engolidas pelas contradições que geram a História. Apesar de as condenarmos, acabamos por cair inevitavelmente noutras porque aquelas de que somos avisados se não repetem.

Iniciado no século XVI, já no ocaso do reinado de D.Manuel I, que de resto o não veria concluído, embora o desejasse (o monarca mandara mesmo que João Lopes metesse mais pessoal), o mosteiro deve ter começado pequeno, austero e espartano. A marca do seu fundador ficou talvez impressa nalguns apontamentos que dentro do possível caracterizaram o estilo "manuelino", nitidamente como decoração sobre o gótico ainda estruturalmente convicto. O Destino sempre presente no seu percurso deu-lhe as formas da Renascença que se adivinham somente na conjuntura política e social. Enfermou de doenças de construção por não ter tido mão experiente que a gizasse. No entanto, o que lhe faltou em importância externa, apesar da preocupação régia de que a pedra fosse da melhor, ganhou-o posteriormente em grandeza interna, pois as suas habitantes foram oriundas da nata fidalga, ao ponto de no burgo o epíteto de senhoria se dar exclusivamente ao Bispo e à Abadessa de São Bento[632]

No século XVII seguiu o mostero o caminho de tantos outros. Das suas preladas, umas marcaram mais ou menos a sua passagem, mas nenhuma ficou indiferente à necessidade de engrandecer a "sua" casa, competindo todas entre si na forma de deixar vincada a sua prelacia. Acompanhou os caminhos do barroco, vestiu-se de ouro, desfez o "velho" para refazer de novo. Quis crescer, mas o espaço acanhado não permitiu voos largos, projectou-se para a frente e foi-se estendendo para trás. Acentuou a perspectiva com uma imponente escadaria. Sofreu vários incêndios, uns mais graves que outros, mas sempre sem consequências de maior; arderam dependências, celas, mas sempre se foi bastando. A protecção régia e a sombra da Igreja permitiu-lhe viver sem cuidados até finais do século das "Luzes", em que a luz do último incêndio pareceu iluminar duplamente o seu futuro. Todo o passado de opulência e magnificência terminou na madrugada de 10 de Outubro de 1783. Fechou-se um ciclo e abriu-se o derradeiro. A Fénix renasceu das cinzas alegremente, voltando-se para uma nova arte mais aberta e luminosa, mais palaciana e menos

---

[632] DIAS, Francisco, *Memorias Quinhentistas dum Procurador del-rei no Porto*, CMP, Porto, 1938, p.15.

claustral, porque as ideias são como os ventos e nada as detém, nem a espessura dos muros. Por isso mesmo entraram desastradamente com a forma do invasor. Não lhe tremeram as paredes sob as hordes do "Maçon" como não haviam tremido sob o terramoto. O Mosteiro encolheu-se sobre si, protestou serena, energicamente, vestiu-se de luto, apagando as suas luzes, recolheu-se nas celas e por lá ficou, criando hábitos bem diversos dos que haviam presidido à sua fundação. Tornou-se mais casa de recolhimento que de clausura, tornou-se uma imensa ilha dentro do burgo. Esqueceu-se do mundo que dele se não esqueceu, olhando-o como um foco infeccioso. A localização geográfica que fizera dele a almenara do fundador fez dele a prisão privilegiada do descendente (D.Pedro ali "instalou", sob a sua mira, as suspeitas de subversão). Sofreu os horrores do cerco, arrostou com as consequências da má vontade dos políticos e das lutas intestinas devido às limitações humanas e descobriu um dia que os tempos tinham mudado e que as senhorias que abrigava no seu seio nada mais significavam que umas pobres reclusas fechadas, à mingua de sol e em breve à mingua de pão.

A falta do pagamento das rendas foi esgotando as reservas, a proibição dos noviciados fechou a torneira financeira que ia pingando, secando também o sangue que alimentaria o futuro. De repente, a enorme massa granítica começou também a ceder, a abrir brechas, a mostrar os sinais da passagem do tempo. De fora pouco se adivinhava, apenas o passado continuava a falar por si. O Estado senhor absoluto do património e reivindicando a responsabilidade pelo bem colectivo, mas na ausência de um plano económico eficaz e na falta crónica de meios financeiros, continuava a alienar responsabilidades, apontando o dedo às instituições religiosas como as causas fundamentais do descalabro político.

Provou-se que tinha alguma razão. Mas não é nunca uma razão apenas a causa que fundamenta a incapacidade governativa em tempos de mudança, de confusão e de oportunismo. Quando tudo retoma ao seu lugar, as convulsões trituraram irrevogavelmente instituições, estruturas e pessoas.

O Mosteiro de São Bento pareceu aparentemente vogar à tona das águas agitadas, parecia que algo o segurava. Viveu o romantismo tão peculiar do Porto, ligou-se indelével e parodoxalmente a Camilo e a Junqueiro que ali versejaram nos célebres abadessados, o último dos quais em 1871, na eleição de Ermelinda Doroteia que se sentara na cadeira abacial, pela primeira vez em 1863, cumprindo vários mandatos seguidos até 1883. Haveria já falta de gente, o que não obstou ao brilho da festa da eleição com direito a doces, licores e brejeirices. Do repertório deixou Firmino Pereira uma vasta descrição; 3 noites repletas de concertos musicais, congregando os mais

consagrados compositores[633] coevos e executantes de nomeada a fazer ouvir composições muito profanas, entre árias de ópera, berceuses e fantasias dos autores da moda. Toda a cidade se associou ao "canto do Cisne", que cantou bem alto.

É com essa descrição que com muita pena abandonamos por agora o tema:" *Nas tres festivas noites, no vasto espaço que da rua do Loureiro dava para o locutorio e para a portaria do mosteiro, alinhavam os trens e as cadeirinhas, aguardando os convidados. Nas grades, abertas, apesar do frio das noites outonaes, ardiam ricas serpentinas de prata. E lá dentro, na sala de entrada e no pateo, com profusão se serviam em aparatosos taboleiros cobertos de finas e rendadas toalhas, os manjares, os pasteis, as trouxas de ovos, os ovos em fio, os rebuçados, os vinhos generosos, o chá, as loiras fatias de pão de ló, todas as guloseimas que tão delicadamente se fabricavam nas vastas e bem providas cosinhas dos mosteiros. As criadas andavam em uma roda viva, lepidas e amaveis, acudindo solicitamente a todos que reclamavam os dôces magnificos dos seus ricos taboleiros.*"[634]

Félix Ramos também ali estadeou entre os mais boémios e azougados. O que sentiu anos volvidos capitaneando a equipe que exumou muitas daquelas que alegremente o receberam, fica expresso nesta frase: *"Pobres monjas! Como eu respeito a vossa memoria, e adoro a vossa sombra que, dia a dia, se vai esmaecendo no vago crespusculo d'este outuno da vida!"*[635].

No Porto de hoje não deve existir quem tenha conhecido o Mosteiro de São Bento de Avé Maria, poucos os que dele ouviram falar e em ínfimo número os que, cruzando diariamente a Praça de Almeida Garrett na pressa de chegar a qualquer lado, pois aquele é ainda o caminho mais rápido e directo para atravessar a cidade, nos mesmos sentidos de há 400 anos, sabem que ali naquele local paira ainda um fantasma, não completamente exorcizado, nas bocas escancaradas da Estação Ferroviária que vomita multidões apressadas, ansiosas por dele se afastar em cada manhã, mergulhando rapidamente no caos em que se transformou o Largo das Freiras, onde o mercado diário, barulhento e colorido trazia um pouco de agitação à pacata cidade do Porto.

---

[633] Um dos mais insignes compositores nortenhos, António da Silva Leite foi assíduo animador musical destas festas que uma vez em cada três ano unia a comunidade religiosa à mundana durante vários dias e noites. Até à sua morte ocorrida em 1833, destacou-se pela sua versatilidade, deixando ao Mosteiro muitas das suas partituras, hoje recolhidas na Biblioteca Nacional. JUNIOR, Bernardo Gabriel Cardoso, *Entrada da 5ª Brigada do Exército Português no Porto*, Douro Litoral, Porto, 1954, p.29.

[634] PEREIRA, Firmino, *O Porto d'outros tempos*, Porto, 1914, p.18.

[635] MIRANDA, Ana Paula, *o. c.*, p.229.

Pela parte que nos toca, passamos a sentir um frémito sempre que pela mesma razão de muitos somos obrigados a atravessar o espaço outrora ocupado pela frontaria do Mosteiro. Quando por alguns instantes ali permanecemos devido a necessidades de tráfego, acode-nos estarmos a violar o espaço monacal.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV.

ARTE SACRA NOS ANTIGOS COUTOS DE ALCOBAÇA, IPPAR, s/l, s/d.

COMEMORAÇÕES DO 4° CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE S.BENTO DA VITÓRIA, Catálogo da Exposição, Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1997.

- *Actas*, Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1997.

DICIONÁRIO DA ARTE BARROCA, 1ª. Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DA IGREJA EM PORTUGAL, 3 vols., Editorial Resistência, Lisboa, s/d.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, 6 vols., Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.

DO TARDO-GÓTICO AO MANEIRISMO NA GALIZA E PORTUGAL, Fundação Kalouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, s/d.

HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGUAL, 20 vols. Publicações Alfa, Lisboa, 1986.

HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA, 3vols., Círculo dos Leitores, Lisboa, 1995.

HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO, 3 vols., Porto, 1963.

LELLO UNIVERSAL – Dicionário Enciclopédico, 2 vols., Lello Editores, Porto, 1997.

MONGES E RELIGIOSOS NA IDADE MÉDIA, Terramar, Lisboa, 1996.

NOVA MONOGRAFIA DO PORTO, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1938.

ABREU, Suzana Matos, *A Docta Pietas ou Arquitectura do Mosteiro de São Salvador – 1537/1692*, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1999.

AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no século XVI, Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1998.

ALVES, Alfredo, *A festa do Natal no Convento da Avé Maria em 1880*, in O Tripeiro, Maio, nº68,2ºano, Porto, 1910.

ALVES, Artur da Mota, *O Convento de Avé Maria do Porto*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol.II, fasc. II, Porto, 1939.

- *O Convento de Avé Maria do Porto*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol.V, fasc.2, Porto, 1942.

ALVES, Joaquim Freitas, *A Procissão de Terca-feira Santa no Porto*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol.IV, fasc.2/3, Porto, 1941.

ANDRADE, Monteiro de, *Plantas Antigas da Cidade (séculos XVIII e primeira metade do século XIX)*, Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto, XI, CMP, Porto, s/d.

- *O Convento de Avé Maria de São Bento e a Estação Central de Caminhos de Ferro do Porto*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXV, fasc.1/2, Porto, 1962.

ARAÚJO, José Rosa, *Como viviam as Freiras de São Bento (século XVIII)*, in Aurora do Lima (ns.49/56), Viana do Castelo, 1942.

ARPHE Y VILLAFAÑE, Juan de, *De Varia Conmensuracion para la Escultura y Arquitectura*, Francisco Sanz impressor del Reyno, Madrid, 1675.

ASSUMPÇÃO, Lino, *Frades e Freiras, Crónicas Monásticas*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1983.

- *Dicionário de Termos d'Arquitectura*, Antiga Casa Bertrand, Lisboa, s/d.
- *O Convento da Avé Maria no Porto e a sua Fundação*, in O Tripeiro, 1 Setembro, nº79, 3º ano, Porto, 1910; 10 Setembro, nº80, 3ºano, Porto, 1910; 1 Outubro, nº82, 3ºano, Porto, 1910.

ATANAZIO, M.C. Mendes, Editorial Presença, Lisboa, 1984.

AZEVEDO, Maria José Coelho de, *A Igreja Matriz de Valongo – Arquitectura 1794/1836*, 2vols., (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1999.

AZEVEDO, Rogério, *Mestre Marques da Silva*, in O Tripeiro, Novembro, n°11, VI série, ano IX, Porto, 1969.

AZCARATE, Andres, *La Flor de la Liturgia*, Curso Ilustrado de Liturgia, Nueva Edicion Enriquecida com Extractos de la Enciclica "Mediator Dei", 6ª. edicao, Editorial Pax, Madrid, 1951.

BAÈRE, Hypolyte de, *Projecto de uma Estação Central*, Typographia de António José da Silva Teixeira, Porto, 1887.

BANGO, Isidro, *El Monasterio Medieval*, Grupo Anaya, Madrid, 1990.

BAZIN, Germain, *Reflexions sur l'Origine et l'Evolution du Barroque dans le Nord du Portugal*, in Belas-Artes, 2ª. séerie, n°2, Lisboa, 1950.

BESSA, Alberto, *Guloseimas d'outros tempos*, in O Tripero, Agosto, nº108, 3ºano, Porto, 1913.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DO PORTO, 3ªsérie, nº11, Porto, 1993.

BONET CORREA, Antonio, *El Fronton Invertido*, in Bracara Augusta, vol. XXVIII, n°s. 63(75), Braga, 1973.

BORGES, Nelson Correia, *Do Barroco ao Rocócó*, in História da Arte em Portugal, vol.9, Lisboa, 1986.

- *Arte Monástica em Lorvão, Sombras e Realidade*, 2 vols., (Dissertação de Doutoramento, Texto policopiado) FLUC, Coimbra, 1992.
- *A Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna*, in Museu, IV serie, n°7, Porto, 1998.

BRANCO E NEGRO, Semanário Ilustrado, 2 tomos, Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, 1896/97.

BRANDÃO, Domingos de Pinho, *Alguns Retábulos e Painéis de Igrejas e Capelas do Porto*, Documentos e Memórias para a Historia do Porto, XXXII, CMP, Porto, s/d.

- *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e Diocese do Porto*, 4 vols., séculos XV/XVIII, Porto, 1984/1986.

BRAZIL-PORTUGAL, ano II, 16 Setembro, nº40, s/l, 1900.

CALDAS, José, *Um Outeiro Celebre 1760/1804*, in Lusa, Junho, ano II, n°31, Viana do Castelo, 1918.

CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *Abadessas, Prioresas e Subprioresas no Convento de S.Bento da Avé Maria nos séculos XVI e XVII*, in O Tripeiro, série nova, n°10, ano VI, Porto, 1987.

CARVALHEIRA, Pe. José do Vale, *Nossa Senhora na História e Devoção do Povo Português*, Edições Salesianas, Porto, 1988.

CARVALHO, António Cardoso Pnheiro de, *O arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*, 3 vols., (Dissertação de Doutoramento, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1992.

CASTRO, Marília João, *Reflexos e Iconográficos da Sessão XXV do Concílio de Trento nas Constituições Sinodais Portuguesas*, in Museu, IV serie, n°5, Porto, 1996.

CHAVES, Luis, *Os Presépios do Porto*, in O Tripeiro, Dezembro, n°12, VI serie, ano III, Porto, 1963.

CIDADE (A) DO PORTO NA OBRA DO FOTÓGRAFO ALVÃO, 1872/1946, Edição da Fotografia Alvão, Porto, 1993.

COCHERIL, Maur, *Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1972.

COELHO, J.J. Gonçalves, *O Porto Antigo*, in Portugal Artístico, 1ª. série, Livraria Magalhães & Moniz, Porto, 1905.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XI*, Câmara Municipal de Arouca, Arouca, 1988.

COUTINHO, B. Xavier, *Fontes e Chafarizes da Cidade do Porto*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol.XXXII, fasc.3/4, CMP, Porto, 1969.

- *Orgãos, Organeiros e Organistas da Cidade do Porto*, in Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, n°1, 2ª. série, Porto, 1971.

COUTO, Pe.Luis de Sousa, *Memoria Histórica e Crítica dos Forais da Cidade do Porto e seu Termo Velho*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, CMP, Porto, 1941.

CRUZ, Antonio, *Alguns Documentos Medievais do Cartório de São Bento de Avé Maria*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. VIII, fasc.1/2, CMP, Porto, 1945.

- *Alguns Fundamentos Economicos e Sociais da Renovação Artística Seiscentista na Ordem Beneditina*, in Bracara Augusta, vol.XXVII, n°63(75), Braga, 1973.

DIAS, Francisco, *Memórias Quinhentistas dum Procurador del-Rei no Porto*, Documentos e Memórias para a Historia do Porto, IV, CMP, Porto, 1938.

DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho, *Os Beneditinos Portugueses e a Missão*, Braga, 1984.

- *São Bento da Vitoria: Quatrocentos Anos da Fundação do Mosteiro*, in O Tripeiro, Junho/Julho, n°s.6/7, 7ª. série, ano XVI, Porto, 1997.

DACIANO, Bertino, *O Porto e a Província do Douro Litoral*, Liga de Profilaxia Social, Porto, 1962.

DIAS, Manuel, *Saborosas guloseimas fabricadas como especialidade em Conventos*, in O Tripeiro, Janeiro, 3ªsérie, 2ºano, Porto, 1927.

DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

ENES, Maria Fernanda, *As Confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da Cultura Barroca*, I Congresso Internacional do Barroco, Actas, I vol., Porto, 1991.

ESPANCA, Túlio, *Évora*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

FARIA, Manuel, *Música em Braga no século XVIII*, in Bracara Augusta, Tomo III, vol. XXVIII, n°s.65-66 (77-78), Braga, 1974.

FELGUEIRAS, Guilherme, *Guerra Junqueiro; a ironia no noviciado*, in O Tripeiro, Março, nº3, VI série, ano I, Porto, 1961.

FERNANDES, J.Alberto V. Rio, *Porto Cidade e Comércio*, in Documentos e Memórias para a Historia do Porto, vol.LI, CMP, Porto, 1997.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos, *Os Livros Notariais como Fonte para o Estudo dos Conventos Femininos do Porto no Antigo Regime*, in Revista de História da Universidade do Porto, vol.XI, Porto, 1991.

- *Os Últimos dias de Monchique*, in Revista da Faculdade de Letras, II série, vol.X, Porto, 1993.

FERRANDO ROIG, Juan, *Iconografia de los Santos*, Ediciones Omega, S.A, Casanova 220, Barcelona, 1950.

FERREIRA, Mons.J.Augusto, *Memórias Arqueologico-Historicas da Cidade do Porto, séculos XVI/XX*, Tomo II, Livraria Cruz, Braga, 1923.

FERREIRA, Pe. Manuel Avelino, *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora do Terço*, Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1982.

FERREIRA, Seomara da Veiga, *Crónica Esquecida de El-Rei D.Joao II*, Presença, Lisboa, 1995.

FERREIRA-ALVES,J.Jaime, *As Alfaias de Prata Beneditinas no Inventário de 1776*, Braga, 1979.

- *Aspectos da Actividade Arquitectónica no Porto na segunda metade do século XVII*, in Revista da Faculdade de Letras (História), II série, vol.II, Porto, 1985.
- *O Porto na Época dos Almadas. Obras Públicas,* 2 vols., Porto, 1988.
- *As Duas Igrejas do Mosteiro de S.Bento de Avé Maria do Porto,* in I Congresso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y America, 1492/1992.
- *Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (séculos XVII/XVIII),* in Revista da Faculdade de Letras (História), II série, vol. IX, Porto, 1992.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca*, 2 vols., Documentos e Memórias para a História do Porto, XLVII, CMP, Porto, 1989.

- *De Arquitecto a Entalhador, Itinerário de um Artista nos séculos XVII e XVIII*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, I vol., Porto, 1991.
- *A Talha do Porto, do Maneirismo ao Rocócó,* Direcção dos Museus, Património Histórico e Artístico, CMP, Porto, 1992.
- *A Apoteose do Barroco nas Igrejas dos Conventos Femininos Portugueses*, in Revista da Faculdade de Letras (História), II série, vol.IX, Porto, 1982.

FONSECA, António Guedes, *Apontamentos para a História da Estação de São Bento (Porto)*, in Douro Litoral, 6ª.série I-II, Edição da Junta de Província, Porto, 1954.

FRANÇA, Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 vols. Bertrand Editora, 3ª.edição, Lisboa, 1990.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, *O Báculo de São Bento da Avé Maria*, Porto, 1966.

GAMA, Arnaldo, *A Última Dona de São Nicolau*, Livraria Simões Lopes, Porto, 1950.

- *Um Motim há Cem Anos*, 2ª.edição, Livraria Tavares Martins, Porto, 1950.

GARRETT, Antão de Almeida, *Aquedutos, Fontes e Chafarizes do Velho Porto*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXIV, fasc.1/2, CMP, Porto, 1961.

GONÇALVES, António M., COUTO, João, *A Ourivesaria em Portugal*, Livros Horizonte, s/l, s/d.

GONÇALVES, Flávio, *José da Mota Manso*, in O Tripeiro, Julho, n°7, VI série, ano V, Porto, 1965.

- *O Vestuário Mundano de algumas Imagens do Menino Jesus*, in Revista de Etnografia, vol.IX, tomo I, Julho, Porto, 1967.
- *Um Século de Arquitectura e Talha no Noroeste de Portugal,* in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXXII, fasc. 1/2, Porto, 1969.
- *A Capela de Talha da "Árvore de Jessé" da Igreja de São Francisco do Porto,* in O Tripeiro, Abril, n°4; Maio,n°5; Junho,n°6; Julho,n°7; Agosto, n°8; Setembro, n°9, VI série, ano XI, Porto, 1971.

- *Os Azulejos da Sé do Porto*, in Revista da Faculdade de Letras (História), II série, vol. IV, Porto, 1987.
- *Iconografia e Crítica, História da Arte,* Colecção Arte e Artistas, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Porto, 1990.

GRAVE, João, *O Porto de há cincoenta annos*, in O Tripeiro, Agosto, nº77, 3º ano, Porto, 1910.

GUIA DE PORTUGAL, *Entre Douro e Minho, Douro Litoral*, 4ºvol.,3ª.ediçao, Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

GUIMARÃES, Agostinho, *Azulejos Artísticos de Guimarães (séculos XVI,XVII e XVIII),* s/l, 1983.

GUSMÃO, Artur Nobre, *A Real Abadia de Alcobaça*, Editora Ulisseia, Lda., Lisboa, 1948.

HAUPT, Albrecht, *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, 1ª.edição, Presença, Lisboa, 1986.

JÚNIOR, Com. Bernardo Gabriel Cardoso, *Entrada da 5ª.Brigada do Exercito Português no Porto (Guerra Peninsular)*, in Douro Litoral, 6ª.série I-II, Edição da Junta de Província, Porto, 1954.

JÚNIOR, Manuel Rodrigues Simões, *A Primeira Abadessa do Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, in O Tripeiro, Outubro, n°10, VI série, ano III, Porto, 1963.

KOCH, Wilfried, *Estilos de Arquitectura*, 2 vols. Presença, Lisboa, 1982.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã entre as Especiarias e os Diamantes 1521/1706*, Vega, Lisboa, s/d.

LAGOA, Cherubino, *A Synagoga no Porto*, Imprensa Commercial, Porto, 1899.

LEAO, Manuel, *Domingos Lopes, Artista e Empresario*, Museu, IV série, n°5, Porto, 1996.

VIOLLET-LE-DUC, *Architecture Monastique*, in Encyclopedie Medievale, tomo I, Sirven Graphic Inter-Livres, Barcelona, s/d.

LENCART, Joana, *O Costumeiro de Pombeiro*, Histórias de Portugal, Estampa, Lisboa, 1997.

LOPES, Fernando de Macedo, *O Porto (esboceto histórico),* Tipografia da Enciclopedia Portuguesa, Lda., Porto, 1925.

MAGALHÃES-BASTO, Artur, *Sumário de Antiguidades*, Livraria Progredior, Porto, 1963.

- *Estudos Portuenses*, 2 vols., Biblioteca Pública Munucipal do Porto, Porto, 1963.
- *Apontamentos para um Dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Documentos e Memórias para a História do Porto, XXXIII, CMP, Porto, s/d.
- *Silva de História e Arte (notícias portucalenses),* Livraria Progredior, Porto, 1945.
- *Sorte Vária de Duas Preciosas Peças de Ourivesaria Antiga*, in Ourivesaria Portuguesa, Revista do Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, nº12, Porto, 1950.
- *A Cidade do Porto no século XVIII*, in Brasil Cutural, Março/Maio, nºs 2 e 3, ano II, Porto, 1948.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, *Algumas Notas sobre a demolição da Igreja da Avé Maria*, in O Tripeiro, Junho, n°6, 7ª.série, ano XI, Porto, 1992.

- *Do Mosteiro de Avé Maria à Estação de São Bento*, in Poligrafia, n°5, Centro de Estudos D.Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1996.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, *Uma Comunidade Religiosa Feminina nos alvores da Época Moderna*, in Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense, Porto, 1998.

MARÇAL, Horácio, *A Praça da Liberdade*, in O Tripeiro, Março, n°11,V série, ano IX, Porto, 1954.

- *A Praça da Liberdade*, in O Tripeiro, Maio, n°1, V série, ano X, Porto, 1954.
- *A Praça da Liberdade*, in O Tripeiro, Junho, n°2, V série, ano X, Porto, 1954.
- *O Antigo Largo da Porta de Carros (Pç. de Almeida Garrett)*, in O Tripeiro, Agosto, n°4, V série, ano X, Porto, 1954.
- *A Praça de Almeida Garrett*, in O Tripeiro, Setembro, n°5, V série, ano X, Porto, 1954.
- *A Rua de Mousinho da Silveira*, in O Tripeiro, Novembro, n°7, V série, ano X, Porto, 1954.
- *A Rua de Mousinho da Silveira*, in O Tripeiro, Janeiro, n°9, V série, ano X, Porto, 1955.
- *A Rua das Flores*, in O Tripeiro, Fevereiro, n°10, V série, ano X, Porto, 1955.
- *A Rua das Flores*, in O Tripeiro, Março, n°11, V série, ano X, Porto, 1955.
- *A Rua do Loureiro e seus arredores (esboço monografico),* in Douro Litoral, 7ª. série V-VI, Ediçao da Junta de Província, Porto, 1956.
- *A Rua de Santo António*, in O Tripeiro, Outubro, n°10, VI série, ano IV, Porto, 1964.

- *A Rua de Santo António*, in O Tripeiro, Novembro, n°11, VI série, ano IV, Porto, 1964.
- *A "Cividade" do Porto*, in O Tripeiro, Março, n°3, VI série, ano VII, Porto, 1967.
- *Feiras e Mercados na Cidade do Porto (desde o século XIV até aos nossos dias)*, in Revista de Etnografia, n°30, Junta Distrital do Porto, Porto, 1972.
- *O Largo de São Domingos*, in O Tripeiro, Setembro, n°5, V série, ano XI, Porto, 1955.
- *O Largo de São Domingos*, in O Tripeiro, Outubro, n°6, V série, ano XI, Porto, 1955.
- *O Largo de São Domingos*, in O Tripeiro, Novembro, n°7, V série, ano XI, Porto, 1955.

MARTINS, Fausto Sanches, *Trono Eucaristico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol. Porto, 1991.

- *Colégio de São Lourenço – 1560/1774* (trabalho de síntese no âmbito das provas da Carreira Docente e Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica), FLUP, Porto, 1986.

MATOSO, José, *A Introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica*, Bracara Augusta, tomo XXX, fasc. 69 (81), Janeiro/Junho, Braga, 1976.

MECO, José , *O Azulejo em Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

MEIRELLES, Alberto M.Ribeiro, *A Irmandade de São Bento da Avé Maria e a construção da Estação Central do Porto*, in O Tripeiro, Julho, n°3, V série, ano XI, Porto, 1955.

MENDEIROS, José Filipe, Guia do Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora, Gráfica Eborense, Évora, 1985.

MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria*, in Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, 3ª.série, n°s.15/16, Porto, 1997/1998.

MONTERREY, Guido de, *O Porto, Origem, Evolução e Transportes*, 2ª. edição, Edição do Autor, Porto, 1972.

MOREIRA, Alberto, *Camilo e os Outeiros de Abadessado*, in O Tripeiro, Novembro, n°7, V série, ano XIV, Porto, 1958.

MOREIRA, Pe. Domingos, *As Freguesias da Diocese do Porto (elementos onomásticos alti-medievais)*, 2 vols., Porto, 1973.

MOSER, Jorge, *Artistas Portuenses da Irmandade e Confraria da Senhora Santa Ana de São Bento da Avé Maria*, in Douro Litoral, 3ª. série IV, Edição da Junta de Província, Porto, 1949.

MOSTEIRO DE SANTA ESCOLÁSTICA DE RORIZ, Monjas Beneditinas da Rainha dos Apóstolos, Pax, edição do Mosteiro, Roriz, s/d.

MOURA, Abel de, *O Báculo do Mosteiro de São Bento da Avé Maria*, in Museu, vol. VI, nºs15/16, Porto, 1950.

MÓVEIS (OS) E O SEU TEMPO, MOBILIÁRIO PORTUGUÊS DO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA, SÉCULOS XV AO XIX, Lisboa, s/d.

MUSEU DE ARTE SACRA E ARQUEOLOGIA DO SEMINÁRIO MAIOR DO PORTO, Catálogo, Porto, 1999.

MUSEU (O) NACIONAL DE ARTE ANTIGA, Lisboa, 1994.

OLIVEIRA, Aurélio, *Os Beneditinos e os Caminhos do Barroco*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol., Porto, 1991.

OLIVEIRA, Eduardo Pires, *O Edifício do Convento do Salvador*, Braga, 1994.

OLIVEIRA, J.M.Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973.

ORTIGÃO, Ramalho, *A Praça de Almeida Garrett (carta enviada à Rainha, no ano de 1896 com respeito ao derrube do Mosteiro de Avé Maria)*, in O Tripeiro, Outubro, nº6, V série, ano X, Porto, 1954.

- *Eccos do Porto*, in O Tripeiro, Julho, nº1, 1ºano, Porto, 1908.

OURIVESARIA E PARAMENTARIA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, Catálogo da Exposição dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, 1998.

OURIVESARIA PORTUGUESA NO MUSEU DE ARTE ANTIGA (catálogo), Lisboa, s/d

PALLUSTRE, Léon, *L'Architecture de la Renaissance*, Ancienne Maison Quantin, s/l, 1892.

PASSOS, Carlos, *Lembranças da Terra*, 1ª série, Casa J.Ferreira da Silva, Porto, 1919.

- *Guia Histórica e Artística do Porto*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1935.
- *Enciclopedia pela Imagem*, Porto, Livraria Lello, Porto, s/d.

PEREIRA, Firmino, *O Porto d'outros tempos*, Livraria Lello, Porto, 1914.

PEREIRA, João Castel-Branco, *As Colecções do Museu Nacional do Azulejo*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1995.

PEREIRA, L. A . Esteves, *A Organaria Portuguesa no século XVIII*, in Bracara Augusta, Tomo III, vol.XXVIII, nºs 65-66 (77-78), CMB, Braga, 1974.

PEREIRA, Sónia Santos, *Patriarca dos Monges ou Pai da Europa*, in O Tripeiro, Junho/Julho, nºs 6/7, 7ª. Série, ano XVI, Porto, 1997.

PINTO, Cónego António Ferreira, *O Cabido da Sé do Porto*, Documentos e Memórias para a História do Porto, VI, CMP, Porto, 1940.

PINTO, J.Marcelino Peres, *Apontamentos para a História da Cidade do Porto*, Tipografia Commercial, Porto, 1869.

PORTO ESQUINAS DO TEMPO, Exposição Fotográfica do Grupo IF, CMP, Porto, 1982.

PORTO-DOURO, Colecção de Gravuras Portuguesas, 1ªsérie, Porto, s/d.

PORTO-GAIA, AS TRAVESSIAS DO RIO DOURO, I Congresso Internacional sobre o Rio Douro, Actas, CMP, Porto, 1986.

QUARESMA, Maria Clementina Carvalho, *Casa de Lavor, de Varanda a Capela*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol., Porto, 1991.

- *Cidade do Porto*, Inventário Artístico de Portugal, XIII, Lisboa, 1995.

RAMOS, Maria Teresa Calheiros de Oliveira, *A Igreja Manuelina de Vilar de Frades*, in Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense, vol. V, Porto, 1990.

REIS, António Matos, *Lopes-Uma Família de Artistas em Portugal e na Galiza*, in Revista Guimarães, Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1989.

REIS, Sousa, *Apontamentos para a verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto*, Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, I vol.-II série, Porto, 1984; II vol., II série-4, Porto, 1991; III vol., II série-5, Porto, 1992; IV vol., II série-6, Porto, 1999.

RIBEIRO, A . Campos, *O Túnel da Estação de São Bento*, in O Tripeiro, Setembro, nº9, VI série, ano VIII, Porto, 1968.

RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*, tomo V, Academia das Ciências, Lisboa, 1829.

- *Reflexões Históricas*, parte I, Imprensa Universidade, Coimbra, 1835.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira, *Altares e Imaginária num Convento de Monjas Beneditinas*, in Poligrafia, nº3, Centro de Estudos D.Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1994.

ROCHA, Hugo, *Dum Porto que desapareceu há muito*, in O Tripeiro, Março, nº3, VI série, ano I, Porto, 1961.

RODRIGUES, Luis Fernando Ferreira, *O Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia – 1675/1873*, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1998.

SAN VALENTIN, Luis, *La Cocina delas Monjas*, Alianza Editorial, Madrid, 1997.

SANTOS, Reynaldo dos, *O Porto Barroco*, in Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto, XXI, CMP, Porto, 1952.

SARAMAGO, Alfredo, *Doçaria Conventual do Norte*, 2ª edição, Colares Editora, Sintra, 1997.

SÉ, Américo da, *Que deseja saber acerca do Porto*, in O Tripeiro, Março, nº11, V série, ano III, Porto, 1948.

SEBASTIAN SANTIAGO, *Iconografia del Claustro Barroco en Portugal, Espanha e Iberoamerica*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol., Porto, 1991.

SEGREDOS E VIRTUDES DAS PLANTAS MEDICINAIS, Selecções do Redear's Digest, Lisboa, 1983.

SILVA, Célia Ramos Ferreira, *Inventário dos Orgãos da Cidade do Porto, séculos XVI a XIX*, 3 vols., (Dissertação de Mestrado,Texto policopiado), FLUP, Porto, 1998.

SILVA, Francisco Moreira da, *Memórias do Passado*, in Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, 3ª ´serie, nº14, Porto, 1996.

SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580/1640), os Homens, as Instituições e o Poder*, I vol., Documentos e Memórias para a História do Porto, XLVI, CMP, Porto, 1988.

- *Espaços e Tempos de Lazer na Sociedade Portuense do Antigo Regime*, in O Tripeiro, Agosto, nº8, porto, 1993.

SILVA, José Custódio Vieira, *O Tardo Gótico em Portugal*, Horizonte, Porto, 1989.

SILVA, José Sidónio Meneses da, *O Mosteiro das Chagas de Lamego, Vivências, Espaços e Espólio Litúrgico – 1588/1906*, 2 vols., Texto Policopiado, FLUP, Porto, 1998.

SILVA, Jorge Henrique Pais da, *Em torno da Arquitectura Setecentista Portuguesa (Barroco e Rocócó)*, in Bracara Augusta, vol. XXVII, nº64 (76), Braga, 1973.

SILVA, Pinho da, *Os Sinos da Avé Maria*, in Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, nº5, 2ªsérie, Porto, 1975.

SMITH, Robert, *Cadeirais de Portugal*, Horizonte, Lisboa, s/d.

SOUSA, D,Gabriel de, *Escritores Beneditinos naturais da Cidade do Porto*, Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1997.

- *São Bento na História e na Tradição Popular*, in O Concelho de Santo Tirso (boletim cultural), vol. IV, nº3, Porto, 1956.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A Joalharia no Porto nos finais do século XVIII: aspectos socioartísticos*, 3 vols., (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1996.

SOUSA, Francisco Almeida, *Os antigos Hospitais do Porto*, in O Tripeiro, Abril, nº4, 7ªsérie, ano XII, Porto, 1993.

TAVARES, Fernão, *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria na Memória do Património Perdido*, in o Tripeiro, Setembro/Outubro, nºs 7/8, Porto, 1983.

TAVARES, Jorge de Campos, *Dicionário de Santos*, Lello & Irmão, Porto, 1990.

TORRES, J.G. Oliveira e, *Uma Relíquia do Extincto Mosteiro de São Bento da Avé Maria*, in O Tripeiro, 1 Outubro, nº99, 3ºano, Porto, 1912.

VALENTE, Vasco, *Museu Nacional de Soares dos Reis*, ano X da Revolução Nacional, Porto, 1936.

VASCONCELOS, Flórido de, *O Estuque, decoração privilegiada do Barroco*, I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol., Porto, 1991.

- *Os Estuques do Porto*, CMP, Porto, 1997.

VEIGA, Correia da, *As duas visitas do Imperador do Brazil ao Porto*, in O Tripeiro, 10 Dezembro, nº 53, 2ºano, Porto, 1909; 20 Dezembro, nº54, 2ºano, Porto, 1909; 1 Janeiro, nº55, 2ºano, Porto, 1910.

VILA, Romero, *Os Beneditinos na Terra de Gaia*, in Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, Outubro, nº9, Vila Nova de Gaia, 1980.

VILLER, Marcel, *Benoit et Bénédictines*, in Dictionnaire de Spiritualité, Tomo I, S.J.Gabriel Beauchesne et ses fils editeurs, Paris, 1937.

VINHAS, Joaquim Alves, *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades 1425/1834*, 2 vols.,(Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1996.

VITORINO, Pedro, *Notas de Arqueologia Portuense*, I e II vols., CMP, Porto, 1937.

- *Vária*, in Portucale, vol.IV, Setembro/Outubro, nº23, Porto, 1931.

ZARAGOZA PASOCAL, Ernesto, *Reforma de los Benedictinos Portugueses (1564/1565)*, in Bracara Augusta, vol. XXXV, nºs 79/80, Braga, 1981.

TRIPEIRO (O) com os artigos

Arquitecto Marques da Silva, Junho, nº2, V série, ano III, Porto, 1947
Novembro, nº7, V série, ano III, Porto, 1947

Efémerides Portuenses, Junho, nº2, V série, ano VIII, Porto, 1952
Setembro, nº5, V série, ano XIII, Porto, 1957
Junho, nº6, VII série, ano I, Porto, 1961

Estação Central do Porto (São Bento), Março, nº 11,V série,ano II,Porto,1947
Maio, nº1, V série, ano III, Porto, 1947
Junho, nº2, V série, ano III, Porto, 1947
Agosto, nº4, V série, ano III, Porto, 1947
Setembro, nº5, V série, ano III, Porto, 1947
Novembro, nº7, V série, ano III, Porto, 1947

O Burgo do Porto antes dos Almadas, nº9, série nova, ano VI, Porto, 1987.

Festas e Solenidades extinctas, Abril, nº64, 2ºano,Porto, 1910

Saudosos Tempos!, Novembro, nº100, 3ºano, Porto, 1912.

e os números:

Outubro, nº6, V série, ano IV, Porto, 1948;
Janeiro, nº9, V série, ano IV, Porto, 1949;
Março, nº11, V série, ano IV, Porto, 1949;
Maio, nº1, V série, ano V, Porto, 1949;
Junho, nº2, V série, ano V, Porto, 1949.

FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., Imprensa Académica, Coimbra, 1912.

CÃMARA, Paulo Perestrelo, *Dicionário Geographico do Reino de Portugal e seus Domínios*, Tomo I, Editores Proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 1850.

CERIMONIAL DA CONGREGAÇÃO DOS MONGES NEGROS DA ORDEM DO PATRIARCA SÃO BENTO DO REYNO DE PORTUGAL, Coimbra, 1647.

COELHO, António, Curso de Liturgia Romana, 2 vols. Mosteiro de Singeverga – PAX, Braga, 1943.

CONCILIO DE TRENTO, Latim/Português, 2 vols., Lisboa, 1864.

CONSTITUIÇOENS DA ORDEM DE SAM BENTO DESTES REYNOS DE PORTUGAL, António Alvarez impressor de livros, Lisboa, 1590.

CONSTITUIÇOENS SINODAIS DO BISPADO DO PORTO – 1541 (D.Baltazar Limpo).

CONSTITUIÇOENS SINODAIS DO BISPADO DO PORTO – Coimbra, 1585 (Frei Marcos de Lisboa).

CONSTITUIÇOENS SINODAIS DO BISPADO DO PORTO – 1735 (D..João de Sousa Coimbra).

COSTA, Pe. Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2ª edição, Livraria Progredior, Porto, 1945.

COSTA, Américo, *Dicionário Corographico de Portugal Continental e Insular*, vol.IX, Livraria Civilização, Porto, s/d.

CUNHA, D.Rodrigo da, *Catalogo dos Bispos do Porto*, Officina Prototypa Episcopal, Porto, 1742.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1876.

MAGNO, São Gregório, *Vida e Milagres de São Bento*, Civilização Editora, Porto, 1999.

MANUAL DO RITO COM QUE SE HÁ DE LANÇAR O HABITO AS NOVIÇAS QUE ENTRÃO PERA A CONGREGAÇÃO DO PATRIARCHA SÃO BENTO E PERA SUAS PROFISSOENS.

MARANHÃO, Frei Francisco dos Prazeres, *Dicionário Geographico de Portugal (nova edição, correcta, augmentada por Manoel Bernardes Branco)*, Casa Viúva Moré Editora, Porto, 1862.

NOVAES, Frei Manuel Pereira de, *Anacrisis Historial*, 4 vols., Colecção de Manuscritos Inéditos, Biblioteca Municipal do Porto, Typografia Progresso, Porto, 1913/1919.

OLIVEIRA, Pe. Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Europa/América, Lisboa, 1994.

PATRÍCIO, Pe. F.J., *Archeologia Religiosa, Notícia dos últimos Conventos de Religiosas do Porto*, Livraria Portuense de Clavel & Cª., Porto, 1882.

REGRA DO PATRIARCA SÃO BENTO, traduzida e anotada do latim pelos Monges de Singeverga, 2ª edição, Edições Ora & Labora, Singeverga, 1992.

ROSÁRIO, Frei Diogo do, *Floz Sanctorum*, 12 vols., 1869/70.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, *O Censual da Mitra do Porto,* Documentos e Memórias para a História do Porto, XXXIV, CMP, Porto, 1973.

SERLII, Sebastiani Bononiensis, *De Architectura Libri Quinque*, Venetiis, 1569.

TOMÁS, Frei Leão de São, *Do Mosteiro de São Bento do Porto*, in Benedictina Lusitana, tomo II, parte VI, capítulo IV, Officina de Manuel de Carvalho, Coimbra, 1651.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a serviço de Portugal*, 3 vols. Imprensa Nacional, Lisboa, 1899,1904 e 1922.

PERIÓDICOS

COMÉRCIO (O) DO PORTO, 18 de Junho de 1893

COMÉRCIO DO PORTO, 1896

CORREIO (O) DO DOURO, 11 de Agosto de 1825, nº188

DIÁRIO DO GOVERNO, 2ª repartição, 6 de Novembro de 1888

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 de Junho de 1916

ILLUSTRAÇÃO (A) MODERNA, 2ºANO, Nº4, xii-900, Porto, 1901

PALAVRA (A), 24 de Fevereiro de 1888
1 de Março de 1888
21 de Julho de 1893
24 de Novembro de 1893
29 de Novembro de 1893

PROVÍNCIA (A), Setembro de 1894 a Janeiro de 1895.

SÉCULO (O), 20 de Junho de 1916

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Fundo Monástico

4674 – Livro da Fundação do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto
4682 – Livro do Celeiro (1729)
4683 - " " (1713)
4699 – Caderno de Registo de Entradas e Saídas do Cartório
4700 – Caderno de Registo dos Títulos das Casas e Águas da Neta
4705 – Livro das Despesas da Reedificação do Mosteiro (1º)
4706 - " " " " " (2º)
4707 – Livro de Registo de Cartas e Contas
4720 – Livro de Contas Correntes
4721 - " " " "
4735 – Livro Índice do Cartório
4750 – Livro das Visitas (1774)
4753 – Livro das Contas Receita/Despeza 1805/1889 (maço de cadernos)

2 - Confrarias

4711- Livro da Confraria da Senhora do Rosário
4713 -Livro da Confraria do Santíssimo Sacramento
4715 –Livro da Confraria da Senhora do Desterro

3 - Prazos

Livros nºs – 4520, 4523, 4524, 4532, 4535, 4538, 4539, 4540, 4541, 4543, 4544, 4547, 4549, 4553, 4558, 4563, 4568, 4577, 4583, 4585, 4597, 4598. 4601, 4602, 4696

4 – Fundo do Governo Civil do Porto

Conventos Extintos – M 544 e M 555

5 – Administração Local

Livros nºs 42 e 43

6 - Fundos Notariais

Livros de Notas dos Cartórios:
PO 1º - 4ª série, nºs 663, 789
PO 8º - série única, nºs 316, 317, 318 (1783/1784), 457
PO 9º - 4ª série, nºs 165, 166, 167, 168, 169, 170 (1783/1785)

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO

Livro de registo geral, nº8
Livro de Vistorias, nº2
Livro de sessões de Obras Públicas, nºs 2 e 6
Livro de Plantas de Casas, nº 3 e 78
Livro de Expropriações – propriedade Imobliária, nº 5475
Próprias do Cofre, nº 792

Catálogo dos Livros de Plantas
Registo de Material Cartográfco

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Fundo dos Mosteiros Extintos: São Bento de Avé Maria do Porto, caixas nºs: 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039

Dicionário Geográfico de Portugal, vol.30 (Memórias Paroquiais)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

CÓDICES nºs: 8248, 8337, 8348, 8364, 8365, 8369, 8395, 8406, 8407, 8408, 8409, 8414, 8416, 8419, 8421, 8423, 8424, 8425, 8426, 8445, 8456, 8747.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

Manuscristos nºs 1232,1272, 1275, 1295, 1322

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA (Gabinete de Inventáros)

Secretaria do Museu Nacional de Bellas-Artes, Livro nº 56, Lisboa, 1906

REGISTOS FOTOGRÁFICOS DOS

Arquivo Hstórico Municipal do Porto
Museu Nacional de Arte Antiga
Museu Nacional de Soares dos Reis

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS 4
SUMÁRIO 5
SIGLAS E ABREVIATURAS 6
INTRODUÇÃO 8

ENQUADRAMENTOS 13
1. SÓCIO-POLÍTICOS
Urbanismo e demografia 13
A centralização como forma de desenvolvimento 21
A anexação como forma de centralização 29

2. MORAIS E RELIGIOSOS 37
A acção dos Beneditinos no ocidente europeu 37
A implementação da Regra 39
As reformas do Concílio de Trento 42
As monjas de São Bento do Porto 44
O Directório das monjas Beneditinas 51
O que liam as monjas 53
O tempo litúrgico no Mosteiro e a orientação espiritual 55
A jurisdição das Abadessas 59
Das obrigações das monjas 61
As festas na devoção beneditina do mosteiro do Porto 66

UM COMPLEXO MONÁSTICO URBANO E OS SEUS TEMPOS 72
1. AVÉ MARIA GRATIA PLENA ... 72
As correntes artísticas e suas influências 73
Um percurso idealizado ao interior do Mosteiro 78
O claustro 80
As oficinas 93
1. A cozinha 93
2. Os dormitórios e o noviciado 95
3. O tronco e o refeitório 102
4. A padaria 104
5. A enfermaria 105

6. As boticas e a sala das convalescentes 105
7. A casa do lavor 106
8. A capela dos meninos 107
9. A casa do capítulo 108
10. A rouparia e as sacristias 112
11. O cartório 113
12. A portaria e as rodas 115
A cerca e o abastecimento de água ao Mosteiro 119
A hospedaria e a casa dos capelães 122

2. AS IGREJAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA 126
A PRIMEIRA IGREJA DO MOSTEIRO (SÉCULO XVI) 127
A capela-mor 130
Os coros 131
Os ofícios do coro 132
Alguns inconvenientes para a habitabilidade do Mosteiro 133
O tempo das preladas perpétuas 134
As preladas eleitas e as obras no século XVII 135
A música nos mosteiros beneditinos 142
Os tons artísticos do Barroco 144
As reformas e a opulência barroca 145
O retábulo do altar-mor do mosteiro de São Bento de Avé Maria torna-se um modelo 147
A SEGUNDA IGREJA DO MOSTEIRO NO APOGEU DO BARROCO (SÉCULO XVIII) 150
As Confrarias 151
A capela da Senhora do Loreto 154
A irmandade de Santa Ana 155
As últimas confrarias do Mosteiro 156
A irmandade de São Bento 157
A TERCERA IGREJA DO MOSTEIRO NUM BARROCO TARDIO (Rocaille-século XVIII) 157
As cerimónias no coro baixo 162
O coro alto, a jóia do Mosteiro 164
O retábulo do altar-mor 166
O Trono Eucarístico 168
A fachada da Igreja 169
A ameaça do fim 171

A execução 173
A inconstância dos tempos e dos homens 177

CONCLUSÃO 179

BIBLIOGRAFIA 183

ERRATA

Na página 76, nota 257 onde se lê:

"Poderá ser este Manuel Álvares o mesmo apontado como mestre das obras do bispo D.João Rafael de Mendonça que se ocupou directamente do problema da reconstrução, FERREIRA-ALVES, *Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (séculos XVII e XVIII)*, in revista Faculdade de Letras (História), vol.IX, Porto, 1992, p.349.

Deverá lêr-se:

"Poderá ser este Manuel Alvares o mesmo apontado como mestre das obras do bspo D.João Rafael de Mendonça que se ocupou directamente do problema da reconstrução, FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (séculos XVII e XVIII)*, in revista Faculdade de Letras (História), vol.IX, Porto, 1992, p.349.